

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

VOL. LXXIX

2021

ANGRA DO HEROÍSMO

BOLETIM
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA (31 de dezembro de 2020)

SÓCIOS FUNDADORES (Todos Falecidos)

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz
- Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes
- Francisco Coelho Maduro Dias
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa
- Dr. Francisco Lourenço Valadão
- Capitão Frederico Lopes da Silva
- Gervásio Lima
- Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz
- João Carlos da Costa Moniz
- Padre Joaquim Esteves Lourenço
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
- Tenente-Coronel José Agostinho (2.º Presidente do Instituto)
- Cónego José Augusto Pereira
- Dr. Luís da Silva Ribeiro (1.º Presidente do Instituto)
- Padre Dr. Manuel Cardoso do Couto
- Dr. Manuel de Sousa Menezes
- Capitão Miguel Cristóvam de Araújo
- Dr. Ramiro Machado
- Raimundo Belo
- Dr. Teotónio Machado Pires (3.º Presidente do Instituto)

SÓCIOS EFETIVOS

- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutorado em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores. **(Tesoureiro Substituto)**.
- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutorado em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino – Licenciado em Direito e Advogado. **(Presidente Substituto)**
- Dr. António Bento Fraga Barcelos – Licenciado em História.
- Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente, Mestre em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr.^a Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa- Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas. Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro.
- Padre Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – Doutorado em História Contemporânea e Licenciado em Estudos Portugueses, Ciências

- da Informação e da Documentação, Direção de Coro, Ciências Religiosas.
- Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo – Doutorado em Ciências Agrárias – Climatologia Insular. Professor da Universidade dos Açores.
 - Prof. Doutor Francisco Cota Rodrigues – Doutorado em Ciências do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores.
 - Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias – Licenciado em História. Presidente da Rede de Museus dos Açores. **(Presidente do Conselho Fiscal)**
 - Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Doutorado em Teologia. Vigário Geral da Diocese de Angra. Professor do Seminário Episcopal de Angra.
 - Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt – Historiador e ex-librista. Cônsul da República de Cabo Verde nos Açores.
 - Prof. Doutor João da Silva Madruga – Doutorado em Ciências Agrárias e Licenciado em Engenharia de Produção. Professor da Universidade dos Açores.
 - Cónego João de Brito do Carmo Meneses – Curso de Teologia. Etnólogo.
 - Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - Doutorado em Direito Canónico e Mestre em Relações Internacionais. Professor do Seminário Episcopal de Angra.
 - Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz – Licenciado em História. Genealogista.
 - Doutor José Armando Martins Mendes – Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais e Licenciado em História Científica. Jornalista. **(Substituto do Conselho Fiscal)**
 - Dr. José Avelino Rocha Santos – Mestre em História.
 - Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha – Licenciado em História. **(Vogal do Conselho Fiscal)**
 - Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira – Licenciado em Arquitetura.
 - Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Menezes – Doutorado em Engenharia Civil e Licenciado em Engenharia do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
 - Doutor José Guilherme Reis Leite – Doutorado em História.
 - Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes – Licenciado em Engenharia Civil.
 - Dr. José Olívio Mendes Rocha - Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História. *(Presidente do Instituto)*
 - Doutor Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila – Doutor em História Insular e Atlântica e Licenciado em Educação Básica. **(Tesoureiro Substituto)**
 - Luís Manuel Conde Vieira Pimentel – Genealogista.
 - Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa – Doutorada em Psicologia Social.
 - Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo – Licenciada em História de Arte.
 - Dr.ª Maria Helena de Menezes Ormonde – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em Antropologia Cultural.
 - Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro – Mestre em Museologia e Património. **(Secretária do Instituto)**
 - Dr.ª Marta Dias Barcelos – Mestre em Bioética e Licenciada em Filosofia.
 - Dr.ª Marta Sofia Ferreira Bretão – Licenciada em Conservação e Restauro. Professora convidada do Seminário Episcopal de Angra. **(Vogal do Conselho Fiscal)**
 - Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino – Mestre em Relações Internacionais e Licen-

- ciado em Direito. Professor da Universidade Católica Portuguesa.
- Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha – Licenciado em Arquitetura.
 - Dr.ª Paula Maria Soares Romão – Licenciada em Química. (**Tesoureira do Instituto**)
 - Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo – Licenciado em Direito e Advogado.
 - Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa – Doutoramento em História. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra e da Universidade dos Açores.
 - Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles – Licenciado em História.
 - Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste – Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra
 - Prof. Doutor Tomás Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho – Doutoramento em Economia Regional. Professor da Universidade dos Açores.
 - Dr. Vítor Medeiros Brasil – Mestre em Estudos do Património e Licenciado em História. (**Secretário Substituto**)

SÓCIOS SUPRANUMERÁRIOS

- Doutor Arq.º Luís António Guizado Durão – Doutoramento em Arquitetura
- Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins – Doutoramento em Economia. Professor da Universidade Católica Portuguesa do Porto.

SÓCIOS HONORÁRIOS

- S.ª Ex.ª Rev.ma D. António de Sousa Braga – Bispo Emérito de Angra.
- Prof. Doutor António José Telo - Professor Catedrático da Academia Militar.
- Prof. Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires - Professor Catedrático Jubilado e antigo Reitor da Universidade dos Açores.
- Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes – Licenciado em História. Professor Jubilado e Genealogista.
- Prof. Doutor Artur Teodoro de Matos - Professor Catedrático Jubilado.
- Prof. Doutor Avelino de Freitas de Meneses - Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores.
- S.ª Ex.ª Rev.ma D. Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo – Bispo Titular de Belali e Delegado do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé.
- Prof. Doutor Fernando José Mendes Rosas – Professor catedrático jubilado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Prof. Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz - Professor Universitário Jubilado.
- Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria – Licenciado em História.
- Prof.ª Doutora Manuela Mendonça – Presidente da Academia Portuguesa da História.

SÓCIOS HONRÁRIOS INSTITUCIONAIS

- Diretora Regional da Cultura – Prof.^a Doutora Susana Goulart Costa
- Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro – Dr.^a Cláudia Alexandra Coelho Meneses da Costa Cardoso.
- Diretor do Museu de Angra do Heroísmo – Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno.
- Governador do Castelo de São João Baptista – Coronel de Infantaria João Manuel Mendonça Roque
- Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses.
- Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória – Dr.^a Vânia Figueiredo Ferreira.
- Reitor do Seminário Episcopal de Angra – Cônego Doutor Hélder Miranda Alexandre.
- Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores – Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba

SÓCIOS CORRESPONDENTES

- Cônego Dr. Adriano Manuel Torres Borges
- Dr.^a Ana Cristina Faria da Silva
- Ana Maria Pacheco do Nascimento
- Dr.^a Ana Sofia Rodrigues de Sousa
- Doutora Arq.^a Antonieta Reis Leite Porto
- António Armindo Salvador Couto
- vDr. António das Neves Leal
- António de Freitas Rocha Mendes
- Coronel (FAP) António Firmino de Sousa Mendes
- Eng.^o António Luís Cansado de Carvalho de Matos e Silva
- Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque
- António Maria Silva Gonçalves
- Dr. Artur Goulart de Melo Borges
- Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca
- Dr.^a Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles
- Prof. Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral
- Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia
- Dr. Carlos Manuel Pimentel Enes
- Dr. Carlos Melo Bento
- Dr.^a Carolina Alexandra de Melo Rocha
- Dr.^a Carolina Pires Costa
- Dr.^a Cátia Daniela dos Santos Sousa
- Dr. Cristian Ortiz Garcia
- Cristóvão Hermínio Teixeira de Melo Azevedo
- Embaixador Dr. Daniel António Pereira
- Dr. David José Fernandes da Silva
- Diana Teresa Fanha da Graça Gonçalves dos Santos
- Padre Doutor Dinis Manuel Branco da Silveira
- Dr. Diniz Aurélio Lourenço Borges
- Dr. Dionísio Mendes de Sousa
- Doutor Duarte Nuno da Silva Vieira Chaves
- Dr. Eduardo Borba da Silva
- Dr. Eduardo Godinho Rocha
- Prof. Doutor Eduíno Moniz de Jesus

- Dr. Emanuel Filipe Gregório Areias
- Prof. Doutor Eurico José Gomes Dias
- Dr. Evo Eduardo Soares Pereira de Camões Fernandes
- Dr.ª Fátima da Conceição de Morais Simão
- Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro
- Dr.ª Filipa Alexandra de Moura Magalhães Tavares
- Dr.ª Filipa Verónica Fagundes da Silva
- Dr. Enf.º Francisco Hermínio de Meneses Branco
- Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima
- Francisco Jorge da Silva Ferreira
- Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
- Dr. Francisco Miguel Lima Nogueira
- Dr. Francisco Torres Pimentel
- Dr. Gabriel Mendes Pavão
- Prof. Doutor George Monteiro
- Doutor Georges Piotet
- Dr.ª Gertrudes Laranjinha dos Santos Brito do Rio
- Dr. Gonçalo Andrade Pinheira Monjardino Nemésio
- Dr. Gonçalo Mendes Barata Sampaio Viola
- Prof. Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor)
- Padre Dr. Hélio Nuno Santos Soares
- Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues (Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada)
- Eng.º Humberto Fernando Martins Oliveira
- Dr.ª Isabel Maria Coelho da Silva
- Doutora Isolina Júlia dos Reis e Reis de Me-deiros
- Doutor Jaime Regalado Andrade Tavares Ferreira Regalado
- Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt
- João António Gomes Vieira
- Dr. João de Deus Meneses Melo
- Arq.º João Filipe Mateus Braga
- João Luís Leote Tavares Esquível
- Dr. João Manuel Aranda e Silva
- Dr. João Manuel Dinis da Silva Ventura
- Dr. João Paulo Garcia Santos Moniz
- Jorge Braz
- Dr. Jorge Bruno Marques de Brito
- Prof. Doutor Jorge Couto
- Dr. José Álvaro Amaral Afonso
- Coronel Eng.º José Carlos de Magalhães Cymbron
- Eng.º José Eliseu Mendes Costa
- José Elmiro Ramalho Bettencourt Dores
- José Guilherme Teixeira Machado
- Comendador José Henrique Álamo Oliveira
- Prof. Doutor José Henrique Ornelas
- Dr. José Isaac Mendes Ávila
- José Liduíno Melo de Borba
- Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto
- Prof. Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
- Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues
- Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho

- Prof. Doutor José Manuel Monteiro da Silva
- Prof. Doutor José Manuel Oliveira Mendes
- Dr.ª Lúcia Maria Ávila da Silveira
- Tenente-Coronel Luís Carmo Neves da Silva Silveira
- Dr. Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz Barreto
- Dr. Luís Maciel Silva
- Prof. Doutor Luís Manuel Arruda
- Dr. Luís Manuel Machado Meneses
- Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade
- Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte
- Dr. Manuel Conde Bettencourt
- Padre Manuel Garcia da Silveira
- Doutor Manuel Lobo Cabrera
- Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona
- Manuel de Meneses Martins
- Dr. Dom Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa (Subserra)
- Dr.ª Maria da Graça Ávila de Sousa Vaz Cardoso
- Dr.ª Maria de Fátima da Silva Borba
- Dr.ª Maria Lúcia Toste Parreira de Bettencourt Pereira Forjaz
- Dr.ª Maria de Lurdes Silveira Pereira
- Maria Luísa da Cunha Ribeiro
- Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalandinha Gonçalves
- Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim
- Dr.ª Maria Teresa Valadão Caldeira Martins
- Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste
- Dr.ª Margarida dos Santos Lopes
- Dr. Mateus Eduardo da Rocha Laranjeira
- Dr.ª Melânia de Fátima Costa Pereira de Castro
- Dr. Miguel Duarte Rosa Costa
- Doutor Nereu do Vale Pereira
- Prof. Doutor Onésimo Teotónio Almeida
- Prof. Doutor Paulo Drumond Braga
- Paulo Henrique Lopes Mendonça
- Dr. Paulo José Lourenço Paim Barcelos
- Eng.º Paulo José Mendes Barcelos
- Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa
- Dr. Paulo Sérgio Matos de Sousa
- Prof. Doutor Paulo Teodoro Lopes de Matos
- Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo
- Pedro Marçal Vaz Pereira
- Padre Dr. Pedro Miguel de Medeiros Cabral
- Dr. Pedro Tiago Coelho Parreira
- Dr. Philippe Garnier
- Dr. Ramiro Jorge Oliveira da Silva
- Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros
- Dr. Rúben Tiago Quadros Ramos
- Tenente-Coronel Doutor Rui Carita
- Prof. Doutor Rui de Sousa Martins
- Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório
- Dr.ª Sandra Maria Gonçalves Monteiro
- Prof.ª Doutora Susana Maria Goulart Pereira da Costa
- Dr.ª Susana Rocha
- Dr.ª Tânia Gabriela Godinho Santos Mendes
- Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva
- Dr. Tiago Paulo Inácio Resendes

- Prof. Dr. Tiago Prenda Rodrigues
- Doutor Tomé Ribeiro Gomes
- Dr.^a Vanda Maria de Melo Furtado Belém
- Prof. Doutor Victor Hugo Lecoq de Lacerda Forjaz
- Victor Manuel da Silva Cardoso
- Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo
- Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

SÓCIOS SUBSCRITORES

- Amílcar João Flores Cabral
- Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz
- Cónego Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento
- Jorge Gabriel Maiato Paim
- Padre Jorge Manuel Mendonça Luís
- José Baldaia Paim Vieira
- Jorge Manuel da Rocha Vicetto
- Prof. Manuel Gregório de Ataíde
- Dr.^a Maria Luísa Bretão Nunes da Graça
- Maria Manuela Vieira Areia
- Dr.^a Paula Elsa Carvalho Moniz
- Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

CICLO DE CONFERÊNCIAS

O PÃO NOSSO DE CADA DIA

Carlos Guilherme Riley*

Apresentação da obra

Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia.

Itinerários turísticos do património gastronómico e vinícola

Coord. Duarte Nuno Chaves

Ponta Delgada

Foi com prazer que aceitei o convite do Doutor Duarte Nuno Chaves para apresentar este livro. Não sou de anorexia e para quem partilha o gosto da mesa com o ofício de historiador é difícil resistir ao desafio de falar de uma obra que se debruça sobre o património gastronómico e vinícola das ilhas da Macaronésia.

Começamos pela forma como o livro se apresenta (bem) vestido, o que é timbre da Editora Letras Lavadas, reproduzindo na capa um quadro de Tomás da Anunciação, datado de 1865, em que a família do 2º Conde de Carvalhal faz um piquenique nos arrabaldes do Funchal, desfrutando os sabores da terra e a vista panorâmica sobre a baía. Comer e beber podem ser associados a experiências hedonistas de rara beleza, como retrata esta pintura da escola Romântica portuguesa, mas constituem antes do mais uma necessidade fisiológica do ser humano, independentemente da condição social e localização geográfica do seu habitat.

A dimensão antropológica da alimentação, transversal a todas as sociedades, adquire, contudo expressões diversificadas – as chamadas dietas alimentares – consoante a forma como as comunidades interagem com o ecossistema que as rodeia. Comemos e bebemos aquilo que o cultivo da terra e a criação dos animais nos põem na mesa, e embora este princípio possa hoje parecer desajustado, pois a globalização nos últimos vinte anos criou uma Babel gastronómica em que podemos degustar *sushi* nos Açores e pastéis de nata na China, não é menos verdade que em muitas sociedades, sobretudo as de cunho acentuadamente rural e piscatório, a relação orgânica entre os homens e a geografia do território ainda está bem presente na sua dieta alimentar que, transmitida de

* ????????????????

geração em geração como se de um cancioneiro se tratasse, adquire uma expressão cultural fortemente identitária cujo valor tardámos em reconhecer como digna de integrar o panteão do Património português.

Mas tarde é o nunca e, como diz Edite Alberto no estudo que se apresenta como o pórtico de entrada deste livro, a Resolução do Conselho de Ministros nº 96/2000 veio consagrar a gastronomia como “bem imaterial integrante do património cultural de Portugal”. Confesso que não me recordo de quem chefiava o Governo na altura, mas decerto todas as forças políticas aplaudiram a Resolução, pois a gastronomia e os hábitos alimentares estão profundamente entranhados na nossa identidade coletiva, seja ela considerada ao nível nacional, regional ou local.

Ao percorrermos o catálogo do mosaico gastronómico português, compilado na obra clássica de Maria de Lourdes Modesto, depressa salta à vista que muitas das variantes regionais da doçaria portuguesa, desde o Pudim transmontano do Abade de Priscos até à Encharcada alentejana do Convento de Santa Clara, possuem uma matriz cultural comum, a doçaria conventual, cujo extenso receituário se encontra neste momento em fase de certificação e no qual se inscrevem cerca de meia centena de doces oriundos dos Conventos açorianos e madeirenses, que Edite Alberto elenca neste seu estudo.

Outra característica universal da doçaria é, evidentemente, o ingrediente comum a todas as receitas, o açúcar. A importância que o cultivo da cana sacarina teve na economia da ilha da Madeira – basta lembrar que a heráldica da cidade do Funchal ostenta cinco pães de açúcar em fundo verde – encontra-se bem ilustrada no estudo que Isabel Gouveia aqui dedica às raízes históricas da confeitaria local e à chamada “indústria da casquinha” – conservas de fruta, em calda ou cristalizada – que desde o século XVI se destacou como uma imagem de marca da pérola do Atlântico.

Apesar desta tradição confeitaria não se circunscrever apenas às paredes dos Conventos, o açúcar e a doçaria estiveram bem presentes na dieta alimentar das comunidades religiosas dos Franciscanos madeirenses nos séculos XVIII e XIX, ou no quotidiano do Convento feminino de Santa Clara do Funchal, como documentam os contributos de Paulo Ladeira e Rita Rodrigues neste livro e, concluindo as referências aos textos aqui reunidos sob o signo do açúcar, nada melhor do que finalizar com o estudo de Duarte Nuno Chaves, Teresa Borges Tiago e Flávio Tiago, dedicado aos itinerários da malassada na doçaria insular, que faz justiça ao feliz título desta obra, *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia*, pois não só aborda as diferentes variantes regionais da popular iguaria como chama a atenção para o importante tema da “diáspora gastronómica”, perfeitamente ilustrado pela viagem de longo curso que a malassada fez da Macaronésia até à Polinésia, levada pela emigração madeirense e açoriana para o arquipélago do Havai no último quartel do século XIX, onde ainda hoje é confeccionada e vendida em algumas padarias de Honolulu.

As malassadas, cujos ingredientes básicos são farinha, ovos e açúcar, oferecem um bom pretexto para passarmos a outro tópico da dieta alimentar, comum a todas as camadas sociais, que é o dos cereais, presente em diferentes latitudes gastronómicas da Macaronésia, desde o cuscuz madeirense até à cachupa cabo-verdiana, passando pelas varia-

das técnicas de confeção e panificação das farinhas de trigo e de milho que, dos Açores à Canárias, asseguravam o pão nosso de cada dia a todas as comunidades insulares.

Não irei discriminar os autores que abordam nesta obra a proeminência dos cereais na dieta alimentar dos arquipélagos atlânticos, sob pena de abusar do vosso tempo, mas gostaria de chamar a atenção, a propósito do trigo e do milho, para uma perspetiva que convoca ao diálogo entre a gastronomia e as Ciências Naturais, que é o da viagem das plantas, ou seja, neste caso, a proveniência das culturas cerealíferas que foram introduzidas nas ilhas da Macaronésia. O trigo, cuja origem remonta às civilizações do Crescente Fértil e depois se espalhou por toda a bacia mediterrânica, representa a migração de uma cultura característica da Europa e Norte de África que acompanha o povoamento das ilhas, enquanto o milho, base da alimentação das comunidades ameríndias e civilizações Mesoamericanas, representa a rápida adaptação de um cereal do Novo Mundo às condições geográficas dos territórios insulares.

Quer a incorporação da farinha de trigo granulada, mais conhecida por cuscuz, na dieta alimentar madeirense, quer a expressiva presença do milho na gastronomia cabo-verdiana, cereal que o autor do *Dicionário de História Natural das Canárias* qualifica como “um dos mais belos presentes que os americanos deram aos europeus”, sugerem que a condição de fronteira característica dos arquipélagos da Macaronésia, expostos à influência da Europa, África e América, está também inscrita nas tradições culinárias das ilhas atlânticas.

O consumo do pão, o tipo de farinha utilizado e o método empregue na sua cozedura, dizem-nos muito sobre os contornos sociais da dieta alimentar. O pão de trigo só aparecia à mesa do povo em dias de festa, pois mesmo nos arquipélagos de vocação cerealífera, como os Açores, a maioria do trigo cultivado destinava-se à exportação ou ao pagamento dos foros e rendas, o que nos ajuda a compreender a importância que o pão de milho depressa ganhou no quotidiano alimentar das camadas populares. Muito embora a expressão açoriana “criado a pão de milho” possa ser interpretada por alguns como sinónimo de uma alimentação pobre e frugal, convém lembrar que o milho representou uma melhoria significativa na dieta daqueles que, nos Açores e na Madeira, recorriam à moagem e cozedura de tubérculos herbáceos como forma de mitigar a falta de cereais em sua casa. A respeito deste tópico merece destaque o estudo de Élia Sousa versando o brighaló madeirense e a serpentina micalense, dois bons exemplos de uma recolha etnogastronómica que talvez possa inspirar um trabalho semelhante para o caso da junça na ilha do Corvo.

Passemos agora ao vinho, outra componente fundamental da dieta alimentar dos povoadores insulares, cuja matriz católica transplantou para os arquipélagos da Macaronésia a cultura da vide, encontrando na ilha da Madeira condições particularmente favoráveis à sua aclimação, ao ponto do vinho espirituoso aí produzido se ter transformado, a par do açúcar, na principal fonte de riqueza da economia madeirense e ser responsável pela fixação de uma importante comunidade britânica no Funchal, aqui abordada no texto de Cláudia Faria versando os apontamentos gastronómicos da correspondência da família Phelps.

De tão conhecido e apreciado que é, o vinho da Madeira dispensa apresentações nesta coletânea e os contributos reunidos em matéria vinícola dizem sobretudo respeito às ilhas Canárias, de que são exemplo os estudos de Javier Álvarez Santos sobre a influência portuguesa na cultura da vide em Tenerife nos séculos XV-XVII, e o de Gabriel Garcia, de índole mais económica, sobre os desafios e oportunidades do Enoturismo na Macaronésia, tomando como base a experiência canarina.

Independentemente dos seus encantos no palato, o vinho está também associado a outra ordem sensorial, a da visão, e quero com isto referir-me ao impacto cénico da cultura da vinha na paisagem insular, que já valeu à ilha do Pico (Madalena) o galardão de Património da Humanidade, mas que tem na ilha de Santa Maria – onde se destacam os terraços de vinha na Maia e o anfiteatro da baía de São Lourenço – uma das simbioses paisagísticas mais notáveis entre natureza e cultura, como assinala o texto de Isabel Soares de Albergaria. São abordagens deste tipo, que privilegiam a paisagem vinícola e a sua arquitetura orgânica em detrimento das apreciações enológicas sobre o vinho produzido, que podem e devem alargar a latitude das intervenções e investimentos feitos na área do Enoturismo na Macaronésia.

Depois do vinho e de tão longa apresentação, talvez seja melhor passar a algumas considerações finais sobre este livro e a linha de estudos que ele representa, que surgem ambos em muito boa altura, pois o efeito combinado das cadeias de *fast food*, do culto *gourmet* dos *chefs* para todos os paladares e da miríade de programas e canais televisivos dedicados à gastronomia, veio impulsionar as atuais experiências de “cozinha de fusão”, cuja incidência na gastronomia açoriana é aqui abordada no texto de António José Cavaco, o qual discorre sobre a variação entre recursos endógenos e produtos importados nos hábitos alimentares das diferentes camadas sociais.

Esta tensão entre a cozinha popular e a influência internacional na dieta alimentar tem raízes profundas na cultura portuguesa, e uma das suas expressões literárias mais conhecidas é a obra de Eça de Queiroz, *A Cidade e as Serras*, designadamente naquela passagem em que Jacinto, um *bon vivant* habituado aos requintes da cozinha parisiense, é surpreendido pelo sabor aveludado da sopa de favas que o espera na sua quinta de Torres. Mas como estamos na Macaronésia, será mais adequado socorrer-me de um autor ilhéu para sublinhar esta ideia:

*Tirem da minha frente esta comida à francesa
e este pão que sabe a giz!
Tragam-me “lapas d’afonso”
vinho de cheiro
e pão de milho.
(...)
Não gosto de confusões.¹*

¹ Pedro da Silveira, *Fui ao Mar Buscar Laranjas*. Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, 2019, pp. 167-168

Este “protesto gastronómico” de Pedro da Silveira contra a comida servida a bordo da Empresa Insulana de Navegação, nos velhos tempos do “dia de São Vapor”, é uma autêntica declaração de identidade – diz-me o que comes, dir-te-ei quem és.

E depois de citar um poeta, nada mais há a dizer. Muito obrigado pela vossa atenção.

CARTA FRANCO-SEISCENTISTA DE ANGRA OU CARTA DO CÔNSUL NÈGRE

*Assunção Melo**

Introdução

A cartografia é a transposição em escala da ideia de um mundo real, o mais aproximado possível daquilo que os olhos veem e que, por conseguinte, a mão consegue reproduzir.

Nesse sentido, a cartografia não tem que ser criativa nem recreativa. Ela cumpre funções muito objetivas e funcionais de uma grande praticidade. Antes de ser um documento histórico, como aqui se pretende analisar, é ou pode ser um documento iconográfico com características e objetivos precisos quer sejam eles militares, geográficos ou estratégicos de grande relevância. Estes aspetos não devem ser nunca descurados, mesmo na análise histórica, isto para nem falar da análise artística. É por este tipo de documentação visual que temos a possibilidade de verificar a evolução de uma paisagem, de uma cidade, em suma, de um lugar que já o foi e que continua a sê-lo. Temos oportunidade de nos delimitarmos sobre a forma de como soubemos manter o nosso património ou, nos inquietar de como o destruímos. A cartografia desempenha, assim, um momento de reflexão para o futuro, e entra, muitas vezes nas tomadas de decisões governamentais ou municipais. A ela se recorre para a verificação de elementos identitários do local. A cartografia, claro está, desempenha assim um papel fundamental para a compreensão da evolução da humanidade, nos seus feitos patrimoniais, equipamentos e serviços logísticos, enfim na sua intervenção paisagísticas da configuração das ruas, terraplanagens, drenagens, alterações de cursos de água, etc.

* Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Pós-Graduada em História da Arte Contemporânea pela mesma faculdade, Doutorada em História da Arte pelo Centro de Formação Avançada da Universidade de Évora, membro do CHAM e do CHAIA. Assistente Convidada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores, lecionando no Pólo de Angra do Heroísmo a disciplina de História da Arte e do Património Construído I e II, do curso de licenciatura de Natureza e Património. Autora de diversos livros e artigos relacionados com a História da Arte e com o Património.

A importância desta linguagem cartográfica é tão grande, que desde tenra idade nas escolas primárias nos são apresentados *mapas mundi* e mapas de Portugal que nos habituamos a interpretar e a reproduzir. A forma primeiramente estranha da *bota italiana* ou da *baleia gorda* dos Estados Unidos da América, com o tempo passa a ser uma imagem à escala e uma geografia intangível ao nosso olhar. Diminuir o mundo e dar-lhe proporção abarcando uma forma gigantesca no nosso cérebro, é tentar compreender e dar sentido de orientação. Esse primeiro *imago mundi* gravada em placa de argila e datada de 600 a.C., centrada no rio Eufrates e na cidade da Babilónia é, por assim dizer, mais uma representação simbólica do que literal.



Placa de argila representando o Rio Eufrates e a Cidade da Babilónia, 600 a.C.

Créditos de imagem: <https://cdn.catawiki.net>

Teríamos de esperar até aos séculos XV e XVI para termos a representação dos primeiros planisférios que depois iriam ser colados em globos terrestres, mesmo que, inicialmente, não se tenha representado o mundo todo, pelo simples facto de ainda não ter sido descoberto. Em Portugal, o planisfério Cantino datado de 1502 é o primeiro mapa remanescente que mostra as descobertas portuguesas e que atualmente se encontra na Galleria Estense em Modena, Itália.



**Mapa Cantino, Carta de navegar pela ilha novamente achada na parte da Índia.
Oferta de Alberto Cantino ao Senhor Duque Hércules, 1502.**

Créditos de imagem: <https://gallerie-estensi.beniculturali.it/biblioteca-estense-universitaria/>

Afunilando os aspetos geográficos, as representações das cidades, sobretudo das cidades costeiras também se afiguraram apelativas. Nessa contenda destacamos, por exemplo, o mapa de Linshöten sobre a cidade de Angra datado de 1595 que nos permite vislumbrar uma configuração, em muito semelhante à atual, e também suas casas e monumentos.



Mapa de Angra, Linshöten 1595

Créditos de imagem: <https://i.pinimg.com/>

Este mapa veio a mostrar-se, ao longo da história, um documento riquíssimo, não fosse uma imagem valer por mais de mil palavras, perante as descrições literárias ora mais, ora menos precisas, dos nossos cronistas coevos. Em Linshöten é possível vislumbrar edifícios que já não permanecem entre nós, outros em construção e outros ainda que, estoicamente, resistiram à passagem do tempo e que noutros estudos defini como *arquitetura de catástrofe*, ou seja: arquiteturas que resistiram a catástrofes várias, de origem natural ou que com elas se transformaram e se tornaram mais funcionais.

A minúcia do traçado da cidade na carta de Linshöten deve-se, não só, à habilidade do autor, eventualmente ao cunho artístico, mas sobretudo à importância que Angra adquirira desde finais do século XV. É por via dessa condição geoestratégica, de porto fundamental das naus de regresso, carregadas de riqueza¹ o móbil principal da ação e da minúcia do cartógrafo aventureiro. Enfatizo esta afirmação, pelo facto de ele ter permanecido cerca de trinta meses, os necessários, para registar com precisão, a cidade, as suas ruas e, mais do que isso, a logística imaterial, essa sim, a razão pela qual esta cidade de Angra foi classificada de Património Mundial:

E porque a cidade de Angra, na ilha Terceira, é a capital e sede do governo de todas as ilhas Flamengas, qui juntá-la aqui retratada ao natural, com todas as suas ruas e fortalezas e seu ancoradouro ou porto aberto, com os montes chamados Brasil, onde se mantém vigia sobre os navios, tudo desenhado como melhor pude, conforme a respetiva situação real. (LINSHÖTEN, 1997).

Os feitos de ligação entre povos e continentes, eram mais do que suficientes nessa demanda, a par de um porto que assim o permitiu. Nos escritos de Linshöten sobre a ilha Terceira é possível aferir que, apesar de na carta ter registado a cidade, conheceu toda a ilha, descrevendo as suas dimensões e as suas distâncias, bem como as posições geográficas em relação às demais.

Cento e cinquenta anos depois do povoamento da ilha Terceira, Angra cidade apresentava um traçado urbanístico moderno, de cariz renascentista, harmonioso, regular e simétrico. Assim se apraz este núcleo, aparentemente, aberto ao mar através de vias largas, e com passeios, apenas e só porque as suas fortalezas, ladeadas ao porto, assim o permitiam. São os dois fortes: o de São Sebastião e o de São Filipe, e as portas muradas que solucionam o desenvolvimento desta traça urbana. Depressa o Castelo de São Luís se tornaria obsoleto perante a evidência de que a defesa teria de partir do mar e não de terra, mas o quadro mental dos primeiros povoadores, provenientes de plataformas continentais, assim os ajuizara: de que os perigos vinham sempre de terra e que os promontórios eram os lugares de melhor defesa. Não podiam estar mais errados! Depressa foram encetados os

¹ Linshöten descreve o modo como eram descarregadas as riquezas no porto de Angra, bem como o seu tipo. É referido um descarregamento de prata que o teria impressionado e que tinha coberto o cais de tal metal precioso. "Aí foram descarregadas com toda a pressa e presteza e verificou-se que traziam mais de cinco milhões em prata, tudo em peças do tamanho de oito e dez libras, pelo que todo o cais e praia ficaram cobertas de placas de prata e de caixotes cheios (...) coisa milagrosa de ver (...) fora as pérolas, o ouro e outras pedras que não vêm registadas." In: (LINSHÖTEN, 1997).

esforços para emendar a mão. Encanar a ribeira, drenar o pântano, uma prioridade! E assim nasceu Angra com uma Rua Direita, com uma ágora e com uma Rua da Sé, e todas as suas perpendiculares, e assim permaneceu, até à carta que ora se analisa e até aos dias de hoje.



Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

A carta de Angra de 1687, nascida no mesmo ano em que fora nomeado um novo Governador do Castelo de São João Baptista, de sua graça Alexandre de Sousa Azevedo e nomeado Agostinho Borges de Sousa Cymbron, Provedor da Fazenda, de permeio com os desmandos reais perpetrados por D. Pedro II e suas consortes Maria Francisca de Saboia² e Maria Sofia de Neuburgo³ sobre Rei cessante, ironicamente, cognominado de *Vitorioso*. Atente-se que estas relações matrimoniais viriam a desempenhar um papel importantíssimo nas cortes europeias, além das alianças que se firmaram e dos interesses políticos e económicos que estariam em causa, no âmbito da diplomacia e dos consulados.

Carta franco-seiscentista de Angra Um documento, vários propósitos

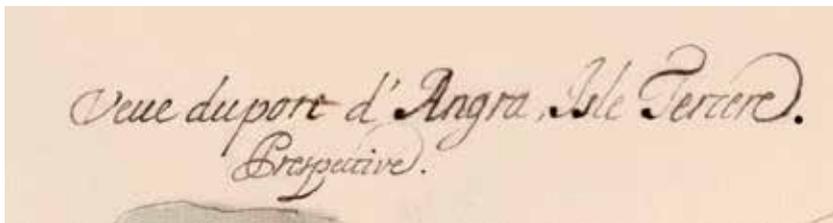
Nos seus aspetos técnicos, o documento cartográfico manuscrito é datado de 30 de maio de 1687, na posse do *Service Hydrographique de la Marine Conservées au*

² O primeiro casamento de Maria Francisca de Saboia com o rei D. Afonso VI, interessava à época aos destinos da França e a uma aliança estável e duradoura. Note-se que foi em La Rochelle que casou por procuração. Depois, mais tarde viria a casar com o cunhado, D. Pedro II, no ano de 1668.

³ O segundo casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo deu-se igualmente por procuração a 2 de julho de 1687, precisamente no ano da Carta, ficando de certo modo, em causa, as relações que Portugal havia estabelecido com a França, derivada dos casamentos anteriores. Maria Sofia de Neuburgo foi a mãe do sucessor, D. João V de Portugal, que viria a ter um papel ativo e relevante na política europeia e mundial, dada a gradual importância que Portugal vinha adquirindo, além da aliança estratégica com a Grã-Bretanha.

Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France e à consulta digital, em linha, em domínio público, no portal da referida biblioteca desde o dia 12 de agosto de 2018, é um documento de suporte em papel, com a técnica de desenho a contorno preto, colorido a aguarela. Verifica-se uma lacuna na metade inferior esquerda, precisamente na zona limítrofe da representação do Monte Brasil. No documento original é possível constatar que a carta contém um grande vinco a meio ladeado por outros dois contrários, o que é indicador de que estava dobrada em quatro partes. A reprodução disponibilizada foi intervencionada digitalmente no ano de 2018 para a remoção dos vincos, bem como de algumas manchas e sujidades inerentes às patines de documentos desta natureza.

Contactada a referida Biblioteca Nacional de França, relativamente às dimensões originais e analógicas, bem como a outras inscrições que se poderiam encontrar no verso, estes responderam, via e-mail, que a referida carta manuscrita faz parte do arquivo anteriormente mencionado e que a mesma é composta de 4 folhas montadas medindo 44, 5 cm de altura por 123,5 cm de largura, por sua vez coladas num outro suporte ligeiramente maior de 45 por 129 cm. Mais informou o interlocutor da referida Biblioteca, de seu nome Emmanuel Pavy, que no verso se encontra uma nota, escrita à mão, e que poderia, eventualmente, lançar uma luz sobre a sua procedência e que se reproduz *ipsis verbis*: “Vue du Port d’Angra, dans l’isle de Tercere. Envoyée par le S(ieu)r. Nègre, consul le 30 may 1687.



(Pormenor) *Vue du Port d’Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Nas pesquisas suplementares, e a partir desta preciosa nota, consegui apurar o nome completo do cônsul em questão, que também era negociante, conforme é referido na entrada constante nas *Genealogias da Ilha Terceira*⁴: Jean Angel Nègre, nascido por volta do ano de 1650 em Marselha, Bouches du Rhone, Provence-Alpes Côte d’Azur, França, tendo falecido a 30 de dezembro 1709 na Sé, cidade de Angra, e tendo casado a 6 de setembro de 1704 com Antónia Felícia de Meneses Corte-Real, deixando como descendentes um casal de filhos, Antónia Caetana de Menezes Côte-Real e Thomé Francisco

⁴ Vol. VI, p. 415.

Nègre. Ainda neste seguimento e aprofundamento da pesquisa, o cônsul Jean Angel Nègre foi, primeiramente, cônsul francês na cidade da Horta, tendo trocado de ilha, vindo para a Terceira, através de escritura pública firmada no livro 6º de Registo da Câmara Municipal da Horta, a 30 de setembro 1676, com o cônsul Jacques Berque, que viria a fixar residência na freguesia das Angústias dando origem ao nome Berquó com descendência nos Açores.



Páginas do Livro 6.º Do Registo da Câmara Municipal da Horta

Fundos Paroquiais dos Açores (Inventário Genealógico) - Direção Regional da Cultura (azores.gov.pt)

A carta de confirmação que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo é de 12 de dezembro de 1682 e é de chancelaria de D. Afonso VI, o rei largamente referenciado neste documento, como teremos possibilidade de verificar mais à frente.

Por outro lado, e depois de consultado o Dr. Jorge Forjaz, este informou de que o nome Nègre é bem conhecido, com capítulo próprio, mas sem descendência na Terceira.

O genealogista aponta a probabilidade de existência de descendentes no Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, por parte de Thomé Francisco Nègre que teve um filho, nascido na freguesia das Dozes Ribeiras, de nome Pedro Inácio Borges Nègre, emigrado para o Rio de Janeiro no ano de 1789 e que viria a falecer em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, perdendo-se, assim, o rasto desta família, uma vez que a filha do cônsul, D. Antónia Caetana de Meneses Corte Real, embora já casada, falecera apenas com 17 anos de idade, não deixando descendentes.

Da análise efetuada, ou a carta está assinada, e a autoria é de facto do cônsul Jean Angel Nègre, o que me parece mais provável, ou simplesmente a carta foi efetuada por outro aquarelista, francês, e somente enviada pelo cônsul, tal como é transcrito no verso *envoyée par Sier Nègre*. Considero esta última hipótese menos provável, mas que numa análise metódica e sistemática não poderá ser deixada de parte. O cônsul enviou a carta, porque foi o autor da mesma, sendo ele próprio que firmou o documento e o registou nos aspetos mais importantes a ressaltar: o teor minucioso do desenho apenas nos pontos apenas relacionados com a diplomacia e com negócios estrangeiros, até porque há que referir que a atividade consular nos Açores, com mais evidência para os cônsules ingleses⁵ e Norte Americanos, amplamente mais estudados na historiografia açoriana e, com menor incidência, dos franceses, exigia, além dos trabalhos, tarefas e responsabilidades afetas ao cargo, uma atividade mercantil e de negócios, relacionados com as práticas mais comuns, a saber: acolhimento e assistência a marinheiros a bordo de navios mercantes, que desembarcavam nas ilhas pelos mais variados motivos tais como, rescisões de contratos, doença, deserção, prática de crimes, socorro prestado a cidadãos vítimas de naufrágios, desembarque forçado, por via de corso e pirataria, assistência a capitães de navios e seus armadores, envolvendo interesses comerciais, elaboração de relatórios sobre a economia local em geral e de mapas de natureza estatística sobre o movimento de importação e exportação, etc. Pois, assim sendo, e tendo em conta estes dois últimos aspetos, parece residir a razão e o porquê do desenho do mapa, e o envio do mesmo para a França.

As tarefas consulares diplomáticas, muitas vezes, confundiam-se e confundem-se, com atividades de espionagem, e no século XVI e XVII, não seria muito diferente. Já no ano de 1596 o governo espanhol dava conta dos prejuízos que os estrangeiros provocavam na ilha Terceira “espiando e interferindo na exportação do trigo”⁶. Assim sendo, o mapa de origem consular, feito por um francês, mais não é do que um registo informativo iconográfico preciso da importância da cidade e do seu porto, sobretudo no que concerne à atividade comercial. Além disso, se atendermos que depois da Restauração portuguesa a Península Ibérica entra em crise económica, depressa percebemos que outras potências mundiais, tais como a Inglaterra e a França, poderiam ver nesse desaire uma oportunidade de domínio do Atlântico Norte. A informação que pudesse ser enviada para o palco das decisões, era preciosa. Nos escritos sobre assuntos diplomáticos na ilha Terceira, nomeadamente em Félix José da Costa⁷ no ano de 1866, verificamos ainda uma quantidade

⁵ Para aprofundamento deste assunto consultar os estudos do Prof. José Damião Rodrigues.

⁶ GIL, 1984, p. 558.

⁷ COSTA, 2019, p. 120.

avultada de consulados e agências consulares estrangeiras⁸ que funcionavam nas residências destes ou de comerciantes locais estando devidamente identificados nas varandas com placas ou chapas brasonadas referentes à nacionalidade. É ainda de assinalar que até é possível encontrar vários nomes portugueses. No caso francês encontramos o imóvel sito na cidade de Angra, Rua de Jesus, nº 55 e o nome de João Alberto Rebelo como cônsul daquele país. Outro nome português foi encontrado na documentação pesquisada e que vem atestar que eram cargos muito cobiçados pelos locais, devido às regalias que daí poderiam advir, como é o caso particular de Sérgio Pereira Ribeiro, nascido no ano de 1760 na Matriz da Horta, oriundo de uma família modesta, que veio a enriquecer, depois de ter sido nomeado cônsul francês no Faial no ano de 1798, não só com os proventos do consulado, mas sobretudo, devido à atividade comercial relacionada com o fornecimento de navios. Tais atividades eram práticas comuns, de tal forma que Maria Olímpia da Rocha Gil refere que foi a partir destas promiscuidades entre consulados e movimentos comerciais, que muitos homens enriqueceram nos Açores, casando com aristocracia ou obtendo títulos nobiliárquicos por outras vias o que vinha acontecendo, pelo menos, desde meados o século XVI. E assim tal é verdade que podemos comprovar através de um testamento datado de 1582 firmado por Cristóvão Borges da Costa a respeito da riqueza adquirida pelo esforço pessoal, e cito: “Todos os bens que tenho que todos deles me fes nosso Senhor mercê e esmola que os não ouve de herdamento, somente os ganhei por minha indústria”⁹. Os estratos sociais iam dando lugar à mobilidade das classes e esse já era um prenuncio de uma Idade Contemporânea e do que viria a efetivar-se depois da Revolução Francesa. Não foi isso que supostamente nos ensinaram na escola.

É, portanto, deste comércio marítimo complexo e movimentado, muito mais abrangente e importante, do que à partida se poderia esperar destas pequenas ilhas, que irão surgir interesses variados e relacionados, sobretudo, com a atividade comercial. A importância do porto de Angra já tinha dado provas claras desde a viagem de regresso de Vasco da Gama da Índia, depois vieram outros reis dos mares. “Angra era da maior importância (...) como ponto estratégico no Atlântico”¹⁰.

É certo que não são só as grandes potências as responsáveis por este grande incremento associado à posição geoestratégica das ilhas, pelo que a presença dos estrangeiros não deverá ser sobrevalorizada de maneira que diminua o potencial português. Na documentação coeva, podemos encontrar que havia também uma forte rede de relações comerciais internas, que faziam zarpar barcos e mercadores chegando a outras latitudes de exportação e importação. O vinho do Pico, o trigo e ainda algum pastel eram produtos apreciados e que giravam na plataforma arquipelágica. À França, o caso que pretendemos analisar, até porque caminhamos na senda de tentar perceber a razão de ser desta carta, interessava os produtos provenientes do Brasil tais como o açúcar, os couros, o tabaco, o pau brasil, a cochonilha e o algodão. O pastel não entra nesta equação, uma vez que à data da carta a sua exportação já começava a dar sinais de forte declínio, bem como a inexistência de tráfego

⁸ América do Norte, Bélgica, Brasil, Cidades Hanseáticas, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Espanha, Holanda, Itália, Rússia, Suécia, Noruega, Turquia e Uruguai.

⁹ GIL, 1984, p. 556.

¹⁰ GARCIA, 2013, p. 123.

negreiro, uma vez que Angra não se especializará neste tipo de atividade. Ora os navios que aqui aportavam com esses bens, que depois eram transacionados para outros navios e para outros destinos necessitavam dos consulados ou agências que tratassem de assuntos alfandegários e comerciais a que estes homens estariam fortemente ligados, aliás como atrás se aludiu. Por outro lado, ficariam nas ilhas outros bens provenientes, por exemplo, do porto de La Rochelle, tais como, os tecidos, entretelas, panos de Chatellerault, lãs de Segovia, sedas, papel, gesso, azeite, lantejoulas, pólvora, retrosaria, ferro, quinquilharias, breu, resina, bacalhau seco, algum sal e queijo¹¹. Note-se que, os tecidos de importação, atingiam nas ilhas margens de lucro na ordem dos 40% a 50%¹².



Vue du Port de La Rochelle, Pinel Édouard, 1792, Musées d'Art et d'Histoire de La Rochelle

Créditos de imagem: <https://www.alienor.org/collections-des-musees/fiche-objet-122101>

Os armadores franceses de seiscentos, mais conhecidos nos Açores, eram membros das famílias Allaire, Guiton, Deslandes e Picassary, todos eles protestantes. Maria Olímpia da Rocha Gil refere no seu artigo acerca da *Rede de Negócios efetuada no Atlântico Seiscentista*, a existência de representantes aos quais eram passadas procurações por franceses para tratarem dos negócios. São referidos nomes de David Chambrelan, João Boutillier, Adrião de Corte, Jacques de Pradon, Louis de la Rende, Jaques de Labat¹³, Jean Harriegue e Luis de Mences¹⁴ que se instalaram no arquipélago como agentes de articulação dos mercados giratórios. Além do mais, diversos franceses nos inícios de seiscentos experienciaram os mercados insulares, deslocando-se a Angra com mercadorias, regressando com outras e deixando na ilha Terceira encarregados por essa atividade, como é o caso de Guilherme Maingart.

¹¹ AZEVEDO, 1948, p. 3.

¹² GIL, 2016, p. 464.

¹³ GIL, 1984, p. 567.

¹⁴ GIL, 2016, p. 464.

O porto de Angra beneficiava na sua alfândega com o pagamento dos direitos dos produtos de origem longínqua. Por outro lado, os navios beneficiavam de proteção, quer seja ela por via da Provedoria das Armadas¹⁵ instalada desde 1527 ou da Câmara, dependente da origem e da carga dos mesmos. Neste âmbito, caberiam aos militares do Castelo a vigilância do espaço portuário, o controle das mercadorias e das portas do mar de acesso à cidade e, à Provedoria das Armadas, a escolta de navios e o auxílio às tripulações, bem como o abastecimento das embarcações. As boas relações entre a Câmara e a Provedoria, mostram-se fundamentais para o bom funcionamento logístico do porto, articulando com os mais diversos agentes e consulados, que se foram, paulatinamente, instalando conforme os interesses comerciais, que passariam, inevitavelmente, pelo arquipélago, sobretudo pelo porto de Angra que deixaria fortuna, devido às navegações de longo curso. Alberto Vieira, a respeito do comércio Atlântico que passava pelos arquipélagos portugueses, nomeadamente, sobre o açúcar, refere que:

o posicionamento das ilhas no traçado das rotas de comércio e navegação atlântica fez com que as coroas peninsulares dirigissem para aí todo o empenho nas iniciativas de apoio, defesa e controlo do trato comercial. As ilhas foram assim os bastiões avançados, suportes e símbolos da hegemonia peninsular no Atlântico¹⁶.

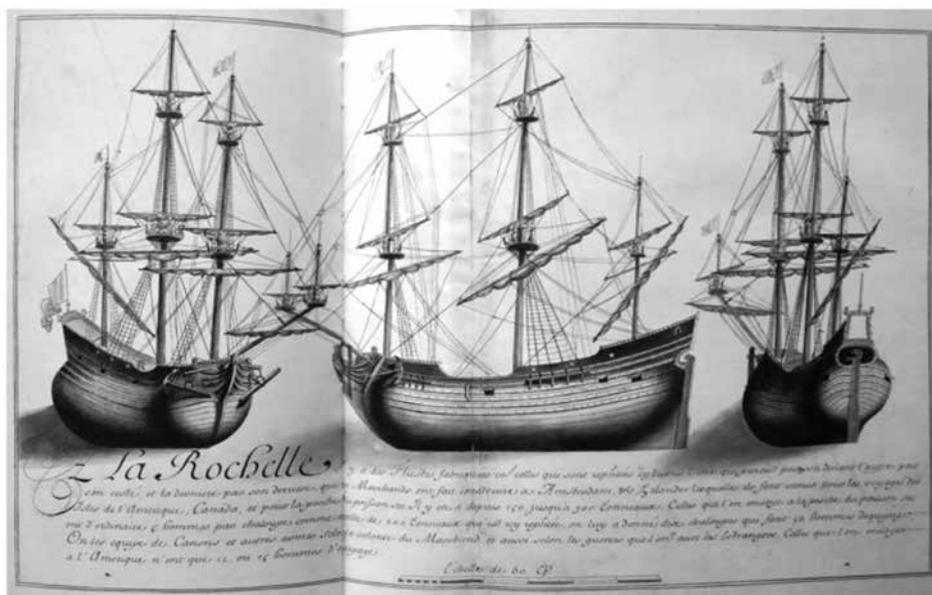
Maria Benedita de Almeida num artigo publicado no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* no ano de 1990 refere que nas décadas de 1670 e 1680 “os franceses procuravam estabelecer firmemente os seus interesses nas terras insulares como provam os relatórios de Jean Nègre para o diretor geral do comércio francês Senhor de Lagny¹⁷”. Foi neste quadro de interesses mercantis e de protetorado que se irão dar alguns episódios mais ou menos caricatos, como é o caso do relatado por Julião Soares de Azevedo a respeito do comércio de La Rochelle com a Terceira no século XVII, em que nomeia algumas embarcações que enfrentavam nos mares a pirataria espanhola, desfraldando bandeiras holandesas, de modo a contornar a pilhagem, como aconteceu com navio *Prophete Daniel* de Amesterdão contratado por Henry Vlamim, de La Rochelle, para uma viagem à Madeira e aos Açores no ano de 1657. Em março de 1671 parte, do porto francês já referenciado, o *Phillipe* que passa na Terceira seguindo para o Faial para carregar 180 pipas de vinho para as Antilhas. Em 1675 a Barca *Diligente*, fizera o mesmo percurso. Outros navios como o *Marie*, que aportou em Angra no ano de 1680, e que carregou os refrescos que “lui avoient été fournis par le Sier Nègre, consul de la nation françoise en la ditte isle de la Tersiere”. Esta descrição é encontrada no Archive Charante Maritime

¹⁵ A Provedoria das Armadas tinha como principal função o apoio às armadas oriundas dos diversos interpostos e colónias dominados pelos portugueses, bem como assistência e proteção dos navios que rumavam a Lisboa, vindos das longínquas paragens.

¹⁶ VIEIRA, 2004, p. 352.

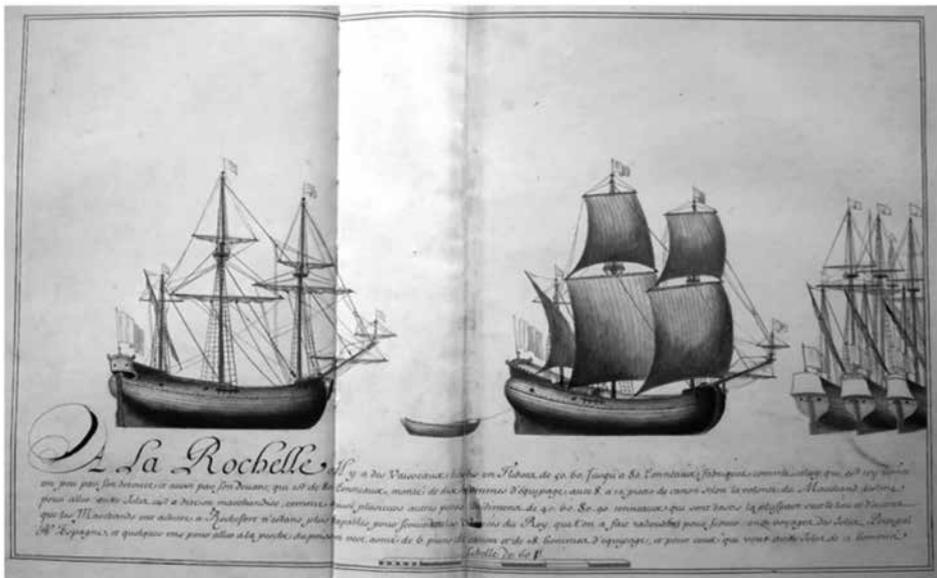
¹⁷ ALMEIDA, 1990, p. 383.

de La Rochelle, e justifica, deste modo, a necessidade de um cônsul francês na ilha de Jesus, apesar de também se constatar para os anos que medeiam 1682 e 1696 o registo de catorze de navios, todos de pequena tonelagem, 3 no ano de 1683, um em 1685, 1 em 1686, 5 em 1688, dos quais quatro fizeram a travessia via Lisboa, 2 em 1692 e 2 em 1693 que fizeram a travessia de La Rochelle – Angra e Angra – La Rochelle, como é o caso dos navios *César*, *Philipe* e o *Le Barthelemy*, sendo que este último já levava na sua tripulação dois nomes bem portugueses tais como António Lobo, o Bravo e Gregório Pires¹⁸, o que vem confirmar a imiscuidade de homens e de credos nestas embarcações. Note-se que, no ano imediatamente a seguir ao ano desta carta, 1688, foi o que, em Angra, aportaram mais navios provenientes de França, num total de cinco, distinguindo-se o tipo de embarcações que iam para a América e para o Canada, das que vinham para as ilhas de Portugal e de Espanha, ligeiramente mais pequenas, e que se assemelham às representadas na aguarela.



Barcos de La Rochelle para as ilhas de Espanha e Portugal, Michel Vergé-Franceschi et Éric Rieth, *Voiles et voiliers au temps de Louis XIV*, Paris, Éditions Du May, Service Historique de la Marine, *Bateaux des côtes de France. De Nantes jusque – à Bayonne 1679*, Paris, Éditions du Gerfaut, 2002, p. 55 <https://lebloguedeGuyperon.wordpress.com/>

¹⁸ AZEVEDO, 1948, p. 22.



Barcos de La Rochelle para as ilhas de Espanha e Portugal, Michel Vergé-Franceschi et Éric Rieth, Voiles et voiliers au temps de Louis XIV, Paris, Éditions Du May, Service Historique de la Marine, Bateaux des côtes de France. De Nantes jusqu'à Bayonne 1679, Paris, Éditions du Gerfaut, 2002, p. 55
<https://lebloguedeGuyPerron.wordpress.com/>



Pormenor de barco, Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687
 Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Relembre-se que, este tipo de atividades consulares, provenientes das mais diversas nacionalidades, tem registo no arquipélago pelo menos desde o século XVI, prolongando-se até finais do século XIX com a já conhecida família Dabney. No *livro do Tombo da Praia* e para o ano de 1579¹⁹, verificamos a existência do cargo de *tesoureiro do consulado* através dos feitores Hieronimo Fernandez Coelho e Pedro Lagar de Chaves. Por outro lado, nas *Posturas Camarárias de Angra*, datadas de 1718²⁰, já há indicações claras no sentido dos capitães ou mercadores de embarcações estrangeiras que viessem fazer negócio com a cidade, serem obrigados a manifestar na Câmara através do cônsul ou do seu intérprete os géneros que traziam consigo e o tipo de negócio que pretendiam, caso contrário estariam obrigados a uma multa de 50 cruzados e 30 dias de cadeia. De modo semelhante iria agir a Câmara da Horta, na publicação das suas *Posturas* de 1719²¹, colocando também os cônsules no centro desta ação, pagando eles iguais multas pela falta de informação relativa à quantidade e ao tipo de mercadoria descarregada. Neste contexto, há também que referir que alguns destes mercadores criaram ligações familiares nos Açores, casando com senhoras da aristocracia local, passando entre si procurações e fazendo com que as mulheres fossem, paulatinamente, ocupando lugares de destaque, facilitando assim os aspetos logísticos relacionados com esta atividade portuária, que viria a entrar em franco abrandamento a partir do último quartel do século XVII.

Efetivamente, o declínio gradual deste mercado francês, efetuado por via marítima, pode estar relacionado, ou pelo menos coincide nas datas, com a revogação do *Édito de Nantes* no ano de 1685, onde é decretado pelo rei Luis XIV através do *Édito de Fontainebleau* a perseguição dos reformistas protestantes, razão pela qual muitos deles fugiram ou permaneceram no estrangeiro, clandestinos ou casando com católicas, de modo a camuflar os seus verdadeiros intentos. Note-se que na Terceira, mais precisamente na freguesia dos Altares mantem-se o nome de um lugar particular de Arrochela²², também mencionado no livro *As 18 paróquias de Angra*²³ como *Rochela*²⁴ e que, certamente, poderá estar relacionado com estabelecimento de uma pequena comunidade francesa na ilha. Também na freguesia de Pedro Miguel, no concelho da Horta, encontramos um lugar com esse mesmo nome. Em 1688 Amesterdão contava com cerca de 500 refugiados de La Rochelle, desconhecendo-se os números, ao certo, dos que nestas ilhas permaneceram.

¹⁹ <http://ihit.pt/storage/app/media/tombo.pdf>

²⁰ <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/033341f0953e557d5c707a427f60812e.pdf>

²¹ <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/d23592ecf8a8be0544a5e452c4567bc1.pdf>

²² Note-se que a toponímico de Arrochela é anterior a estes acontecimentos. É do ano de 1525 a fundação da Ermida de Santa Catarina no lugar de Arrochela, freguesia dos Altares.

²³ MERELIM, 2017.

²⁴ MERELIM, 2017, p. 25.

A Carta como documento artístico e documental

A informação descrita

A carta do porto de Angra que se analisa é, antes de mais, um documento artístico e iconográfico e só depois de uma leitura mais atenta um documento histórico. Tendo em conta não só o descritivo em cabeçalho, mas a verosimilhança com o real, verificamos que ao centro, no topo do documento está inscrito em língua francesa a seguinte inscrição: “Vue du port d’Angra, Isle Tercere. Prespective” (Vista do Porto de Angra Ilha Terceira. Perspetiva). Efetivamente, o desenho é acompanhado de inscrições que fornecem informação mais precisa dos sítios e dos monumentos e que darei nota neste texto casuisticamente. Estas inscrições encontram-se junto aos lugares, fornecendo informação imediata. Embora aparecem e sejam identificados muitos outros edifícios, apenas poucos e alguns lugares são alvo desta inscrição, fundamentalmente no que concerne à logística portuária e de defesa costeira. Do total das 25 anotações que se contaram, 12 se referem a defesa e logística costeira, tais como as zonas muralhadas, o Castelo de São João Baptista, o Castelo de São Sebastião, o Castelo dos Moinhos, o Porto das Pipas, o Porto Novo, a alfandega, as lojas do rei, e as bicas de água. Apenas há referência a três edifícios religiosos, tais como a Ermida de Santo António, os Jesuítas e São Francisco, embora seja possível identificar na imagem a Sé, a igreja da Conceição, a ermida do Corpo Santo, a Ermida dos Remédios e a primitiva Igreja da Misericórdia.

Abaixo elencam-se os registos manuscritos afetos aos imóveis e aos sítios da presente carta:

- *Les sinaux d’estre qui parvissent en mer*
- *Alont des croix*
- *St. Antoine*
- *Bois*
- *Rocher*
- *Muraille*
- *Maison du Roy D. Affonse 6°*
- *Jardin du Roy D. Affonse 6° Portugal*
- *Sable*
- *Port du Roy ou Port Neuf*
- *Mureaux de St. Jean Baptiste*
- *Muillages des batiments*
- *Sable*
- *Jesuites*
- *Douane*
- *Chateaux des molins*
- *Molins*
- *S. François*
- *Bureau*
- *Magazins du Roy*

- *Qay du mole*
- *Fontaines*
- *Chateau St. Sebastien*
- *Port de Pipes*

Arquitetura religiosa

No referente à arquitetura religiosa, começo pela ermida, a de Santo António da Grotta, no Monte Brasil, com uma fachada simples, de uma só porta, encimada por uma cruz e com características de alçado muito semelhantes à atual. Segundo Alfredo da Silva Sampaio, com base em Drummond nos *Anais da Ilha Terceira*, esta ermida foi fundada no ano de 1615, tendo, à altura da carta, pouco mais de setenta anos. Ao redor da ermida verificamos os caminhos de acesso, bem como arvoredo na zona do tardoz.



Pormenor da Ermida de Santo António da Grotta, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

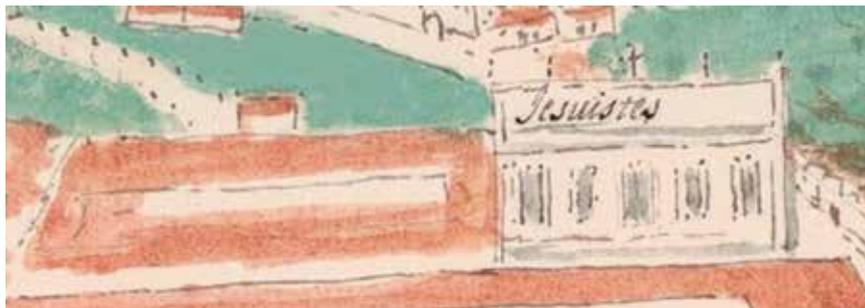
A Sé de Angra com as duas torres encimadas por coruchéus e a sua fachada voltada para a rua principal. Dos telhados, sobressai a imponente catedral, com o teto de duas águas, as poucas aberturas no alçado, invocando a sua construção durante a crise dinástica de sucessão adotando um estilo maneirista mais fortificado e que em Portugal se designaria de Estilo Chão.



Pormenor da Sé de Angra, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Dos Jesuítas, que, entretanto, já teriam deixado a Rua de Jesus para se instalarem no quarteirão que ladeia a Rua Direita e a atual Rua do Palácio, é possível vislumbrar a construção imponente do claustro adossado à igreja jesuítica, com data de sagração e de inauguração do pátio de estudos no ano de 1678 com cinco grandes janelões no alçado nascente, seguindo as premissas de igreja salão, abolindo as naves e o nártex para uma maior estupefação e glória de Deus. Para a construção deste complexo edificado foi necessário demolir-se a ermida dos Santos Cosme e Damião, mandada edificar no ano de 1560 por António Pires do Canto.



Pormenor dos Jesuítas, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

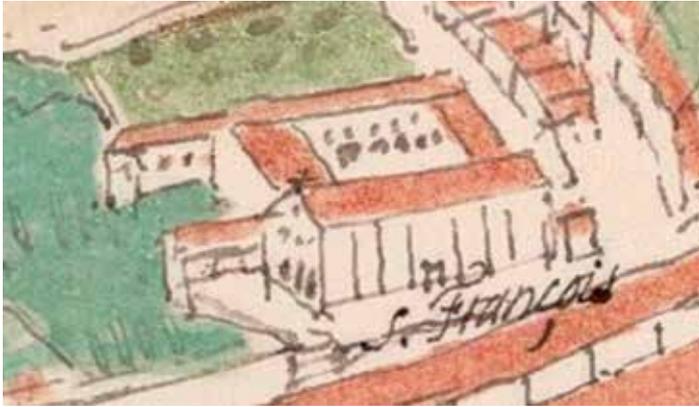
Abaixo a Igreja da Misericórdia, ainda com a sua fachada voltada para a Rua Direita, apenas se vislumbra a torre sineira adossada. A ponte que passava por cima da Rua de Santo Espírito e que ligava a Misericórdia ao hospital e ermida pelo que é possível constatar na aguarela já havia desaparecido, nem é referenciado o hospital, mas sim o complexo de escritórios e de lojas do Rei *Magazins du Roy*. Não consta que esta referência seja de somenos importância para ser omitido, mas só vem evidenciar os interesses portuários, comerciais e logísticos do consulado francês na cidade.



Pormenor da Misericórdia e dos Magazins du Roy, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Mais acima, o grande quarteirão de São Francisco com a sua igreja e respetivo claustro na configuração atual, mas diferente da apresentada por Linshöten, bem mais modesta. Este novo complexo, à data da carta francesa, tinha sido sagrado há meros 15 anos, uma vez que o novo convento, edificado sobre a primitiva capela, baliza as datas da sua imponente construção entre 1666 e 1672.



Pormenor de São Francisco, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

A Conceição também está aqui esquematizada com a sua igreja de dimensões mais simples, ainda sem a torre, viria, mais tarde a ser um exemplo do barroco, pós ocupação filipina, tendo sido alvo de várias remodelações ao longo dos tempos. A que aqui se apresenta na carta, é muito semelhante à de Linshöten com um telhado de duas águas com frontal encimado pela cruz, com pequenas frestas na fachada e ainda sem a configuração barroca que lhe é característica. Esta igreja, a par da Sé, e de São Francisco é considerada um dos primeiros templos da cidade.



Pormenor da Ermida da Conceição, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

A ermida do Corpo Santo sita no cimo da rocha de *Cantagalo*, onde, atualmente, se encontra o Monumento de António Dacosta *Em Louvor de*, sobranceira à baía de Angra, também ela conhecida como *Ermida dos Navegantes*, por ter sido dedicada à *Nossa Senhora da Boa Viagem*, aparece-nos na carta quinhentista de Linshöten e na presente carta. No recente livro publicado por Humberto Oliveira²⁵, é apresentada uma fotografia dos inícios do século XX onde é ainda possível constatar a presença da referida ermida.



Pormenor da Ermida do Corpo Santo, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*
Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Arquitetura civil e municipal

Depois do encanamento da ribeira, no lugar também conhecido por “outeiro”, é possível verificar, desde os primórdios da ocupação da ilha, pelo visionário Álvaro Martins Homem, que a questão da água foi fundamental para a constituição da urbe. A então Vila de Angra antes de abastecida nos numerosos chafarizes pelo precioso líquido, iria fazer girar os seus moinhos pela encosta do promontório onde tinha sido construída a primeira

²⁵ OLIVEIRA, 2012, p. 305.

fortaleza dedicada a São Luís. Gaspar Frutuoso nas *Saudades da Terra* e o Padre António Cordeiro na *História Insulana*, referem a existência de 12 engenhos hidráulicos de moição. Na carta de Linshöten e nesta que ora se analisa é possível perceber a mesma configuração de moinhos seguindo o trajeto da ribeira e que estariam ativos até aos inícios do século XX, tendo sido extintos em meados do mesmo.

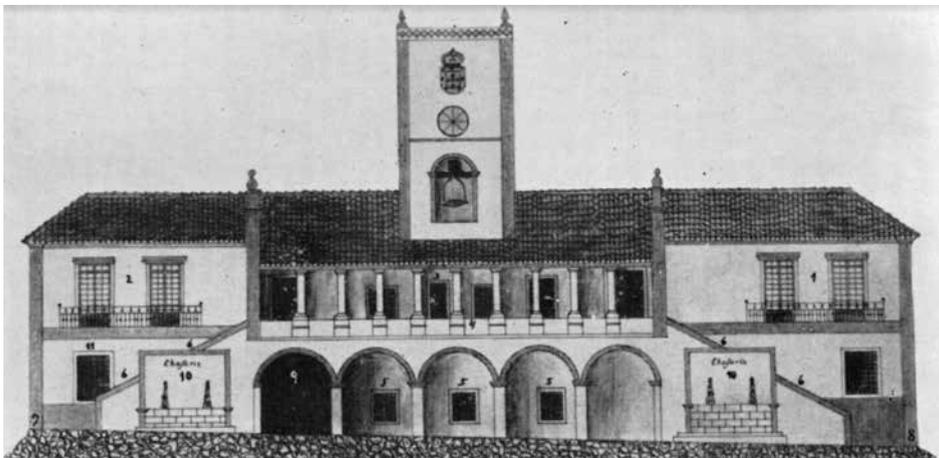
O fator mais diferenciador desta carta é o de representar a segunda Câmara de Angra, também conhecida pelo *Edifício da Restauração*. Nesta configuração é possível observar a Praça Velha ou Praça da Restauração²⁶ de maiores dimensões, devido ao recuo do antigo imóvel, mantendo-se o pelourinho, que só no século XIX viria a ser demolido da praça, depois da nova ordem liberal e constitucional. Neste edifício datado de 20 de abril de 1610, verificamos a imponente torre centralizada com o relógio e o sino de recolher, o balcão central no piso superior e um conjunto de arcadas no piso inferior, onde passou então a funcionar a cadeia, ladeada de dois chafarizes. Note-se que na carta de Linshöten a cadeia ficava desagregada do edifício camarário, mas fazia parte do mesmo complexo edificado.



Pormenor da Câmara de Angra, *Vue du Port d'Angra, Isle Terçera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

²⁶ Também conhecida como Praça dos Santos Cosme e Damião.



Câmara de Angra de 1610, Gravura de 1848

A casa do capitão, numa das principais vias da cidade, no enfiamento da Rua Direita, ou seja, do cais à Praça Velha e desta, à casa propriamente dita, considerada na arquitetura civil, uma das mais antigas da cidade. Pelo que é possível observar em cartas anteriores a esta, a casa aparenta grandes dimensões, bem como terrenos circundantes, que mais tarde viriam a ser reduzidos, restando o imóvel. Na aguarela é possível observar o arco de volta perfeita característico do pórtico de entrada, bem como a representação dos terrenos de cultivo.

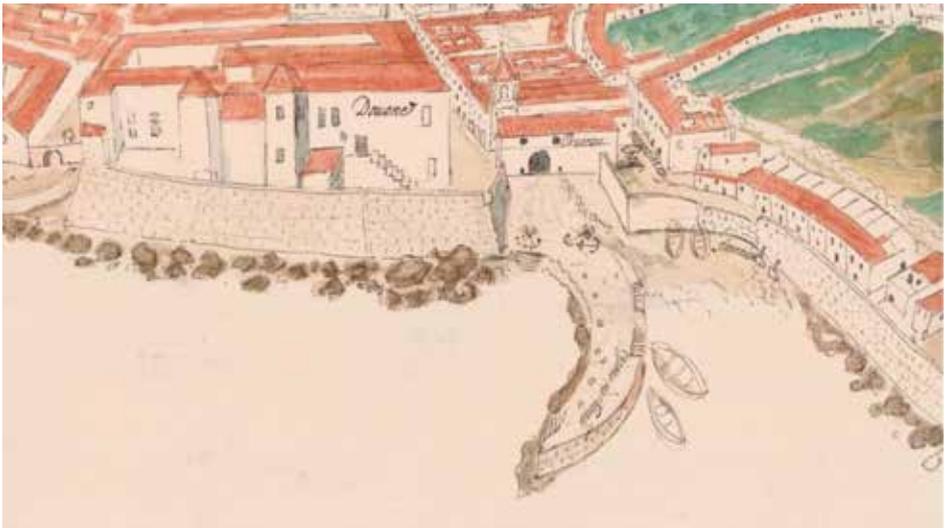


Pormenor da Casa do Capitão, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Arquitetura militar e logística portuária

Várias vezes nós, os historiadores, afirmamos que a cidade de Angra tem as suas ruas abertas ao mar. No entanto, por esta aguarela verificamos que a Rua de São João e a Rua Direita estariam fortificadas com grandes muros e portas, para além dos dois portentosos flancos de proteção da baía. A muralha da Alfândega evidencia a importância de proteção, bem como toda a muralha que segue até à rocha alta do Cantagalo e até ao Porto das Pípas de igual configuração. A rocha natural combatia, com igual eficácia, e segurança, as fragilidades da costa. Esta era aproveitada, sempre que possível. No século XVII a baía de Angra prevenira-se contra os ataques indesejados de corso e pirataria, reforçando as suas eventuais vulnerabilidades. Prevenira-se porque tinha razões para tal, não confiando, tão somente, na sua inexpugnável fortaleza. Este aspeto além de estar bem representado, é o mais visível desta perspetiva que vai desde o promontório do Monte Brasil, até à costa alta do Castelo de São Sebastião, isto sem referir que, a simples presença desta diplomacia estrangeira poderia arrear caminho da tratantada rondante, evitando assim, acidentes diplomáticos difíceis de reparar num quadro de relações bilaterais.



Pormenor do Cais da Alfândega, *Vue du Port d'Angra, Isle Terçera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

À data da carta, o Castelo dos Moinhos, ou de São Luís ainda estava de pé, embora a sua função de proteção estivesse condenada, à partida. O promontório onde fora construído de pouco ou nada servira à sua inicial função de proteção de Angra. Os perigos

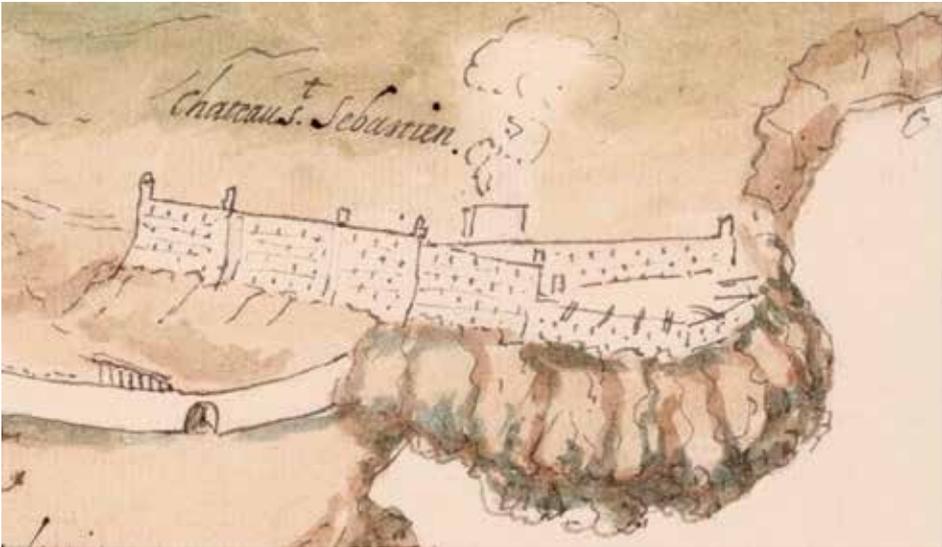
vinham essencialmente do mar, mesmo no ano da sua construção, que é de finais do século XV, não se adaptou aos propósitos de natureza insular. Exceção feita na época da Restauração em que Félix José da Costa²⁷ evidencia o promontório, já ele pouco fortificado, para ponto de guarnição e defesa que Francisco Carvalhal Borges utilizou contra os espanhóis. No século XIX, já muito arruinado, as suas pedram viam cumprir outra função, a de monumento, ou melhor a de *Memória* ao rei Liberal D. Pedro IV.



Pormenor do Castelo dos Moinhos, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*
Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Na extremidade direita da carta, sobranceiro ao Porto de Pipas, é possível identificar o Castelo de São Sebastião, também conhecido por Castelinho. Aparece-nos numa numa configuração muito semelhante à atual. Esta fortaleza, uma das primeiras desta baía, que em conjunto com o forte de Santo António e o Forte do Três Paus, faziam fogo cruzado, impedindo a entrada das embarcações indesejadas, facto que depois se viria a consumir, de uma forma mais esdrúxula com a construção da Fortaleza de São Filipe, atualmente conhecida por Castelo de São João Batista, em honra do rei Restaurador.

²⁷ COSTA, 2019, p. 205.



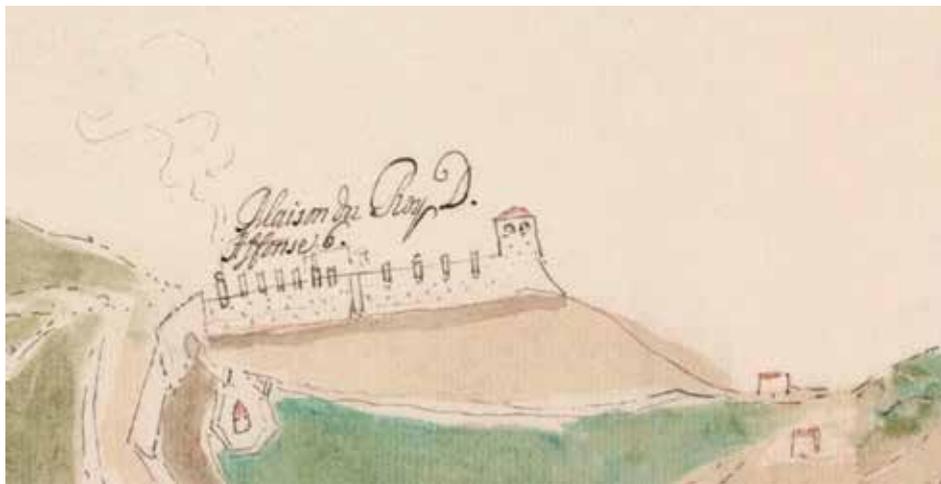
Pormenor do Castelo de São Sebastião, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

À data desta carta, apenas quarenta e cinco anos se tinham passado depois do acontecimento de rendição da guarnição espanhola, depois de um longo cerco de onze meses. Tal acontecimento marcante que daria a Boa Nova a partir da ermida com o mesmo nome, viria a transformar o quadro mental e cultural da população e dos forasteiros de passagem. Atente-se às designações que se aludem neste documento a D. Afonso VI, *o Vitorioso*, como que a renovar estes votos identitários da dinastia de Bragança e seu imediato sucessor. É certo que por esta cidade o Rei deambulara. Mais do que um prisioneiro, à partida, D. Afonso VI foi um instalado provisório. Ficara a conhecer o Monte Brasil e os seus recantos como a palma das suas mãos. Assim, na carta, o já suposto Castelo de São João Baptista é identificado como a *Maison du Roy D. Afonso VI*, a casa de Regalo e sua florestação é inscrita como o *Jardin du Roy D. Afonso VI de Portugal* e até mesmo o Porto Novo, que dava acesso à fortaleza, *Port du Roy ou Port Neuf*, já sem me alongar nas casas da Rua de Santo Espírito, referenciadas como *Magazins du Roy*. Assim exposto, e sem querer efabular, podemos depreender que houve interesse no registo remoto da estadia régia, que havia ocorrido, à data da carta, há pouco mais de dez anos, mas a questão é a seguinte: porque é que os franceses deram tanta importância a esse facto e a essa estadia em pleno reinado de Luís XIV? Haveriam outros intentos animados pela ciência poliorcética? Ou seriam meros interesses políticos relacionados com as repetidas crises de sucessão ao trono espanhol? Eventualmente, uma análise mais profunda do contexto

político e social da França à época, poderia dar respostas mais concretas sobre a opção das referências manuscritas na presente na carta. Deixo assim a sugestão. No entanto há que ter em linha de conta que o poder absolutista de Luís XIV, legitimado supostamente por Deus, não deixaria por mãos alheias a mundividências terrenas. Estar atento a uma geopolítica era uma forma de se evitarem surpresas desagradáveis, uma forma de agir e ter poder sobre o mundo, muito para além do território francês.

No seguimento desta análise, não posso deixar de destacar a parca informação sobre o imponente e evidente Castelo, rebatizado de São João Baptista. O eufemismo referenciado pelo aguarelista apenas como *Casa do Rei D. Afonso VI*, não deixa de ser, para nós um fator de estupefação. A inexpugnável fortaleza impunha-se, aliás impõe-se com tal grandeza e determinação que não pode deixar ninguém indiferente, para ser reduzida a um mero espaço habitacional. O Baluarte da Boa Nova e as ameias, são a sua face mais visível pela perspetiva imposta. É certo de que não seria fácil ao hábil artista desenhá-la em todo o seu esplendor, mas a questão permanece: porque é que não foi referenciada pela sua nomenclatura de Castelo de São João Baptista? Talvez a resposta possa residir apenas nos interesses superficiais da estadia do Venturoso rei. Caso contrário, a fortaleza era uma estrutura de defesa e de ataque não apenas com fins militares, mas sobretudo com fins comerciais.



Pormenor do Castelo de São João Baptista, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*
Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes
et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

O Pico das Cruzinhas, ou simplesmente as Cruzes, desde os tempos mais remotos que são referenciadas, não só pelos cronistas, como também pela documentação iconográfica. As três cruzes que surgem num dos quatro picos do complexo designado de

Monte Brasil, mais precisamente no promontório sobranceiro à cidade, onde atualmente se ergue um padrão evocativo dos descobrimentos portugueses. As antigas três cruzes, ao que consta de grandes dimensões, pelo facto de se avistarem de terra e de mar, só viriam a ser demolidas no ano de 1932, sendo alusões claras ao Calvário de Cristo, não fosse a ilha Terceira, também ela conhecida como a ilha de Jesus.



Pormenor Pico das Cruzinhas e Pico do Facho, *Vue du Port d'Angra, Isle Tercera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Nos aspetos logísticos e portuários da carta é possível verificar o interesse nos imóveis e equipamentos de apoio. No Pico do Facho, são referenciados os sinais que se erguem para a sinalização ou para orientação das embarcações que pretendiam entrar ou ancorar na baía. Esta sinalética antiga, neste local, é visível na carta de Linshöten, mas com um outro complexo de estruturas mais militarizadas. Note-se que este tipo de sinalização foi utilizado no Monte Brasil até ao início do século XX, servindo o seu propósito até à introdução das novas tecnologias de navegação.

Quanto ao Porto das Pipas este é representado com o seu cais em forma de cornucópia, e a sua muralha de proteção servia sobretudo de abastecimento às embarcações e aos barcos costeiros que navegavam entre as ilhas do Grupo Central, visto ser este o local da baía mais abrigado das intempéries. Na aguarela é possível observar a acostagem de uma embarcação, bem como a existência de duas âncoras, certamente desproporcionadas face ao pórtico de passagem na muralha. Este porto um dos mais antigos da ilha, uma vez que podemos constatar pelo alvará de D. Sebastião, datado de 14 de maio de 1566, já se havia mandado consertar e reparar.



Portmenor do Porto de Pipas, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Outro ponto de acostagem na baía de angra, é o cais da alfândega, uma vez que a ancoragem se realizava em águas mais profundas, e que servia as pequenas embarcações de transporte de passageiros que a este cais tinham acesso através da dupla escadaria. Por aqui passaram as figuras mais ilustres. Do lado direito, as bicas de água fresca que faziam a aguada das embarcações. De frente, a muralha com portal de acesso e que o aguarelista inscreveu como escritórios de apoio à logística portuária. Do lado esquerdo, a imponente alfândega com a sua muralha alteada. A alfândega que tudo viu passar, desde as riquezas mais sumptuosas, à pragas e pestes mais repugnantes, desde o foral concedido por El-Rei D. Manuel a 4 de julho de 1499, o controle alfandegário exigia o pagamento dos direitos aduaneiros, quer em géneros, quer em dinheiro. Assim, esta casa da alfândega aqui representada surge-nos de maiores dimensões, comparativamente à carta quinhentista, com vários volumes adossados ao alçado lateral, bem como escadaria de acesso. A atual casa começou a ser remodelada em julho de 1850, tendo-se concluído as obras a 31 de dezembro de 1852.



Pormenor da zona Costeira do Cais da Alfândega, *Vue du Port d'Angra, Isle Terçera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Relativamente ao porto de desembarque da fortaleza de São João Baptista, também identificado como *Porto Novo* ou *Porto do Rei*, apenas podemos observar a areia que também é identificada não só iconograficamente, mas literalmente. Não observamos a construção muralhada da gravura de Linshöten. As razões não parecem prender-se com a desatenção do aguarelista, mas sim pela sua remodelação à época da carta em questão.



Pormenor do Porto Novo, *Vue du Port d'Angra, Isle Terçera, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

Na carta de Nègre verificamos a zona da Prainha apenas com areia e não como um estaleiro, tal como é possível observar na carta quinhentista. Interessante é verificar a Rua de São João Fortificada até à Rocha que funciona como barreira natural, sendo esse um aproveitamento já verificado noutras situações.



Pormenor da Prainha, *Vue du Port d'Angra, Isle Terceira, Perspective, 1687*

Créditos de imagem: Service Hydrographique de la Marine Conservées au Département des Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de France, <https://gallica.bnf.fr>

CONCLUSÃO

Nesta carta franco seiscentista enviada pelo cônsul francês Jean Angel Nègre, instalado na cidade de Angra, podemos ressaltar três pontos:

Apesar da existência de dois grandes fortes na baía que funcionavam, sobretudo em caso de ataque, mas também de defesa, isto para não falar do obsoleto Castelo de São Luís, verificamos também a existência de uma muralha que contornava todos os baixios da baía, com exceção do alto de Castelo de São Sebastião, Rocha do Cantagalo, Rocha da Prainha e parte costeira abrupta do Monte Brasil. A cidade defende-se das entradas costeiras através de portões que são estrategicamente colocados no Porto de Pipas, Cais da Alfandega e Rua de São João. Verificamos que o portão do Porto Novo não está aqui representado, tal como aparece na gravura de Linshöten.

Deste modo, a aguarela em causa, parece dar ênfase a aspetos logísticos costeiros, com um porto e uma cidade segura, que justifique a existência de diversos consulados e agências que funcionavam de apoio aos cidadãos estrangeiros desembarcados ou naufragados. Ora sendo o seu autor ou expedidor da carta o cônsul francês, verificamos o destaque dado aos edifícios de suporte ao comércio marítimo e de logística costeira. A par disso, o autor evidencia, por várias vezes, a estadia do Rei D. Afonso VI na ilha, mesmo passadas algumas décadas daquilo que foi um degredo ameno, eufemisticamente falando. Assim sendo, tenta-se passar a ideia de uma cidade cosmopolita, com vida, com os seus edifícios monumentais, seus telhados que compõem o casario regular, seus locais verdes e desafogados.

Assim também é possível verificar que, apesar da existência de um comércio marítimo externo e estrangeiro, este fator não deverá ser sobrevalorizado em detrimento de um comércio que se desenvolvia a uma escala menor, mas de extrema importância para as ilhas que eram as trocas comerciais entre os produtos excedentes que cada ilha produzia e fazia circular, colocando-os a bordo de navios que não só vinham por causa do comércio longínquo, da prata, do algodão, do açúcar, mas também do trigo ou o *Pão das ilhas*²⁸ como era referenciado na altura, do vinho e da fruta, que alguns barcos franceses levariam para a metrópole. O Porto das Pipas, seria então o porto desta circulação interna em que os cônsules também desempenhavam um papel determinante.

Estes funcionários de destacado papel na máquina administrativa e política francesa, acabavam por ser intrusos, devidamente autorizados e legalizados entre os países. Portugal também assim o fez, aliás como há relatos dos cônsules portugueses em Cádiz que desempenhavam também uma importantíssima função comercial. O professor António Pires Ventura, afirma num texto publicado na Revista Militar no ano de 2011 que:

Embaixadores, cônsules, auditores do Conselho de Estado e intendentess criaram redes de informadores e colaboradores que procediam à recolha de informações, forneciam avaliações e sugestões vitais para quem não estava no terreno²⁹.

Um estudo mais aprofundado destas relações comerciais entre ilhas, e destas para outras paragens e o papel que as agências consulares desempenharam nesse incremento para os Açores e para os açorianos, é um trabalho que ainda falta fazer. Apesar dos escritos e artigos avulsos nesta matéria que é a importância de Angra no tráfego comercial Atlântico e transatlântico. Angra merece que lhe seja contada essa história, que afinal é a sua história imaterial, ou seja, a função marítima no quadro das grandes explorações e a possibilidade do intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta e que colocou Angra no Centro do Mundo, e que afinal, fizeram dela Património Mundial.³⁰

²⁸ “Além de Franceses, navios de outras nacionalidades iam aos Açores em busca de pão para Lisboa”. AZEVEDO, 1948, p. 19.

²⁹ VENTURA, 2011, p. 643.

³⁰ Critério IV: *Enquanto escala obrigatória das frotas das Áfricas e das Índias em pleno oceano Atlântico, o porto de Angra é o exemplo iminente de uma conceção ligada à função marítima, no quadro das grandes explorações.* Critério VI: *Angra do Heroísmo está direta e materialmente associada a um acontecimento, de significação histórica universal: a exploração marítima que permitiu o intercâmbio entre as grandes civilizações do planeta.*

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Benedita. (1990). *Alguns Aspectos da Exploração Económica do Arquipélago dos Açores em Meados do Século XVII*, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLVIII, 1990, pp.377-387.
- AZEVEDO, Julião Soares de. (1948). *Nota e documentos sobre o comércio de La Rochelle com a Terceira no século XVII*, in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. VI, 1948, pp.1-23.
- BRAZ, Henrique. (1985). *As Ruas da Cidade (Notas para a Toponímia da cidade de Angra, Ilha Terceira) e outros escritos, Angra do Heroísmo*, Edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- CHAGAS, Frei Diogo. (2007). *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Direção Regional da Cultura.
- CORDEIRO, António. (1981). *História Insulana*, Região Autónoma dos Açores, Secretaria Regional de Educação e Cultura.
- COSTA, Félix José. (2019). *Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores, Seus Títulos, Edifícios e estabelecimentos públicos*, Edição da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- DRUMMOND, Francisco Ferreira. (1981). *Anais da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, Direção Regional da Cultura.
- GARCIA, Ana Catarina Abrantes. (2013). *O funcionamento do porto de Angra durante o século XVII*, Centro de História de Além-Mar. *La Gobernanza de Los Puertos Atlánticos, Siglos XIV – XX*, pp. 123-146.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha. (1984). *Os Açores e a Rede de negócios no Atlântico Seiscentista, (Os Açores e o Atlântico) Séculos XIV a XVII*, 1984, Edição do Instituto Açoriano de Cultura, Actas do *Colóquio Internacional realizado em Angra do Heroísmo de 8 a 13 de agosto de 1983*.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha. (2016). *O arquipélago dos Açores no Século XVII aspectos socio-económicos (1575-1675)*, Secretaria Regional de Educação e Cultura. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschöten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, por Arie Pos e Rui Manuel Loureiro, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa 1997.
- FRUTUOSO, Gaspar. (2005). *Saudades da Terra (Livro VI)*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- MENDES, António Ornelas, FORJAZ, Jorge. (2007). *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro.
- MERELIM, Pedro. (2017). *As 18 Paróquias de Angra*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- OLIVEIRA, Humberto. (2012). *Angra na Visão de Linshöten*, doc PDF.
- RODRIGUES, José Damião. (2012). *Histórias Atlânticas, os Açores e a Primeira Modernidade*, Centro de História e de Além-Mar.
- SAMPAIO, Alfredo da Silva. (1904). *Memória sobre a ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Imprensa Municipal.
- VENTURA, António Pires. (2011). *Revista Militar* Nº 2512, pp. 643-662.
- VIEIRA, Alberto. (2004). *Canaviais, Açúcar e Aguardente na Madeira. Séculos XV a XX*, Centro de Estudos de História do Atlântico.

WEBGRAFIA

Posturas Camarárias (ihit.pt) <http://ihit.pt/codeigniter/assets/upload/pdf/033341f0953e557d-5c707a427f60812e.pdf>

<http://ihit.pt/codeigniter/asets/upload/pdf/d23592ecf8a8be0544a5e452c4567bc1.pdf> – consultado a 4 de dezembro de 2021.

tombo (ihit.pt) – consultado a 4 de dezembro de 2021.

<https://lebloguedeguyperon.wordpress.com/> consultado a 5 de dezembro de 2021.

Fundos Paroquiais dos Açores (Inventário Genealógico) - Direção Regional da Cultura (azores.gov.pt) consultado a 5 de dezembro de 2021.

HISTÓRIA

QUATRO DOUTORES DA IGREJA NA CATEDRAL DE ANGRA

Margarida dos Santos Lopes*

1. Nota introdutória Santos Doutores da Igreja

O título de Doutor da Igreja Universal (*Doctor Ecclesiae Universalis*) é atribuído pela Igreja Católica às personalidades santificadas que, pelo seu saber teológico e contributo para a doutrina, avaliados através dos seus escritos, tornaram-se merecedores de tal destaque. O seu reconhecimento encontra-se assim associado à sua sabedoria, qualidade doutrinária capaz de influenciar a Igreja, e elevado grau de santidade ao longo da sua vida.

São três as premissas seguidas pela Igreja no processo de reconhecimento de um Santo Doutor: *eminens doctrina* (importância da doutrina ou conhecimento eminente), *insignis vitae sanctitas* (alto grau de santidade) e *ecclesiae declaratio* (proclamação da Igreja). Vejamos, porém, em que consiste cada um dos requisitos, individualmente.

Eminens doctrina. Pressupõe que o candidato tenha manifestado profundidade doutrinária, normalmente refletido através da sua herança escrita, a qual deverá expressar a tradição católica autêntica e vivificante. A título de exemplo toma-se nota das proeminentes epístolas e tratados curtos de São Gregório Magno, de Santo Ambrósio e Santo António de Lisboa, ou os escritos de teologia mística de Santa Catarina de Sena e de São João da Cruz. Santo Anselmo, Santo Alberto Magno, São Tomás de Aquino e Santa Teresa Benedita da Cruz também são excelentes exemplos no contributo filosófico para a teologia sistemática.

Insignis vitae sanctitas. O referido alto grau de santidade implica que o candidato represente uma santidade verdadeiramente destacada, célebre mesmo de entre os santos. Repare-se, como anunciado anteriormente, que o reconhecimento como Doutor da Igreja pressupõe que o candidato já foi canonizado, pelo que se requisita neste processo uma

* Mestre em Estudos do Património. Técnica do projeto de inventário de bens móveis e arquivísticos da Diocese de Angra. Sócia correspondente do IHIT.

santidade superior. As experiências místicas podem ser incluídas nesta premissa como as dos já mencionados Santa Catarina de Sena e São João da Cruz. Santa Teresa do Menino Jesus (de Lisieux) também poderá ser aqui evocada, pelos seus ensinamentos doutrinários como a teologia do pequeno caminho ou infância espiritual.

Ecclesiae declaratio. Por fim e após rigorosos estudos que poderão demorar décadas, a proclamação é anunciada pela Congregação para a Causa dos Santos¹, em forma de decreto destinado a toda a Igreja, que estende o título de “Doutor” no uso do Ofício Divino e da Missa de um santo.

A exigência requerida ao candidato a Doutor da Igreja converte-se numa limitada lista de personalidades que alcançaram o alto honorífico. Somente os mestres mais proeminentes entre os Santos o atingem. Em jeito de exemplo, veja-se indivíduos como Santo Agostinho (proclamado em 1298) ou São Tomás de Aquino (proclamado em 1880), ambas personalidades de excelência, considerados como os dois principais teólogos do Cristianismo.

É neste sentido que, desde 1298 até aos nossos dias, a Igreja vê proclamados por si apenas trinta e seis indivíduos canonizados, entre bispos, padres, monges, cardeais, abadesses, e outras dignidades eclesiásticas. A título de curiosidade coloco à disposição do leitor as trinta e seis personalidades até ora proclamadas, seguidas da sua função em vida, ano de falecimento e ano de proclamação:

São Gregório Magno, Papa, 604, 1298
Santo Ambrósio, Bispo, 397, 1298
Santo Agostinho de Hipona, Bispo, 430, 1298
São Jerónimo, Monge, 419, 1298
São João Crisóstomo, Bispo, 407, 1568
São Basílio de Cesareia, Bispo, 379, 1568
São Gregório de Nazianzo, Bispo, 390, 1568
Santo Atanásio, Bispo, 373, 1568
São Tomás de Aquino, Frade, 1274, 1568
São Boaventura, Cardeal, 1274, 1588
Santo Anselmo, Bispo, 1109, 1720
Santo Isidoro de Sevilha, Bispo, 636, 1722
São Pedro Crisólogo, Bispo, 450, 1729
Papa Leão o Grande, Papa, 461, 1754
São Pedro Damiano, Cardeal, 1072, 1823

¹ “Congregação criada a 22 de Janeiro de 1588, pelo Papa Sixto V, então designada Sagrada Congregação dos Ritos. A 28 de Junho de 1988, João Paulo II alterou a denominação para Congregação para as Causas dos Santos. “A Congregação prepara cada ano tudo o necessário para que o Papa possa propor novos exemplos de santidade. Depois de aprovar os resultados sobre os milagres, martírio e virtudes heroicas de vários Servos de Deus, o Santo Padre procede a uma série de Canonizações e delegará a celebração das Beatificações.” (https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/csaints/documents/rc_con_csaints_pro_20051996_po.html [acedido a 26/05/2021]).

São Bernardo de Claraval, Abade, 1153, 1830
Santo Hilário de Poitiers, Bispo, 367, 1851
Santo Afonso de Ligório, Bispo, 1787, 1871
São Francisco de Sales, Bispo, 1622, 1877
São Cirilo de Alexandria, Bispo, 444, 1883
São Cirilo de Jerusalém, Bispo, 386, 1883
São João Damasceno, Monge, 749, 1883
São Beda, Monge, 735, 1899
Santo Efrém da Síria, Diácono, 378, 1920
São Pedro Canísio, Padre, 1597, 1925
São João da Cruz, Frade, 1591, 1926
São Roberto Belarmino, Cardeal, 1621, 1931
Santo Alberto Magno, Bispo, 1280, 1931
Santo António de Lisboa, Frade, 1231, 1946
São Lourenço de Brindisi, Frade, 1619, 1959
Santa Teresa de Ávila, Monja, 1582, 1970
Santa Catarina de Siena, Religiosa, 1380, 1970
Santa Teresa do Menino Jesus, Monja, 1867, 1997
São João de Ávila, Presbítero, 1569, 2012
Santa Hildegarda de Bingen, Monja, 1179, 2012
São Gregório de Narek, Monge, 1005, 2015

2. Os quatro doutores latinos

Em 1298 seriam, pela primeira vez, reconhecidos os primeiros Doutores da Igreja Universal. Os quatro Doutores ocidentais² ou os quatro maiores Padres³ latinos, como assim ficaram conhecidos. São eles Santo Ambrósio (340-397), Santo Agostinho (354-430), São Jerónimo (347-420) e São Gregório Magno (540-604).

Santo Ambrósio. Nascido por volta de 340, em Trêves (Gália), Santo Ambrósio é proveniente de uma família nobre e cristã, sendo o mais novo de três filhos. Estudou Direito em Roma, seguindo depois os passos do seu pai na carreira diplomática. Ocupou cargos públicos em Milão (cônsul). Devido à sua oratória, bom senso e autoridade, foi tornado bispo de Milão (374), após a morte de Auxêncio (seu antecessor), sem ter

² Em 1568 seriam proclamados os quatro nomes gregos (São João Crisóstomo, São Basílio de Cesareia, São Gregório de Nazianzo e Santo Atanásio).

³ Existe uma diferenciação entre o reconhecimento de Padre (ou Pai) e Doutor. Os Padres ou Pais da Igreja remetem para personalidades que contribuíram para a edificação da Igreja durante os primeiros oito séculos (d.C.). Segundo João Paulo II (1980), “Padres da Igreja são chamados com razão aqueles santos que, com a força da fé, a profundidade e riqueza dos seus ensinamentos, durante os primeiros séculos a geraram e formaram”. Ao contrário dos Doutores, a estes é exigida antiguidade (séculos VII/VIII). No caso dos quatro indivíduos que aqui se mencionam, eles são ao mesmo tempo Doutores e Padres da Igreja.

formação teológica e sendo somente um catecúmeno. Nesse mesmo ano seria batizado, ordenado sacerdote e logo subiu à cátedra milanesa, sem antes despojar-se dos seus bens, distribuindo-os pelos pobres. As suas capacidades enquanto administrador público beneficiaram a sua gestão eclesiástica, destacando o seu governo. Foi um bispo do povo, no verdadeiro sentido da palavra, apoiando os mais fracos e confrontando os mais fortes, com uma forte orientação para a instrução dos seus. Influenciou sobremaneira a conversão de Santo Agostinho através da sua capacidade oratória e sentido de piedade, tendo-o batizado. Ambrósio faleceu a 4 de abril de 397, mas a sua memória é celebrada no aniversário da sua ordenação episcopal, 7 de dezembro.

Santo Agostinho. Nasceu em Tagaste (Souk-Ahras, Argélia) no ano de 354. Foi teólogo e filósofo nos primeiros tempos do cristianismo, mas a sua conversão tardou, experienciando antes outras orientações, como o maniqueísmo e o ceticismo. Foi professor em Cartago, Roma e Milão. Casado e pai de Adeodato, Santo Agostinho viveu em constante inquietude até à sua conversão, facto que o levaria a separar-se da sua esposa. Foi através das palavras de Santo Ambrósio, bispo de Milão, que se foi convencendo da verdade de Jesus Cristo e, conseqüentemente, acalmando a sua inquietação interior. Finalmente, realizado na opção filosófica tomada, parte para a sua terra natal, mas antes sofreria a trágica morte do filho. Lá, instaurou uma comunidade monástica regida por ele próprio, que mais tarde viria a dar asas a novas ordens e congregações religiosas de inspiração Agostiniana. Foi ordenado sacerdote em Hipona e, em 397, substituiu o bispo de Hipona, de quem recebeu a imposição das mãos. A sua sabedoria e espiritualidade profunda foram notórias durante o seu ministério, destacando-se a sua capacidade de retórica e pregação. O seu pensamento perpetuou-se na sociedade através das 113 obras que escreveu, a par de cerca de 200 sermões encontrados em cartas suas. A influência deixada por este importante teólogo, nomeadamente nas suas concepções da relação entre a fé e a razão e o Estado e a Igreja, repercutiu-se na sociedade medieval. Foi canonizado por aclamação popular a 28 de agosto de 430, data da sua morte, mantendo-se esse dia para a celebração em sua memória.

São Jerónimo. Nasceu em Ístria, Dalmácia (Croácia), por volta de 340. Estudou em Roma e lá foi batizado. Após uma tentativa de peregrinação à Terra Santa, não conseguida devido à sua frágil saúde, ingressou na vida monástica em Antioquia. Entre 382 e 385, a pedido do Papa Dâmaso I, desempenhou funções de secretário deste, que lhe solicitou, devido à sua habilidade poliglota, que traduzisse as Escrituras do hebraico e do grego para a versão latina (Vulgata). Após o falecimento de Dâmaso, Jerónimo retirou-se para o Oriente e permaneceu em Belém, numa gruta (perto do local de nascimento de Jesus), vivendo como eremita durante mais de trinta anos, até à data da sua morte (419 ou 420). É padroeiro dos editores, livreiros, tradutores e humanistas e a sua memória celebra-se a 30 de setembro.

São Gregório Magno. Nasceu em Roma no ano de 540, no seio de uma família de políticos, o que influenciou os seus primeiros passos a nível profissional. Em 575 largou os cargos públicos que então exercia e retirou-se para uma vida monástica beneditina no monte Célio. Este modo de vida, enquanto monge, teria sido a sua opção, se a época conturbada em que viveu não o tivesse forçado a servir a Deus junto da

sociedade, enquanto secretário do Papa e, posteriormente, Sumo Pontífice, cargo que ocupou por eleição do clero, do povo e do senado, cargo que exerceu entre 590 e 604. A sua experiência enquanto administrador civil e reflexão proporcionada pelo tempo de clausura, permitiu o destaque da sua atividade como sucessor de Pedro, um ministro com decisões conscientes, tanto a nível civil como eclesiástico. Conhecido como o Papa da paz e do público, tentou chegar à resolução dos mais variados problemas do seu tempo, agindo fortemente na evangelização dos novos povos de então (Visigodos, Francos, Saxões e Longobardos), negociando com os mesmos com vista à pacificação entre os povos e mostrando-se um verdadeiro ativista social, desde comprar trigo para distribuição pelos necessitados a pagar resgates de prisioneiros ou comprar armistícios e tréguas. No contexto eclesiástico, procedeu à organização do culto e liturgia. A título de exemplo, introduziu o Pai-Nosso na Missa e o canto gregoriano. Faleceu a 12 de março de 604 e foi canonizado na hora da sua morte. A sua memória litúrgica é celebrada a 03 de setembro.

3. Os quatro doutores latinos na Catedral de Angra

Apresentadas as quatro personalidades que irão protagonizar as próximas páginas, resta-me expor ao leitor a problemática primordial deste artigo, explicando o processo que levou à descoberta da possível existência das quatro imagens escultóricas correspondentes aos quatro Doutores da Igreja supramencionados, na Igreja da Sé de Angra.

A problemática surgiu aquando da reestruturação do Núcleo Museológico “Tesouro da Sé de Angra”, projeto iniciado em 2019, tendo a exposição permanente sido inaugurada a 18 de outubro de 2020, aliando-se às atividades comemorativas do Dia Nacional dos Bens Culturais da Igreja, promovidas pela Igreja da Sé nesse ano. Para aqueles que ainda não tiveram a possibilidade de visitar a exposição, ficam aqui algumas palavras de apresentação sobre o novo espaço museológico. O mais recente Núcleo Museológico “Tesouro da Sé de Angra” segue o mote *Igreja - Sacramento Universal de Salvação*, e visa potencializar o discurso museológico e a função catequética do mesmo.

O espaço, agora estendido à antessacristia, encontra-se dividido em três temáticas centrais: *O bispo, sucessor dos apóstolos na Igreja local. A Diocese de Angra.* (sala 1); *A Igreja educa e ensina - evangelistas, doutores e santos.* (sala 2); e *A Igreja santifica, perdoa e cura: os sacramentos. Devoções.* (sala 3). Estas propõem ir ao encontro das duas missões preeminentes de um museu religioso – a missão pastoral e a cultural, suportando-se para tal das expressões estéticas que compõem o rol de preciosidades existentes no acervo artístico da Sé de Angra.

Mas retomando a questão central deste artigo. Foi durante as obras de reestruturação desse espaço que me deparei com a estranheza de, entre as peças que iriam integrar a exposição permanente, existirem oito esculturas de proporções generosas, muito idênticas entre si em termos estéticos e técnicos, e as mesmas corresponderem às imagens dos quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João) e somente duas estarem atribuídas

como sendo Doutores da Igreja (Santo Agostinho e São Gregório Magno), sendo que as restantes duas correspondiam, segundo atribuição, a São Brás e Santo Ivo.

Alinhado a este ambíguo facto, numa visita à Igreja Matriz da Praia da Vitória deparei-me com a mesma coleção, de proporções mais pequenas, mas atribuída à mesma escola artística, das imagens dos quatro Santos Doutores latinos, expostas na Capela-mor daquela igreja.

Certo é que aquelas imagens aguçaram ainda mais a minha desconfiança pois, no momento, era facto que na Catedral de Angra parecia que os Doutores da Igreja latina se reduziam a duas representações, a de Santo Agostinho e São Gregório Magno, ambos da autoria dos Mestres da Sé⁴ (séculos XVI-XVII), tal como na Matriz de Santa Cruz, contrariando as indicações dadas por alguns autores como veremos mais à frente.



Santo Agostinho
Mestres da Sé de Angra
(sécs. XVI/ XVII)
José Corvelo, 2001



São Gregório
Mestres da Sé de Angra
(sécs. XVI/XVII)
José Corvelo, 2001

⁴ Com centro funcional na Sé de Angra, os Mestres da Sé de Angra foram um conjunto de artistas locais que formaram uma escola artística e produziram peças para o culto local com destino a todo o arquipélago. Em atividade durante os séculos XVI (final) e XVII, foi na primeira metade do século XVII que o maior número de obras da sua autoria foi realizado. As suas obras denotam influências hispânicas, principalmente castelhanas, influência compreensível tendo em consideração o domínio filipino na Terceira, entre 1583 e 1642, mas também orientais. Essencialmente, as peças foram executadas com cedro-do-mato ou cedro-das-ilhas, também conhecido por zimbro, uma espécie endémica dos Açores.

Porém, teria também a Igreja da Sé os quatro Doutores da Igreja latinos? E esta seria a questão fulcral que motivou a presente investigação que de ora em diante se explica.

Segundo José Augusto Nogueira Sampaio (ca. 1850), cuja obra *Memória sobre a Ilha Terceira* foi completa e publicada pelo seu filho, Alfredo da Silva Sampaio, em 1903, sim. Existe a possibilidade de terem estado os quatro Doutores da Igreja colocados sobre um dos arcazes da Sacristia-mor, encontrando-se sobre o arcaz de frente os quatro Evangelistas, igualmente da autoria dos Mestres da Sé.

“Por cima d’estes meções vê-se, à direita, os vultos dos quatro evangelistas S. João, S. Matheus, S. Marcos e S. Lucas, e no outro lado os doutores da igreja S. Gregorio, S. Boaventura [São Jerónimo], Santo Ambrosio e Santo Agostinho.”
(Sampaio, 1903: 222)⁵

Também Pedro Merelim (1974), em *As 18 Paróquias de Angra*, retoma a indicação da existência destas quatro esculturas dos Santos Doutores na Sacristia-mor da Sé.

“As imagens similares, um bloco só, em cedro, costas cortadas, boa feitaura, imaginária popular espanhola com erudição, dos Evangelistas S. João, S. Mateus, S. Lucas e S. Marcos, e dos Doutores da Igreja S. Gregório, S. Boaventura [São Jerónimo], Santo Ambrosio e Santo Agostinho, agora no Museu Sacro, em tempos idos teriam guarnecido as colunas de pedra que se erguem nas paredes da meia cintura que envolve o bloco renascentista. Estas mesmas peças, no decurso de vários decénios, pelo menos desde meados do século findo até ao primeiro quartel do atual, assentaram nas bases superiores das molduras dos gavetões na sacristia maior.”

(Merelim, 1974: 496 - 498)⁶

Pela descrição dos dois autores supracitados relativamente à estatuária mencionada, principalmente atentando à citação de Pedro Merelim (1974: 496 - 498), não restarão dúvidas sobre a que imagens se refere. “As imagens similares, um bloco só, em cedro, costas cortadas, boa feitaura, imaginária popular espanhola com erudição” (Merelim, 1974: 496) - trata-se de uma descrição que corresponde sobremaneira às oito esculturas atrás referidas.

Para além disso, entendendo que, havendo já nesta igreja quatro Evangelistas e dois Doutores da Igreja identificados, da Escola dos Mestres da Sé, os dois em falta, que estariam na Sacristia-mor entre meados do século XIX e inícios do século XX, conforme os autores supracitados, teriam que provir da mesma encomenda.

É nesta linha de ideias que urge a necessidade de se averiguar, entre as imagens existentes no acervo da Igreja da Sé, onde poderiam estar os dois Santos Doutores em falta. É também nesta ocasião que surge a dúvida quanto à identificação de outras duas

⁵ S. Boaventura é declarado Doutor da Igreja em 1588, pelo Papa Sisto V, distanciando-se muito no tempo da declaração dos quatro primeiros Doutores (1298), pelo que se poderá deduzir ser um erro de identificação do autor (Sampaio, 1903: 222).

⁶ Pedro de Merelim (1974) cita Sampaio, seguindo a mesma identificação errónea de S. Boaventura.

imagens existentes na Catedral de Angra, que em muito se assemelham à estética das seis esculturas atrás indicadas.

São Brás e Santo Ivo, ambos identificados por Francisco Ernesto de Oliveira Martins (1980 e 1983, respetivamente) parecem corresponder perfeitamente aos dois Santos Doutores que se apontava terem existido na Sé, os quais não se conhecia o paradeiro. Tanto a nível estilístico como iconograficamente estas serão as duas hipóteses mais fiéis ao que Sampaio (1903) e Merelim (1974) nos deixaram descrito.

Assim sendo, a minha proposta será apontar para a imagem de São Brás como sendo a correspondente a Santo Ambrósio, enquanto que relativamente ao Santo Ivo considera-se que tende mais para uma representação de São Jerónimo. Se assim for, as palavras de Sampaio (1903) e de Merelim (1974) confirmam-se relativamente à existência dos quatro Santos Doutores na Igreja da Sé de Angra.

Resta-nos, portanto, realizar uma análise iconográfica que nos permita refutar a atribuição anterior, de Francisco Ernesto de Oliveira Martins, colocando-se a possibilidade de São Brás e Santo Ivo corresponderem às imagens dos dois Doutores da Igreja que se sabe terem existido na Igreja da Sé (Sampaio, 1903: 222 e Merelim, 1974: 496 - 498).



Santo Ambrósio, antes São Brás

Mestres da Sé de Angra

(sécs. XVI/ XVII)

José Corvelo, 2001

São Brás, envergando indumentária de bispo, com mitra e pluvial, poderia muito bem representar aquele anunciado por Francisco Ernesto de Oliveira, não fosse o livro que segura na sua mão esquerda com a inscrição na lombada “*doctanas*”, confirmando que se trata de um Doutor da Igreja. Este elemento iconográfico permite-nos excluir desde já a possibilidade de se tratar de uma invocação a São Brás, o qual aliás já existe na Igreja da Sé, de menores dimensões, datada do séc. XVII, e que se encontra atualmente em depósito.

Assim, considero que será mais seguro reconhecer esta escultura como uma representação de Santo Ambrósio, suposição esta apoiada pela estética idêntica aos outros Santos Doutores (Santo Agostinho e São Gregório) e pelas características iconográficas (livro com a inscrição “*doctanas*” e indumentária de bispo).



São Jerónimo, antes São Ivo
Mestres da Sé de Angra
(sécs. XVI/ XVII)
José Corvelo, 2001

Quanto a Santo Ivo, a imagem enverga vestes de Cardeal, não podendo estar associada àquele indicado por Francisco Ernesto de Oliveira, por não ter exercido funções eclesiásticas dessa natureza. Santo Ivo foi juiz, advogado e padre em vida, conhecido como padroeiro dos advogados, enverga, habitualmente, toga de juiz ou hábito franciscano.

Rejeitada a hipótese de se tratar de uma representação de Santo Ivo, considera-se que a identificação mais correta será a de São Jerónimo. Apesar de representado frequentemente como monge eremita desnudo e não tendo sido Cardeal, São Jerónimo foi conselheiro próximo do Papa Dâmaso, primeiramente por correspondência e, mais tarde, mudando-se para Roma a fim de exercer as funções de consultor, conselheiro e secretário pessoal do Papa. Revestido de funções que são destinadas a um Cardeal, São Jerónimo é, por vezes, representado na arte envergando a correspondente indumentária, iconografia que adquire pela sua prática em vida.

4. Considerações finais

A presente proposta de novas atribuições às imagens de São Brás (Martins, 1980) e Santo Ivo (Martins, 1983) devolve à Catedral de Angra a propriedade sobre as quatro esculturas dos Doutores da Igreja latinos. É certo que elas nunca deixaram de ocupar o seu lugar, mas quanto a duas delas (Santo Ambrósio e São Jerónimo), não eram reconhecidas pelo seu nome. Recuperam aqui, assim espero, o nome que lhes foi atribuído pelos artistas que as criaram, bem como a intenção que os mesmos tinham ao empreender na sua realização. Confirmaram-se, igualmente, as palavras dos autores Sampaio (1903) e Merelim (1974), que à época afirmaram a existência dos Quatro Doutores latinos na Igreja da Sé.

Enquanto estudante de História, aprendi que a História, como qualquer conhecimento científico, não é imutável. Não existem verdades absolutas neste campo científico e, como tal, a historiografia sobre qualquer tema é suscetível de alterações.

Isto não vem retirar qualquer valor ao que foi escrito no campo da História até aos nossos dias. Se, porventura, alguma alteração houver a ser feita, saiba-se que o contributo anterior não é de descartar, pois foi realizado à luz das possibilidades que o autor tinha na sua época. Assim como o contributo atual pode vir a ser refutado num futuro mais ou menos próximo.

Veja-se o exemplo que este artigo aborda. Ninguém discordará que a herança historiográfica de Francisco Ernesto de Oliveira Martins é valiosíssima no campo da História da Arte nos Açores. O mérito do investigador é inquestionável. E, quiçá, a proposta que hoje apresento poderá ser elucidada por outros trilhos em breve.

Esta volubilidade da ciência histórica é algo que me fascina. A incessante procura pelo passado factual e concreto que, talvez, nunca o venha a ser.

A quem pretenda admirar presencialmente as esculturas aqui mencionadas, elas encontram-se, como já referi, no Núcleo Museológico de Arte Sacra “Tesouro da Sé de Angra”, que se encontra de portas abertas para o receber, quando o desejar.

Bibliografia

- SAMPAIO, Alfredo da Silva (1903). *Memória sobre a Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Imprensa Municipal.
- MERELIM, Pedro de (1974). *As 18 paróquias de Angra – sumário histórico*. Angra do Heroísmo: Tipografia Minerva Comercial.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1980). *Subsídios para o inventário artístico dos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira (1983). *A escultura nos Açores*. Angra do Heroísmo: Secretaria Regional da Educação e Cultura.
- OLIVEIRA, José H. Barros de (2010). *Santos ao ritmo da liturgia*. Lisboa: Paulus Editora.

CRUZAMENTOS NA HORA DA MORTE: CONTRIBUTOS PARA A BIOGRAFIA DOS PADRES JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE, MARIANO CONSTANTINO HOMEM E JOSÉ ALVES DA SILVA

*João Maria Mendes**

1. Introdução

Aquando do envolvimento na reedição da *Topografia da Ilha Terceira*¹, surgiu a oportunidade de tentar contribuir para enriquecer as biografias dos três sacerdotes que, direta ou indiretamente, foram intervenientes nessa importante obra.

Como é por de mais sabido, o autor da *Topografia* foi o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, que legou os seus livros e manuscritos ao Padre Mariano Constantino Homem, tendo o Padre José Alves da Silva, por convite do editor e jornalista angrense Vieira Mendes, aditado substanciais notas à segunda edição da primeira parte da referida obra.

Se a vida e a obra do Padre Jerónimo é sobejamente conhecida², já a vida do Padre Mariano, que escreveu a primeira biografia do autor da *Topografia*, resumia-se a umas brevíssimas notas bem como a de Monsenhor Alves da Silva.

* Sócio efetivo do IHIT. Doutor em Direito Canónico

¹ JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE, *Topografia ou Descrição física, política, civil, eclesiástica e histórica da Ilha Terceira dos Açores*, com anotações de Mons. José Alves da Silva, edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 2020. Passaremos a citar esta obra e edição, abreviadamente, por *Topografia*.

² Entre as várias biografias e artigos publicados sobre o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade indicam-se as seguintes:

MARIANO CONSTANTINO HOMEM, *Pequena Biographia Histórica da vida do insigne padre Jerónimo Emiliano d' Andrade...*, Imprensa do Governo, Angra, 1848. Esta biografia foi republicada na nova edição da *Topografia*.

Destes dois últimos sacerdotes, procura-se traçar uma biografia, embora breve, das suas vidas públicas através da documentação que foi possível encontrar e que estão inseridas na referida nova edição da *Topografia*.

Com o intuito de melhor conhecer a vida destes três sacerdotes terceirenses e sabendo que haviam feito os seus testamentos, conforme indicado nos respetivos registos de óbito, conseguiu-se encontrá-los no Arquivo de Angra.

Todavia, um quarto sacerdote, embora de forma indireta, está relacionado com esta pequena história que se procura abordar neste artigo. Trata-se do Padre José de Andrade, o grande protetor do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e de quem este “herda” o apelido Andrade. Uma das primeiras obras publicadas por Frei Jerónimo é o *Elogio Histórico da Vida do Insigne Sacerdote José de Andrade* a qual, como se deduz do próprio título, é um exuberante elogio àquele sacerdote e às suas excelsas virtudes³. Adiante, procurar-se-á fazer uma pequena contextualização da vida deste Sacerdote.

Talvez seja entrar na intimidade das suas vidas mas, ao deixarem testamentos cerrados que se tornaram públicos, legaram um testemunho importante das suas últimas vontades os quais permitem estabelecer onde e em que circunstâncias nasceram, quem foram as suas famílias e que destino quiseram dar aos poucos bens que possuíam.

Enfim, muito mais importante do que aqui se deixa escrito são os três testamentos que se transcreverão em anexo a este artigo.

2. Os Testamentos

Os três sacerdotes fizeram testamentos cerrados, forma testamentária ainda hoje em vigor, todos transcritos nos livros de testamentos da Administração do Concelho de Angra do Heroísmo.

Diga-se, desde já, que o Padre José de Andrade também fez testamento, como se verá, mas apesar de uma aturada busca nos livros de notas do Tabelião indicado no registo de óbito daquele sacerdote, não foi encontrado qualquer testamento.

JOSÉ AUGUSTO CABRAL DE MELLO, *Biographia do Padre Jeronimo Emiliano de Andrade primeiro commissario dos estudos da cidade de Angra do Heroismo e respectivo districto, Reitor e professor do Lyceu nacional da mesma cidade*, Typ. de M. J. P. Leal, Angra do Heroísmo, 1861.

ANTÓNIO GIL, *Padre Jerónimo Emiliano de Andrade*, in: *Almanach Insulano*, 1873.

MANUEL CADAFAZ DE MATOS, *Alguns dados para o estudo do Franciscano Pe. Jerónimo Emiliano de Andrade (1789-1847) e da sua acção espiritual, cultural e social nos Açores*, in: *Arquipélago História*, 2.^a série, vol. XIV-XV (2010-2011), pp. 49-64.

JOSÉ GUILHERME REIS LEITE e MANUEL AUGUSTO DE FARIA, *Introdução* [biografia], in: PADRE JERÓNIMO EMILIANO DE ANDRADE, *Memórias para a História da Ilha Graciosa*, ed. do Museu da Graciosa, Santa Cruz da Graciosa, 2019, pp. 7-33.

A nível de Enciclopédias é referido, nomeadamente, em:

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

Enciclopédia Açoriana digital (entrada assinada pelo Doutor Reis Leite onde é elencada a vasta bibliografia do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade).

³ O opúsculo, com 30 páginas, foi editado pela Imprensa Nacional de Lisboa, no ano de 1821.

O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade redigiu o seu testamento em 1847⁴, o Padre Mariano Constantino Homem em 1876⁵ e, finalmente, o Padre José Alves da Silva em 1914⁶.

Conforme se pode ler na página eletrónica do *Diário da República*, os testamentos cerrados apresentam, na atualidade, praticamente as mesmas formalidades que vigoravam nos séculos XIX e XX:

Nos termos do artigo 2206.º do Código Civil (CC), o testamento cerrado é aquele que é escrito e assinado pelo próprio testador ou outra pessoa a seu pedido, exigindo-se que o testador saiba ler por forma a poder confirmar o que está escrito e evitar que a sua vontade seja posta em causa.

Depois de escrito e assinado, o testamento deverá ser levado a um cartório notarial para ser aprovado, caso contrário não tem qualquer valor jurídico.

Depois de aprovado o testamento, o testador tem três hipóteses:

- 1) Guardar o testamento em seu poder;*
- 2) Depositar o testamento num cartório notarial que pode ser o da aprovação ou outro;*
- 3) Entregar o testamento a terceiro.*

Assim sendo, enquanto o testamento público é inscrito no livro do cartório notarial, aí permanecendo, o testamento cerrado pode ficar na posse do testador ou de terceiro a quem ele o confiou.

Nos termos do n.º 2 do artigo 2209.º do CC, a pessoa que tiver em seu poder o testamento deve apresentá-lo ao notário em cuja área o documento se encontre no prazo máximo de três dias, contado a partir do momento em que tem conhecimento da morte. Se não o fizer, pode incorrer em incapacidade sucessória por indignidade, nos termos da alínea d) do artigo 2034.º do CC, sem prejuízo de responsabilidade civil pelos danos a que der causa.⁷

Tenha-se em conta que na altura em que os ditos testamentos foram redigidos a aprovação era feita nos cartórios dos Tabeliães públicos que tinham as funções equivalentes aos atuais Cartórios Notariais.

O Padre Jerónimo, por se encontrar doente mas de pé, solicita ao Tabelião público de Angra, Martinho de Melo Soares, que se desloque à sua residência para proceder ao ato de aprovação, na presença de cinco testemunhas⁸. O Tabelião redigiu o respetivo

⁴ Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (BPARLSR), *Fundo da Administração do Concelho de Angra*, livro n.º 12, fls. 72v.a 77.

⁵ BPARLSR, *Fundo da Administração do Concelho de Angra*, livro n.º 40, fls. 1v. a 3v.

⁶ BPARLSR, *Fundo da Administração do Concelho de Angra*, livro n.º 93, fls. 28 a 34.

⁷ Consultado em agosto de 2021 na seguinte página eletrónica: <https://dre.pt/web/guest/lexionario/-/dj/123178194/view>

⁸ Quatro das testemunhas eram alunos do Liceu: João Francisco da Costa, da freguesia da Aigualva; António Ribeiro Homem da Costa e João Soares de Lacerda Machado, ambos da ilha do Pico; e João Francisco Gil da Silveira, da ilha Graciosa. A quinta testemunha foi o soldado de artilharia reformado José Francisco de Medeiros.

auto de aprovação do testamento no dia 18 de Novembro de 1847, ou seja, 6 dias depois daquele sacerdote o ter escrito, e menos de um mês antes da sua morte.

Contrariamente ao que a legislação portuguesa em vigor na altura previa, ou seja, entre 1835 e a entrada em vigor do Código Administrativo de 1940, os testamentos cerados eram apresentados, após a morte do testador, a uma entidade administrativa denominada Administrador do Concelho.

Abre-se aqui um parêntesis para se perceber o que era o Administrador e as funções da Administração do Concelho:

A organização administrativa local, após a Revolução Liberal do Século XIX, sofreu reformas e alterações profundas, traduzidas em várias leis e códigos administrativos que reformularam e organizaram o seu funcionamento.

É neste contexto que surge a figura do Administrador do Concelho, magistrado administrativo, criado e consagrado pelo Decreto de 18 de Julho de 1835 e Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836.

Estes diplomas determinaram a existência em cada um dos concelhos do reino, de um Administrador do Concelho, como representante do poder central, na administração municipal. Este magistrado substituiu o efêmero antecessor Provedor, cargo criado em 1832 e entretanto extinto em 1835.

O Administrador do Concelho era nomeado pelo governo e estava subordinado ao Governo Civil do Distrito, funcionando e comunicando com a Câmara Municipal e o Governo Civil.

O Código Administrativo de 1842, constituiu o quadro jurídico que fixou a designação, as funções e competências deste magistrado, no *domínio fiscal; na execução das ordens, instruções e regulamentos que lhe eram transmitidos pelo Governador Civil; na inspeção dos estabelecimentos de beneficência, de piedade e de ensino; inspeção de prisões, casas de detenção e correção; policiamento e segurança pública; vigilância sobre a execução de posturas e regulamentos municipais, no recenseamento militar e na nomeação do regedor da paróquia.*

O Administrador do Concelho possuía voto consultivo em todas as sessões de Câmara, tomando assento nas mesmas, junto do Presidente da Câmara.

*O código de 1878 conferiu ao Administrador do Concelho as seguintes atribuições: superintender a administração das irmandades, misericórdias, confrarias, hospitais e outros institutos de piedade e beneficência; **abrir e registar testamentos**; receber escusas de testamenteiros; ser juiz dos processos de execução administrativa.*

Em 1916, através da lei n.º 621, de 23 de Junho, são atribuídas novas funções ao Administrador do Concelho, ao nível da segurança pública e do abastecimento; este magistrado administrativo podia emitir editais e posturas, cobrar licenças, fiscalizar o uso e porte de armas, efetuar o registo civil.

Em 1927, o decreto n.º 14812 extingue os serviços da Administração do Concelho, passando para a Câmara Municipal as suas atribuições, no entanto, este

órgão administrativo local só é oficialmente extinto no Estado Novo, pelo Código Administrativo de 1940 (D.L. n.º 31095, 31 Dezembro).⁹

Porém, quando o Padre Jerónimo morreu o seu testamento foi aberto nesse mesmo dia na residência do Regedor da Paróquia da Sé¹⁰ e não perante o Administrador do Concelho como previa a lei. Todavia, o documento testamentário e os autos de aprovação e de abertura foram transcritos nos livros próprios da Administração do Concelho de Angra do Heroísmo.

O Padre Mariano Constantino Homem redige o mais breve dos três testamentos e solicita os serviços do Tabelião António Taveira Pires Toste que declara ter sido "... escrito por mim como pessoa particular a rogo do testador..." a 2 de Setembro de 1876 e nesse mesmo dia procede à sua aprovação no Cartório a seu cargo¹¹, na presença das costumadas cinco testemunhas. Foi transcrito nos livros de testamentos da Administração do Concelho de Angra em 27 de Março de 1882¹².

Já no século XX, Monsenhor Cónego José Alves da Silva termina o seu testamento cerrado a 12 de Setembro de 1914 e fá-lo aprovar, note-se, no já então designado Notário, e não Tabelião¹³, Zózimo Procópio de Lima¹⁴ a 16 de Setembro de 1914, sempre perante cinco testemunhas. É transcrito no livro de testamentos da Administração do Concelho¹⁵ a 15 de Setembro de 1922, um dia depois da sua morte.

No geral, os três testamentos cerrados que aqui se analisam tinham uma forma em tudo semelhante entre si, constando das seguintes partes:

- Identificação do testador
- Profissão de fé católica
- Disposição testamentária e legados, com indicação dos beneficiários
- Indicação dos testamenteiros
- Revogação de testamentos anteriores e forma da sua redação
- Datação e assinatura

⁹ Consultado em agosto de 2021 na seguinte página eletrónica:

<http://www.m-almada.pt/arquivohistorico/details?id=4985>

¹⁰ Nesta data servia de Regedor da Sé Abílio Ponciano Nogueira que tinha como escrivão Manuel Joaquim Cota. Note-se, como curiosidade, que este Regedor da Sé é um dos bisavós, pelo lado materno, do poeta Fernando Pessoa.

¹¹ Tinha o Cartório na Rua Direita, n.º 151-153, na cidade de Angra.

¹² Exercia, nesta data, as funções de Secretário da Administração do Concelho João José de Aguiar.

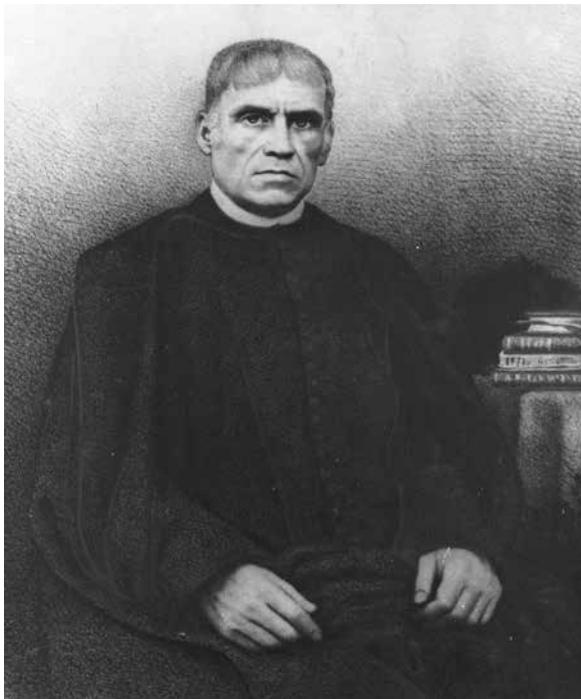
¹³ Sobre o tabelionato e o notariado ver uma resenha histórica na seguinte página da Ordem dos Notários de Portugal, consultada em agosto de 2021:

<https://www.notarios.pt/OrdemNotarios/PT/OrdemNotarios/QuemSomos/Notariado/>

¹⁴ Com Cartório Notarial no Largo Prior do Crato, n.º 5, em Angra do Heroísmo.

¹⁵ Era nessa data Secretário da Administração do Concelho de Angra André Homem de Noronha.

3. O testamento do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade



Reprodução do retrato do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade
(Região AutóMuseu de Angra do Heroísmo)

Recorde-se que Jerónimo Emiliano nasceu a 30 de Setembro de 1789 e faleceu a 11 de Dezembro de 1847, na Sé de Angra, com 58 anos de idade.

É o único sacerdote que invoca no seu testamento uma norma habilitante que lhe permitia dispor dos seus bens, ou seja, vale-se da Carta de Lei de 30 de Abril de 1835, de D. Maria II, que passava a equiparar os egressos, ex-clérigos regulares, aos clérigos seculares¹⁶ a fim de poderem fazer os seus testamentos¹⁷.

¹⁶ Na linguagem eclesiástica, antes da reforma do Concílio Vaticano II, tinha o estado de clérigo, ou estado clerical, todo o homem a partir da data em que recebia as ordens menores (na atualidade, só depois de receber o Diaconado).

Há ainda a ter em conta os clérigos que se ordenavam para o serviço das Dioceses os quais eram designados por clero secular. Os que pertenciam ou professavam nas Ordens Religiosas são designados por clero regular, ou seja, porque deviam cumprir e obedecer à Regra da sua Ordem ou Congregação religiosa.

¹⁷ O Padre Mariano Constantino Homem estava na mesma situação jurídica do Padre Jerónimo, dado ser clérigo regular egresso, mas não invoca qualquer norma habilitante no seu testamento.

Determinava esse diploma o seguinte:

Artigo 1.º É permitido aos Secularizados Egressos de Ordem Religiosa, e a todos os Religiosos das Ordens extintas pelo Decreto de trinta de Maio de mil oitocentos trinta e quatro, adquirir, alienar, testar, e dispor, de qualquer fôrma que seja, de seus bens, nos termos em que é permitido pelas Leis do Reino aos Clerigos Seculares.

Refira-se que desde sempre o cristianismo apelava a um desprendimento dos bens terrenos e as Ordens Religiosas, sobretudo as mendicantes, pugnavam pela pobreza total dos seus membros, proibindo-os de possuírem bens passados ou presentes e obrigando à renúncia de qualquer herança futura. Assim, não havia lugar a qualquer testamento por falta absoluta de bens a doar.

O Concílio de Trento, no *Decretum de regularibus et monialibus* (Decreto sobre os Religiosos e sobre as Religiosas), no capítulo II proibia-se qualquer religioso, quer fosse homem ou mulher, possuir ou ter, como próprio ou também em nome do convento, bens imóveis ou móveis de qualquer género, nem sequer em usufruto, em administração ou em comenda¹⁸, norma que não se aplicava ao clero secular, como também previam as Constituições Sinodais do Bispado de Angra¹⁹.

Assim, equiparado ao clero secular, o ex-Frei Jerónimo Emiliano já podia usufruir do direito de possuir bens e de testar.

É claro que surge de imediato uma questão para a qual o testamento não esclarece nem foi possível averiguar, ou seja, como foi que o Padre Jerónimo Emiliano adquiriu bens imóveis se tinha professado na Ordem Franciscana que lhe proibia de os ter.

¹⁸ Decreto aprovado na Sessão XXV, de 3 e 4 de Dezembro de 1563.

Cf. *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*, Edizione Dehoniane Bologna, Bolonha, 1991, pp. 776-784.

Cita-se este Decreto Tridentino por ser a norma em vigor na Igreja no tempo em que ocorre o testamento do Padre Jerónimo Emiliano.

É curioso salientar que a Carta de Lei de D. Maria II não altera esta normativa eclesiástica, porque não tinha competência para revogar ou modificar uma norma de um Concílio Ecuménico, por isso recorre à subtilidade de equiparar os religiosos aos padres seculares, desvinculando-os das obrigações que haviam aceiteado quando fizeram a sua profissão na respetiva Ordem.

Tenha-se presente que o Código de Direito Canónico de 1983, em vigor na atualidade, continua a prever a exclusão da posse e propriedade de bens aos Religiosos no cânone 668.

¹⁹ O único Sínodo da Diocese de Angra reuniu-se no ano de 1559, de onde resultaram as *Constituições Sinodais do Bispado de Angra*, impressas em Lisboa no ano de 1560.

A constituição única, Título XXII, das Constituições Sinodais, com a epígrafe «Em que casos e como os clérigos podem testar e dispor de seus bens, e quando morrerem *ab instestatio*, quem os haverá», dispunha o seguinte:

Por quanto acerca da sucessão nos bens dos beneficiados e pessoas eclesiásticas podem suceder muitas dívidas e demandas ..ordenamos e mandamos que daqui em diante falecendo qualquer clérigo que tiver dignidade, conezia, benefício curado ou simplex, de todos os bens, frutos e rendas ou ordenados que tiver adquiridos dos tais beneficiados, ou por razão deles tiver vencidos, possa livremente testar e dispor dos ditos bens segundo costume imemorial deste Bispado.

Parece que poderão haver duas razões ou hipóteses para essa aquisição de bens e que um pequeno inciso do testamento pode complementar: em primeiro lugar, os cargos remunerados que o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade teve: no ano de 1824 foi despachado professor vitalício da cadeira de retórica em Angra²⁰ e mais tarde Prefeito de Estudos, Reitor do Liceu e seu professor que lhe permitiu, provavelmente, a compra de bens imóveis; em segundo lugar, pode ter recebido esses bens em herança.

Logo no início do seu testamento diz que “fui secularizado por Breve Apostólico” ou seja, quando se dá a extinção das Ordens Religiosas Frei Jerónimo já tinha deixado o claustro de S. Francisco de Angra, dado que não necessitaria de um Breve Apostólico²¹ a não ser antes da referida extinção para poder deixar a Ordem religiosa onde tinha professado²² e passar a clérigo secular. Daqui se pode inferir que antes de 1832 já era clérigo secular, que era Professor de Retórica e outros cargos remunerados, logo tinha possibilidade de adquirir bens.

Porém, não se pode entender aquele “fui secularizado” como uma passagem do estado clerical ao estado laical, pois o Padre Emiliano de Andrade acrescenta de imediato que se acha “presentemente no hábito de Presbítero secular”, confirmando que apesar de estar jubilado do “emprego de Professor” nunca tinha deixado de ser Padre.

Em resumo, o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade escreveu de seu próprio punho o testamento, lacrou-o e fê-lo aprovar pelo Tabelião Martinho de Melo Soares perante cinco testemunhas. Pede ao Padre Mariano Constantino Homem que seja o seu testamenteiro e, na sua falta, ao seu amigo Eustáquio Francisco de Andrade. Deixa como seus herdeiros dos bens que possuísse depois de morrer a seu irmão e sobrinhas e, eventualmente, do resíduo de dinheiro aos seus dois sobrinhos. Lega, igualmente, uma parte dos foros que recebia em trigo às duas senhoras ainda vivas que o haviam recebido na sua casa da Rua de Jesus, com a faculdade de poderem alienar em caso de necessidade, mas se tal não fosse necessário, reverteriam depois da morte da última para as sobrinhas dele testamenteiro. Contempla, ainda, no seu testamento a Eustáquio

²⁰ Este cargo, segundo Reis Leite e Manuel Faria, foi conseguido por intervenção do Capitão General Francisco de Borja Garção Stockler, o principal paladino da contrarrevolução absolutista em Angra, o que veio dificultar a vida futura do Padre Jerónimo quando os liberais conquistam novamente o poder em Angra. In: *Introdução*, p. 17.

²¹ O Breve Apostólico foi introduzido na diplomática da Cúria Papal pelo Papa Urbano VI (1378-1389) para simplificar as Bulas Papais. Os Breves são encimados pelo nome do Papa, têm uma “*salutatio*” no vocativo, datados no sistema moderno (dia, mês e ano), escritos em letra humanista (em oposição à gótica) e terminam sempre com o inciso “*sub annulo piscatoris*” antes da data. Cf.: A. PRATESI, *Genesi e forme del Documento Medievale*, Società Editoriale Jouvence, Roma, 1987.

²² No presente, a legislação canónica continua a ser bastante rigorosa no que diz respeito à exclausuração de um professo de um Instituto de Vida Consagrada ou de uma Sociedade de Vida Apostólica, sobretudo depois dos votos perpétuos ou dos sagrados vínculos, conforme estipulam os cânones 686 § 1 e 727 § 1 do Código de Direito Canónico, obrigando a que haja uma licença da Sé Apostólica para os professos nos IVC e SVA de direito pontifício, ou do Bispo diocesano para os de direito diocesano, a fim de poderem deixar os respetivos institutos e passarem para o clero diocesano.

Francisco de Andrade e suas três irmãs, permitindo que possam dispor livremente da doação, bem como ao seu secretário particular Mariano José Coelho. Em última instância, os seus bens poderiam reverter para as Santas Casas da Misericórdia de Angra e da Praia na eventualidade de não serem cumpridas certas e determinadas cláusulas estipuladas no testamento.

Merece especial relevância a parte do legado deixado ao seu especial amigo Padre Mariano Constantino Homem, dado que constava de toda a sua livraria e os seus manuscritos que passam para a propriedade deste sacerdote.

I - A Família biológica do Padre Jerónimo

Entrando no campo familiar, o Padre Jerónimo declara, sem quaisquer preconceitos, que “sou filho natural de Vitória Joaquina, já defunta, e de pai ignorado” acrescentando mais à frente que “instituo por minhas universais herdeiras as minhas três sobrinhas...filhas legítimas de meu irmão uterino António Coelho, e de sua mulher Maria Cândida...”. Estes dados foram relevantes para conseguir estabelecer os laços familiares do Padre Jerónimo até agora ignorados.

De fato, existe no livro de registo de batismo da Sé de Angra²³ um assento de um Jerónimo, filho de Vitória Joaquina e de pai não sabido que passamos a transcrever:

Jeronimo fº de Vitoria Joaquina, e de pay não sabido, ella natural desta Cidª de Angra, e fregueza desta Santa Sé do Salvador; nasceo em os trinta dias do mez de Setembro de mil, settecentos, outenta e nove anos, e foi Baptizado, por mim Joaquim José da Cruz, Reytor desta Santa Se em os outo dias do mez de Outubro do sobredº anno; foi seo Padrinho [o Reitor da Sé enganou-se no nome] de que p.^a constar fiz este termo. Angra era ut supra. Declaro que o Padrinho foi o R^{do} Manoel Caetano Organista desta Santa Sé.

O R^{of} Joaquim José da Cruz

²³ BPARLSR, *Fundo dos Paroquiais*, Sé de Angra, livro que compreende os batismos dos anos de 1787 a 1798, fl. 54 verso.



Imagem do assento de batismo do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, no canto superior esquerdo (digitalização da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro)

O facto de ele não ser filho de pais casados tornava-o filho ilegítimo à luz da lei civil e canónica da época do seu nascimento, com todos os constrangimentos sociais que se possam imaginar.

O seu primeiro biógrafo, o Padre Mariano Constantino Homem, é perentório em afirmar que o “Padre Mestre”, conforme lhe chama, de quem tinha sido discípulo e confrade no Convento de S. Francisco e seu amigo íntimo, tinha nascido a 30 de Setembro de 1798, embora sem dizer onde e muito menos onde tinha sido batizado. Cruzando a informação do seu biógrafo com o mencionado registo de batismo não restam dúvidas de que é este o assento de batismo do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade²⁴.

Na biografia o Padre Mariano nunca refere o nome da mãe do Padre Jerónimo, dizendo apenas ser “uma mãe pobre”²⁵, logo, presume-se que saberia quem era, e sendo

²⁴ Antes de 1911 não existia em pleno funcionamento o Registo Civil como hoje temos, fazendo fé apenas os assentos de batismo existentes nas Paróquias que registavam, para além de outros dados importantes, a data de nascimento de cada batizado. Todavia, estes assentos de batismo mencionavam apenas o primeiro nome da pessoa batizada e nunca o nome completo.

²⁵ E de “pai incerto” expressão que pode indiciar uma certa presunção de que ele saberia quem fosse o progenitor do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade. Normalmente, os registos de batismo usavam as expressões “pai incógnito” ou “pai desconhecido” e não a designação de “pai incerto”.

amigo íntimo do biografado é provável que soubesse o nome dessa mulher. O certo é que não o menciona:

*Foi no memorável ano de 1789, que a 30 de setembro nasceu na cidade de Angra do Heroísmo o padre Jerónimo Emiliano de Andrade, de pai incerto e de uma mãe pobre.*²⁶

Através de uma simples investigação genealógica, partindo dos dados que o Padre Jerónimo nos dá no seu testamento, encontramos as relações familiares deste sacerdote.

A sua mãe, Vitória Joaquina, quando ele nasce era solteira e residente na Paróquia da Sé, vindo a casar na Conceição de Angra a 8 de Julho de 1792²⁷ com José Coelho, natural de S. Mateus da Calheta, filho de Francisco Machado Coelho e de Rosa Felícia. Porém, através deste registo de casamento fica-se a saber que Vitória Joaquina era filha de pais incógnitos e havia sido batizada em S. Luzia de Angra²⁸, o que não permite progredir na ascendência do Padre Jerónimo Emiliano por se desconhecer quem era o seu pai e seus avós maternos.

Vitória Joaquina, mãe do Padre Jerónimo, viria a falecer na Conceição de Angra a 12 de Abril de 1838, com a idade de 76 anos.

Do casamento de sua mãe nasceram pelo menos dois filhos dos quais encontramos os respetivos registo de batismo: António, que é referido no testamento e de quem se conhece a descendência que adiante trataremos, e Maria, nascida na Conceição a 5 de Outubro de 1795²⁹.

Os Róis de Confessados da Conceição, embora com grandes falhas cronológicas, dá-nos mais algumas informações sobre esta família. Assim, nos Róis de 1793 e 1794³⁰ são arrolados o casal José Coelho e sua mulher Vitória Joaquina a viverem numa casa situada numa rua que o Rol identifica como «Guarita para o Desterro»³¹, local onde os Róis sempre os apontam como residentes.

Só que esta consulta dos Róis de Confessados gera bastantes dúvidas pela relação de pessoas que habitam com este casal como se verá.

²⁶ *Pequena Biografia*, in: *Topografia*, p. 10.

²⁷ Casa quando o filho Jerónimo tinha quase 3 anos de idade.

²⁸ Não conseguimos encontrar o seu registo de batismo, embora se conclua que terá nascido por volta de 1762, data que se apura pela idade que consta no seu registo de óbito. Se foi neste ano que nasceu ou no anterior, teria 26 ou 27 anos de idade quando o filho Jerónimo nasceu.

²⁹ Foi seu Padrinho de batismo João Baptista, clérigo Diácono, freguês da Paroquial de N.ª S.ª da Assunção (Vila do Porto), ilha de Santa Maria.

³⁰ BPARLSR, *Fundo dos Paroquiais*, Rol de Confessados da Conceição, livro n.º 5 de 1793 a 1799.

³¹ Não conseguimos localizar, no presente, esta Rua na cidade de Angra. Não era a atual Canada do Barreiro, pois esta artéria é sempre referida nos Róis da Conceição como rua diferente da Guarita para o Desterro. Poderá ser, eventualmente, a atual Rua Nova, situada em frente do quartel da Polícia de Segurança Pública.

Apenas no ano de 1795 aparece Bárbara Margarida, identificada como cunhada, ficando-se sem saber de quem seria irmã, mas, de qualquer forma, era tia do Padre Jerónimo³².

Só no ano de 1797³³ é que aparece pela primeira vez um filho, identificado apenas por Jerónimo, a residir com os pais, mas no ano de 1801 é-lhe dado o nome composto de Jerónimo Francisco, permanecendo na casa paterna até 1804, dado que em 1805 surge um Jerónimo Francisco mas a residir na casa do Reverendo Beneficiado José Andrade³⁴. Será o mesmo? Será que o Padre Jerónimo ter-se-á chamado inicialmente «Jerónimo Francisco» e só depois de entrar nos Franciscanos mudou o nome para «Jerónimo Emiliano» em homenagem a S. Jerónimo Emiliano?

Para além daqueles dois irmãos já mencionados (António e Maria), o Rol de Confessados da Conceição, do ano de 1798, arrola a morar com o casal José Coelho e Vitória Joaquina, um outro filho de nome Veríssimo, cujo registo de batismo não se encontrou.

Confiando nos Róis de Confessados da Conceição, embora de forma enigmática e difícil de resolver, podemos talvez chegar à conclusão de existir ainda um outro irmão do Padre Jerónimo Emiliano, de nome Isidoro ou Heliodoro. No ano de 1803 aparece pela primeira vez arrolado um Isidoro, enjeitado, a residir na casa até 1808, mas no Rol de 1807 o tal Isidoro é referido como filho. Seria outro filho nascido fora do casamento da mãe do Padre Jerónimo? Diga-se ainda que não é arrolado em 1809³⁵, mas no ano seguinte volta a aparecer entre os moradores da casa da Rua da Guarita para o Desterro com o nome de Isidoro Francisco. Bem, mas as incertezas não ficam por aqui, dado que no Rol de 1815 é arrolado na casa do Padre José de Andrade um Eliodoro José, assistente na casa e solteiro, precisamente no ano em que desaparece da casa da mãe do Padre Jerónimo o tal Eliodoro Francisco. Só que no ano seguinte de 1816 o Eliodoro José passa a chamar-se Eliodoro Francisco de Andrade, voltando a Eliodoro José até ao ano de 1824³⁶.

³² Quase de certeza era irmã da mãe do Padre Jerónimo, dado que, segundo o costume da época e da feitura dos Róis, cada família era descrita com base na cabeça do casal, ou seja, a descrição familiar e o respetivo parentesco estava relacionado com a primeira pessoa indicada que, na esmagadora maioria dos casos, era o marido. Neste caso, aparecendo em primeiro lugar o padraço do Padre Jerónimo e a mencionada Bárbara Margarida identificada como cunhada, conclui-se que era irmã da mãe do Padre Jerónimo.

³³ Os róis de confessados tinham como principal objetivo arrolar quem se confessava e comungava pela Páscoa, razão pela qual, nos seus primórdios, só eram inscritas as pessoas com mais de 7 anos de idade, ou seja, quando a norma canónica considerava que a pessoa tinha atingido a capacidade de se confessar e comungar. O filho Jerónimo havia feito 7 anos em Setembro de 1796 e como os róis eram elaborados em Junho e Julho, só passou a constar no rol de 1797.

³⁴ Umás vezes a casa do Padre José de Andrade é dada na «Rua da Guarita para S. Lázaro», outras vezes a rua é designada nos Róis como «Rua de S. Sebastião», talvez por influência do antigo Convento de S. Sebastião, depois cadeia pública e demolido para dar lugar à atual Praça Doutor Sousa Júnior.

³⁵ A não ser que a pessoa que escreveu o Rol do ano de 1809 tenha feito confusão com os nomes, dado que nesse ano é arrolado um Teodoro Francisco, enjeitado. Acrescente-se ainda a esta confusão de pessoas que o Rol de 1811 dá como morador da casa um Eliodoro Francisco, assistente. Será sempre a mesma e única pessoa o Isidoro o Teodoro e o Eliodoro?

³⁶ Parece haver uma certa relação permeável, ou “osmose”, entre a família do Padre Jerónimo e a do Padre José de Andrade: o Padre Jerónimo, segundo os Róis de Confessados, passou da casa de sua mãe para a casa do

Em resumo, há a certeza de que o Padre Jerónimo teve dois irmãos uterinos: António (referido como tal no testamento) e Maria, havendo a hipótese de ter tido ainda um irmão de nome Veríssimo e, com grande incerteza, um outro irmão de nome Heliodoro José de Andrade, este já falecido aquando da feitura do testamento.

O irmão uterino do Padre Jerónimo Emiliano, António Coelho, mencionado no testamento, nasceu na Conceição de Angra a 13 de Junho de 1793 e casou em S. Bartolomeu de Regatos a 14 de Setembro de 1823 com Maria Cândida, natural desta freguesia, filha de João Gonçalves Maduro e de Rosa Mariana.

É deste seu irmão e cunhada, já falecida quando o Padre Jerónimo redige o seu testamento, que são filhas as três sobrinhas que ele institui como suas universais herdeiras: Maria Cândida, Margarida de Cortona e Isabel, embora não esquecendo os outros dois irmãos e seus sobrinhos José António e João Coelho.

Conseguimos encontrar o casamento de uma destas sobrinhas do Padre Jerónimo Emiliano, Margarida de Cortona, que havia sido batizada na Conceição de Angra e onde casou a 22 de Abril de 1852 com António de Azevedo, natural do lugar de S. António, Paróquia de N.^a S.^a das Neves (Norte Grande), ilha de S. Jorge, filho de Manuel da Silva Botelho.

Só uma busca aturada nos registos de batismo e de casamentos, que não se fez, nos podia esclarecer se, porventura, existe na atualidade descendentes destas três sobrinhas do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

II - As famílias de acolhimento

Tanto na infância como no fim da sua vida o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade foi acolhido por duas famílias distintas.

Nos fins do século XVIII ser filho natural de uma mulher pobre e solteira e de “pai incerto”, como escreve o Padre Mariano, era uma situação precaríssima de vida que, na maioria das vezes resultava num abandono do neófito nas rodas municipais ou conventuais e entregues a amas pouco escrupulosas³⁷.

Padre Andrade de quem adotou o nome. O mesmo sucede com o Eliodoro (Heliodoro) citado nos Róis que faz o mesmo percurso.

O certo é que no dia 29 de Dezembro de 1822 casa na Conceição um Heliodoro José de Andrade, filho de pais incógnitos, com Maria da Conceição, filha de Tomás José e de Joaquina Rosa, os quais são arrolados na casa do Padre Andrade, que já havia falecido, no ano de 1824 como marido e mulher. Heliodoro de Andrade faleceu na Conceição a 25 de Março de 1838 (“sepultado no cemitério geral pertencente a esta Paróquia” como refere o registo de óbito) com a idade de 46 anos, o que aponta para ter nascido por volta de 1792.

Resta-nos conjecturar a possibilidade deste Heliodoro de Andrade ser irmão do Padre Jerónimo de Andrade e estranhar a propensão do Padre José de Andrade e sua irmã Antónia Leonarda serem propícios a recolher e a dar o apelido Andrade a dois jovens vindos da casa de José Coelho e de Vitória Joaquina, a mãe do Padre Emiliano.

³⁷ Lembremo-nos do célebre romance de Eça de Queirós *O Crime do Padre Amaro* e a “célebre” *tecedeira de anjos*.

Para além destas duas famílias que estiveram intimamente ligadas ao Padre Jerónimo Emiliano e que o acolheram, o próprio refere no seu testamento uma outra família de sobrenome Andrade, composta por quatro irmãos, sobre a qual se falará adiante.

Refere ainda, como seu especial amigo e colega, o Padre Mariano Constantino Homem, e o seu “escrevente” Mariano José Coelho, ambos beneficiados no testamento.

a) O Padre José de Andrade e sua Irmã

Mais sorte do que muitas outras crianças nascidas nas mesmas circunstâncias teve o recém-nascido Jerónimo que foi acolhido em casa do Padre José de Andrade e confiado aos cuidados da irmã deste, Antónia Leonarda³⁸, como ele própria conta na biografia panegírica daquele virtuoso sacerdote:

*Tu [Padre José de Andrade] me arrancastes dos braços de minha pobre Mãe para me livrares da fome, e da indigência. Tu, e a tua virtuosa irmã me criaram como filho em tua casa quasi desde a idade de três mezes...*³⁹

Igualmente, o Padre Mariano Constantino Homem, dá nota deste extraordinário acolhimento por parte dos irmãos Andrade:

*A providência de Deus, que o tinha formado para lhe dar um destino útil e interessante, vela logo sobre ele, e na idade de quase três meses o tira dos braços da que lhe tinha dado o ser, e como pela mão o conduz a casa de uma das mais virtuosas famílias desta cidade. O célebre beneficiado José de Andrade, que então vivia em companhia de uma irmã tão virtuosa como ele, se encarrega com amor e ternura deste filho da Providência.*⁴⁰

Quem era o Padre José de Andrade e a sua irmã Antónia Leonarda?

Três fontes: os processos de ordens do Arquivo da Mitra, os Róis de Confessados da Conceição e os registos paroquiais ajudam a perceber quem eram estes dois irmãos que acolheram o menino Jerónimo.

Conseguimos encontrar o Processo *de genere*⁴¹ de José de Andrade quando, completados os estudos, quis receber ordens sacras e deu início ao dito Processo em 28 de fevereiro de 1782, onde recolhemos alguns dados sobre a sua família. Ficamos a saber que pelo lado paterno era oriundo da ilha de S. Maria e pelo materno do Porto Judeu, ambas as famílias com percursos de vida interessantes.

³⁸ Antónia Leonarda faleceu na Conceição a 13 de Fevereiro de 1814, com 60 anos. Sepultada na Igreja da Conceição.

³⁹ Fr. Jeronymo Emiliano, *Elogio Historico da vida do insigne sacerdote José de Andrade*, p. 23.

⁴⁰ *Pequena Biografia* in: *Topografia*, p. 10.

⁴¹ BPARLSR, *Arquivo da Mitra*, Maço 43, Documento 12.

Nestes Processos, organizados pela Diocese a pedido de quem queria receber ordens sacras, eram arroladas diversas testemunhas chamadas a declarar tudo o que sabiam sobre os pais e avós do candidato, daí o nome *de genere*, com o propósito de provarem o que chamavam de “limpeza de sangue”, ou seja, que o candidato não era descendente de judeus, mouros ou hereges, para além de testemunharem sobre os seus bons costumes e os dos ascendentes diretos. Igualmente, eram certificados os batismos do candidato e dos seus pais e avós bem como dos seus casamentos. É deste Processo que retiramos algumas das informações que constam a seguir.

José de Andrade nasceu na Conceição de Angra a 2 de agosto de 1755, filho de Bartolomeu de Andrade, batizado na Matriz de N.^a S.^a da Assunção, Vila do Porto, ilha de S. Maria, e de Antónia Mariana, batizada na Conceição de Angra, onde casaram a 19 de setembro de 1751.

O pai do Padre Andrade, Bartolomeu de Andrade nasceu na Vila do Porto a 17 de agosto de 1727, filho de Manuel Afonso de Almada⁴² e de Maria de Andrade de Alpoim⁴³, então moradores no lugar da Almagreira, na ilha de S. Maria.

O registo de casamento de Bartolomeu de Andrade com Antónia Mariana (Conceição de Angra a 19-9-1751) refere que ele, no ano de 1750, tinha-se desobrigado na paróquia de N.^a S.^a do Desterro na ilha de S. Catarina, o que confirma o que disseram as testemunhas ouvidas na ilha de S. Maria que atestaram que ele começou a ser marítimo muito novo saindo daquela Ilha e só lá voltando uma única vez, e uma das testemunhas declarou que nessa ida Bartolomeu de Andrade era capitão de um navio. Refira-se que Frei Jerónimo no *Elogio*⁴⁴, diz que ele morreu num naufrágio, confirmando-se que seria homem marítimo e embarcação.

O avô do Padre José de Andrade, segundo outra testemunha que o conheceu, diz que Manuel Afonso de Almada era homem que vivia da sua indústria e de alguns negócios por ter ido “*aos Brasís*”.

Pelo lado materno, apesar da mãe do Padre Andrade, de nome Antónia Mariana, ter nascido na Conceição de Angra a 30 de setembro de 1728, os seus pais eram do Porto Judeu, filha de Manuel Coreia de Ávila⁴⁵, casado no Porto Judeu a 11 de junho de 1724, com Paulina da Trindade⁴⁶. Uma testemunha do Porto Judeu declara no supracitado Processo que conheceu o avô materno do candidato José de Andrade o qual esteve por vários anos na “*parte da América*” (possivelmente o Brasil) e já casado, veio viver para a cidade onde o casal teve uma taberna “*de frente do chafariz que fica nas costas da Igreja do Convento de S. Sebastião das Capuchas*”. Relativamente aos ascendentes maternos do Padre Andrade, algumas testemunhas referem que tinham sido da governança do concelho de S. Sebastião, mas sem referirem quaisquer nomes ou cargos.

⁴² Era natural da Matriz de Vila do Porto, filho de Francisco de Almada e de Maria Velho.

⁴³ Nasceu em S. Pedro, ilha de S. Maria, a 2-10-1706, filha de Manuel de Andrade de Alpoim e de Esperança de Melo.

⁴⁴ *Elogio*..., p. 9.

⁴⁵ Batizado no Porto Judeu a 21-6-1690, filho de Mateus Correia de Andrade e de Isabel Nunes de Ávila. Estes, por sua vez, casaram no Porto Judeu a 10-5-1688, sendo ele filho de Manuel Correia de Andrade e de Bárbara Lourenço; e ela filha de António Nunes e de Maria (nome que não conseguimos ler).

⁴⁶ Batizada no Porto Judeu a 28-7-1686, filha de João Luís e de Antónia Perpétua.

Em resumo, os dois avós do Padre José de Andrade tinham emigrado para o Brasil, embora digam do avô materno que esteve na América sem precisar o sítio exato, e ambos eram negociantes, sendo seu pai Bartolomeu de Andrade marítimo e capitão de navios. Todavia, após este ter morrido num naufrágio não deve ter deixado a família numa boa situação financeira como relata o Padre Jerónimo Emiliano no *Elogio* a propósito da vocação sacerdotal do jovem José de Andrade e dos estudos que sua mãe lhe proporcionava com os poucos réditos que possuía:

*Tinhão-se esgotado os poucos bens, que ficarão por morte de seu Pai. A carrestia dos anos tinha lançado sua Mãe, e huma unica Irmã, igualmente virtuosa, como elle, nos extremos da penúria, e da necessidade.*⁴⁷.

Em breves traços, servindo-nos do *Elogio*, podemos dizer que José de Andrade desde a juventude teria vocação tanto sacerdotal como para as letras, mas que a pobreza da sua família não lhe teria possibilitado iniciar mais cedo os estudos. Fez-se soldado e barbeiro⁴⁸ e com a ajuda do Capitão General Dinis Gregório de Melo, finalmente, conseguiu concluir estudos que lhe permitiram ir a Lisboa ordenar-se de presbítero por não haver Bispo em Angra⁴⁹. Foi provido num Benefício que “...*lhe foi dado fora da sua Pátria*”⁵⁰ e, posteriormente, num Benefício da Conceição e Capelão das Religiosas Concecionistas de Angra⁵¹.

O Padre Beneficiado José de Andrade veio a falecer na Conceição a 14 de Janeiro de 1821⁵².

⁴⁷ *Elogio*..., pp. 10-11.

⁴⁸ Os depoimentos das testemunhas que constam nos autos do processo *de Genere*, só referem ter sido ele barbeiro, não fazendo qualquer referência à sua condição militar.

⁴⁹ Esta informação permite-nos deduzir que o Padre José de Andrade ordenou-se em Lisboa entre maio de 1782 e dezembro de 1785, dado que D. João Marcelino dos Santos Aparício, 22.º Bispo de Angra, faleceu em Ponta Delgada a 21-5-1782 e o seu sucessor, apesar de sagrado bispo em Lisboa a 24-2-1783, só deu entrada na Diocese em 10-12-1785. Embora o seu processo *de Genere* tivesse início em 28-2-1782, ainda em vida de D. João Marcelino, mas, como refere o Cônego Pereira, nessa data o Bispo de Angra já se encontraria em visita à ilha de S. Miguel.

De qualquer forma, José de Andrade já era presbítero quando nasce o futuro Padre Jerónimo Emiliano.

⁵⁰ *Elogio*..., p. 17.

⁵¹ Ordem da Imaculada Conceição de Nossa Senhora ou Concecionistas, fundada em Toledo em 1484, Espanha, pela portuguesa Santa Beatriz da Silva (1424-1490), aprovada pelo Papa Inocêncio VIII em 1489. Consta que o primeiro mosteiro destas Monjas Concecionistas em Portugal foi o estabelecido em Angra, na Rua da Guarita, hoje integrado na Santa Casa da Misericórdia de Angra. Beatriz da Silva foi canonizada pelo Papa Paulo VI a 3 de outubro de 1976.

Como curiosidade, registre-se que Santa Beatriz da Silva era tia-avó de Violante Galvão da Silva, segunda mulher de Pero Anes do Canto.

⁵² Segundo o respetivo registo de óbito, era Beneficiado próprio da Colegiada de Nossa Senhora da Conceição, sendo sepultado no coro da dita Colegiada (Capela mor), acrescentando que fez testamento que tombou no escrivão Mateus Francisco Parreira. Porém, vistos os livros de notas deste Tabelião não se encontra o testamento do Padre José de Andrade.

Agradeça-se ao sócio Dr. José Elmiro Rocha e demais funcionários do Arquivo de Angra (BPARLSR) a colaboração prestada na busca deste testamento.

BPARLSR, *Fundo dos Paroquiais*, livro de óbitos da Conceição de 1816 a 1833, fls. 45.

Como se disse, o casal Bartolomeu de Andrade e Antónia Mariana, para além do filho José de Andrade, teve uma filha de nome Antónia Leonarda que sempre viveu com o seu irmão sacerdote, a qual terá sido como que uma segunda mãe para o menino Jerónimo acolhido, em tenra idade, na sua casa da Rua da Guarita, como referem os biógrafos.

Ora bem, voltando aos Róis de Confessados da Conceição, embora incompletos⁵³, verificamos que nos anos de 1785 a 1787, numa artéria, como já acima se disse, designada por «Rua da Guarita para S. Lázaro», Antónia Leonarda, é arrolada e a viver com o Padre José Inácio, inscrito no Rol como seu irmão. Será a mesma pessoa o Padre José Inácio e o Padre José de Andrade ou o seu nome completo seria José Inácio de Andrade⁵⁴?

Só a partir do ano de 1793⁵⁵ é que surgem arrolados com o nome porque ficou conhecido - Padre José de Andrade - e sua irmã Antónia Leonarda, os quais, desde o início dos róis até 1810, tinham uma assistente de nome Vitória Caetana, provavelmente, um misto de criada doméstica e familiar dos donos da casa.

Se por um lado os Róis são uma preciosa fonte de informação familiar e toponímica, por outro, e neste caso que vimos tratando, deixam-nos baralhados. Como se disse, no ano de 1797 e de 1799 a 1804 vive com o casal José Coelho e Vitória Joaquina (o padraсто e a mãe do Padre Jerónimo), ou pelo menos é arrolado pelo Padre que elabora os Róis de Confessados desses anos, um Jerónimo, que se for o Padre Jerónimo Emiliano, tinha 8 anos e viveu com o padraсто e a mãe até aos 15 anos de idade, pois que só em 1805 é arrolado a viver na casa do Padre José de Andrade.

Em conclusão e como hipótese, talvez as andanças infantis e juvenis do futuro Padre Jerónimo Emiliano de Andrade tenham sido as seguintes: com 3 meses de idade (Janeiro de 1790?) é acolhido pelo Padre José de Andrade e sua irmã que o criam e educam⁵⁶; com 8 anos (1797) volta para casa de sua mãe que, entretanto, já havia casado, onde vive até aos 15 anos (1804), regressando novamente para a casa do Padre José Andrade em 1805; provavelmente, terá sido por esta altura, com 15 ou 16 anos que deve ter dado entrada como Noviço no Convento de S. Francisco de Angra⁵⁷.

⁵³ Encontram-se no Arquivo de Angra o Livro 1 que começa em 1736, o Livro 2 dos anos de 1773 a 1774, o Livro 3 de 1781 a 1784, o Livro 4 de 1785 a 1787 e o Livro 5 de 1793 a 1799.

⁵⁴ Aqui surge outra dúvida para a qual não se encontrou resposta. No referido *Elogio*, pp. 20-21, o Padre Jerónimo refere que o Padre José de Andrade, depois de se ter ordenado presbítero em Lisboa, regressou a esta Ilha no mesmo navio em que vinha o novo Bispo de Angra D. Frei José da Avé Maria Leite da Costa e Silva. Por sua vez, o Cónego Pereira, na *Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, diz que aquele Bispo deu entrada na sua Diocese a 10 de dezembro de 1785, mês em que os róis de confessados já estavam concluídos, dado que eram escritos a meio do ano. Portanto, estas duas informações são contraditórias com o que está escrito no Rol de Confessados da Conceição de 1785, pois em meados desse ano o dito Rol já dá como morador na Rua da Guarita para S. Lázaro o Padre José de Andrade, o que não poderia ser se ele só terá chegado a Angra no mesmo navio do Bispo em Dezembro.

⁵⁵ Faltam os Róis de 1788 a 1792.

⁵⁶ Versão do Padre Mariano na *Pequena Biografia*, inserta no *Topografia*, p. 10.

⁵⁷ No espólio arquivístico do antigo Convento de S. Francisco, depositado na BPARLSR, não conseguimos encontrar quaisquer registos de entradas no Noviciado ou de Profissão de votos daquela casa conventual. Assim, nada podemos avançar sobre a entrada na Ordem Franciscana de Frei Jerónimo Emiliano e de Frei Mariano Constantino Homem.

b) A família da Rua de Jesus

Como nos conta o Padre Mariano Homem, por vicissitudes políticas da época⁵⁸, o Padre Jerónimo viu-se na contingência de um segundo exílio na ilha Graciosa, acrescentando aquele seu biógrafo:

*Quando aqui chegou foi residir para a rua de Jesus em companhia de uma virtuosa família, com quem sempre esteve até à morte*⁵⁹.



Fachada atual da Casa da Rua de Jesus onde viveu e morreu o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade vendo-se a placa alusiva (Foto de Paulo Mendonça)

Como já se disse, o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade veio a falecer a 12 de dezembro de 1847 numa casa da Rua de Jesus, ou seja, junto da tal “virtuosa família”. Estamos convencidos que se acolheu no seio desta família por ela ter sido constituída por dois sacerdotes, como se dirá, embora mais velhos do que o Padre Jerónimo e que, hipot-

⁵⁸ Sobre as vicissitudes políticas e os seus dois exílios, um no Faial e o outro na Graciosa, ver a análise feita pelo Doutor Reis Leite e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria na acima citada *Introdução às Memórias para a História da Ilha Graciosa*.

⁵⁹ *Pequena Biografia*, in: *Topografia*, p. 16.

teticamente, se terão conhecido no Convento de S. Francisco onde então, por falta de Seminário Diocesano, estudavam os candidatos ao sacerdócio secular da Diocese de Angra.

Note-se que o Padre Jerónimo, no seu testamento, confessa que desta família, ou das senhoras que dela restavam, “tenho recebido os maiores favores de caridade” e, por “respeito e gratidão” deixa-lhes o rendimento de um moio de trigo anual, tendo a convicção que elas cumpririam rigorosamente as cláusulas do seu testamento, dado que residia “numa casa de pessoas religiosíssimas, cheias da maior caridade, e temor de Deus, que benignamente me receberam em sua companhia...”.

Só foi possível identificar quem era esta família tão elogiada pelos biógrafos do Padre Jerónimo, mas sem dizerem de quem se tratava, pelo seu testamento e através dos Róis de Confessados da Sé, na circunstância do Padre Jerónimo ser arrolado em 1832, e pela primeira vez, a residir numa casa no início da Rua de Jesus⁶⁰, onde podemos perceber quem o tinha recebido em sua casa.

Tratava-se de uma família, oriunda do Porto Judeu, composta por dois sacerdotes e suas duas irmãs e uma sobrinha, senhoras solteiras que se haviam instalado na tal casa da Rua de Jesus, mas, provavelmente, marcada por uma tragédia familiar como se verá.

Foi no Rol de Confessados da Sé de 1825 que encontramos pela primeira vez o núcleo fundamental desta família (assim lhe chamamos, porque serão estas três senhoras a permanecerem mais tempo nesta habitação) a morar na dita casa da Rua de Jesus: duas irmãs, Laureana Joaquina, então com 45 anos e sua irmã Delfina Cândida, de 43 anos, e uma sobrinha de nome Maria Cândida⁶¹ na idade de 21 anos, todas solteiras⁶². A viver com elas são arrolados uma Mariana Bernarda, escrava⁶³, e um João, forro⁶⁴, ambos com apenas 11 anos de idade.

⁶⁰ Segundo a *Introdução*, p. 19, de Reis Leite e Manuel Faria, o Padre Jerónimo regressou a Angra a 15 de agosto de 1831.

⁶¹ Segundo o testamento do Padre Jerónimo, trata-se de D. Maria Cândida Drumonde, filha de António Ferreira Drumonde e de sua mulher Mariana Josefa.

Na realidade, era uma prima das duas irmãs e dos dois padres, porquanto a sua mãe, Mariana Josefa, era prima-irmã daqueles irmãos.

Pelo que se pode apurar dos registos paroquiais, António Ferreira Ormonde (a grafia deste apelido de família varia muito de registo para registo, aparecendo como Drummond, Drumonde e Ormonde), viúvo, casa no Porto Judeu a 22-9-1800 com Mariana Josefa, filha de António Machado Toledo e de Catarina Josefa ou Catarina de S. José. Estes, por sua vez, casam no Porto Judeu a 26-10-1760, ele viúvo, e Catarina de S. José, filha de Manuel Machado Gato e de Águeda de S. António, logo, irmã de Pedro Machado Gato, pai dos irmãos da Rua de Jesus.

⁶² Estas duas senhoras, D. Delfina Cândida e sua sobrinha D. Maria Cândida são contempladas no testamento do Padre Jerónimo com a renda anual de um moio de trigo.

⁶³ Recorde-se que só em 1869 é que foi decretada a abolição da escravatura em todo o império português, embora desde o tempo de D. José I que havia algumas restrições no tráfico de escravos para os territórios portugueses da Europa.

Só no Rol de 1828 é que Mariana Bernarda, então com 14 anos, deixa de ser designada por escrava para passar a ser arrolada como preta, para deixar de ser arrolada, pelo menos nesta casa, durante alguns anos, voltando a lá residir em 1831 e 1832.

⁶⁴ Palavra derivada de alforria ou libertação. A libertação de escravos é um instituto que o Direito Romano reconhecia através da manumissão, prevista, por exemplo, na lei Élia-Sência. Sobre esta matéria ver: GAIO, *Instituições*, edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 87-88.

O tal drama que deve ter assolado estas três senhoras tem a ver com o fato de ser inscrito no Rol de 1826 um seu irmão, o Padre Feliciano Coelho, que nesse ano consta ter 54 anos de idade, mas que já não aparecia no Rol do ano seguinte. Perante a ausência do seu nome no Rol do ano seguinte, consultados os registos de óbitos da Sé de Angra, encontrou-se a tragédia que muito deve ter amargurado estas senhoras, pois a 29 de novembro de 1826 foi sepultado no Convento dos Religiosos de S. Francisco, por ordem do Deão e Vigário Capitular⁶⁵ “...o Padre Feliciano Coelho Gato que se achou morto em um laço de corda na loja das casas de sua residência...” acrescentando o Reitor da Sé que escreveu o assento de óbito que o Padre Feliciano padecia de falta de juízo⁶⁶.

Passados 5 anos, no Rol de Confessados da Sé de 1831, encontramos o outro irmão sacerdote, identificado como o Reverendo Reitor Manuel José Coelho a viver com suas irmãs e sobrinha⁶⁷. Só que, nesse mesmo ano, a 31 de maio de 1831, este sacerdote vem a falecer na Sé⁶⁸ com a idade de 59 anos.

É por esta altura que o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade foi residir para a Rua de Jesus com as irmãs dos seus dois colegas já falecidos, dado que é arrolado, pela primeira vez, como assistente na casa no Rol de Confessados da Sé de 1832, sendo-lhe atribuída a idade de 42 anos⁶⁹. Em suma, o Padre Jerónimo vai residir nesta casa cerca de 15 anos até ao dia da sua morte que ocorreu a 12 de dezembro de 1847, com a idade de 58 anos.

Entretanto, no ano anterior havia falecido Laureana Joaquina, a irmã mais velha, a 10 de julho de 1846, com testamento feito e sepultada no cemitério do Hospital de Santo Espírito. Foi por este assento de óbito que conseguimos saber quem era esta família, dado que sendo solteira, foi averbada a sua filiação, o que não tinha acontecido com os registos de óbito de seus irmãos Padres que nada diziam sobre os seus progenitores.

Os dois sacerdotes e as duas irmãs que se mantiveram solteiras, eram filhos de Pedro Machado Gato e de sua segunda mulher Mariana Bernarda Joaquina⁷⁰.

⁶⁵ Exercia estes ofícios eclesiásticos o Cónego José Maria Bettencourt de Vasconcelos e Lemos.

⁶⁶ BPARLSR, *Fundo dos Paroquiais*, livro de óbitos da Sé de 1819 a 1843, fls. 161.

⁶⁷ Refira-se, como curiosidade e, quem sabe, como precaríssimo contributo para um futuro estudo das relações sociais das famílias angrenses, por peritos nesta área das ciências sociais, que esta família estabelecida na Rua de Jesus sempre teve ao seu serviço pessoas que teriam sido escravos ou seus descendentes. Por exemplo, neste ano de 1831 são arrolados Mariana Bernarda, antes arrolada como escrava e agora como preta, já com 17 anos, e Delfina, também de 17 anos, e Ezequiel, com apenas 11 anos, ambos identificados como pardos. A partir de 1833 passa a ser arrolada uma Maria, parda, que nessa data tinha 10 anos.

⁶⁸ Segundo o respetivo assento de óbito, recebeu todos os sacramentos e foi sepultado na sepultura n.º 1 do corpo da Igreja da Sé.

BPARLSR, *Fundo dos Paroquiais*, livro de óbitos da Sé de 1831 a 1843, fls. 3.

⁶⁹ Recorde-se que o Padre Jerónimo nasceu em Setembro de 1789, pelo que a idade está correta, dado que os róis seriam feitos até meados do ano. Por exemplo, o Rol da Sé de 1847 é finalizado e datado de 6 de junho. Todavia, a indicação das idades nos róis parece não ser sempre correta, porquanto no último arrolamento em que o Padre Jerónimo aparece, o do ano de 1847, é-lhe dada a idade de 60 anos quando realmente tinha três anos a menos.

⁷⁰ Pedro Machado Gato era filho de Manuel Machado Gato e de Águeda de S. António (casados no Porto Judeu a 16-5-1734); neto paterno de António Machado Gato (e bisneto de Gaspar Gato e de Catarina Machado) e de Margarida da Rocha (bisneto por sua avó de Bento Ferreira e de Bárbara Gomes); neto materno de Manuel Vieira e de Catarina de Melo, todos naturais do Porto Judeu.

c) A família Andrade e o escrvão do Padre Jerónimo

O testamento do Padre Jerónimo Emiliano revela-nos a sua grande amizade aos irmãos Andrade⁷¹, os quais são beneficiados no seu testamento “em sinal de agradecimento pelos muitos obséquios, que sempre de sua casa recebi”.

A amizade e reconhecimento por esta família é outra curiosidade da vida do Padre Jerónimo que não deixa de ser relevante, dado serem quem eram os referidos irmãos Andrade, bem identificados no testamento como filhos de Eustáquio Francisco de Andrade e de sua mulher D. Rita Joaquina⁷². Ora, o pai dos irmãos Andrade, contemplados no testamento, era o Capitão das Ordenanças Eustáquio Francisco de Andrade, um dos principais cabecilhas dos absolutistas que combateu contra a causa liberal⁷³, daí a estranheza, ou não, desta íntima amizade. Estranheza porque o Padre Jerónimo, ainda frade em S. Francisco, e depois como secular, segundo os seus biógrafos, teria seguido a causa liberal, o que não

Pedro Machado Gato casou a 1.ª vez no Porto Judeu a 19-5-1766 com Mariana Josefa de Jesus, filha de Brás Pereira, natural de S. Bento, e de Maria de Jesus, natural do Porto Judeu.

Casou 2.ª vez na Ermida de N.ª S.ª de Belém (registos de S. Pedro de Angra) a 30-6-1711 com Mariana Bernarda Joaquina, batizada na Sé de Angra, filha de Domingos Coelho Toste e de Cândida Maria. É deste casamento que nascem as senhoras, e seus irmãos padres, que acolhem até à morte o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

⁷¹ Os irmãos Andrade, beneficiados no testamento, são Eustáquio Francisco de Andrade (que usava o mesmo nome de seu pai, o Capitão de Ordenanças), D. Rita Genoveva de Cássia de Andrade, D. Maria do Livramento de Andrade e D. Antónia Margarida de Andrade.

Segundo as *Genealogias da Ilha Terceira*, estes quatro irmãos faleceram solteiros. A mesma obra indica que tiveram uma outra irmã, D. Rosa Emiliana de Andrade, casada com Joaquim Mendes de Brito em 1834, ou seja, já casada quando o Padre Jerónimo faz o seu testamento o que deve ser a razão de não constar como beneficiada.

ANTÓNIO ORNELAS MENDES e JORGE FORJAZ, *Genealogias da Ilha Terceira*, DisLivro Histórica, Lisboa, 2007, vol. II, pp. 669-670. Passaremos a citar esta vasta obra, abreviadamente, por *Genealogias*.

⁷² Dado o apelido Andrade desta família, tentou-se perceber se teriam algum parentesco com o Padre José de Andrade. Do que se conseguiu apurar parece não haver quaisquer ligações de parentesco entre estas duas famílias.

De qualquer forma deixa-se aqui o que se conseguiu encontrar nos registos paroquiais sobre a ascendência desta família, quase todos naturais e casados na Conceição de Angra.

Eustáquio Francisco de Andrade casou a 29-7-1797 com Rita Joaquina de Cássia, filha de Manuel Correia dos Santos e de Rosa Mariana Vitória.

O Capitão Eustáquio era filho de Francisco Coelho Machado, *malagueta*, e de Antónia Margarida. Este casal, segundo parece, é o que casa na Conceição a 7-7-1745, assim identificados no respetivo assento de casamento: Francisco Coelho Machado Evangelho, natural de S. Luzia, filho de Tomé Fernandes e de Maria Evangelho; com Antónia Margarida, natural da Conceição, filha de Manuel de Andrade e de Guiomar da Assunção ou da Ascensão. Será deste seu avô materno que o Capitão Eustáquio e os seus filhos usam o apelido Andrade.

Por sua vez, Manuel de Andrade, filho de Lázaro de Andrade e de Beatriz da Costa (casamento que não se conseguiu encontrar), casa na Conceição a 28-8-1702 com Guiomar da Ascensão, filha de Manuel Martins e de Maria Garcia.

⁷³ Sobre a atividade do Capitão Eustáquio de Andrade ver:

FRANCISCO FERREIRA DRUMMOND, *Anais da Ilha Terceira*, volume XIII, pp. 67,78,87 e 100. Cita-se a 2.ª edição dos *Anais*, publicada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Angra, 2019.

seria propício a um relacionamento íntimo com uma família que seguia a causa contrária. Todavia, como referem Reis Leite e Manuel Faria⁷⁴, o Padre Jerónimo pelo fato de ter aceitado um cargo por parte do Capitão General Stockler terá caído no desagrado da facção liberal o que poderá justificar a sua aproximação aos irmãos Andrade ou então ter beneficiado da sua proteção contra as arruaças que os absolutistas praticavam contra os liberais.

Finalmente, o testamento revela-nos que o Padre Jerónimo tinha um “escrevente” (diríamos hoje secretário particular), designado como “actual”, pelo que se pode presumir que teria tido outros “escreventes” no passado. Este escrevente, Mariano José Coelho, “em remuneração dos bons serviços, que me tem prestado” é herdeiro de meio moio de trigo de renda anual⁷⁵.



Monumento fúnebre sobre a sepultura do Padre Jerónimo Emiliano no cemitério do Livramento⁷⁶
(Foto de Paulo Mendonça)

⁷⁴ *Introdução*, pp. 18-120

⁷⁵ O Padre Jerónimo identifica-o no seu testamento como filho de Jacinto José Coelho e de Francisca Mariana. Este casal casou na Sé de Angra a 17-10-1813, sendo ele natural dos Biscoitos e filho de Manuel Coelho e de Antónia da Trindade; e ela natural da Sé e filha de Manuel da Rocha e de Ana Joaquina.

⁷⁶ Sobre a construção deste monumento fúnebre ver um artigo de Miguel Forjaz inserto no jornal *A União* de 11-12-1926.



Pormenor do monumento fúnebre da sepultura do Padre Jerónimo
(Foto de Paulo Mendonça)

III – Os bens arrolados no testamento

Pelo testamento do Padre Jerónimo Emiliano, redigido em novembro de 1847, fica-se com uma ideia dos bens móveis e imóveis que ele possuía naquela data, ou seja, cerca de um mês antes de morrer, e a quem os legou.

Começando pelos bens móveis e, sem dúvida, os mais preciosos para um sacerdote que dedicou a sua vida ao estudo e à investigação, refere que deixa “todos os meus livros com as estantes, e meios, em que eles estão, e juntamente todos os meus manuscritos” ao seu amigo Padre Mariano Constantino Homem. Por esta verba do testamento compreende-se que o Padre Jerónimo tenha, posteriormente, editado algumas das obras do Padre Jerónimo Emiliano, acentuando os seus direitos sobre essas edições.

Os restantes bens móveis que possuía, roupas e dinheiros, deixa aos seus sobrinhos e a seu irmão conforme se lê no testamento.

Em resumo, os bens de raiz ou rendimentos de foros que o Padre Jerónimo possuía e que aparecem destinados aos diversos herdeiros eram os seguintes:

- ½ moio de trigo de renda anual que lhe pagava um foreiro da Ribeirinha;
- 1 moio de trigo de renda anual de uns cerrados no Porto Judeu;
- 1 moio de trigo de renda anual que lhe pagava outro foreiro da Ribeirinha;
- ½ moio de trigo de renda anual de outro homem da Ribeirinha;
- 1 moio e 22 alqueires de trigo que lhe pagava um foreiro da Vila Nova.

Em resumo, o Padre Jerónimo possuía bens que lhe rendiam anualmente 4 moios e 22 alqueires de trigo, ou sejam, 262 alqueires de trigo por ano⁷⁷. Por esta altura, o preço do trigo rondava os 500 réis o alqueire, podendo supor-se que o rendimento em dinheiro rondaria os 130 mil réis. Como termo de comparação, o Padre Jerónimo manda que lhe sejam celebradas missas por sua alma “dando-se por cada uma de esmola duzentos e quarenta réis”, ou seja, 1 alqueire de trigo daria para a esmola de 2 missas.

Poucos e modestos, os bens do Padre Jerónimo não deixam de causar alguma curiosidade dado que só poderiam ter entrado na sua posse e propriedade depois de ele ter saído do Convento de S. Francisco, como já referimos, dado que os padres das ordens religiosas não podiam possuir bens, como ainda hoje acontece. Ou herdou esses bens ou então comprou-os com os rendimentos dos cargos oficiais que passou a exercer, factos que não se conseguiu apurar.

⁷⁷ Normalmente, na ilha Terceira, o moio correspondia a 60 alqueires.



Entrada principal da Escola Secundária de Angra, sucessora do Liceu Nacional de Angra, que tem como patrono o Padre Jerónimo Emiliano de Andrade (Foto de Paulo Mendonça)



Placa toponímica da Rua Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, na freguesia de S. Luzia de Angra (Foto de Paulo Mendonça)

4. O Testamento do Padre Mariano Constantino Homem



Fotografia ou daguerreótipo do Padre Mariano Homem com os seus colegas professores do Liceu de Angra (Região Autónoma dos Açores – Museu de Angra do Heroísmo)

Recorde-se, como se disse acima, que o Padre Mariano Constantino redigiu o seu testamento cerrado em 2 de setembro de 1876 e nesse mesmo dia aprovado pelo tabelião António Taveira Pires Toste. Veio a falecer cerca de 6 anos após ter feito testamento, morte que ocorreu a 4 de março de 1882.

Sobre este sacerdote, também frade egresso do extinto Convento de S. Francisco de Angra, pouco mais temos a relatar além do que se disse no título *Padre Mariano Constantino Homem – Elementos para a sua biografia*, inserto na nova edição da *Topografia*, publicada pelo Instituto Histórico da Ilha Terceira⁷⁸.

⁷⁸ Sobre o Padre Mariano Constantino Homem e o seu múnus pastoral como Pároco das Fontinhas ver: LEANDRO ÁVILA, *Fontinhas nas Fontes da sua História*, edição da Freguesia das Fontinhas, Fontinhas, 2020, pp. 77-78 e pp. 29-31 com a transcrição do relato que o Padre Mariano faz dos abalos de dezembro de 1841.

Resta deixar aqui alguns apontamentos genealógicos dos ascendentes e descendentes colaterais do Padre Mariano, alguns mencionados no seu testamento, começando pela sua varonia⁷⁹:

1 – ANTÓNIO PINHEIRO, - Viveu na Prainha, ilha do Pico. Casou com Ana Quadrado.

Filho:

2 – AMARO QUADRADO, - Nasceu na Prainha a 30-6-1676.

Casou na Prainha a 28-5-1697 com Apolónia da Conceição, nascida na Prainha a 9-4-1672, filha de Manuel Alves Alvim e de Iria da Conceição, neta materna de Cosme Rodrigues Furtado e de Maria Madalena.

Filho:

3 – AMARO GONÇALVES, - Nasceu na Prainha (Nossa Senhora da Ajuda) a 6-1-1708.

Casou na Matriz de Santa Cruz da Praia, ilha Terceira, a 22-1-1730 com Teresa de Jesus, natural da Praia, filha de João Cardoso Linhares⁸⁰ e de Maria da Conceição (casados na Matriz da Praia a 8-10-1699), neta paterna de Gaspar de Linhares e de Catarina Antunes; neta materna de António Vieira e de Ana da Conceição, todos moradores na Casa da Ribeira⁸¹.

Filho:

4 – FRANCISCO GONÇALVES, - Nasceu na Casa da Ribeira.

Casou na Matriz da Praia a 4-2-1759 com Maria Antónia, filha de João Dias e de Maria Antónia.

Filho:

5 – MATEUS GONÇALVES, - Nasceu na Casa da Ribeira.

Casou a 1.^a vez na Matriz da Praia a 21-12-1796 com Teresa Josefa, natural da Piedade, ilha do Pico, onde nasceu a 9-1-1768, filha de Pedro Homem, falecido a 28-12-1783, e de Luzia da Conceição⁸².

Casou 2.^a vez na Matriz da Praia a 26-12-1810⁸³ com Aldina do Coração de Jesus, natural da Praia, filha de João Gonçalves Eleno e de Rita Bernarda.

Filhos do 1.º casamento:

⁷⁹ Para os seus ascendentes diretos da ilha do Pico foi consultada, em agosto de 2021, a base de dados do Grupo de História das Populações do Centro de Investigação Transdisciplinar-CITCEM, da Universidade do Minho, na página eletrónica <http://www.ghp.ics.uminho.pt/genealogias.html>

⁸⁰ Este João Cardoso Linhares casou 2.^a vez na Matriz da Praia a 23-1-1718 com Maria Dias, filha de Mateus Dias e de Isabel (papel rasgado).

⁸¹ Lugar da freguesia de Santa Cruz da Praia, como ainda hoje é, apesar de ser Paróquia independente. Todos os registos de casamento e batismos consultados referem sempre a residência na Casa da Ribeira.

⁸² Segundo a base de dados do CITCEM Pedro Homem terá casado nas Ribeiras, ilha do Pico, com Luzia da Conceição.

⁸³ Mariano Constantino tinha nessa data 13 anos quando o pai casa segunda vez.

- 6 – Mariano Constantino Homem, que segue.
 6 – João Gonçalves Homem
 6 – José, nasceu na Casa da Ribeira a 30-11-1804
 6 – Maria Vitorina Libânia, nasceu na Casa da Ribeira a 18-5-1806, a quem o Padre Mariano, no seu testamento, lega quinze mil réis se ela lhe sobreviver.

6 – PADRE MARIANO CONSTANTINO HOMEM, - Nasceu na Casa da Ribeira a 24-10-1797.

Identificados, tanto quanto possível, os seus ascendentes diretos, passamos agora aos seus parentes colaterais, sobretudo na ligação parental à sua herdeira mencionada no testamento.

Começemos pelo seu irmão germano acima apontado:

6 – JOÃO GONÇALVES HOMEM - Nasceu na Casa da Ribeira a 13-5-1801 (batismos da Matriz da Praia).

Casou na Matriz da Praia a 8-5-1822 com Maria Joaquina, filha de Francisco Vaz e de Maria Joaquina.

Esta Maria Joaquina, já viúva, é arrolada nos Róis de Confessados da Conceição de 1852 a viver numa dependência do extinto Convento de S. Francisco com o seu cunhado o Padre Mariano, onde residem até 1857⁸⁴.

Têm pelo menos uma filha:

7 – MARIA MÁXIMA DO AGUSTO SACRAMENTO, - Casou nas Fontinhas a 13-5-1840 com Joaquim Inácio Valadão, filho de Pedro Inácio Valadão e de Mariana Francisca⁸⁵.

Filhos:

⁸⁴ Leandro Ávila na sua tese de doutoramento cita um jornal, *O Escudo* de 27-12-1846, que refere, em jeito de crítica, que entre a extinção do Convento de S. Francisco e a sua transformação em Seminário e Liceu, as antigas celas dos frades e demais dependências foram ocupadas por um número considerável de pessoas, todavia, em situação talvez imprópria por falta de condições de salubridade. Os Róis de Confessados da Conceição confirmam essa situação ao arrolarem várias pessoas a viverem em S. Francisco.

O Padre Mariano Constantino Homem é um dos habitantes do Convento entre 1846 e 1857, não sendo arrolado apenas no ano de 1854. Também lá reside, pelo menos entre 1850 e 1853, o Professor José Francisco Maia, sendo indicada a sua profissão como Mestre de Francês, colega e amigo do Padre Mariano, a quem pede para ser seu testamenteiro.

Ou seja, se o Liceu começou a funcionar no antigo Convento em 1847, o certo é outras dependências continuaram a servir de habitação. A hipótese é terem deixado de servir de alojamento quando se iniciam as obras para a instalação do Seminário Episcopal em 1860, o qual só foi inaugurado em novembro de 1862. LEANDRO ÁVILA, *O Liceu Nacional de Angra do Heroísmo...*, edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, pp. 19 e 199.

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA, *Obras*, edição do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra, 2020, vol. I, p. 476.

⁸⁵ A ascendência de Joaquim Inácio Valadão encontra-se no título de Valadão in: *Genealogias*, vol. IX, pp. 644-645.

8 – Mateus Gonçalves Vaz, nasceu nas Fontinhas a 28-8-1845.

Professor da instrução primária.

A partir do ano de 1853 e até 1857 é arrolado a viver no extinto Convento de S. Francisco com sua avó materna Maria Joaquina, viúva, e o seu tio-avô Padre Mariano. Como nesse ano de 1853 já tinha 8 anos de idade é possível que tivesse vindo das Fontinhas para aprender as primeiras letras e iniciar a sua formação de professor primário sob a tutela de seu tio-avô.

Casou na Terra Chã a 31-7-1870 com Matilde Emília Martins, filha de Francisco José Martins, rico proprietário com fortuna feita no Brasil, e de Maria Luísa Fialho. Com descendência⁸⁶.

8 – João, nasceu nas Fontinhas a 21-7-1847.

8 – Maria Leonor Vaz, que segue.

8 – MARIA LEONOR VAZ, - Nasceu nas Fontinhas.

É a herdeira do seu tio-avô Padre Mariano Constantino Homem, identificada no testamento.

Casou na Conceição de Angra a 24-10-1878 com João Machado Gomes, apontador das Obras Públicas, natural da Conceição, filho de Luís Machado Gomes e de Maria Madalena Duarte, moradores na Rua do Desterro.

Quando casa é moradora na Rua do Galo, como consta do respetivo registo de matrimónio, podendo colocar-se a hipótese de ser na casa desta sua sobrinha-neta que o Padre Mariano terá vivido os últimos anos de vida e aí falecido, dado que no seu registo de óbito está tombado que morreu na casa da Rua do Galo n.º 22.

Deste casal há geração até à atualidade, conforme se pode consultar nas *Genealogias da Ilha Terceira*.

Para concluir esta breve introdução ao testamento do Padre Mariano Constantino Homem é de realçar a insistência que deixa expressa de querer um funeral “sem pompa, mas decente” e que os seus testamenteiros arranjassem “tudo dentro dos limites de uma decente pobreza, de que sempre gostei” advinda, certamente, da sua espiritualidade franciscana com que tinha sido educado no velhinho Convento de S. Francisco.

Um breve parêntesis para retomar a questão da herança que recebeu do Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, como já ficou dito, pois é-lhe legado por aquele seu colega (franciscano, sacerdote e professor do Liceu) o espólio dos seus livros e manuscritos.

Contrariamente ao que lhe tinha pedido o Padre Jerónimo Emiliano⁸⁷, o Padre Mariano publica em 1850, na Imprensa de J. J. Soares, apontamentos inéditos de continua-

⁸⁶ *Genealogias*, vol. IV, p. 152 e vol. VIII, pp. 729-731.

⁸⁷ O Padre Mariano confessa no *Prefação* que escreveu para a impressão da segunda parte inédita da *Topografia* o seguinte: “Não dês ao prélo escripto algum meu, uma vez que eu não viva para o corregger e emendar

ção da *Topografia*, com o título *Apontamentos Posthumos do Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade para servirem de continuação á Topographia da Ilha Terceira*.

Provavelmente ainda editou duas outras obras do seu colega e amigo. Primeiramente, uns outros apontamentos que serviam de “sebenta”, conforme o próprio autor os intitula no *Prefação*, intitulados *Exame de Ordinandos até á Sagrada Ordem do Presbiterado, segundo a prática do Bispado d'Angra do Heroismo, concluído em 1847 pelo Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade*, impresso na Typ. M. J. P. Leal, Angra, 1856; e depois a 7.^a edição do *Catecismo Religioso...*, impresso na Typ. De M. J. P. Leal, Angra, 1862⁸⁸.

É interessante realçar que o Padre Mariano, editor dos *Apontamentos Posthumos*, coloca a questão do que hoje chamamos os «direitos de autor»⁸⁹, numa demonstração clara de que a herança que havia recebido do Padre Jerónimo não era tida como um mero obséquio do doador mas antes um património com direitos reais sobre o bem que passou a dispor e a ser sua propriedade, na medida que faz imprimir o seguinte aviso: “O padre Mariano Constantino Homem declara a presente obra propriedade sua, e que usará da Lei contra quem sem sua licença a reimprimir”⁹⁰.

Com este entendimento sobre a propriedade da obra do Padre Jerónimo, o Padre Mariano vende os direitos que tem sobre as obras e manuscritos do Padre Jerónimo ao político de tendência anexionista, escritor e editor graciosense radicado em Angra, António Gil da Silveira Machado Bettencourt⁹¹, conforme se vê num espécie de aviso que este faz publicar nos seguintes termos:

– taes foram as palavras que poucos dias antes de morrer me disse o padre Jerónimo Emiliano d'Andrade. Confesso, que tendo sido um fiel executor de todas as suas *mandas* somente nesta o não fui.” Mais à frente explica porque não cumpriu a vontade do seu amigo e legatário: “Muito tempo estive escrupuloso e perplexo entre o mandato do *moribundo* e a utilidade publica; mas afinal me resolvi por esta.”

⁸⁸ Na data da impressão destes apontamentos ou “sebenta” para serem examinados os candidatos a receberem ordens sacras, com um interessantíssimo *Prefação* sobre a deficiente formação do clero, e da tal 7.^a edição do *Catecismo Religioso* o Padre Jerónimo já tinha falecido, mas o Padre Mariano ainda não tinha vendido os seus direitos a António Gil, podendo-se deduzir que aquele sacerdote foi o editor. No referido *Prefação* existem duas notas de rodapé assinadas apenas por “*O Edit.*”.

⁸⁹ Refira-se que a proteção legal do que hoje se designa por direitos de autor teve a sua génese em Portugal através de um projeto de lei apresentado pela 1.^a vez por Almeida Garrett em 1839, mas só em 1851 é aprovado e publicado.

Só em 9 de setembro de 1886 algumas das nações europeias promoveram a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas aberta à adesão de novos países.

Sobre a história dos direitos de autor pode ler-se um resumo na página eletrónica da Sociedade Portuguesa de Autores, consultada em agosto de 2021:

<https://www.spautores.pt/autores/direito-de-autor/historia-do-direito-de-autor>

⁹⁰ Desconhecemos a lei invocada pelo Padre Mariano dado que, como se disse na nota anterior, só em 1851 foi aprovada a primeira legislação sobre a proteção das obras literárias.

⁹¹ Sobre António Gil ver:

JOSÉ REIS LEITE, *Enciclopédia Açoriana* eletrónica, consultada em setembro de 2021, in:

<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5417>

O jornal *O Angrense*, na sua edição de 9 de Agosto de 1883, publicou uma nota necrológica e uma biografia de António Gil, assinada por A.R..

*A propriedade de todas as obras do P.e Jerónimo Emiliano d'Andrade pertence ao António Gil por escripto autêntico de venda feita pelo herdeiro Padre Mariano Constantino Homem em 12 de Fevereiro de 1879*⁹².

Este aviso de reserva de propriedade está impresso na obra intitulada *Catecismo Religioso contendo os primeiros rudimentos da Doutrina Christã para uso das escolas d'Instrução primaria do districto d'Angra do Heroismo pelo Padre Jeronymo Emiliano d'Andrade*, Primeira edição A. Gil⁹³, Angra do Heroismo, Typ. Do Correio da Terceira, 1879⁹⁴.

Conforme referem Reis Leite e Manuel Faria na sua *Introdução* à edição das *Memórias para a História da Ilha Graciosa*, após a morte de António Gil em 1883, a sua viúva vendeu, em 1887, o espólio deste editor e escritor graciosense a Ernesto do Canto.

5. O testamento de Monsenhor Cónego José Alves da Silva



Monsenhor Cónego José Alves da Silva
(reprodução da foto existente na galeria de Párcos dos Altares na sacrista da Igreja de S. Roque)

⁹² Consultando os livros de notas dos Tabeliães de Angra com cartório a funcionar nesta data, não se encontra qualquer documento sobre este negócio entre o Padre Mariano e António Gil.

⁹³ Como se disse, em 1862 tinha sido impressa a 7.^a edição desta obra.

⁹⁴ O editor António Gil fez uma segunda edição deste catecismo em 1887, impresso na Typographia dos “Dois Amigos”, em Angra do Heroísmo, segundo a bibliografia incerta no artigo acima citado de Manuel Cadafaz de Matos.

Igualmente, na edição da *Topografia* do IHIT, publicou-se uma *Breve biografia de Monsenhor Cónego José Alves da Silva*, na qual se relatam os principais acontecimentos da sua vida como sacerdote e escritor⁹⁵.

José Alves da Silva nasceu a 8 de junho de 1850 e morreu a 14 de setembro de 1922 na Conceição de Angra.

A relação de Alves da Silva com o Padre Jerónimo Emiliano acontece não por conhecimento pessoal ou familiar, até porque nasceu já depois de ele ter falecido, mas por ter sido convidado pelo empresário, jornalista e editor Manuel Vieira Mendes da Silva, quando este quis fazer uma nova edição da *Topografia*, para escrever uma anotação atualizada desta obra⁹⁶.

A sua importância é manifesta com as extensas notas que publica na nova edição da *Topografia* as quais trazem substancial informação sobre cada uma das freguesias da ilha Terceira, especialmente no tocante aos acontecimentos do século XIX.

Provavelmente, o futuro Monsenhor e Cónego da Sé de Angra foi aluno do Padre Mariano Constantino Homem quando frequentou o Liceu de Angra.

No seu testamento, que agora transcrevemos, nada é dito sobre as suas intervenções como homem de letras e jornalista e sobre a sua militância, tanto no Partido Regenerador⁹⁷ como depois no Partido Nacionalista, fundado em 1903 pelo seu conterrâneo Jacinto Cândido da Silva.

Limitamo-nos a esclarecer o relacionamento familiar com as pessoas que Monse-nhor Cónego Alves da Silva cita no seu testamento.

José Alves da Silva era filho de Bartolomeu Alves da Silva, natural de Santa Cruz da Graciosa onde nasceu a 7-11-1824, comerciante estabelecido com uma taberna na Rua do Cruzeiro, que havia casado em S. Pedro de Angra a 27-5-1848 com Francisca Cândida Cupido.

Deste matrimónio nasceram os seguintes filhos, todos batizados na Conceição:

- Maria, nasceu a 20-4-1849, sendo os pais residentes na Rua da Guarita.
- José (o futuro Mons. Cón. José Alves da Silva), nasceu a 8-6-1850, batizado a 24 do mesmo mês, tendo como Padrinhos José Machado Gomes e Josefa Jacinta do Socorro, moradores em S. Mateus. Os pais são moradores na Rua do Cruzeiro.
- Cândido, nasceu a 26-7-1854, e os pais são dados como moradores na Rua do Galo. É o irmão que Mons. Alves da Silva refere no seu testamento.

⁹⁵ Sobre Mons. Cónego José Alves da Silva existem, pelo menos, entradas em duas enciclopédias:

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira

Enciclopédia Açoriana digital (entrada assinada pelo Doutor Reis Leite).

⁹⁶ Vieira Mendes, nome porque ficou conhecido o fundador, entre outros, do jornal "A União" que se publicou em Angra por mais de 100 anos, no Prólogo que escreveu para a edição da *Topografia* de 1891 diz: *Confiámos a um amigo nosso, o mui inteligente Reverendíssimo vigário dos Altares José Alves da Silva o encargo de acompanhar esta edição de algumas notas necessárias para lhe dar completa feição de atualidade.* In: *Topografia*, p. 69.

⁹⁷ Folheando os jornais *A Terceira* e *O Popular*, órgãos afetos ao Partido Regenerador, percebe-se a militância política de Monsenhor Alves da Silva, bem como de outros sacerdotes da época. Mas se se fizer o mesmo no *Angrense*, jornal do Partido Progressista, vê-se que outros sacerdotes militavam ativamente neste partido político.

- Glória, nasceu a 23-1-1857.
- António, nasceu a 30-1-1861. Neste registo de batismo o pai aparece com a profissão de vendeiro e morador com a mulher na Rua do Galo.

Pelo lado paterno, Mons. Alves da Silva era neto dos graciosenses Manuel José da Silva⁹⁸ e de Antónia Rosa ou Francisca Rosa do Coração de Jesus⁹⁹, esta sim filha de Antónia Rosa e de Manuel de Quadros.

Pelo lado materno, Mons. Alves da Silva era neto de José Caetano Cupido e de Rita Cândida¹⁰⁰, ambos naturais de S. Pedro de Angra onde haviam casado a 29-7-1820; bisneto, pelo seu avô, de Joaquim José Caetano, natural de S. Bartolomeu de Regatos, e de Luciana Clara Vitorina¹⁰¹.

Por sua vez, este Joaquim José Caetano era filho de Caetano José da Rocha e de Ana Joaquina, e neto paterno de Bartolomeu Gonçalves de Ávila e de Ana de Santiago¹⁰².

Voltando novamente ao conteúdo do testamento de Mons. Alves da Silva este escreve que tem apenas um irmão vivo, “o qual infelizmente é destituído de razão”, de nome Cândido Alves da Silva, o qual vive na sua companhia, ou seja, na casa de família da Rua do Cruzeiro, na Conceição de Angra, e que tem sido tratado por suas primas. Nos encargos pios com que onera o legado deixado a uma sua afilhada dos Altares refere uma irmã e duas tias já falecidas.

Ora os seus avós paternos acima citados, para além do pai de Mons. Alves da Silva, tiveram, pelo menos, mais uma filha de nome Ana Paula, nascida em S. Cruz da Graciosa mas que casa em S. Pedro de Angra a 12-1-1835 com Alexandre José Brasil, que igualmente era dono de uma taberna¹⁰³ nascido no Topo, ilha de S. Jorge, filho de António Teixeira Brasil e de Bárbara Maria.

São as filhas desta tia paterna, que, segundo o testamento, mantêm um grande relacionamento familiar, de amizade e de solidariedade para com o Padre Alves da Silva e seu irmão Cândido. Conseguiu-se identificar os seguintes filhos da tia paterna daquele sacerdote, como se disse de nome Ana Paula (que surge em diferentes registos paroquiais com o nome de Ana Paula Brasil e Ana Paula Nogueira) e de seu marido Alexandre José Brasil:

⁹⁸ Filho de Sebastião José da Silva e de Perpétua Rosa, bisavós de Mons. Alves da Silva.

⁹⁹ Casaram em S. Cruz da Graciosa a 3-2-1823.

¹⁰⁰ Filha de António Gonçalves e de Rosa Leonarda.

¹⁰¹ Casados em S. Pedro de Angra a 22-10-1787.

¹⁰² Recuou-se nesta ascendência materna de Mons. Alves da Silva porque este seu 4.º avô Bartolomeu Gonçalves de Ávila era irmão de Manuel da Rocha de Borba. Ora, deste último, segundo se sabe, os consócios do IHIT Cónego João de Brito do Carmo Meneses e Liduíno Borba estão a escrever com o intuito de publicarem em livro uma vasta descendência de Manuel da Rocha de Borba a qual inclui 20 clérigos seus descendentes.

¹⁰³ Conforme consta no registo de batismo da sua filha Amélia.

- Maria Alexandrina B. Brasil, falecida na Conceição de Angra a 27-8-1926, com 89 anos (nascida por volta de 1837), viúva, residente na Rua da Liberdade¹⁰⁴.
- Maria da Conceição Brasil, nascida na Conceição por volta de 1846. Casou a 1.^a vez na Conceição a 17-10-1868, tendo a idade de 22 anos, com João Maria Boanerges, tipógrafo, natural de S. Luzia de Angra, filho de José Francisco Nunes e de Maria José. Casou 2.^a vez, também na Conceição, a 9-5-1895 com António Silveira Nunes, proprietário, igualmente viúvo, natural do Topo, filho de Manuel Machado Nunes e de Bárbara Umbelina.

No testamento, Mons. Alves da Silva manda celebrar dez missas por alma desta sua prima e, muito provavelmente, é a ela que se refere quando pede à outra sua prima D. Amélia Elvira que tome conta do irmão deficiente “continuando o trabalho com o zelo e carinho com que o tem feito depois da morte de sua santa irmã e também minha querida e saudosa companheira d’alguns anos”.

- Amélia Elvira Brasil Bettencourt, falecida na Conceição a 8-2-1926, com 75 anos (nascida por volta de 1851), viúva, residente na Rua do Cruzeiro. Segundo o testamento era viúva de Alfredo Alves de Bettencourt e é a esta sua prima que confia o seu irmão Cândido Alves da Silva¹⁰⁵ e a quem lega “em plena propriedade todos os prédios que possuo no lugar de São João de Deus, freguesia de Santa Luzia desta cidade, todo o recheio de minha casa” e uma pensão do Monte Pio Terceirense¹⁰⁶.

De fato, esta sua prima casa muito nova, com 17 anos, na Conceição a 23-4-1868 com Alfredo Emílio da Silva Bettencourt, de 20 anos, piloto do lugre português “Salvador”, filho natural de Maria José Leonor da Silva¹⁰⁷.

- Carlos, nasceu na Conceição a 30-8-1854.
- Bernardina da Silva Brasil, nasceu na Conceição a 11-6-1857 e onde faleceu a 13-8-1938. Casou na Conceição a 6-5-1938 com José Joaquim de

¹⁰⁴ Provavelmente será a mesma Maria Alexandrina Brasil que casa na Conceição de Angra a 29-9-1853 com Francisco Inácio da Silveira, natural de S. Cruz da Graciosa. Só que o sacerdote que redigiu o assento de casamento, depois de escrever imensos nomes e desobrigas, esqueceu-se de registar os nomes dos pais da nubente.

¹⁰⁵ O irmão de Mons. Cónego Alves da Silva faleceu a 5 de dezembro de 1920, ou seja, antes da morte deste sacerdote, razão pela qual algumas das suas disposições testamentárias sofreram alterações. O finado foi sepultado no cemitério do Livramento.

O jornal *A União* insere uma brevíssima notícia do falecimento de Cândido Alves da Silva na edição de 6-12-1920.

¹⁰⁶ Os prédios de S. João de Deus tinham servido para constituírem o seu património quando se ordenou sacerdote.

¹⁰⁷ Foram testemunhas deste casamento Manuel Alves de Bettencourt, que vive da sua agência, freguês da Conceição, e seu filho Manuel Alves de Bettencourt Júnior, Capitão do referido lugre “Salvador”, morador em S. Luzia.

Oliveira Braz¹⁰⁸, a quem Mons. Alves da Silva nomeia seu segundo testamenteiro na falta do primeiro¹⁰⁹ e a quem trata por “meu primo e amigo”.

No início do seu testamento, aliás usual neste tipo de documento, Mons. Cónego José Alves da Silva começa por afirmar a sua fé católica invocando a intercessão da “Virgem Nossa Senhora de Lourdes, minha boa e querida Mãe, por quem sempre tive particular devoção”.

Salientamos esta invocação porque o Padre Alves da Silva foi um dos principais promotores da difusão do culto mariano sob a invocação de Nossa Senhora de Lourdes na ilha Terceira. Recorde-se que as aparições de Lourdes tinham acontecido em 1858 e o Papa Pio IX deu o seu consentimento para um culto local em 1862, mas que rapidamente se espalhou por toda a cristandade¹¹⁰.

Foi ele o introdutor da festa de Nossa Senhora de Lourdes enquanto Vigário dos Altares, conforme refere nas notas que escreveu para a *Topografia* “Em 1886, no dia 4 de setembro, foram, pelo Ex.mo e Reverendíssimo bispo D. João Maria do Amaral e Pimentel, bentas as imagens de Nossa Senhora de Lourdes e do Sagrado Coração de Jesus. [...] Foi esta a primeira festa de Lourdes que se celebrou nesta ilha, e a dita imagem a primeira desta invocação que se expôs á pública veneração também nesta ilha. [...] Ficou-se celebrando esta festa todos os anos, sempre com grande pompa, no 1.º domingo de setembro.”¹¹¹.

¹⁰⁸ Ver *Genealogias*, vol. II, p. 566.

¹⁰⁹ Nomeia como seu principal e primeiro testamenteiro ao “seu compadre e bom amigo João Maria Pinheiro de Bettencourt”.

Segundo as *Genealogias*, vol. VII, p. 619, João Maria Pinheiro de Bettencourt era solicitador judicial (profissão indicada nos registos de batismo de seus filhos) e são-lhe inumerados três filhos. Consultados os respetivos registos de batismo não consta que Mons. Alves da Silva tenha sido padrinho de algum deles. Todavia, representou os Condes de Rego Botelho (o Conde de Rego Botelho passou a ser o líder do Partido Regenerador após a morte de seu sogro o Conde de Sieuve de Meneses) que foram padrinhos do filho João Maria Pinheiro de Bettencourt Jr., única hipótese de se intitular “compadre” ou porque na ausência daqueles se considerava o verdadeiro padrinho da criança. Segundo o registo de batismo de um dos seus filhos, o solicitador e sua mulher eram residentes na Rua de Jesus.

¹¹⁰ Consta que o grande impulsionador do culto a Nossa Senhora de Lourdes na Diocese de Angra terá sido Monsenhor Cónego António Maria Ferreira o qual, depois de uma viagem àquela localidade francesa, fundou em Angra um jornal intitulado *O Peregrino de Lourdes* em 23 de outubro de 1887. O Cabido da Sé de Angra instituiu como sua Padroeira Nossa Senhora de Lourdes e, no porto da freguesia das Cinco Ribeiras foi edificada uma grande Ermida sob aquela invocação Mariana, iniciada a sua construção em 1903 pelo primeiro Pároco daquela Paróquia o Padre Belarmino José da Silva, benzida por Mons. Cón. António Maria Ferreira em 5 de junho de 1904.

Na edição daquele jornal do dia 6-1-1894, n.º 285, encontra-se a notícia de que tinha sido erigida a primeira capela ou ermida pública na Diocese de Angra em honra de Nossa Senhora de Lourdes. Tratava-se de uma ermida construída no lugar do Norte, freguesia de S. Bárbara, na ilha de Santa Maria, tendo como seu fundador o Padre Ângelo Soares da Câmara, Pároco da mesma freguesia e Ouvidor de Vila do Porto, que a dotou com um rendimento anual para a sua sustentabilidade.

¹¹¹ *Topografia*, edição do I.H.I.T., p. 318.

A Paróquia dos Altares continua, até ao presente, a ter como principal festa religiosa de verão a celebração em honra de Nossa Senhora de Lourdes no primeiro domingo de setembro. Tive a honra de presidir ao primeiro centenário desta festividade em setembro de 1986 quando fui Pároco dos Altares.

Como já se referiu na citada *Breve Biografia*, o Padre José Alves da Silva foi agraciado com o título de Monsenhor em abril de 1894. Apesar de algumas tentativas para se perceber quem teria promovido essa honorificência, não foi possível encontrar, por agora, qualquer documento a propor à Santa Sé a concessão do título de Monsenhor ao Padre José Alves da Silva. De qualquer forma, o processo de propositura teve de passar e obter a concordância do então Bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito, bispo desta diocese de 1892 a 1901.

Reproduz-se, como já se fez com a local incerta no jornal *A União*, notícias publicadas noutros jornais que então se publicavam na cidade de Angra¹¹².

Começa-se com a notícia, mais pormenorizada, dada pelo jornal *A Terceira* de 21 de abril de 1894:

Foi nomeado camarista supranumerário de Sua Santidade o Papa Leão 13.º o nosso prezado amigo rev.º José Alves da Silva, talentoso vigário dos Altares. A este elevado cargo são inherentes as honras e o título de Monsenhor, ficando o agraciado a fazer parte da família nobre do Pontífice. A elevada honra que acaba de ser concedida ao nosso amigo, sem que a solicitasse, é a justa recompensa dos seus grandes serviços á igreja, como parcho e sacerdote inteligente e exemplar. Felicitamos cordialmente o nosso ilustrado amigo pela distinção com que foi honrado, e a que correspondem os seus elevados méritos.

Também o jornal católico e órgão officioso da Diocese *O Peregrino de Lourdes*, na edição de 21-4-1894, n.º 300¹¹³, publica uma nota deste agraciamento em tom laudatório a Alves da Silva mas sem explicar as razões de tal honra, do qual transcrevemos o seguinte:

Merecida distinção – *O nosso querido amigo rev.º José Alves da Silva, digno e ilustrado vigário dos Altares, acaba de ser honrado pelo Santíssimo Padre Leão XIII com uma elevada distinção que muito nos apraz registrar, porque o agraciado d’ella é muito merecedor. Sua Santidade fez inscrever o nome do nosso bom amigo entre os dignatários da sua casa pontifical, cabendo-lhe por isso o título de Monsenhor.*

Folgamos de ver galardoados pelo Santo Padre os merecimentos d’um sacerdote dignissimo, que já na sua missão de parcho, já na sua missão de jornalista, em diferentes folhas catholicas, tem mostrado sempre a maior dedicação pelo sagrado Chefe da Igreja. Muitos e belos artigos publicados no Catholico, e n’este jornal, onde o queríamos ver sempre, mostram o entusiasmo d’aquelle coração por tudo o que pertence ao pontificado.

¹¹² O jornal *O Angrense*, folha do Partido Progressista, não dá qualquer notícia deste agraciamento como seria de esperar, dado o Padre José Alves da Silva militar no partido oposto.

¹¹³ Logo a seguir à notícia que se transcreve parcialmente, *O Peregrino de Lourdes* insere a local com o resultado das eleições de Abril de 1894 que, por curiosidade e até por uma relativa correlação com as tendências políticas de Mons. Alves da Silva, também se dá nota: foram eleitos pelo Partido Regenerador, das simpatias do novo Monsenhor, os deputados Dr. Jacinto Cândido da Silva e Dr. Dantas Baracho; enquanto que pelo Partido Progressista tinha sido eleito o Deão da Sé de Angra Cónego Dr. José Castelo Branco.

ANEXO DOCUMENTAL¹¹⁴**Documento 1***Testamento do Rev.mo Jerónimo Emiliano de Andrade desta Cidade*

Jesus – Maria – José. Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo, três Pessoas distintas, e um só Deus verdadeiro.

Eu Jerónimo Emiliano d'Andrade, Presbítero secularizado, morador nesta cidade d'Angra do Heroísmo, achando-me gravemente enfermo, porém de pé, e no uso de minhas faculdades intelectuais, e costumados exercícios, querendo dispor-me para a morte, e servindo-me da faculdade que me permite a carta de lei de trinta de abril de mil oitocentos trinta e cinco, passo a fazer este meu testamento pelo teor, e forma seguinte. Sou Católico Romano, e como Sacerdote, ainda que indigno, d'uma tão augusta, e santíssima Religião, em cuja fé protesto viver e morrer, ajudado dos divinos auxílios, nas mãos do Celeste Padre encomendo o meu espírito, e com a mais profunda humilhação rogo a sua Divina Majestade, que pela paixão, e morte do seu Unigénito Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e pelos merecimentos de Maria Santíssima, e de todos os Anjos e Santos da Corte celestial, se digne receber minha alma, quando deste mundo partir, compadecendo-se da minha miséria, e perdoando-me todos os crimes com que tenho quebrantado sua santíssima Lei. = Declaro que sou filho natural de Victoria Joaquina, já defunta, e de pai ignorado, que desde os meus primeiros anos segui o estado Religioso d'observância de Nosso Padre São Francisco d'Assis na extinta Província de São João Evangelista das ilhas dos Açores, que ali fui ordenado Sacerdote, e servi vários lugares de Letras até que fui secularizado por Breve Apostólico, achando-me presentemente no hábito de Presbítero secular, servindo o emprego de Professor jubilado nas quinta e sexta cadeira do Liceu Nacional desta cidade d'Angra do Heroísmo. = Não tendo pois alguns herdeiros necessários declaro, e instituto por minhas universais herdeiras as minhas três sobrinhas Maria Cândida, Margarida de Cortona, e Isabel, filhas legítimas de meu irmão uterino António Coelho, e de sua mulher Maria Cândida já defunta, de todos os bens abaixo declarados, que se acharem depois da minha morte, pagas as minhas dividas se as tiver, e satisfeitas as disposições, e legados, que passo a declarar. Quero que o meu enterro seja sem pompa, mas com decência Religiosa, acompanhado do Clero, que for possível convidar-se, para se me fazer o ofício de sepultura, e que no dia do meu óbito se celebrem pela minha alma todas as missas, que forem possíveis, dando-se por cada uma a esmola de duzentos e quarenta reis. Quando porem se me não ache dinheiro para estas despesas, para elas dedico o produto de meio moio de renda de trigo anual, foro que me paga Francisco Luís de Melo da freguesia da Ribeirinha, o qual se pode vender para este fim, havendo necessidade, revertendo a sobra, se a houver em benefício das minhas herdeiras. = Á Senhora Delfina Cândida, filha de Pedro Machado, e de sua segunda mulher Mariana Bernarda de Jesus, já defuntos, em cuja casa resido, e de quem tenho recebido os maiores favores de

¹¹⁴ Os Testamentos agora apresentados, como se disse, encontram-se registados nos livros da Administração do Concelho de Angra do Heroísmo e, dado serem testamentos cerrados, foram transcritos para esses livros de forma livre pelo respetivo Secretário. Assim, optou-se por apresentá-los em português corrente dado que se desconhecem os originais.

caridade, em sinal do meu respeito, e gratidão deixo um moio de trigo, renda anual, que possuo no Porto Judeu imposto n'uns cerrados denominados – o Vale de baixo – os quais presentemente faz de renda Sebastião José da Silveira da mesma freguesia. A dita Senhora fica por mim habilitada para poder vender as ditas terras, quando assim o ache conveniente; porem não tendo precisão para isso, passarão depois da sua morte a sua sobrinha a Senhora Dona Maria Cândida Drumonde, filha legítima de António Ferreira Drumonde, e de sua mulher Mariana Josefa já defuntos, com a mesma habilitação para a poder vender, quando para isso tenha necessidade; porem quando as não venda passarão depois de sua morte ás minhas herdeiras. =Ao Senhor Eustáquio Francisco de Andrade, e a suas irmãs as Senhoras Dona Rita Genovessa de Cassia d' Andrade, Dona Maria do Livramento de Andrade, e Dona Antónia Margarida de Andrade, filhas de Eustáquio Francisco de Andrade, e de sua mulher Dona Rita Joaquina, já defuntos, em sinal de agradecimento pelos muitos obséquios, que sempre de sua casa recebi, deixo um moio de renda de trigo anual, foro que me paga António Machado Victoria, da freguesia da Ribeirinha, o qual será repartido igualmente por todos os quatro irmãos, podendo cada um deles dar á sua porção o destino que lhes convier. =Ao meu prezadíssimo amigo, e colega o Reverendíssimo Senhor Padre Mariano Constantino Homem, Professor atual da primeira e segunda Cadeira do Liceu desta cidade deixo todos os meus livros com as estantes, e meios, em que eles estão, e juntamente todos os meus manuscritos. =A Mariano José Coelho, meu atual escrevente, filho de Jacinto José Coelho, e de sua mulher Francisca Mariana em remuneração dos bons serviços, que me tem prestado deixo meio moio de renda anual, o qual me paga Manuel Machado Codorniz da Ribeirinha; porém este meu legado só terá efeito quando o dito Mariano José Coelho continue no meu serviço, e por mim não tenha sido despedido antes da minha morte; pois nesse caso o referido meio moio de renda de trigo passará ás minhas herdeiras. =Satisfeitos pois estes meus legados, ficam pertencendo ás minhas herdeiras os restos da minha mobília, e a roupa que se achar depois da minha morte, e o rendimento anual de moio e vinte dois alqueires de trigo, foro que me paga Manoel Lourenço da freguesia de Vila Nova, cuja herança receberão, e gozarão em partes iguais pela forma, que passo a declarar. =Residindo n'uma casa de pessoas religiosíssimas, cheias da maior caridade, e temor de Deus, que benignamente me receberam em sua companhia, e que em todas as minhas moléstias me tem tratado com o maior zelo, e cuidado sem algum interesse, unicamente movidas do seu espírito de Religião, e de beneficência, estou bem certo que hão-de entregar ás minhas herdeiras todos os meus bens, que lhes pertencer, e de que eu em vida não tiver feito aplicação, e por isso devem receber os ditos bens sem alguma duvida, ou altercação, confiados unicamente na palavra das pessoas a quem eu encarregar a entrega, e se o contrario fizerem, ou por este motivo suscitarem contra as ditas pessoas da minha residência, ou judiciais desde esse facto ou as declaro por deserdadas, e quero que o produto dos bens, que elas herdariam, passe ao hospital da Santa Casa da Misericórdia desta cidade em beneficio dos pobres enfermos. Pois tencionando eu distribuir em vida algumas cousas do meu uso, e querendo que uma parte da minha roupa seja repartida por algumas pessoas, que me tem feito serviços, e que cuidarem de mim na minha última moléstia, quero que se saiba que se essas cousas não aparecerem depois da minha morte, não é por que tenham sido desencaminhas pelas pessoas, com quem vivo, mas sim porque as determinei, e dispus em vida, segundo a minha vontade. =Receberão pois as minhas herdeiras logo depois da minha morte os meus bens moveis, e a roupa, que lhes tocar,

e havendo algum dinheiro resíduo, que lhes possa pertencer, quando este passe de cinquenta mil reis quero que dele se dê dez mil reis a cada um dos seus dois irmãos meus sobrinhos José António e João Coelho, estando eles nesta ilha, bem como quero que se dê a seu pai meu irmão António Coelho aquela parte da minha roupa, que for mais própria para seu uso. Esta distribuição deve ser feita pelo meu testamenteiro, a quem tenho feito as minhas declarações particulares, e a quem pretendo deixar um papel por mim assignado com varias instruções, o qual quero que valha, e tenha o mesmo valor, que este meu testamento. =Em quanto porem aos bens de raiz, de que acima falei, e outros quaisquer meus também de raiz, que possam vir a pertencer às minhas herdeiras, quero que deles elas sejam tão somente usufruarias por todo o tempo da sua vida, sem os poderem vender, passando depois a seus filhos legítimos, se os tiverem, para que estes os possam dispor livremente como lhes convier, porém, morrendo alguma sem filhos legítimos, suas irmãs minhas herdeiras gozarão os ditos frutos em partes iguais, e passarão aos seus filhos, como fica dito, e assim até á ultima. Quando porém nenhuma delas tenha filhos legítimos por morte da última o produto dos ditos meus bens de raiz, sendo vendidos, serão applicados em partes iguais aos pobres enfermos dos hospitais da Misericórdia desta cidade, e da vila da Praia da Vitória. =Estes mesmos meus bens de raiz em quanto durar a menoridade das minhas herdeiras, ou elas não casarem, serão administrados pelo meu testamenteiro, entregando este ás ditas minhas herdeiras os rendimentos dos referidos bens ou em género, ou em dinheiro, como os receber dos rendeiros, salvas as despesas, que se fizerem na sua arrecadação. =Para este fim elejo, e constituo por meu testamenteiro, e tutor, e curador de minhas herdeiras o Reverendíssimo Senhor Padre Mariano Constantino Homem, acima mencionado, Professor da primeira e segunda Cadeira do Liceu desta cidade, e lhe rogo se digne praticar comigo estes últimos officios de amizade, e de caridade, encarregando-se da fiel execução de todas estas minhas disposições, como espero da sua Religião, e probidade. Em sua falta nomeio, e rogo para o mesmo fim, e com os mesmos poderes ao Ilustríssimo Senhor Eustáquio Francisco de Andrade, confiado igualmente na sua amizade para comigo, e nos sentimentos da sua piedade. =Tal é pois a minha última vontade, e disposição para depois da minha morte, e por este meu testamento revogo qualquer outro, que antes tenha feito, e rogo às Justiças de Sua Majestade o façam cumprir, e guardar; pois sem alguma coação, mas de minha livre vontade o fiz, e assino de meu próprio punho. Angra do Heroísmo nas casas da minha residência doze de Novembro de mil oito centos quarenta e sete =O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade =Auto de aprovação do testamento retro e supra =Saibam quantos este público instrumento de aprovação virem, que sendo no ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos quarenta e sete, a dezoito de novembro nesta cidade d'Angra do Heroísmo, ilha Terceira, sendo na rua de Jesus, e casas da morada do Ilustríssimo e Reverendíssimo Jerónimo Emiliano de Andrade, onde eu Tabelião a seu rogo vim sendo aí presente o dito Reverendíssimo Jerónimo Emiliano de Andrade, Comissário dos Estudos neste distrito, e Reitor do Liceu de Angra, doente de pé, mas segundo o meu entender em seu perfeito juízo, de que dou fé, bem como de ser o dito Reverendíssimo Jerónimo Emiliano de Andrade o próprio, por ser de mim bem conhecido, e sendo também presentes as testemunhas no fim deste assinadas, perante elas o dito Reverendo Jerónimo Emiliano de Andrade me entregou este papel dobrado, que disse ser o seu testamento escrito e assinado por ele mesmo testador de seu próprio punho; o qual eu tabelião tomei de sua mão, vi, e não li, e achei não ter borrão, entre linhas, ou cousa

que duvida faça, e a ele testador perguntei, se é este o seu testamento, e se o há por bem, firme, e valioso; ao que respondeu, que sem dúvida é este o seu testamento, que há por firme, valioso, e bom, e que por isso me pedia este instrumento de aprovação, o qual eu fiz; e vai escrito este testamento em quatro meias folhas de papel, incluída nelas a presente em que vai transcrita esta aprovação, todas numeradas de algarismo, e rubricadas do meu apelido que diz – Mello –; a cujo ato, que dou fé passar na verdade, foram testemunhas presentes João Francisco da Costa, da freguesia da Agualva desta ilha Terceira, António Ribeiro Homem da Costa, João Soares de Lacerda Machado, estes dois naturais da ilha do Pico, João Francisco Gil da Silveira, da ilha Graciosa, e todos quatro estudantes do Liceu desta cidade, e aqui moradores, e José Francisco de Medeiros, soldado de artilheria reformado, solteiro desta mesma cidade, que todos reconhecer, e assinaram com o Reverendíssimo Testador, comigo, e perante mim Martinho de Mello Soares, tabelião que o escrevi e assino em público e raso. =Em testemunho de verdade =Martinho de Mello Soares. =Lugar do sinal público. =O Padre Jerónimo Emiliano de Andrade =João Francisco da Costa =António Ribeiro Homem da Costa =João Soares de Lacerda Machado =João Francisco Gil Silveira =José Francisco de Medeiros =Testamento do Ilustríssimo e Reverendíssimo Jerónimo Emiliano de Andrade, Comissário dos Estudos, e Reitor do Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde é morador, cosido com cinco pontos de linha branca, e cerrado com cinco pingos de lacre preto por cada banda; aprovado em dezoito de novembro de mil oito centos quarenta e sete por mim tabelião =Martinho de Mello Soares. =Cumpra-se. Paróquia da Sé de Angra do Heroísmo onze de dezembro de mil oito centos quarenta e sete =Nogueira =Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil oito centos quarenta e sete, aos onze de dezembro do dito ano, sendo na residência do regedor de paróquia desta freguesia da Sé, Abílio Ponciano Nogueira, onde eu escrivão vim às seis e meia horas da tarde, mais ou menos, aí sendo apresentado este testamento, que se achava cosido, lacrado com cinco pingos de lacre preto, e sem vício algum, o abriu o dito regedor; e pondo-lhe o competente cumpra-se passei eu escrivão a fazer a leitura do mesmo na presença dele sobredito regedor, e das testemunhas José Maria Adriano, e Manuel Joaquim de Andrade, oficiais de pintor, moradores na freguesia da Sé, que todos assinam ante mim =Manoel Joaquim Cota, escrivão d’ante o regedor de paróquia o escrevi e assino. Abílio Ponciano Nogueira =José Maria Adriano =Manoel Joaquim de Andrade =Manoel Joaquim Cota =Denunciei este testamento ao Reverendo Mariano Constantino Homem: em firmeza do que assina ante mim Manoel Joaquim Cota escrivão d’ante o regedor de paróquia da freguesia da Sé a escrevi, e assino em treze de dezembro de mil oito centos quarenta e sete. =Mariano Constantino Homem =Manoel Joaquim Cota. =Denunciei este testamento a Eustáquio Francisco de Andrade: em firmeza do que assina ante mim dito escrivão a escrevi e assigno: era *ut retro*. =Eustáquio Francisco de Andrade. =Manoel Joaquim Cota. =Denunciei este testamento a Mariano José Coelho: em firmeza do que assina ante mim dito escrivão a escrevi e assigno: era *ut retro* =Mariano José Coelho. =Manoel Joaquim Cota. =Denunciei este testamento a Delfina Cândida, e Dona Maria Cândida Drummond em firmeza do que, e por elas não saberem escrever, assinam as testemunhas Eustáquio Francisco de Andrade, que vive de seus bens, morador na freguesia de Santa Luzia, e o Reverendo Manoel Álvares da Costa, morador nesta freguesia da Sé, que assinam ante mim dito escrivão a escrevi e assigno: era *ut retro*. =Eustáquio Francisco de Andrade. =O Padre Manoel Álvares da Costa. =Manoel Joaquim Cota. =No mesmo dia denunciei este testamento ao Re-

verendo Beneficiado Pároco abaixo assinado: em firmeza do que assina ante mim dito escrivão a escrevi e assino. O Beneficiado Pároco Matheus Teixeira de Sousa. =Manoel Joaquim Cota. =No mesmo dia denunciei este testamento a Dona Rita Genoveva de Cassia de Andrade, Dona Maria do Livramento de Andrade, e Dona Antónia Margarida de Andrade: em firmeza do que assinam ante mim dito escrivão a escrevi e assino. =Dona Rita Genoveva de Cassia de Andrade. =Dona Maria do Livramento de Andrade. =Dona Antónia Margarida de Andrade. =Manoel Joaquim Cota. =No mesmo dia denunciei este testamento a António Coelho na qualidade de administrador de seus filhos: em firmeza do que assina, nesta cidade, ante mim dito escrivão a escrevi e assino. =António Coelho. =Manoel Joaquim Cota. =Número seis centos oitenta e seis. =Pagou dois mil e quatro centos reis de selo. Angra do Heroísmo trinta e um de março de mil oitocentos quarenta e oito. =Silva =Sousa=

Está conforme, e leva o emendado a folhas 73 v.º, que diz Reverendíssimo. Administração do Concelho d'Angra do Heroísmo 11 de abril de 1848.

O Escr.º da Ad.º do C.º
Manoel Bernardo ... Lopes

Documento 2

Testamento do Reverendo Mariano Constantino Homem, falecido nesta cidade

Em nome de Deus Ámen. Eu abaixo assinado Mariano Constantino Homem, presbítero secularizado, natural da Vila da Praia da Vitória d'esta ilha Terceira, filho legítimo de Mateus Gonçalves, natural da mesma Vila, e de sua primeira mulher Teresa Josefa, natural de Nossa Senhora da Piedade da ilha do Pico, atualmente professor vitalício de gramática portuguesa e latina, e de latinidade do Liceu nacional d'esta cidade d'Angra do Heroísmo.

Esta é a derradeira minha vontade, que quero, que se cumpra, como n'este meu testamento declaro. Não tenho descendentes, nem ascendentes vivos.

Instituo por minha universal herdeira a minha sobrinha Maria Leonor Vaz, filha legítima de Joaquim Ignacio Valadão e de Maria Máxima do Augusto Sacramento, já defuntos.

Quero que o meu enterro seja sem pompa, mas decente, acompanhado somente do clero da minha freguesia, e de alguns discípulos ou amigos, se quiserem, e que no dia do meu óbito se celebrem pela minha alma as três missas do costume de esmola de seiscentos réis cada uma.

Sobre este particular do meu enterro, além do mencionado que é o essencial, deixo á disposição dos meus testamenteiros arranjarem tudo dentro dos limites de uma decente pobreza, de que sempre gostei.

Quero que á minha única irmã Maria Vitorina Libânia, se me sobreviver, se dê a quantia de quinze mil reis por uma só vez.

Nomeio por testamenteiros, em primeiro lugar à dita minha sobrinha Maria Leonor Vaz, e em segundo lugar ao meu prezadíssimo amigo e colega senhor José Francisco Maia, a quem rogo a mercê de coadjuvar a dita minha sobrinha e primeira testamenteira.

E por esta forma hei por concluído e acabado este meu testamento e última vontade, revogando qualquer outro anterior, porque só quero, que este valha, o qual pedi ao tabelião ajudante d'esta cidade António Taveira Pires Toste me fizesse, e comigo assinasse.

Angra do Heroísmo dois de setembro de mil oitocentos e setenta e seis.

Padre Mariano Constantino Homem

António Taveira Pires Toste

Auto de aprovação

Saibam quantos este auto de aprovação de testamento cerrado, virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos setenta e seis, aos dois dias do mês de setembro n'esta cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, rua Direita, freguesia da Sé, número cento cinquenta e um e cento cinquenta e três, no meu escritório, perante mim tabelião, António Taveira Pires Toste, e as cinco testemunhas idóneas adiante nomeadas e assinadas compareceu o reverendo Mariano Constantino Homem, professor vitalício de gramática portuguesa e latina, e de latinidade do Liceu nacional d'esta cidade onde ele testador se acha domiciliado, a quem conhecemos pelo próprio, e que nos certificámos estar em seu perfeito juízo e livre de toda e qualquer coação.

E por ele me foi apresentado em presença das mesmas testemunhas este testamento e disposição declarando como ela é a sua última vontade, o qual testamento que eu n'este modo vi, sem o ler, é escrito por mim como pessoa particular a rogo do testador, e por ele e por mim assinado e rubricado, contém uma página e parte d'outra, e não tem borrão algum, entrelinha, emenda, ou nota marginal.

E em testemunho de verdade lavrei este auto, que principiei logo em seguida às assinaturas do testamento, e o continuei sem interrupção, sendo testemunhas a tudo presentes desde o princípio até ao fim José Martins dos Santos, solteiro, de maior idade, Manuel Martins dos Santos, solteiro, de maior idade, António Fernandes Cruz, casado, José Narciso Parreira do Canto, viúvo, e António Mendonça, casado, todos negociantes, e moradores nesta cidade, os quais assinam este auto comigo tabelião, e com o testador, depois de ser por mim escrito e lido em voz alta na presença das mesmas testemunhas, porque o testador sendo por mim advertido de que o podia ler, não o quis.

Foram praticadas em ato contínuo todas estas formalidades, de cujo cumprimento dou fé; e ao dito testador hei-de entregar este testamento depois de ser por mim cosido e lacrado na presença das mesmas testemunhas, e depois de lacrado na face exterior da folha, que servir de invólucro, uma nota com a declaração de que pertence ao dito testador.

Eu António Taveira Pires Toste, tabelião ajudante privativo de notas n'esta cidade e comarca d'Angra do Heroísmo o escrevi e assino em público e raso.

Em testemunha de verdade. Lugar do sinal público.

O tabelião ajudante António Taveira Pires Toste

Padre Mariano Constantino Homem

José Martins dos Santos

Manuel Martins dos Santos

António Fernandes Cruz

José Narciso Parreira do Canto

António Mendonça

Testamento do reverendo Mariano Constantino Homem, aprovado em Angra do Heroísmo aos dois dias do mês de setembro de mil oitocentos setenta e seis, perante mim tabelião ajudante.

António Taveira Pires Toste

Tem duas estampilhas de seiscentos réis cada uma, devidamente inutilizadas, aliás três estampilhas de seiscentos réis cada uma, devidamente inutilizadas.

Está conforme, sendo aberto nesta Administração do Concelho e exarado o auto de abertura a folhas vinte e duas, do livro terceiro do qual consta ter falecido o testador pelas quatro horas da manhã no dia quatro do corrente.

Secretaria da Administração do Concelho d'Angra do Heroísmo, 27 de março de 1882.

O Escrivão João José de Aguiar.

Documento 3

*Testamento cerrado do Padre José Alves da Silva,
Presbítero da Igreja Romana,
Cónego Capitular da Sé d'Angra do Heroísmo,
morador na freguesia da Conceição.
O notário Zózimo Procópio de Lima*

Em nome de Deus. Ámen. Eu abaixo assinado padre José Alves da Silva, solteiro, maior, presbítero da Igreja Romana e Cónego Capitular da Sé d'Angra do Heroísmo, filho legítimo de Bartolomeu Alves da Silva e consorte Francisca Cândida da Silva, já falecidos, assim como o são os meus avós, natural, e residente na freguesia de Nossa Senhora da Conceição desta cidade, estando em meu perfeito juízo e livre de toda e qualquer coação resolvi fazer o meu testamento e disposições de última vontade pelo modo seguinte: Sou Católico Apostólico, Romano, nesta fé tenho vivido e espero morrer, invocando o auxílio divino para o tremendo momento do meu passamento, rogo á Virgem Nossa Senhora de Lourdes, minha boa e querida Mãe, por quem sempre tive particular devoção, ao Anjo da minha guarda e ao Glorioso São José, roguem por mim a Deus Nosso Senhor para que me perdoe as minhas culpas e receba a minha alma no seu Santo Reino, quando deste mundo for.

Não tenho ascendentes vivos, nem tenho descendentes e, portanto passo a dispor dos meus bens, direitos e ações, como me faculta a Lei.

Tenho um único irmão vivo, o qual infelizmente é destituído de razão, carecendo por isso do auxílio e proteção duma pessoa amiga que vele por ele e o trate. Sei que este encargo é muito difícil de aceitar, mas espero da bondade e sentimentos caritativos de que é dotada a minha estimada prima Dona Amélia Elvira Brasil Bettencourt, viúva de Alfredo Alves de Bettencourt, a qual vive há anos na minha companhia e a quem devo os maiores extremos de amizade, se digne tomar à sua conta aquele meu irmão, continuando o trabalho com o zelo e carinho com que o tem feito depois da morte de sua santa irmã e também minha querida e saudosa companheira d'alguns anos, e como compensação de tão pesado encargo lego-lhe em plena propriedade todos os prédios que possuo no lugar de São João de Deus, freguesia de Santa Luzia desta cidade, todo o recheio de minha casa,

em que se compreende todo o mobiliário, louças, roupas, pratas e quaisquer joias e finalmente a pensão que tenho direito como sócio que sou do Monte Pio Terceirense.

Deixo à minha querida afilhada Maria de Lourdes, filha de Agostinho Coelho de Melo, da freguesia dos Altares, desta Comarca, a minha casa situada na rua do Cruzeiro desta cidade, sujeita ao usufruto que abaixo vou declarar e com a obrigação de quando entrar na posse definitiva do aludido prédio, isto é, quando finde o dito usufruto, dar a cada um dos seus irmãos, Filomena e Agostinho a quantia de cem mil reis, e de mandar celebrar por minha alma cinquenta missas e igual número pelas almas de meus pais, irmã e tias Gertrudes e Maria Carlota.

Tanto dos prédios de São João de Deus, como da minha casa da rua do Cruzeiro, será usufrutuário, enquanto vivo for, o dito meu irmão Cândido Alves da Silva, sendo administrador dos mesmos prédios o meu primeiro testamenteiro que abaixo indicarei, e na falta deste o meu segundo testamenteiro e ainda na falta de um e outro a referida minha prima Dona Amélia Bettencourt.

Na hipótese daquele meu irmão Cândido falecer antes de mim, determino e é minha vontade que fique usufrutuária da casa da Rua do Cruzeiro em quanto viva for a dita minha prima Dona Amélia a quem em tal caso lego o dito usufruto.

Havendo quaisquer dívidas à minha morte serão pagas pelos bens da minha herança na proporção dos legados instituídos.

Do remanescente de todos os meus bens, direitos e ações instituo, por minha herdeira a aludida minha prima Dona Amélia Elvira Brasil Bettencourt.

Determino que o meu funeral seja feito com decência e sem pompa conforme o rito da Santa Igreja Católica, de quem me prezo ser filho obediente.

Determino que além das três missas do costume se celebrem por minha alma um legado de São Gregório, dez missas por alma de meu pai, dez por alma de minha mãe, dez por alma de minha irmã, dez por alma de minha prima Dona Maria da Conceição ... [nome que não se conseguiu ler] e dez por alma de minha tia Gertrudes Cândida.

Deixo mais a cada um dos asilos desta cidade e ao Orfanato do Beato João Batista Machado a quantia de vinte mil réis, que serão pagos depois do falecimento do dito meu irmão Cândido.

Nomeio meu primeiro testamenteiro ao meu compadre e bom amigo João Maria Pinheiro de Bettencourt, solicitador e residente nesta cidade e na sua falta a meu primo e amigo José Joaquim d'Oliveira Braz desta cidade, a quem rogo a caridade de aceitarem este encargo.

É este o meu testamento e declaração de última vontade, pelo qual revogo qualquer anterior para que só o presente valha e vai escrito do meu próprio punho em quatro laudas de papel de trinta e cinco linhas cada uma sendo a última incompleta e vai numerado e rubricado com a rubrica que uso J. Silva.

Angra do Heroísmo, doze de setembro de mil novecentos e catorze. Cónego José Alves da Silva

Auto de apresentação

Saibam quantos este auto de aprovação de testamento cerrado virem, que no ano de mil novecentos e catorze, aos dezasseis dias do mês de Setembro, nesta cidade de Angra do Heroísmo, no meu cartório, Largo do Prior do Crato, número cinco, freguesia da Sé, perante mim o notário Zózimo Procópio de Lima, e as cinco testemunhas idóneas ao diante nomeadas e no fim assinadas, compareceu o Padre José Alves da Silva, solteiro, presbítero da Igreja Romana e Cónego Capitular da Sé d'Angra do Heroísmo, morador na freguesia da Conceição, cuja identidade tanto eu notário

como as mesmas testemunhas reconhecemos, pelo conhecimento pessoal, que do mesmo temos, e nos certificamos de estar em seu perfeito juízo e livre de toda e qualquer coação, do que dou fé.

E por ele me foi apresentado na presença das mesmas testemunhas este testamento, declarando ser a disposição de sua última vontade, o qual testamento, que eu vi sem o ler e escrito e assinado pelo testador, contém três páginas e meia, está rubricado em todas as folhas pelo testador, não tem borrão algum, nem entrelinha, nem nota marginal.

Em testemunho da verdade lavrei este auto que principiei logo em seguida a assinatura do testamento e continuei sem interrupção, sendo testemunhas a tudo presentes Cândido Maria Pinheiro Bettencourt, solteiro, maior, agenciário, Manoel Joaquim da Costa, casado, oficial de barbeiro, Viriato Luiz Gonzaga de Brito Plácido, casado, oficial de diligências do Juízo de Direito desta Comarca, José Maria Cordeiro, casado, empregado de Fazenda aposentado, todos moradores na freguesia da Sé, e Manoel Coelho Pinheiro, casado, oficial de diligências do Juízo de Direito desta Comarca, morador na freguesia da Conceição, todos cidadãos portugueses e meus conhecidos, que assinam este auto com o testador, depois de ser por mim escrito, e lido por mim em voz alta na presença das mesmas testemunhas por que o testador a quem preveni que o podia ler, ou mandar ler por qualquer das mesmas testemunhas o não quis fazer.

Foram praticadas todas estas formalidades em ato contínuo de cujo cumprimento dou fé, e ao dito testador hei-de entregar o testamento depois de ser por mim cosido e lacrado na presença das mesmas testemunhas e depois de lavar na face externa da folha que servir de involucro uma nota com a declaração que pertence a este mesmo testador.

Abaixo vai colado o selo de um escudo devido por o auto, devidamente inutilizado.

Eu Zózimo Procópio de Lima, notário público o escrevi e firmo com o meu sinal.

Cónego José Alves da Silva

Cândido Maria Pinheiro de Bettencourt

Manuel Joaquim da Costa

Viriato Luís Gonzaga de Brito Plácido

José Maria Cordeiro

Manuel Coelho Pinheiro

Em testemunho de verdade. Sinal público. O notário, Zózimo Procópio de Lima. Tem colada e devidamente inutilizada uma estampilha fiscal do valor de um escudo. Deste noventa e seis centavos. Industrial quatro centavos. Tem coladas e devidamente inutilizadas uma estampilha fiscal do valor de um centavo e duas de contribuição industrial do de cinco centavos e cinco décimos.

Testamento cerrado do Padre José Alves da Silva, Presbítero da Igreja Romana, Cónego Capítular da Sé d'Angra do Heroísmo, morador na freguesia da Conceição. O notário, Zózimo Procópio de Lima.

Contém este testamento quatro meias folhas de papel em cada uma das quais foi colada e inutilizada uma estampilha do imposto do selo do valor de seis escudos, tendo falecido o testador no dia catorze do corrente, pelas quatro horas, como consta do auto de abertura lavrado a folhas doze e seguintes do Livro número doze de semelhantes.

Administração do Concelho de Angra do Heroísmo, quinze de setembro de mil novecentos vinte e dois.

O Secretário, André Homem de Noronha.

O CULTO A SANTO CRISTO NA ILHA TERCEIRA

*Hélder Fonseca Mendes**

Introdução e notas prévias Pai, Filho e Espírito Santo

Nos Açores, a fé, a religião e a cultura têm uma notória centralidade nas pessoas divinas da Santíssima Trindade, nas quais o mistério de Deus se revela e comunica: O Filho, Jesus de Nazaré, o Cristo, e o Espírito Santo, o Divino, o Defensor, o Consolador.

Este facto encontra, no primeiro caso, as suas raízes na Ordem de Cristo que marca a espiritualidade das ilhas, com o acento cristológico, e no segundo caso, geograficamente próximo ao anterior, pela via da primeira evangelização das ilhas, pelos franciscanos, que desenvolveram a dimensão pneumatológica com os tons e cores que hoje conhecemos. Se na pessoa do Filho se percebe o sofrer humano, no sentimento da sobrevivência insular, da prece sofrida, na pessoa do Espírito Santo transparece a esperança, a alegria e o dom. É no quadro da Paixão de Jesus, que ilustra parte da inquietação espiritual da religiosidade açoriana, que devemos enquadrar os seculares fenómenos devocionais ao *Ecce Homo*.

Nos Açores, das 165 paróquias, 16 delas não têm diretamente um padroeiro, mas um orago ou titular referente às pessoas divinas:

- a) É o caso da Santíssima Trindade no Capelo no Faial, no Mosteiro nas Flores e na Matriz nas Lajes do Pico.
- b) Cristo com a designação de *Sanctus Salvatoris*, como consta na bula da criação da Diocese de Angra, de 1534, São Salvador na Sé de Angra – uma das raras catedrais portuguesas não dedicadas à Virgem Maria ou a um Santo, Santíssimo Salvador na Matriz da Horta e na Ribeirinha da Ribeira Grande, Santo Cristo na Fazenda das Flores, também com uma

* Sócio efetivo do IHT. Doutor em Teologia.

representação de Cristo o Bom Pastor, representação cristológica tão do gosto da iconografia da antiguidade cristã, e ainda a Santa Cruz (a de Cristo) na Graciosa, nas Ribeiras do Pico, na Lagoa e na Praia da Vitória, ou como Bom Jesus Menino na Ribeira das Tainhas, como Bom Jesus em Rabo de Peixe, sem esquecer a invocação do Senhor Bom Jesus da Pedra em Vila Franca do Campo e o Senhor Bom Jesus Milagroso no seu santuário em São Mateus do Pico.

As paróquias dedicadas a Cristo aparecem sob a forma de um Crucifixo, de um Menino ou de um Mestre a ensinar com o globo e a governar com um bastão na mão, ou como Divino Imperador na igreja do Convento de São Gonçalo em Angra. É de registar uma referência, desde finais do século XIX à devoção do Sagrado Coração de Jesus, presente em quase todas as paróquias dos Açores, com imagens de grandes dimensões e de variadas escolas de arte, dando origem a muitas das festas de verão que se fazem por todas as ilhas.

As primeiras procissões com a imagem do Senhor Santo Cristo são realizadas com o Crucifixo, tal como acontece até hoje em algumas Misericórdias, na Praia do Almoxarife no Faial e noutras paróquias dos Açores. O facto da ilha Terceira ser conhecida pela ilha de Jesus, por ter sido encontrada no dia em que a Igreja celebrava a festa do santo nome de Jesus, também é um dado cristológico a associar aos demais. Para além da invocação de Santo Cristo no Convento da Esperança em Ponta Delgada, na Caldeira do Santo Cristo em São Jorge, com origem na paróquia mãe da Ribeira Seca, onde se encontra um primitivo busto desta invocação, tal como na Fajã dos Vimes ou em Santo Antão, encontramos a mesma devoção, desde o século passado, extensiva a Vila do Porto em Santa Maria, mais antiga em Santa Cruz da Graciosa, sem esquecer os Cristos atados à Coluna, tão do gosto dos franciscanos, como é o caso da Conceição da Ribeira Grande, de São José de Ponta Delgada ou de Santa Cruz das Flores. Este ano, também uma pequena imagem do Santo Cristo foi entronizada na igreja matriz do Corvo.

Existe também em Angra uma capela dedicada a Santo Cristo, em simples estilo chão, de proporções agradáveis e procurando um bom alinhamento urbano, situada no topo da Rua da Garoupinha. A austeridade exterior encobre o retábulo colorido, de talha barroca do século XVIII, e uma escultura de cristo crucificado, em pedra policromada, do século XVII. Antes de a capela ser edificada, o Cristo integrava um cruzeiro exterior, colocado aproximadamente no local onde agora está o pequeno jardim fronteiro. Até há poucos anos, era normal celebrar a festa de Santo Cristo no dia 1 de janeiro, como, por exemplo, em São Bento de Angra.

Pelo que vemos, não há ilha ou concelho nos Açores que não conheça a devoção ao Senhor Santo Cristo. Aliás, o termo «Senhor» só se pode aplicar pela força do Espírito Santo a Deus, ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo, tal como os verbos adorar e glorificar. É dever de quem evangeliza, tal como Tomé, dar conta e comunicar, ou seja, ver uma realidade e confessar outra: «Meu Senhor e meu Deus». A imagem não é mais do que um ponto de fixação do olhar, de referência, de contemplação para nos remeter para uma realidade transcendente, profunda e interior que, para além de tocar a emoção, toca

antes de mais a moção que pode levar à conversão da mente e do coração. Seja por uma «moção de censura» ao próprio pecado, à idolatria, à exploração, à indiferença, a saber chorar os próprios pecados, seja por uma «moção de confiança», que leva a entregar conscientemente a liberdade pessoal à graça de Deus.

c) O Divino Espírito Santo é orago/titular nas paróquias da Feteira do Faial, Maia em São Miguel e Vila Nova na Terceira. A estas paróquias poderíamos juntar, desde 1515, a primitiva igreja matriz das Lajes das Flores dedicada também ao Espírito Santo, entretanto destruída ainda no século XVI, perdendo o orago, para além da antiga freguesia de Santo Espírito em Santa Maria, embora dedicada a N.^a Sr.^a da Purificação. A juntar a estes títulos temos, desde 1492, o Hospital de Angra, sempre dedicado ao Santo Espírito, mais recentemente o Hospital de Ponta Delgada, também a Ele dedicado e a Casa de Saúde do Espírito Santo também em Angra, para além de fortes, ruas, capelas e filarmónicas denominadas pelo mesmo Espírito.



Santo Cristo

Por bem que se mostre as semelhanças entre o culto ao *Ecce Homo* e ao Espírito Santo, dentro do mistério trinitário, notamos diferenças como sejam: à hora de tomar a iniciativa, ambos foram promovidos ou apoiados por religiosos consagrados. No caso do culto do Espírito Santo foi apoiado pelos franciscanos da primeira ordem; no caso do culto ao Senhor Santo Cristo foi promovido pelas franciscanas de 2ª. ordem (clarissas). No primeiro caso, o culto nasceu fora dos conventos (embora tenha entrado neles), no segundo permaneceu no convento e dele saiu para a comunidade cristã e para a sociedade. No primeiro caso, criaram-se centenas de irmandades para promover o culto, cuidar e servir o Império, no segundo caso foi criada uma Irmandade para cuidar do culto e da festa anual, sobretudo na dimensão exterior. No primeiro caso, a admissão à irmandade é não elitista com base na pertença territorial, é de rua ou de bairro; no segundo caso, os critérios foram sendo outros, de estilo seletivo, ao longo dos três últimos séculos. No primeiro caso, o espaço de culto é a casa e o império gerido por leigos, como se de uma associação privada se tratasse; no segundo caso, uma igreja conventual é elevada a santuário para a qual é nomeado um reitor; no primeiro caso, o imperador, os irmãos e o pároco local fazem a festa; no segundo caso preside um bispo convidado, acompanhado pelo prelado diocesano e por bastante clero. Em ambos os casos, há um estatuto para as Irmandades, aprovado pelo Ordinário Diocesano.

O culto ao Senhor Santo antes da imagem do convento da Esperança

Voltemos um pouco atrás para ver a invocação e descrição da festa do Senhor Santo Cristo em Angra, desde finais do século XVI, nos séculos XVII e XVIII, que parece estarmos em Ponta Delgada, tal como ainda hoje acontece.

Segundo Luís Maldonado, no Livro Terceiro da *Fénix Angrense*, entrou o século de 1600 em que a veneração deste Santo Cristo estava impressa no coração de todos, e se tinha por fé que todas as vezes que este Senhor saía a público em procissão de preces operava maravilhas, concedendo Deus por seu respeito tudo o que os homens lhe pediam para seu remédio. Sucedeu no ano seguinte de 1698, no mês de outubro, os tremendos terramotos que quase igualaram os antecedentes do ano de 1690. Foi Deus servido cessar os tremores, sendo este o principal motivo de aumentar a devoção do Santo Cristo (da Misericórdia de Angra). Havia um lavrador da freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras ou de São Bartolomeu dos Regatos muito habilidoso; e vendo que na sua paróquia não havia uma imagem do Senhor Santo Cristo, lembrou-se fazê-la de um toско madeiro. Persuadido então com muitas insistências, a trouxe para a Misericórdia. Maldonado supõe este ato anterior a 1577, por via de um testamento que deixava obrigações para com a imagem.

«Corria seu curso a tempestade, e sendo já das duas para as três da tarde ordenavam os irmãos da Misericórdia de Angra a procissão de preces com o seu milagroso Cristo que em semelhantes ocasiões costumavam, na fé que haviam naquele Senhor achar a piedade que sempre alcançaram quando nas maiores aflições

em que se viram, pois é certo de nunca saiu a público, que imediatamente se não vissem suspensos os efeitos das causas que obrigavam a se lhe pedir misericórdia. E tanto que a serem relatados os prodígios que Deus por esta santa imagem tem nesta ilha obrado, foram tantos e de tão alta ponderação que se poderá catolicamente afirmar que a não ser, teria já a ilha ser, sendo o que é, não pelo que merece, mas por este Senhor que a ampara».¹

Durante os dezoito anos necessários à edificação da atual igreja da Misericórdia de Angra, permaneceu a venerável imagem na Sé, transladada em cortejos sumptuosos. Fiquemos com uma descrição de uma festa do Senhor Santo Cristo em Angra no século XVII:

«Na tarde do primeiro dia festivo, no retorno da veneranda efigie, saiu a procissão com a real bandeira da Misericórdia, debaixo da qual se seguiam as comunidades, colégios e mais eclesiásticos. Os músicos em dois coros entoavam a letra Te Deum. Seguiu-se o pátio de finíssima tela branca guarnecida de franjos de ouro, cujas varas eram movidas por oito fidalgos da primeira nobreza da terra, debaixo do qual se via a sempre milagrosa imagem do Senhor Santo Cristo, suspensa no colo do fr. Vital de Santa Clara, religioso franciscano, o qual o havia levado dezanove anos antes para a capela da Sé. Acompanhava-o o Exmo. Senhor Bispo com toda a sua comitiva e sem número de povo, que seus pés beijava. As ruas alcatifadas de flores, guarnecidas de soldados e janelas armadas de seda. Ao sair até recolher a veneranda Imagem, dispararam as artilharias de um e outro castelo com tanta proporção no estrondo, que ao compasso de minutos lhes acendiam os artilheiros fogo. Foi colocada a milagrosa imagem no trono da capela-mor».²

Esta «mudança da imagem» durou quatro dias em festa religiosa e dois de divertimentos profanos, com toureio a cavalo em praça muito bem ornamentada, seguindo-se uma concorrida cavallhada. A este propósito, Daniel de Sá atesta que «se percebe como os terceirenses sempre souberam aliar à devoção religiosa a alegria de viver, também se depreende que o culto àquela imagem será anterior ao do Senhor Santo Cristo dos Milagres de Ponta Delgada».³

De facto, em consequência de repetidas calamidades de inundações e de terremotos, sempre foi invocada a imagem do Senhor Santo Cristo para valer aos angrenses nos seus momentos de tribulação, refere Félix José da Costa. Tendo começado a sua devoção em 1595, e sentindo-se sempre os efeitos da sua divina proteção, foi pelo senado de Angra, em nome dos povos, tomado o Senhor Santo Cristo, como padroeiro da cidade, fazendo-se voto de se celebrar anualmente uma solenidade na 2.^a oitava da Páscoa da Ressurrei-

¹ Maldonado, 1990: 702

² Arquivo dos Açores, Vol. IX, 1982: 454.

³ Sá, 2009: 53.

ção, a que assistira a comarca, como juiz perpétuo da mesma festa. Lavrou-se este voto em vereação de 24 de maio de 1707.⁴ Para além da invocação e descrição, vemos que era também durante o tempo pascal que a festa se celebrava em Angra, tal como acontece em Ponta Delgada.

Na pastoral de 8 de maio de 1797, o Bispo D. Fr. José de Avé Maria estabelece:

«E porque na noite de quinta-feira santa há o costume de se fazer uma procissão (a que Maldonado se refere) em veneração da imagem do Senhor Santo Cristo da Misericórdia, protetor desta cidade e a mesma respeitável imagem costumam os moradores desta mesma recorrer com grande devoção, especialmente nas ocasiões que se lhe consideram atribulados com ameaças de castigos da Mão Divina, e lhes será menos grato verem-se privados dessa devota ação de ternura, mandamos que às dez horas esteja recolhida, e fechadas as portas...».⁵

Em 15 de junho de 1841, por ocasião do terrível terramoto que assolou e destruiu a vila da Praia da Vitória, a imagem do Senhor Santo Cristo, em devota e respeitosa procissão, as ruas da cidade percorreu. A 1 de janeiro de 1981 esta mesma a imagem saiu da igreja da Misericórdia para junto da Sé (então encerrada para profundas obras), onde perante uma multidão imensa que enchia a rua da Sé foi celebrada a missa pelas 15.42 h., na comemoração do 1.º aniversário de grande sismo de 1 de janeiro de 1980. A mesma imagem saiu em procissão nas celebrações dos 450 anos da criação da Diocese de Angra (1984), em ordem à reabertura da Sé Catedral (1985).

Vemos que o culto ao Santo Cristo e ao Espírito Santo estão associados nos Açores, desde o início do século XVI, através das Santas Casas da Misericórdia, como é o caso de Angra e Praia, na ilha Terceira, com a imagem, nave e capelas dedicadas ao Santo Cristo e ao Santo Espírito. Aparentemente, as pessoas não veem hoje qualquer relação entre o Santo Cristo e o Santo Espírito, mas o facto é que na narração da Paixão de Jesus, segundo os evangelhos, se diz que Jesus «expirou». Ora, os padres da Igreja interpretam esta expiração como o dom do Espírito Santo que se havia de manifestar plenamente na tarde do dia de Páscoa e na manhã do dia de Pentecostes, e a partir daí passaria a inspirar a Igreja e dar-lhe ânimo, respiração e força para os cristãos levarem por diante o belo e alegre anúncio do Evangelho do reino de Deus. Repare-se que é o movimento do mesmo e único coração que bate, com a sístole e a diástole, em Cristo e no Espírito. Eis então quando começa a glorificação. Do Filho e do Espírito, tal como se dá gloria ao Pai. Assim ainda é hoje quando, em modos populares, na noite de Páscoa se começa a festejar o dom do ressuscitado, o Espírito Santo com foguetes pela noite, no termo da Vigília Pascal, e com bandeiras do Divino Espírito Santo na manhã do domingo de Páscoa.

O Padre Júlio da Rosa (1921 – 2015), ao estudar esta questão, deixa uma classificação, que não conseguimos comprovar de todo, em que na programação do povoamento das ilhas dos Açores se pode distinguir duas origens ou rumos de espiritualidade que se

⁴ COSTA: 2019: 142

⁵ MERELIM, 1974: 545.

vão concretizar nos titulares e padroeiros das igrejas ou ermidas que se levantam nas vilas ou freguesias que surgem. Uma fonte vem do continente português onde a mariologia e o Espírito Santo com o santoral imperam; esta ter-se-á fixado nas ilhas situadas a Oriente: Santa Maria e São Miguel, as primeiras duas a serem povoadas. A outra origem vem da Europa central, sobretudo com a presença e cooperação flamenga, onde a mística medieval está mais centrada na cristologia, fixando-se primeiro nas ilhas do grupo central (Terceira, Graciosa e São Jorge), posteriormente nas ilhas do (Pico e Faial) e mais tardiamente no Grupo Ocidental, nas Flores e no Corvo.⁶ O resultado não é líquido, mas as duas fontes de proveniência confluem em todo o arquipélago.

São religiosas as festas de que estamos a falar?

Os elementos necessários para que um determinado fenómeno seja considerado religioso, e no nosso caso em análise, podemos afirmar cristão, embora com raízes judaicas, são quatro: a fé em Cristo e no Espírito Santo (eu creio), a oração pessoal, familiar e comunitária com o culto em que expresso e alimento a fé (eu rezo), um corpo de valores éticos devidamente interiorizados e assumidos (eu pratico) e uma organização própria com as suas mediações geográficas, culturais, históricas, e portanto, relativas (eu sirvo). Ora estas quatro notas estão bem presentes e impressas no coração, e expressas na linguagem cristológica e pentecostal açoriana, pelo que não podemos dizer outra coisa senão que se trata de uma atitude religiosa e cristã ricamente expressa. É isso que está no mundo espiritual profundo dos Açores, e que atualizado poderá trazer grandes benefícios à cultura atual. Se cada nação tem a sua inteligência, esta pode ser a «inteligência» do povo dos Açores, de onde pode tirar «coisas novas e coisa antigas».

O(s) culto(s) que estamos a refletir são, de algum modo, pontuais, circunstanciais, têm o seu dia ou os seus dias. Pode não chegar a ser um processo contínuo, de conversão, que implica a totalidade do sujeito religioso no seu passado, presente e futuro. Essa é uma marca da piedade popular, isto é, não é de todas as semanas, nem de todos os domingos. Essa marca também é que traz a necessária solenidade, o que é raro, único, muito particular ou peculiar, despertando, por isso mesmo mais interesse do que as práticas semanais. Os seus praticantes, ou melhor, peregrinos, não estão disponíveis para grandes tempos ou conteúdo de ensino nem para grandes compromissos, nem para um antes, nem para um depois longo e responsável. Quanto muito uma vigília, um dia em cheio que o sujeito se cansa a sério, e o dia seguinte para prolongar a festa com alguma distensão, descanso e convívio.

Segundo o professor Luís Maldonado (1930–2017), nas manifestações de piedade popular vamos encontrar as seguintes notas: o mágico (positivamente considerado como o trans-racional), o simbólico, o imaginário coletivo, o místico, o festivo, o teatral, o burlesco, o comunal e o político. Com esta chave de leitura podemos olhar para os fenómenos que nos ocupam.

⁶ ROSA, 2007: 13

Quando a fé, esperança e a caridade estão presentes podemos tomar todas as flores e decorar Cristo e o Espírito Santo com os mais nobres materiais de que dispomos, sem confundir as peças, nem com o Mistério indizível e inexorável, nem com o sujeito pessoal, cuja atitude de conversão é antes de mais interior, mas que é de tal maneira intensa que não pode ficar escondida, sem se expressar no corpo, nas relações familiares, na sociedade inteira, na inteligência, na vontade, nos afetos, seja no campo ou na cidade.

Piedade popular: uma teoria, prática nos Açores

É no documento sobre a Evangelização do Papa Paulo VI de 1975, a *Evangelii Nuntiandi* (nº. 48), que encontramos quatro características sempre atuais do que é a riqueza da piedade popular, também a açoriana:

- a) Traduz em si uma certa sede de Deus que somente os pobres e os simples podem experimentar;
- b) Torna as pessoas capazes para terem rasgos de generosidade e predisposições para o sacrifício quando se trata de manifestar a fé;
- c) Comporta um apurado sentido dos atributos profundos de Deus tal como a paternidade, a providência, a presença amorosa e constante;
- d) Suscita atitudes interiores que raramente se encontram algures no mesmo grau como a paciência, o sentido da cruz na vida quotidiana, o desapego, a aceitação dos outros, a dedicação a devoção.

João Paulo II, em 1979, na *Catechesi Tradendae* (nº. 54) defende que a piedade popular, se bem utilizada, pode fazer progredir a aperfeiçoar o conhecimento do mistério de Cristo e da sua mensagem, tal como o amor e a misericórdia de Deus, a encarnação de Cristo, a sua Cruz redentora e a sua Ressureição, a ação do Espírito Santo, o mistério do além-túmulo, as virtudes evangélicas e a presença do cristão no mundo.

Por sua vez, o Diretório sobre a Piedade Popular – Princípios e Orientações, da responsabilidade da Sé Apostólica (2002), toca um tema de difícil discernimento que é o da responsabilidade e competência por relação às manifestações da piedade popular sobretudo o que se conhece como catolicismo popular, atribuindo-as ao Ordinário do Lugar.

A Conferência dos Bispos Latino Americanos (2007), em Aparecida, no Brasil, coordenada pelo atual Papa Francisco, apresenta-nos a piedade popular como lugar de encontro com Jesus Cristo, ou seja, uma espiritualidade cristã que, sendo um encontro pessoal com o Senhor, integra muito o corpóreo, o sensível, o simbólico, e as necessidades mais concretas das pessoas.

Trata-se de uma espiritualidade encarnada na cultura dos simples, que nem por isso é menos espiritual, mas que o é de outra maneira (263). Uma maneira legítima de viver a fé, um modo de se sentir parte da Igreja e uma forma de ser missionários. Uma poderosa confissão de fé no Deus vivo que atua na história e um canal de transmissão de fé de pais

para filhos (264). Os nossos povos identificam-se com Cristo sofredor, olham-no, beijam-no ou tocam nos seus pés machucados como se dissessem: «Este é o que Me amou e se entregou por mim (Gl 2,20)». Com a sua religiosidade característica não baixam os braços, agarram-se ao imenso amor que Deus tem por eles e que lhes recorda permanente a sua própria dignidade (265).

Propostas pastorais

1. A (nova) evangelização do culto popular servirá não tanto para alterar práticas como para dar razões, sentido, fundamentar motivações e vontades, contribuindo para uma verdadeira libertação pessoal e popular, também religiosa, criando um estilo de vida simples, sóbrio, justo e fraterno e de confiança em Deus.
2. Na piedade/liturgia, as comunidades cristãs têm nessas práticas uma possibilidade privilegiada para expressar a dimensão pascal e festiva da fé – até porque ambas as festas em análise acontecem no decorrer do tempo pascal.
3. O culto ao Senhor Santo Cristo e ao Senhor Espírito Santo não são neutrais, isto é, não ficam indiferentes perante a vida do sujeito religioso, perante acontecimentos pessoais, familiares, sociais e políticos, seja de prosperidade ou de dificuldade. O culto do Espírito Santo, com outras práticas de vizinhança, fez durante séculos o papel de um «estado social», quando este formalmente não estava constituído. Esta dimensão comunitária, social e política é celebrada, manifestada e também criticada à luz do Evangelho.
4. Só pela conversão pessoal, do coração e da mente, de sujeitos religiosos, inseridos em pequenas comunidades cristãs, é que podemos tirar o melhor proveito destes cultos tão populares e enraizados, e tão facilmente desvirtuados, para a santificação dos fiéis, humanização da sociedade e glorificação de Deus.

Como uma luz ao fundo, para iluminar o discernimento, podemos concluir que uma prática é cristã não porque é confessional ou tem reconhecimento eclesiástico ou canónico, mas por ser coerente com o Evangelho, com o espírito de Jesus e por ser vivida no seio de uma comunidade cristã. Neste sentido, pode haver uma prática cristã fora da Igreja, mas dentro dela não pode faltar.

Bibliografia

- Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos *Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia*, Tradução: Margarida Maria Osório Gonçalves: 2003, editorial AO, Braga
- Epítome das festas que se fizeram n'esta sempre nobre e ilustre cidade de Angra, Primaz de todas as ilhas na Trasladação da milagrosa imagem do Senhor Santo Christo para o templo de novo erecto da Misericórdia , em julho de 1746*, em *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, 1887, edição da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982 Vol. IX, 454-463.
- Proposta da Atribuição da Designação de Tesouro Regional à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres e Seus Cinco Dons*. Documento Justificativo apresentado à Direção Regional da Cultura, de 21 de julho de 2015, Arquivo da Cúria Diocesana de Angra.
- COSTA, Félix José da, *Angra do Heroísmo. Ilha Terceira (Açores). Seus títulos, edifícios e estabelecimentos públicos*, 2ª. edição, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 2019,
- LALANDA, Maria Margarida, *Considerações Históricas sobre a Madre Teresa da Anunciada*, em Arquipélago. História, 2ª. série, IX-X (2005-2006), 275-307.
- MALDONADO, MANUEL LUIS P., Fenix Angrense, 2º Volume, transcrição de notas de Hélder Fernando Parreira de Sousa Lima, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo, 1990.
- MARTÍNEZ DÍEZ, Felicíssimo, *La puesta en práctica de la vida cristiana, em Conversión personal, conversión pastoral*, Madrid, Instituto Superior de Pastoral, 2018.
- MENDES, Hélder Fonseca, *As três estações do Espírito*, em *O Património perto de si. Entre o passado e o presente*. Ponta Delgada, Cresaçor, 2017, 38-39.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Do Espírito Santo à Trindade. Um programa social de cristianismo inculturado*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, 2006.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Ladainha Açoriana*, em *Boletim Eclesiástico dos Açores*, Angra do Heroísmo, 2014, Vol. 64, 374- 377.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Memórias e saudades de um Império do Espírito Santo*, em *Pelo Sinal do Espírito Santo*, Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura, 2007, 31-35.
- MENDES, Hélder Fonseca, *O Espírito Santo é o nosso programa social*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2018, Vol. LXXVI, Angra do Heroísmo, 127-137.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Senhor Santo Cristo dos Milagres. Resplendor da bondade divina, em Lugares Sagrados de Portugal, Fontes de Graça e Renascimento*, Vol. II, direção de José Eduardo Franco e coordenação de Joana Balsa Pinto, Lisboa, Círculo de Leitores, 2016, 233-237.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Um Império de fé, esperança e caridade*, Atlântida, Vol. LXII, Instituto Açoriano de Cultura, 2017, 147-154.
- MENDES, Hélder Fonseca, *Persistência e resistência de um Império*, em *Boletim Eclesiástico dos Açores*, Angra do Heroísmo, 2014, Vol. 64, 140-143.
- MERELIM, P., *As 18 paróquias de Angra. Sumário Histórico*. Angra do Heroísmo Tipografia Minerva, 1974.
- ROSA, Padre Júlio da, *Santíssimo Salvador. Titular da Sé Catedral de Angra do Heroísmo e da Igreja Matriz da Cidade da Horta*. Horta Fundação Mater Dei, 2007.
- SÁ, Daniel de, *Peregrinos do Senhor Santo Cristo do Milagres. Deus nos caminhos dos Homens*, Lisboa, Paulus Editora, 2009

**A ORATIO LATINA DE FREI JORGE DE SANTIAGO, OP,
LIDA A 27 DE FEVEREIRO DE 1547
AOS PADRES DO CONCÍLIO DE TRENTO**
**Contribuição para o estudo da participação portuguesa
nos trabalhos conciliares**

*António Guimarães Pinto**

1. Lista das *orationes* pronunciadas por autores portugueses em Trento entre 1562 e 1563

Com a apresentação desta *oratio* ou, no presente caso, “sermão”, cronologicamente a primeira da série, concluímos a publicação da tradução que fizemos dos discursos latinos pronunciados por autores portugueses no Concílio de Trento. A essa empresa nos moveu o desejo de dar, no âmbito específico dos estudos humanísticos, que é o nosso, algum contributo original para o conhecimento da participação portuguesa em Trento, sobre a qual a erudição nacional, de modo irritantemente obsessivo, se centrou e continua a centrar-se quase exclusivamente na mui respeitável e santa figura de D. frei Bartolomeu dos Mártires.

Apresentam-se a seguir, devidamente identificados e por ordem cronológica, os títulos e nomes dos autores das quatro peças oratórias por nós já anteriormente editadas, todas elas impressas em Itália, logo depois de terem sido pronunciadas e correspondendo ao período final do Concílio de Trento, ao invés do que sucederá com a que agora se publica, que pertence à sua 1ª fase, a qual, como se sabe, se iniciou nos finais de 1545, para, depois de oito sessões, se transferir para Bolonha, onde se realizaram mais duas, após o que se interromperam os seus trabalhos, que foram oficialmente prorrogados em Setembro de 1549, sem marcação de nova data. São as seguintes as referidas quatro *orationes*:

ORATIO habita Serenissimi Portugaliae Algarbiorumque regis Sebastiani nomine, in Concilio Tridentino. Die IX Februarii MDLXXII. Vna cum responsione

* Universidade Federal do Amazonas

Sanctae Synodae. Ripae, ad instantiam Petri Antonii Alciatis. 1562. [“Discurso pronunciado em nome do sereníssimo rei de Portugal e dos Algarves D. Sebastião no Concílio de Trento, no dia 9 de Fevereiro de 1562. Juntamente com a resposta do Santo Sínodo. Em Riva, edição de Pedro António Alciati. 1562”] Embora o seu nome não conste na edição impressa, esta notável peça oratória foi escrita e lida pelo sacerdote lisboeta Belchior Cornejo.¹

F. Henrici de S. Hieronymo Lusitani, Theologi et Artium Liberalium magistri, Dominicani, DE CALAMITATIBVS ECCLESIAE, oratio habita I. Dominica Quadragesimae apud Sacrum Concilium Tridentinum. Anno 1562. Brixiae, apud Ludouicum Sabiensem. [“Sermão pronunciado no Sagrado Concílio Tridentino na 1ª dominga da Quaresma do ano de 1562, *Acerca das desgraças da Igreja*, por frei Henrique de S. Jerónimo, português, teólogo e mestre em Artes Liberais, dominicano. Em Bréscia, na casa de Luís Sabiense, 1562”]²

CONTIO HABITA AD PATRES IN CONCILIO TRIDENTINO congregatos. Ab illustri atque reuerendo Domino Didaco de Payva d’Andrade, Lusitano, Sacrae Theologiae Doctore. Dominica secunda post Pascha. Anno 1562. Brixiae. Apud Ioannem Baptistam Bozolae. Anno 1562. [“Oração pronunciada perante os padres reunidos no Concílio Tridentino, pelo ilustre e reverendo Senhor Diogo de Paiva de Andrade, português, doutor em Sagrada Teologia, na segunda dominga depois da Páscoa, no ano de 1562. Em Bréscia, na casa de Giovan Battista Bozzola, no ano de 1562”]³

F. Francisci Forerii, Olyssiponensis, Ordinis Praedicatorum, Sacrae Theologiae professoris, ad Sacrum Concilium Tridentinum a Portugalliae rege missi, sermo, quem habuit ad Patres, dominica prima Aduentus, anno MDLXIII. Brixiae, ad instantiam Baptistae Bozolae. [“Sermão que na primeira dominga do Advento no ano de 1563 pregou aos Padres frei Francisco Foreiro, lisboeta, da Ordem dos Pregadores, professor da Sagrada Teologia, enviado ao Sagrado Concílio de Trento pelo rei de Portugal. Em Bréscia, edição de Giovan Battista Bozzola, 1564”]⁴

Desta série quadripartida, com exceção da alocução de frei Henrique de S. Jerónimo, de quilates retóricos mais ou menos modestos, os textos caracterizam-se por uma primorosa qualidade literária, de laivos francamente ciceronianos na *oratio* de frei Francisco Foreiro. A densidade teológica e os apelos à reforma da Igreja preponderam, como seria de esperar, nos oradores teólogos, ao passo que Belchior Cornejo, na sua qualidade

¹ Vd. António Guimarães Pinto, *Sob o signo do Humanismo*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 193-198; 387-92 e 407-411.

² No livro coletivo *Orações da Sapiência: 1548-1555*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2011, vejam-se, da minha autoria, a transcrição e tradução deste texto, nas pp. 272-287, e a introdução à vida e obra do Autor, nas pp. 239-261. Ali se prova que frei Henrique de S. Jerónimo é o Jerónimo de Brito, autor de uma oração académica lida no Colégio das Artes em 1554, e que, com nova alteração de nome, como D. frei Henrique de Távora será mais tarde bispo de Cochim e arcebispo de Goa.

³ Vd. Diogo de Paiva de Andrade, *Antologia. Organização e tradução de António Guimarães Pinto*, Lisboa, Esfera do Caos, 2011, pp. 24-25 e 63-77.

⁴ Vd. António Guimarães Pinto, *Sob o Signo do Humanismo*, o. c., pp. 55-65 e 251-259.

de porta-voz do rei D. Sebastião, se cinge ao registo histórico-patriótico que lhe cumpria entoar. Pode dizer-se que a eloquência latina lusitana nesta derradeira e mais importante fase de Trento, embora quantitativamente parca, primou pela qualidade, e convém ter presente que estamos apenas a referir-nos a cerimónias e atos públicos de grande ou alguma solenidade, que deram origem a textos impressos autónomos, não fazendo parte do nosso escopo, exclusivamente literário, as intervenções doutrinárias mais ou menos importantes que se realizaram nas diferentes sessões conciliares, e que podem ler-se nos ponderosíssimos tomos dos *Diariorum et actorum Concilii Tridentini*.⁵

2. Os três dominicanos enviados em 1545 a Trento por D. João III

Como se sabe, com a bula *Laetare Hierusalem*, datada de 15 de Março de 1545, Paulo III convocou o tão longamente desejado concílio ecuménico para a cidade tiroleza de Trento. D. João III estava bem ciente da grande necessidade em que o orbe cristão se encontrava da realização daquela magna assembleia, “de que totalmente pende a esperança e certo remédio do bem universal dela”, conforme escreve a Baltasar de Faria, seu embaixador em Roma, em carta datada em Évora a 22 de Junho de 1545.⁶ E assim, para manifestar o seu contentamento com a corajosa decisão papal, escreveu a Paulo III, dois dias antes da acabada de citar, uma gratulatória carta, cuja elegância latina tem obviamente de ser creditada ao anónimo tradutor.⁷ Para o nosso intento, interessa-nos agora o parágrafo final, que diz o seguinte:

Ceterum, cum legatos meos et quos illius Concilii participes sociosque destinavi, minori celeritate quam uellem uiderem se ad iter componere, ne ulla esse in me mora uideretur ut ad id, quod Sanctitas Tua tantopere uult, efficerem, delegi ex eo numero uiros bonos et eruditos Fr. Georgium a S. Iacobo, Fr. Hieronymum ab Oleastro, Fr. Gasparem a Regibus, Sacrarum Litterarum professores, qui ad Sanctitatem Tuam celerius mea mandata perferrent, et quid de Sacro Concilio peragendo sentirent, accurate responderent: quibus ut fidem habeas hac de re tota enixe peto. (...) Datum Eborae, XX die Iunii anno humanae salutis MDXLV. [“Quanto ao mais, ao ver que os meus enviados, e as pessoas que a eles destinei como acompanhantes e participantes no Concílio, se aprestam a viajar com menor rapidez do que eu desejaria, para que não pareça que existe em mim alguma detença para realizar aquilo que Vossa Santidade tanto deseja, escolhi de entre eles os sábios e santos varões frei Jerónimo de Azambuja, frei Jorge de Santiago e frei Gaspar dos Reis, mestres teólogos, para que eles mais rapidamente levem até Vossa Santidade a minha representação e com exatidão afiancem aquilo que acharem que cumpre fa-

⁵ Vd. Stephan Ehses, *Concilium Tridentinum: Diariorum, actorum, epistularum, tractatum noua collectio*, 13 tomos, Freiburg im Breisgau, Herder, 1901-1924.

⁶ *Corpo Diplomático Português*, tomo V, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1874, p. 443.

⁷ Encontrando-se o rei em Évora não nos parece totalmente inverosímil que tivesse recorrido à pena de André de Resende, então ali residente, para a tradução e composição aprimorada da guindada epístola.

zer-se no que respeita ao santo Concílio. Encarecidamente peço a Vossa Santidade que nesta matéria lhes conceda todo crédito. (...) Escrito em Évora, a 20 de Junho do ano da salvação humana de 1545.”⁸

De facto, o atraso aqui referido do representante oficial do rei português (que deveria ser D. Pedro de Mascarenhas), volver-se-á em ausência, e o do único membro do episcopado luso (o bispo do Porto D. frei Baltasar Limpo) que estará presente nesta primeira parte do Concílio, arrastar-se-á até 18 de Novembro de 1546, dia, mês e ano da sua entrada na cidade tirolesa,⁹ onde pouco tempo se manterá, ao ordenar o Papa a transferência dos trabalhos conciliares para Bolonha, em Março de 1547, sob pretexto de ameaça de peste, e onde de facto as atividades conciliares tiveram por então episódica prossecução, entrando-se num impasse a que só pôs termo a decisão papal, datada de 17 de Setembro de 1549, protelando *sine die* a continuação do Concílio, cujos segundo e terceiro períodos não nos interessam para o fim que aqui perseguimos.¹⁰

Em relação aos três religiosos dominicanos cujo próximo envio anunciara ao Papa, D. João III a eles se refere em carta endereçada a Baltasar de Faria, com data de 4 de Agosto de 1545, e na qual, depois de dar conta do teor da missiva para o Sumo Pontífice que atrás extratámos, escreve:

“e pela muita confiança que tenho de frei Jorge de Santiago, inquisidor do Santo Ofício da Inquisição, e de frei Hierónimo de Azambuja, prior que ora é do mosteiro da Batalha, e de frei Gaspar dos Reis, mestres em teologia, e por suas virtudes e letras, e porque a partida dos meus embaixadores não podia ser sem primeiro ter mais certeza do que Sua Santidade ordenava acerca do Concílio, me pareceu bem (...) de mandar a ele os ditos frei Jorge, frei Hierónimo e frei Gaspar dos Reis pera se acharem presentes no princípio do Concílio. (...) Mando que vão primeiro a Sua Santidade (...). Muito vos encomendo que, tanto que os ditos frei Jorge e frei Hierónimo e frei Gaspar chegarem, façais logo saber a Sua Santidade como são vindos, dizendo-lhe a confiança que eu neles tenho, e suas virtudes e letras, e o bom enxemplo que sempre deram de si. (...) E quando Sua Santidade ordenar que vão a eles, ireis em sua companhia.”¹¹

⁸ CDP, V, p. 441. No Apêndice I transcrevemos e traduzimos a totalidade deste elegante texto.

⁹ 19. Nouembris. Eadem die Reuerendus D. Baldassar Lympus de Portu siue Portugallensis, qui heri Tridentum applicuerat, praesentauit se primum coram Reuerendissimis legatis, quibus exhibuit litteras regis Portugalliae, a quo ad Concilium missus est. [“19 de Novembro. Neste dia apresentou-se pela primeira vez diante dos reverendíssimos Senhores legados o reverendíssimo D. Baltasar Limpo, bispo da diocese do Porto, que ontem chegara a Trento, e a eles entregou uma carta do rei de Portugal, que o enviou ao Concílio.”] Ehses, o. c., I, p. 450.

¹⁰ Para uma rápida e segura visão do que foi a intervenção portuguesa em Trento pode ver-se o artigo de David Sampaio Barbosa, “Portugal em Trento. Uma presença discreta”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 3 (1991), pp. 11-38. À 1ª fase de Trento, com enfoque sobretudo na figura do carmelita D. frei Baltasar Limpo, consagrou Manuel Maria Wermers o excelente estudo “Portugal no Concílio de Trento: o conflito Trento-Bolonha e a supressão do Concílio”, *Lusitânia Sacra*, 1ª série, tomo I (1956), pp. 205-228.

¹¹ CDP, V, pp. 447-8

Por aqui se vê a grande confiança que o rei Piedoso depositava nestes três frades e o empenho que tem em que Baltasar de Faria os apresente ao Papa como pessoas providas das mais altas qualidades morais e intelectuais. Em data seguramente próxima dessa mis-siva, escreve o mesmo rei uma carta dirigida *Aos Padres do Concílio*, de teor não diverso das que já conhecemos, e na qual faz a apresentação e recomendação destes seus súbditos, em que muito confia, *pera que eles façam ver esta minha determinação ao geral e sagrado Concílio*.¹² Dos três, frei Jerónimo de Azambuja não necessita de apresentação, de tal modo o seu nome ficou gravado nos fastos da ciência teológica portuguesa e até europeia como, durante um par de séculos, o de um dos mais prestigiados exegetas do *Pentateuco*.¹³ Frei Gaspar dos Reis, pela sua parte, não se alçou para além de uma apagada mediocridade, de que mal o resgatam a titularidade de bispo *in partibus infidelium* (da sarracena diocese de Trípoli) e uma ou outra referência *pro forma* que lhe fazem os cronistas da sua Ordem, sobretudo em conexão com este episódio tridentino, em que aparece como companheiro de dois confrades de maior lustre intelectual, no caso de um, ou de maior prestígio na jerarquia eclesiástica, no caso de frei Jorge de Santiago, que é quem de facto aqui nos interessa e acerca do qual nos cumpre fazer uma breve digressão, no sentido de apresentar o relativamente pouco que foi possível apurar sobre o seu percurso biográfico até este momento em que o encontramos de abalada para terras italianas.

3. Quem foi frei Jorge de Santiago: até 1545

Frei Jorge de Santiago, na qualidade de bispo de Angra, que virá a ser entre 1552 e a data da sua morte, em 26 de Outubro de 1561, e também como autor das primeiras *Constituições sinodais* impressas da sua diocese, publicadas em 1560, foi naturalmente o objeto de alguma bibliografia erudita, tanto por parte dos historiadores eclesiásticos como dos da literatura *lato sensu*, sobretudo bibliógrafos. Ora, compulsando os principais autores que dele se ocuparam sob estes dois pontos de vista,¹⁴ verificámos que é

¹² *CDP*, V, p. 450. Minuta sem data e em português. No entanto, o texto latino da mesma vem datado nas várias edições impressas que dela podem ler-se. Veja-se Edmond Martène e Ursin Durand, *Veterum scriptorum (...) amplissima collectio*, tomo VIII, Paris, apud Montalant, 1733, col. 1062, os quais, depois de remeterem para o texto desta carta transcrito por Odorico Rinaldi, c. n.º 45 *ad annum* 1545, dizem que “aqui a carta está datada de 24 de Julho, mas no nosso manuscrito está a 20 do mesmo mês.” [*ubi datae sunt litterae XXIV Julii, in nostro ms. XX eiusdem mensis.*] Pode ver-se a transcrição aqui referida em *Caesaris Baronii, Od. Raynaldi et Jac. Laderchii Annales Ecclesiastici, denuo et accurate excusae*, tomo XXXIII (1542-1557), Bar-le-Duc - Paris, 1878, p. 106.

¹³ Dele seleccionámos e traduzimos alguns textos, precedidos de breve nota introdutória, que podem ver-se no livro *Sob o signo do Humanismo*, o. c., pp. 13-28 e 215-226.

¹⁴ Referimo-nos sobretudo aos seguintes autores e obras: Frei Luís de Sousa, *Primeira parte da história de S. Domingos*, 3ª edição, volume 1º, Lisboa Tipografia do Panorama, 1866, 1ª parte, livro 3º, c. 36; Quetif e Echard, *Scriptores Ordinis Praedicatorum recensiti*, tomus secundus, Paris, Bolland et Simart, 1721; Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana, sub nomine*; António Pereira de Figueiredo, *Portugueses nos Concílios Gerais*, Lisboa, na oficina de António Gomes, 1787, pp. 65-70; José Castro, *Portugal no Concílio de Trento*, seis volumes, Lisboa, União Gráfica, 1944-46, *passim*; José Augusto Pereira, *A diocese*

quase absoluto o silêncio guardado em relação à sua data de nascimento, naturalidade e família, constituindo a única exceção, e apenas no que toca a estes dois últimos aspectos, a informação exarada na *Segunda parte de la historia del insigne convento de San Esteban de Salamanca*, obra redatada entre Outubro de 1705 e o final de 1706, e que permaneceu inédita até 1915.¹⁵ O capítulo XXI, que se pode ler nas pp. 94-97, ocupa-se expressamente de *D. Fr. Jorge de Santiago y D. Fr. Bernardo de la Cruz, ambos hijos de este convento, que habiendo servido en los tribunales del Santo Oficio, fueron nombrados por obispos en las Indias Orientales*. Não tendo em consideração o dislate com que finaliza a citação, e sendo óbvio que grande parte do que se escreve naquele capítulo procede de frei Luís de Sousa,¹⁶ parece-nos, porém, inconcussa a informação que o cronista domínico espanhol colheu diretamente dos arquivos do seu convento,¹⁷ segundo a qual frei Jorge de Santiago foi *natural de un lugar llamado Avelans de Arriba*,¹⁸ *en el obispado de Coimbra. Era hijo de Pedro Alvarez y Margarida Martinez*. No mesmo convento castelhano, onde estudou filosofia, professou, a 26 de Abril de 1522. De Salamanca *pasó a estudiar la teología a la Universidad de París, en donde se graduó de doctor*.

De remissa poremos de imediato esta última informação, uma vez que não foi diretamente colhida pelo cronista. Baste-nos ficar a conhecer a naturalidade, filiação e data de profissão de frei Jorge, cujo sobrenome religioso se deve com certeza a alguma especial devoção ou vinculação com o patrono da Espanha. Quanto aos sobrenomes dos pais parecem apontar para uma origem plebeia, suspeita em que nos corrobora a análise do seu brasão episcopal, que aliás constitui um singular espécime deste ramo de heráldica. De facto, estampado a meio da folha de rosto das *Constituições sinodais do bispado de Angra*, que se acabaram de imprimir nas oficinas lisboetas de João Blávio de Colónia “aos onze dias do mês de Janeiro de 1560”, podemos ver umas armas episcopais, nas quais, em vez de um brasão de família ou do da Ordem de S. Domingos, se encontra um livro, com capa, que se imagina de couro, gravada a ferro, e com dois fechos, que se presume ser a Bíblia, tendo por cima, do lado esquerdo uma estrela de oito pontas, no meio uma cruz de Cristo e, do lado direito de quem olha, o que semelha a corola de uma flor. Fora do brasão, mas dentro do retângulo que o encerra e ladeando o chapéu episcopal, postam-se, perto dos ângulos superiores do retângulo, duas vieiras, numa alusão evidente ao apóstolo Santiago.

de Angra na história dos seus prelados, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade, 1950, pp. 27-32; Mário Brandão, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, volumes I e II, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1948 e 1969, *passim*; Isaías da Rosa Pereira, “As *Constituições sinodais de Angra de 1559*”, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 1983, XLI (1983), pp. 809-824.

¹⁵ Neste ano foi publicada por Justo Cuervo, OP, como tomo III da compilação *Historiadores del insigne convento de San Esteban de Salamanca*, Salamanca, Imprenta católica Salmanticense, pp. 5-500. A este livro faz referência Joaquim Veríssimo Serrão, na p. 184 do livro *Portugueses no Estudo de Salamanca. I. (1250-1550)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1962. – Devemos esta preciosa informação à pronta e amável cooperação do nosso colega o Professor José Pedro Paiva.

¹⁶ E mesmo assim incorretamente transcrito, pois, por exemplo, diz que a *oratio* foi pronunciada em 1549, em vez de 1547, e dá-lhe como ano da morte o de 1552, com uma antecipação de dez anos sobre a data real.

¹⁷ Em nota, lê-se: *liber profess. pagina 96*.

¹⁸ Avelãs de Cima é a maior freguesia do atual concelho de Anadia, tendo sido sede de pequeno município até ao começo do século XIX.

No que tange à idade do professo nada se diz na *Segunda parte de la historia del insigne convento de San Esteban* e só podemos conjecturá-la mediante uma aproximação relativa, que resulta de uma passagem de uma carta, escrita de Roma por frei Jorge a D. João III, e na qual o dominicano se refere ao então bispo de S. Tomé, o seu confrade frei Bernardo da Cruz, que também professara em San Esteban de Salamanca, em 23 de Agosto de 1523, ou seja, pouco mais de uma ano depois da sua própria profissão. Diz pois, aludindo ao então bispo resignatário da diocese africana, que nunca visitou: “eu, porque me criei com sua Senhoria e por nos salvar entrámos no mesmo convento, lhe tenho mais obrigação.”¹⁹ Ora, pela “informação pera a provisão do bispado da ilha de S. Tomé”, enviada por D. João III para Roma, a 3 de Agosto de 1540, ficamos inteirados de que “frei Bernaldo da Cruz, (...) natural do arcebispado de Braga”, é “homem de idade de trinta e cinco anos pouco mais ou menos.”²⁰ Ou seja, nasceu ao redor de 1505, data que de forma aproximada deve corresponder à do nascimento de frei Jorge, que se define como pessoa da sua “criação”, palavra que supomos ter aqui o mesmo sentido da moderna “geração”.

Os anos de formação teológica e literária de frei Jorge de Santiago, que se sucedem à profissão religiosa em Salamanca, recebem alguma luz dos depoimentos que constam dos processos instaurados pela Inquisição em 1550 aos professores do Colégio das Artes George Buchanan, Diogo de Teive e João da Costa, e que foram tão exaustiva como competentemente estudados pelo Professor Mário Brandão. Antes, porém, de entrarmos na recolha do material pertinente para o nosso fim que esta farta messe oferece, convirá aludir a duas fontes dominicanas, que *prima facie* deveriam estar bem informadas sobre as andanças de um confrade. É a primeira o melífluo frei Luís de Sousa, o qual, na notícia que adrede consagrou a frei Jorge, categoricamente afirma que se doutorou em Paris,²¹ com o que induzirá a fazerem a mesma afirmação inúmeros autores, naturalmente dispostos a darem crédito a um confrade e quase contemporâneo: será o caso, entre outros, de Barbosa Machado, que, no artigo que na *Biblioteca Lusitana* dedica ao nosso Autor, o condecora com “as insígnias doutorais conferidas na Faculdade de Teologia pela Universidade Parisiense”. A outra fonte, bem mais próxima fisicamente da Universidade Parisiense, é a conhecida obra dos eruditos dominicos franceses seiscentistas Jacques Quéatif e Jacques Échard, intitulada *Scriptores Ordinis Praedicatorum recensiti*, que no f. 137 do tomo II, regista: *At de Georgio a Sancto Iacobo nihil aliud inueni in actis quam fuisse de gratia speciali receptum anno MDXXXV et die XIII Octobris de tentativa respondisse, nulla deinceps in actis eius memoria. Vuut sit uir euasit egregium.* [“E em relação a frei Jorge de Santiago nos livros de atas nada mais encontrei senão que foi recebido *por graça especial* no ano de 1535 e que, no dia 13 de Outubro, respondeu *de tentativa*.”²² Além disto, nas atas nada mais consta. Seja como for, tornou-se um varão notável.”]

¹⁹ CDP VII, Lisboa, 1884, p. 189.

²⁰ CDP IV, Lisboa, 1870, pp. 336-337.

²¹ Frei Luís de Sousa, o. c., p. 426.

²² Aqui consigno os meus agradecimentos aos Professores José Pedro Paiva e Fernando Taveira, da Universidade de Coimbra, pelos esclarecimentos que amavelmente me ofereceram para o entendimento desta expressão e da anterior, que traduzi “por graça especial”. Do contexto colige-se que frei Jorge, morador no convento

Ainda que parca, a última informação encaixa com a cronologia dos elementos biográficos que se podem respigar dos depoimentos feitos nos processos inquisitoriais dos três humanistas presos. Com efeito, nos finais do ano de 1537, frei Jorge de Santiago abandona Paris à frente de um grupo de jovens estudantes portugueses, com rumo a Salamanca, onde os jovens tencionavam professar, no convento de San Esteban, e frei Jorge ali reatar a vida claustral que interrompera durante dez anos, a fim de frequentar a academia parisiense, como beneficiário de uma bolsa concedida pelo rei D. João III. Regressava com o grau apenas de bacharel e sem desígnios de retornar a Paris para obter mais altos títulos académicos. O seu objetivo era, antes de regressar à pátria, passar pelo menos um ano no cenóbio salmanticense, adestrando-se na prédica e no confessional, “pois a longa estadia nos estudos o distraíra muito das cerimónias e exercício religioso.”²³

Encontrava-se, pois, a supomos como ano aproximado do seu nascimento o de 1505, naquela quadra a que o Poeta se referiu como *el mezzo del cammin di nostra vita*, e não pode deixar de causar-nos alguma estranheza que uma tão dilatada permanência em Paris, iniciada em idade já adulta e após forçosos estudos no convento de Salamanca, se tenha saldado apenas por um modesto título de bacharel formado em teologia. É também certo, por outro lado, que a grande despesa que implicava tomar o grau de licenciado e sobretudo de doutor, para mais por parte de um frade *mendicante*, além da circunstância de existir liberdade para a assistência às aulas, numa época e cidade em que a oferta de mestres insignes em quase todos os domínios do saber era abundantíssima, são razões que deverão mitigar em grande parte esse pasmo inicial pela prolongada permanência do nosso Autor na cidade do Sena.

A 10 de Novembro de 1540, é nomeado para a importante função de inquisidor do tribunal da Inquisição de Lisboa,²⁴ cargo que, pelos vistos, desempenhou com proficiência e em conformidade com o que dele esperavam os superiores hierárquicos e, presume-se e espera-se, a sua própria consciência. Como prova da influência de que dispunha dentro da sua congregação religiosa temos a sua eleição como definidor da Província dominicana portuguesa, cargo em que acompanha, nos inícios do ano de 1542, o provincial Jerónimo Padilla para assistir em Roma ao capítulo convocado para a eleição do novo geral da sua Ordem.²⁵ No regresso de Roma, nos finais daquele ano, estanciou com dois companheiros em Bordéus, onde teve oportunidade de visitar o célebre Colégio da Guiena, que lhe causou uma viva e mui positiva impressão, que transmitiu a D. João III,

parisiense de Saint Jacques, da sua Ordem, foi dispensado do pagamento de propinas pela frequência da Faculdade de Teologia. A outra expressão refere-se a um tipo de prova, ou *ato*, que se fazia na Faculdade de Teologia, e mediante o qual o candidato, ou “sustentante”, “ficava bacharel corrente”. Vejam-se os *Estatutos da Universidade de Coimbra*, que neste aspeto não divergiam da de Paris, Coimbra, António Barreira, 1593, fólhos 95vº-96vº, Livro 3º, c. XXVIII, “Do auto da tentativa e bacharéis correntes em teologia”.

²³ Mário Brandão, o. c., II, pp. 219-220.

²⁴ António Baião, “A Inquisição em Portugal e no Brasil”, *Arquivo Histórico Português*, volume 5, Lisboa, 1907, p. 414. Este historiador, de modo acrítico, engalana frei Jorge com as seguintes plumas: “doutor teólogo, formado na Universidade de Paris e nela lente da mesma faculdade.”

²⁵ Vd. Mário Brandão, o. c., II, 485.

com tão grande veemência que levou o rei a diligenciar a vinda para Portugal de André de Gouveia e dos seus companheiros, que iriam integrar o corpo docente do Colégio das Artes, em Coimbra.²⁶

4. Permanência em Itália: 1545-1550

Após este excursus, que nos permitiu colher os elementos possíveis sobre o percurso religioso e académico de frei Jorge de Santiago, retomámos o fio da narração no ponto em que o deixámos, na companhia dos confrades frei Jerónimo de Azambuja e frei Gaspar dos Reis, prestes a partirem para a Itália. Sobre este período possuímos documentação de primeira mão, constituída sobretudo pela correspondência dirigida a D. João III e que se encontra publicada no *Corpo Diplomático Português*, nossa fonte primordial para o que irá seguir-se.

Por carta datada de 5 de Fevereiro de 1546, escrita de Trento, frei Jorge conta ao monarca que estivera doente durante a jornada transcorrida em território de Espanha e França, deste país se tendo dirigido ainda adoentado até Bolonha, aonde chegara na “segunda octava de Natal”. Contrariamente ao que estava previsto, deixou de ir a Roma e dirigiu-se imediatamente para Trento, ao ter conhecimento da iminência da abertura do Concílio, que tivera a sua abertura solene a 13 de Dezembro e cuja primeira sessão fora marcada para 7 de Janeiro. Chegou à cidade tiroleza a 4 deste mês, tendo assim oportunidade de assistir, até ao momento da redação da carta, às primeira e segunda sessões, nas quais, segundo escreve, o nome do rei foi “mui celebrado polas cartas de Vossa Alteza escritas ao papa e ao Concílio, que cá são mui estimadas e o latim também.”²⁷ Pelo teor da carta ficamos a saber que frei Jerónimo de Azambuja não acompanhara frei Jorge, pelo menos na parte final do trajeto de Portugal para Itália, uma vez que este informa o rei que o insigne hebraísta se dirigira diretamente de Roma, onde se encontrara com o papa, para Trento, antecipando-se assim ao confrade, cuja enfermidade o retivera em Bolonha.

Ora, o clima de boa impressão causado pelas cartas de D. João, e sobretudo pela qualidade do latim, tinha toda a razão de ser e foi o resultado da atuação de frei Jerónimo no dia 18 de Dezembro, na primeira reunião ou “congregação” que se efetuou após a abertura oficial (no dia 13), e na qual leu uma *oratio* de apresentação, da sua autoria, em excelente latim, na qual, depois de encarecer o grande júbilo sentido pelo rei português com a realização do Concílio, de tal maneira que, *moras non ualens ualens ferre, dum sollemniores parat, nos interim tres religiosos Dominicanani instituti ad uos praemisit, qui pedibus sanctissimi pontificis osculatis prius datisque ad eum litteris, ad uos tandem ueniremus, quibus et litteras dedit, quae eius animum uobis aperirent et mandata quae eius intentionem apud uos explicabunt*, [“não podendo suportar delon-

²⁶ Id, o. c., p. 487. Veja-se também, no mesmo sentido, o depoimento do Mestre João da Costa, in Mário Brandão, *O processo na Inquisição de Mestre João da Costa*, Coimbra, publicação do Arquivo e Museu de Arte da Universidade, 1944, p. 220.

²⁷ CDP, VI, pp. 4-6.

gas, enquanto aparelha enviados de mais solene representação, nos enviou à frente a nós os três, religiosos da Ordem de S. Domingos, para que, depois de beijados os pés do santíssimo papa e de lhe entregarmos uma carta, viéssemos também até vós, para quem também mandou uma carta, para vos dar a conhecer a disposição do seu espírito,] confessa, com grande dor, que os outros companheiros que deveriam estar naquele momento com ele presentes naquela solene abertura, *itinere praepeditis* [“sofreram embaraços no caminho”], conquanto, *ne qui tam piissimi regis affectum ad uos deferret deesset* [“para que não faltasse quem trouxesse até vós o sentimento afetuoso do mui piedoso rei”], ele ficara disponível *qui haec ipsa uobis laeta nuntia nuntiarem* [“para vos anunciar estas alegres novas.”]²⁸

Depois da leitura desta alocução, frei Jerónimo de Azambuja apresentou e entregou as cartas do rei, tendo o cardeal de Monte perguntado aos Padres se estavam de acordo em que se lessem as epístolas do sereníssimo rei, ao que todos responderam que lhes aprazia. Procedeu então o secretário Angelo à leitura dessas cartas, que são as já atrás referidas, dirigidas, a primeira, aos Padres do Concílio, e ao Papa Paulo III a segunda.²⁹ Foi certamente lisonjeiro para o sentimento nacional de frei Jorge de Santiago sentir o eco do êxito obtido pelo confrade, devido certamente mais ao bom nível do latim do que às protocolares mostras de adesão à ortodoxia católica por parte do piedoso, mas também muito cauteloso, monarca lusitano, cheio de reservas acerca do bom termo dos trabalhos conciliares, iniciados sob auspícios pouco promissores.

Para o restante do ano de 1546 nada mais sabemos acerca da presença e atividade de frei Jorge de Santiago em Trento. A situação altera-se em relação ao ano de 1547, graças aos diários do secretário conciliar Angelo Massarelli, publicados no tomo I da ingente obra compilada sob a direção de Stephan Ehses, já atrás citada, que nos dá notícia, ainda que muito breve, da participação mais ou menos ativa de frei Jorge de Santiago nos trabalhos conciliares. Assim, sabemos que falou na congregação de teólogos menores, realizada no dia 21 de Janeiro, onde se tratou de sacramentos em geral, do batismo e da confirmação (pp. 459 e 605); em 19 de Fevereiro, numa congregação de teólogos menores em que se concluiu o exame dos artigos relativos à eucaristia, frei Jorge foi um dos dois oradores (pp. 463 e 615); a 2 de Março, na reunião de teólogos que trataram dos sacramentos da extrema unção, ordem e matrimónio, frei Jorge participou como um dos cinco oradores (p. 647).

Dá-se então a transferência para Bolonha, e é já desta cidade, na qual ainda se farão duas sessões conciliares, que frei Jorge de Santiago reata a sua correspondência conhecida com D. João III, pois data de 25 de Abril uma carta, já escrita da conhecida cidade universitária italiana, na qual informa o seu soberano de que “fez-se a sessão aqui aos 21 deste”,³⁰ dia aliás em que ali chegara, tendo ficado marcada para 2 de Junho a próxima sessão, que seria a derradeira desta fase do Concílio. Neste meio tempo dera-se, ainda em Trento, um facto para nós capital e que mereceu a Monsignore Massarelli estas bre-

²⁸ Veja-se à frente o Apêndice II, onde transcrevemos e traduzimos na íntegra esta notável peça oratória.

²⁹ Edmond Martène e Ursin Durand, o. c., colunas 1061-1062.

³⁰ CDP, VI, p. 136.

ves linhas, sotopostas à data 27 Februarii, Dominica prima Quadragesimae: Celebratur missa sollemnis in ecclesia cathedrali, interfuerunt Reuerendissimi Domini legati, Reuerendissimus Dominus cardinalis Geennensis, habuitque orationem frater Georgius a Sancto Iacobo, Lusitanus, Ordinis Praedicatorum. [“27 de Fevereiro, 1ª domingo da Quaresma: Celebra-se missa solene na sé catedral. Estiveram presentes os reverendíssimos Senhores legados, o reverendíssimo Senhor cardeal de Jaén,³¹ e pregou um sermão frei Jorge de Santiago, português, da Ordem dos Pregadores.”] (p. 619) Deste sermão e sua edição nos ocuparemos expressamente mais à frente.

Depois da sessão de 2 de Junho de 1547 entra-se num tempo morto de indecisão, que irá arrastar-se até Setembro do ano de 1549. Pelas cartas enviadas por frei Jorge e os dois confrades a D. João III durante este período de tempo temos noção de algumas movimentações e ações a que o nosso Autor consagrou essas longas horas de forçada ociosidade “conciliar”. Tem data de 11 de Julho de 1547 uma carta de frei Jerónimo de Azambuja e frei Gaspar dos Reis ao monarca português, da qual se colige que ambos se dirigiram diretamente de Trento para Veneza, a cumprir encargo de que D. João III os incumbira.³² Entretanto, em data que ignoramos, frei Jorge dirigiu-se para Roma a ocupar-se de negócios do Estado ligados com a questão dos cristãos-novos, como se colige de carta ao rei, escrita no convento de Santa Maria Sopra Minerva, aos 29 de Agosto de 1547, e na qual refere que “depois que aqui cheguei escrevi a Vossa Alteza muitas vezes e nas cousas da Inquisição houve tantas mudanças que por vezes foi necessário mudar as cartas que tinha escrito, e agora não estão ainda na conclusão que Vossa Alteza quer.”³³ Já regressado a Bolonha, com a data de 15 de Outubro escreve ao soberano português, fazendo alusão a uma carta anterior, escrita ao mesmo destinatário desde Perúgia: refere entrevista que tivera com o papa, na qual abordou o tema dos cristãos-novos, tão caro ao rei e que a ele, frei Jorge, importaria não pouco, na sua qualidade de alto responsável da Inquisição.³⁴

Para o ano de 1548 possuímos seis cartas endereçadas a D. João III, todas escritas de Bolonha, e cujas datas se repartem do modo seguinte: 12 de Janeiro (subscrive juntamente com os dois colegas), 28 de Março, 26 de Junho (subscrive juntamente com frei Jerónimo de Azambuja), 9 de Julho, 27 de Outubro (subscrive juntamente com frei Jerónimo de Azambuja), 24 de Novembro (subscrita pelos três frades).³⁵ Na carta de Julho, com comovente detalhismo, frei Jorge expõe ao paternal D. João III as suas maleitas físicas mais recentes: “Eu também estive aqui doente, e a doença foi de catarro, dor de pedra e vómitos.” Na última carta desta série, os três religiosos fazem ao soberano o ponto da situação de impasse a que se chegara: “E assi as cousas do Concílio estão em calma, sem se saber o que será mais de se ter por certo que o Concílio se continuará e acabará em outra parte.”

Resta agora completar as informações relativas à presença de frei Jorge no interrompido Concílio com a indicação de que, a 14 de Julho de 1549, recebe do secretário Massarelli

³¹ D. Pedro Pacheco de Villena.

³² CDP, VI, pp. 161-163.

³³ Carta manuscrita original que no Arquivo Nacional tem o código de referência: CC-1-79-74.

³⁴ CDP, VI, pp. 186-190.

³⁵ CDP, VI, pp. 227-229; 254-256; 271; 273-274; 294-295; 298-299.

uma “carta patente de recomendação” (p. 852) e, a 16 de Setembro: *Reuerendissimus Dominus Sebastianus Lecavella, archiepiscopus Naxiensis, recessit ex Bononia iturus Romam ad pontificem iuxta uocationem S. Sanctitatis una cum fratre Georgio a Sancto Iacobo, Portugalensi, Ordinis Praedicatorum, qui proficiscitur Romam eadem de acusa, quia uocatus a S. Sanctitate.* [“O reverendíssimo D. Sebastião Lecavella, arcebispo de Naxos, saiu de Bolonha, para se dirigir para Roma, em obediência ao chamamento de Sua Santidade; juntamente com ele foi frei Jorge de Santiago, português, dominicano, que parte para Roma pelo mesmo motivo, porque foi chamado por Sua Santidade.”] (p. 864) No que tange à sua permanência em Itália, sabemos que quase um ano depois, a 3 de Setembro de 1550, o embaixador de D. João III junto do papa, Baltasar de Faria, informa o seu rei que “frei Jorge se partirá também [amanhã] pela manhã.”³⁶ É de presumir que tão dilatado período o tenha ocupado com os assuntos ligados ao Santo Ofício, no qual a importância da sua posição e a confiança de que gozava do rei o colocavam em posição privilegiada nas quase sempre difíceis negociações entre o papado e o Tribunal da Fé lusitana.

5. Os anos finais: 1551-1561

Se de facto a partida de Roma se efetuou na data referida pelo embaixador Baltasar de Faria, não há dúvida de que a jornada foi assaz demorada, uma vez que só em Janeiro de 1551 vamos encontrar frei Jorge de Santiago em Lisboa, intervindo no processo dos mestres do conimbricense Colégio das Artes, que se iniciara em Agosto de 1550 e que irá concluir-se, em Julho do ano seguinte, com a leitura das sentenças, nas quais, juntamente com o de D. Rodrigo Pinheiro, figura em primacial lugar o nome do nosso Autor, na qualidade de inquisidor, a que se seguem, entre as dos cinco deputados do Santo Ofício,³⁷ a do nosso já conhecido frei Jerónimo de Azambuja.³⁸ É razoável presumir-se que a relativa indulgência das penas impostas a Diogo de Teive, George Buchanan e João da Costa ficasse a dever-se à intervenção de frei Jorge, uma vez que, como atiladamente pondera o Professor Mário Brandão: “condená-los a penas duras criaria ao inquisidor sério caso de consciência, e poderia comprometê-lo ante o monarca, já que nelas veria a prova de o dominicano lhe inculcar hereges confirmados para lentes do Colégio Real.”³⁹

Como recompensa pelos muitos serviços prestados à Coroa e à Igreja, D. João III achou por bem propor o nome de frei Jorge de Santiago como bispo da diocese de Angra,

³⁶ CDP, VI, p. 421. s

³⁷ Curiosamente, entre os participantes deste tribunal colegial encontram-se o antecessor (D. Rodrigo Pinheiro) e o sucessor (D. Manuel de Almada) de frei Jorge de Santiago como bispos da diocese de Angra, ambos unidos pela pouca abonatória circunstância de nunca terem visitado a sua grei açoreana. De D. Manuel de Almada nos ocupámos na nossa tese de doutoramento, traduzindo e transcrevendo o livro em latim, doutrinarmente atabalhado e literariamente desastroso, com que colaborou na polémica religiosa que opôs D. Jerónimo Osório ao anglicano Walter Haddon. Vd. *Humanismo e Controvérsia Religiosa*, Lisboa, INCM, 2006, t. 1, pp. 118-137; 147-150; t. II, pp.99-297; t. III, pp. 75-228.

³⁸ Mário Brandão, *A Inquisição e os professores do Colégio das Artes*, o. c., II, pp. 833-834.

³⁹ Mário Brandão, o. c., II, p. 881.

em substituição de D. Rodrigo Pinheiro, que pela mesma bula, do papa Júlio III, de 24 de Agosto de 1552, dirigida ao monarca português, foi transferido para a diocese do Porto.⁴⁰ Entrou, o agora D. frei Jorge, na sua diocese nos primeiros meses de 1553, com o que ofereceu à sua grei cristã açoreana a alegria de ter consigo o seu pastor, situação que não se verificava há quinze anos. Sobre a sua prelatura, que se dilatou até 26 de Outubro de 1561, data da sua morte, em solo da sua diocese, remetemos o leitor interessado para os historiadores eclesiásticos especializados,⁴¹ não sem antes levar ao conhecimento do mesmo leitor três rocambolescos episódios em que a vernácula pena de frei Luís de Sousa o debuxa como quase mártir, no legítimo empenho de encarecer aos nossos olhos a intrepidez evangélica e indefesso zelo inquisitorial com que o antístite e seu confrade desempenhou o múnus prelatício. Assim, tendo sabido que alguns súbditos:

“não sentiam bem da fé, cobriu-os de ferro e mandou-os entregar no cárcere do Santo Ofício em Lisboa. (...) Mas custou-lhe ver-se três vezes em fortes perigos. Uma, querendo passar de uma ilha pera outra, foi acometido de gente armada na embarcação, e pera se salvar não teve outro remédio senão lançar-se ao mar e valer-se dos braços e nadar. Outra, estando fazendo seu ofício de visitador lhe tiraram com uma espingarda, guardou-o Deus, e mataram um sobrinho seu, que o acompanhava. Terceira vez, tentaram matá-lo em certa casa, onde tirava uma devassa. E acometendo as portas, (...) valeu-lhe que, como andava acautelado, acharam-nas trancadas por dentro e seguras. E contudo inda mostraram descortesia e poder diabólico, porque chegaram a entaipar o prelado, ajuntando pedra e cal e cerrando-as de parede por fora.”⁴²

Tão truculentos episódios suscitam em nós a dúvida sobre se de facto as ovelhas mais não eram lobos ou se, porventura, hipótese mais plausível, esta mutação zoológica não seria o resultado natural de o pastor, pelos hábitos adquiridos na sua anterior atividade, não saber usar da mansidão e compreensão humana que as novas circunstâncias exigiam.

6. A *oratio* de 1547

Com o título de *Oratio habita ad patres concilii Tridentini dominica prima Quadragesimae anni 1547 per fratrem Georgium de Sancto Iacobo, Ordinis Praedicatorum conuentus Sancti Dominici Olyssonensis* [“Sermão pregado aos Padres do Concílio de Trento, na primeira domingo da Quaresma do ano de 1547, por frei Jorge de Santiago, da Ordem dos Pregadores, do convento de S. Domingos, de Lisboa”] foram publicadas, sem indicação de data nem de editor, duas brochuras de tipo diverso, contendo o mesmo texto, apenas com variantes de ordem gráfica (tipo de letra: itálico numa, e romano/re-

⁴⁰ CDP, VII, pp. 169-170.

⁴¹ Sobretudo as obras, citadas na nota (14) de: frei Luís de Sousa, José Augusto Pereira e Isaías da Rosa Pereira.

⁴² Frei Luís de Sousa, o. c., p. 428.

dondo na outra; grafia de algumas palavras, uso de abreviaturas) e diferente número de fólios, 4 num caso, e 5 no outro. Dá-se a particularidade significativa de que o folheto com 4 fólios apresenta no final a indicação do lugar onde foi impresso: *Roma, in platea Parionis*. Uma vez que não temos acesso físico direto a nenhum dos exemplares conhecidos destas impressões quinhentistas, existentes em bibliotecas sobretudo italianas,⁴³ foi-nos forçoso recorrer às informações de bibliógrafos italianos,⁴⁴ da conjugação das quais, que por vezes se contradizem, ficamos com a mediana convicção de que ambas as edições são de 1547, tendo a impressa na “praça de Parione” saído dos prelos da viúva Girolama Cartolari, e a outra da tipografia, também romana, de António Blado. Sendo certo que frei Jorge de Santiago passou pelo menos grande parte da segunda metade do ano de 1547 em Roma, é de presumir que tenha tido, se não a iniciativa, pelo menos a possibilidade de supervisionar a impressão do seu opúsculo.

Deste sermão se fez nova edição, em Veneza, *ad sinum Spei* (em italiano *al segno della Speranza*), em 1552, integrando a coletânea *Generale Concilium Tridentinum, continens omnia quae ab initio usque ad finem in eo gesta sunt*, [“Concílio Geral de Trento, contendo tudo o que desde o começo até ao fim nele se fez”] 6 fólios a duas colunas e um pouco mais de meia coluna, sem paginação. Devemos ressaltar que esta edição veneziana, ainda que com texto a duas colunas e integrando vasto volume, apresenta notórias semelhanças gráficas com a edição supostamente de António Blado: por exemplo, o **T** e **I** historiados que iniciam respectivamente o *Exordium* e a *Prima Pars* são iguais em ambas, sendo o mesmo também o tipo de letra (redonda /romana). Ocorrem, é certo, algumas diferenças na ortografia de certas palavras e o desdobramento em uma de abreviaturas presentes na outra. A conclusão a tirar é que as três edições são diferentes entre si, conquanto duas delas tenham a aparência de constituir um grupo à parte.

7. Síntese dos conteúdos da oratio

Conforme atrás se viu, foi a 27 de Dezembro de 1547, data correspondente neste ano à 1ª dominga da Quaresma, que frei Jorge de Santiago pronunciou, na imponente catedral de San Vigilio, em Trento, e durante a missa solene ali celebrada, um sermão dirigido aos Padres do Concílio. Como personagem de maior vulto na hierarquia eclesiástica sobressaía entre os auditores o nobre espanhol D. Pedro Pacheco de Villena, bispo de Jaén e elevado a cardeal desde 1545. Esta peça oratória, embora não se remonte a um nível de excepcional qualidade literária ou novidade de doutrina, mesmo assim não merece o

⁴³ Servimo-nos de reproduções dos exemplares existentes na Biblioteca Nazionale, de Roma, e da Biblioteca Comunale, de Trento.

⁴⁴ Sobretudo: *Catalogo delle edizioni romane di Antonio Blado Asolano ed eredi (1516-1593)*, 1942, La Libreria dello Stato, I, n.º 94; *Incunaboli e cinquecentine della Fondazione Biblioteca S. Bernardino di Trento. Catalogo a cura di Claudio Fedele e Anna Gonzo*, Trento, Provincia Autonoma di Trento. Soprintendenza per i beni librari ed archivistici, 3 v., p. 74; Francesco Barberi, “Annali della tipografia romana di Baldassare Jr. e Girolama Cartolari (1540-1559)”, *La Bibliofilia* 53 (1951), n. 1, pp. 104-105, n.º 95; *id.*, *Tipografia romana del Cinquecento*, Florença, Leo S. Olschki, 1983.

total esquecimento a que esteve votada até hoje, situação que em parte talvez se deva ao facto de ter sido exclusivamente impressa na Itália e escassearem, se é que hoje existe algum, os exemplares da mesma em terras portuguesas. Uma das características que imediatamente ressalta, mesmo sem leitura, mas tão só pela visão das remissões marginais, é a abundância de referências bíblicas, que podem de facto enlear o leitor pouco paciente, desejoso de seguir um fio discursivo direto, sem rodeios nem empecos, sendo verdade que com tão constante lardo escriturístico muitas vezes inclusivamente se mitiga a acutilância e acerado criticismo de muitas passagens. Quanto aos quilates da latinidade, não se guindam aos primores de outros oradores portugueses de Trento, como Diogo de Paiva de Andrade ou o seu confrade Frei Francisco Foreiro, mas, dentro de uma tradição mais escolástica do que humanística, parece-nos mesmo assim senhor de um estilo ágil, desenvolto e bem cingido aos propósitos que tem em vista.

O Autor dividiu ostensivamente a sua peça oratória em três partes estruturais principais, que encabeçou com as expressões: *Exórdio*, *1ª Parte* e *2ª Parte*. No *Exórdio*, depois de encarecer a grandeza dos mistérios de Deus e a dificuldade do engenho humano para elevar-se até eles, sublinha a redobrada dificuldade que necessariamente deverá sentir alguém que irá sobre eles discorrer na presença de pessoas de tão alta qualidade, autoridade e renome. A esta esperada *captatio benevolentiae* segue-se a também costumeira alegação ou tópico da pouquidade dos méritos de quem vai ter o atrevimento de tomar a palavra acerca de matérias da maior importância. Finalmente, como é da praxe em qualquer texto parenético, esta introdução remata com uma rogativa dirigida a Deus, a quem se pede a graça da inspiração, prece esta que toma a forma de uma feliz adaptação de um conhecido hino litúrgico, atribuído a S. Gregório Magno.

A *1ª Parte* começa por descrever, com as mais negras e sugestivas tintas, a situação de desamparo do homem entregue a seus apetites desordenados e sujeito aos ardis constantes do demónio. Só Cristo pode levar a criatura humana ao bom caminho, e relembra então o pregador a leitura, pouco antes feita, do Evangelho próprio daquela celebração litúrgica: o episódio da tentação de Cristo pelo demónio, narrado em *Lc* 4. 1-13. Refere as diferentes lições que Cristo pretendeu que dessa sua experiência se retirassem, dirigidas e aplicáveis à generalidade dos cristãos, mas lembra que o Salvador se dirigiu também “aos que se encontram no templo de Deus, visto que vivem do altar (...) sobretudo quando se encontram sobre o pináculo do templo, enganados pelo diabo, persuadidos por textos mal citados e incorretamente interpretados, ou com dispensações que acrescentam causas e adequação que não possuem”.⁴⁵

É evidente que frei Jorge tem debaixo da mira os terríveis abusos e grave detrimento para a evangelização que resultavam da concessão constante, por parte da Igreja romana, daquilo que de modo geral se designava pelas “dispensações”, e de que uma das formas mais chocantes era a não residência de muitos prelados nas suas dioceses, de que foram exemplo, como já referimos atrás, o antecessor e o sucessor do nosso Autor na diocese

⁴⁵ *Oratio* A2. Nesta síntese de conteúdos faremos apenas a citação da tradução portuguesa, que o leitor mais exigente facilmente poderá pôr em cotejo com a transcrição do original latino, que mais à frente se publica.

de Angra e Ilhas dos Açores: “os quais, ao estarem convencidos de que podem cumprir através de outros as suas obrigações pessoais, como se fosse lícito entrar e possuir o céu através de interpostas pessoas (...) pensam que é lícito pelo direito divino o que é lícito e permitido pelo direito civil.” (A2) Prossegue frei Jorge assoalhando os riscos de perdição em que o desejo de riquezas e a avareza colocam os grandes da Igreja, alvos primaciais das manhas e ardis do astuto demónio. Antes de terminar esta parte do seu sermão, o Autor promete que irá seguidamente ocupar-se dos graves prejuízos que com as suas tentações o mesmo demónio tem vindo a inferir ao povo cristão.

Com a 2ª *Parte* da sua *oratio* o dominicano português sobe o tom do seu libelo e, lastimando a notória degeneração em que caíra a grei cristã, faz uma enumeração das vítimas das artimanhas da “serpente do mal”: “os ladrões, os ambiciosos, os cruéis, os esfaimados, os insaciáveis, os impersuadíveis, os importantes, ou seja, os magistrados, os príncipes ímpios e os prelados infiéis.” (A2vº) Pintando um quadro desassobrado do estado de corrupção e decadência em que a Igreja tombara, frei Jorge não sente receio em apontar algumas das causas desse mal e de, em certa maneira, explicar as previsíveis consequências que dali redundarão para o povo cristão: “o causador desta situação com todo o desvelo se empenhou em que as prelações, as dignidades, os pingues ofícios da Igreja fossem concedidos, não aos que os merecem, não aos sábios, não aos honestos nem, enfim, aos maduros e experientes e zelosos, mas, pelo contrário, aos indignos, aos ignorantes, aos indisciplinados e até a crianças, a fim de que (...) facilmente pudessem introduzir-se os excessos e o povo ser ferido com grandes abusos.” (A3)

Curiosamente, e numa postura que deixa transparecer alguma tolerância e compreensão, por então admissíveis em um inquisidor, se nos lembrarmos que no ano de 1547 ainda subsistiriam esperanças de chegar-se a alguma espécie de entendimento com os setores mais moderados da Reforma alemã, frei Jorge de Santiago pronuncia as seguintes palavras, para cuja extensão pedimos vénia, em atenção à sua importância, cujo final, ainda que com violento remoque contra a pessoa de Lutero, falecido há cerca de um ano (18 de Fevereiro de 1546), mesmo assim não deixa de lisonjear o povo alemão:⁴⁶

“Ora o povo ferido, ao ver que era tão grande a cobiça, crueldade e maldade de uns, que era tamanha a negligência, indiferença e desumanidade de outros, na sua grande maioria, oh desgraça!, caiu na demência e na fúria desatada. E, ao modo dos desatinados e loucos furiosos, começaram a espezinhar, a blasfemar, a negar, a desnudar e profanar todos os mistérios da nossa fé cristã e religião, os diviníssimos sacramentos de Cristo, os ensinamentos transmitidos pelos apóstolos, as santas cerimónias da Igreja, os decretos dos santos concílios, a autoridade dos sumos pontífices e dos bispos, os preceitos dos Padres e os conselhos dos antigos, as obras de penitência, a vida monástica, os merecimentos: numa palavra, tudo o que havia de bom, à exceção de uma confiança não sei de que natureza, desatinada e inventada, que seguramente os antigos Padres nunca viram, mas sonhada por um mofino Martinho Lutero, o qual à semelhança de Jeroboão, *fez pecar Israel* de Deus [Sir 47. 29.; 1 Rs 14. 16.] e enganou o intrépido povo alemão, aliás

⁴⁶ Convém também não esquecer que Trento era então uma cidade imperial e que a população se repartia por cidadãos que, em proporções iguais, se consideravam “alemães” e “italianos”.

assaz inclinado para o bem, e com certeza nada merecedor dos erros de Lutero.” (A3)

Para conduzir o ferido para a estalagem e dispensar-lhe os necessários cuidados e tratamento intervém o guardião Samaritano, ou seja, o Concílio, “que é um albergue e enfermaria” com que a Igreja sempre contou para extinguir os maiores incêndios que devastaram a cristandade e sarar os ferimentos mais profundos que lhe têm sido infligidos. Tece então frei Jorge o encómio dos Padres conciliares, por estar-lhes reservada tão alta glória, para a qual muitos foram os chamados, e poucos os escolhidos, porquanto a eficácia da cura não depende do grande número dos médicos, mas das qualidades e virtudes destes. Realça a oportunidade do ensejo em que tal terapia irá levar-se a cabo: “sobretudo agora quando se oferece uma esperança de salvação, quando as feridas do povo cristão foram ligadas, quando os nossos príncipes alcançam vitórias inesperadas e se espera para breve que regressem para o curral as ovelhas que até agora andavam tresmalhadas e errantes; quando ouvimos novas conversões de povos e reis infiéis na Índia; quando, finalmente, tudo parece sorrir-vos.” (A3vº)

Além da alusão aos êxitos da missão portuguesa na Índia, não deixa de sugerir-nos algum comentário a referência às “vitórias inesperadas dos nossos príncipes”. (A3vº) De facto, fica-se com a impressão de que esta parte da *oratio* deve ter sido acrescentada um pouco depois da data em que ela foi pronunciada (27 de Fevereiro), se tivermos em consideração que foi precisamente a 24 de Abril desse mesmo ano de 1547 que Carlos V obteve a vitória final, em Mühlberg, sobre a protestante Liga de Esmalcalda. Por outro lado, embora sem incidência sobre os temas a serem debatidos no Concílio, mas como fator tendente a alentar o otimismo da até então decaída ortodoxia católico-romana, poderá contar-se a estrondosa vitória que os portugueses alcançaram em Diu sobre uma poderosíssima confederação de forças muçulmanas. Tendo-se o cerco da cidade indiana concluído a 10 de Novembro de 1546, é de presumir que a notícia tenha chegada a terras de Itália, se não nos primeiros meses, pelo menos no primeiro semestre do ano seguinte.

Apesar do tom animador e confiante destas palavras, que ressumam esperança no bom êxito das reformas que irão surdir do Concílio, frei Jorge de Santiago volve à carga no que tange à origem dos males imensos que assolam a Igreja: ou seja, a gravidade dos abusos dos clérigos e a forçosa necessidade de a eles pôr termo:

“sendo indubitável que os erros desta época desafortunada nasceram por causa dos abusos. Por causa dos abusos aumentaram e por causa dos abusos espalharam-se por quase a totalidade da Igreja. E se os abusos não forem suprimidos, dificilmente há de acabar aquilo que pelos vossos decretos foi condenado e as heresias que vierdes a condenar, e até, conforme é verosímil e por intervenção da serpente, hão de nascer outros erros, em muito maior número e piores.” (A4)

Frei Jorge de Santiago está bem ciente de que, mais importantes do que as questões teológicas são, não apenas as questões ligadas com a reforma de costumes e a verdadeira dignidade e crédito de um clero bem morigerado, como igualmente a determinação e coragem em não mostrar adesão aos que erram: “não vos contenteis unicamente com a doutrina (...) mostrar-se indiferente quando se pode perturbar os perversos não é senão

favorecê-los.” (A4v^o) Com estas palavras passa o Autor à peroração, incitando os Padres conciliares a disporem-se a reformar os costumes corruptos. Em síntese feliz enuncia o que deles se espera, os cuidados que devem pôr na correta execução da sua missão e o justo galardão que lhes está reservado pelo cumprimento da missão de que estão incumbidos:

“Ó pastores do rebanho do Senhor, cultivadores da vinha do Senhor dos exércitos, pais e médicos do povo cristão, generais e combatentes do Senhor da guerra! Encetastes uma empresa imensa; ao levá-la a termo, haveis de receber uma imensa coroa. Não deixeis os inimigos na retaguarda; não deixeis as feridas por curar; não deixeis incompleta a obra.” (A4v^o)

8. Os nossos textos. Origem e critérios de edição

Conforme se disse no início desta introdução, com a publicação da *oratio* de frei Jorge de Santiago concluímos a publicação da tradução e transcrição das peças oratórias de certa extensão em latim, contemporaneamente impressas, com as quais cinco portugueses, todos eles clérigos (três dominicanos e dois presbíteros seculares), contribuíram para a importante assembleia da Igreja católica que foi o Concílio de Trento. Aproveitamos este artigo para incluir, como Apêndice I, a tradução e transcrição de dois textos latinos estreitamente vinculados ao sermão de frei Jorge de Santiago: a carta de D. João III, datada de 20 de Junho de 1545, endereçada ao papa Júlio III, cujos primores latinos foram aplaudidos em Trento, e, como Apêndice II, a transcrição e versão portuguesa da “fala”, que pela sua extensão curta não nos parece dever enquadrar-se na designação de “discurso”, com a qual, em 18 de Dezembro de 1545 frei Jerónimo de Azambuja se apresentou a si mesmo ao Concílio, justificou a ausência dos seus dois companheiros de jornada e entregou e pediu se lessem as duas missivas do seu soberano. Esta breve alocução do celebrado bibliста, mais conhecido por Oleastro no mundo erudito, na sua concisão, é também um bom exemplo da excelente latinidade que por aquela época se praticava na “pequena casa lusitana”.

O texto que serviu de base à transcrição da *oratio* de frei Jorge foi o publicado *Romae, in platea Parionis*, que cotejámos com as outras edições a que fizemos referência. O texto latino da carta de D. João III ao papa procede do *Corpo Diplomático Português*, V, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1874, tendo nós feito depois o minucioso cotejo com as lições apresentadas nas principais compilações de *Monumenta Tridentina*, que verificámos não apresentarem divergências. Para a “fala” de frei Jerónimo de Azambuja seguimos a lição e paginação de Josse Le Plate, publicada em *Monumentorum ad historiam Concilii Tridentini (...) collectio*, t. III, Lovaina, ex typographia Academica, 1783, que também comparámos com as lições estampadas por César Barónio, Martène/Durand e Philippe Labbe/Gabriel Cossart.

Na transcrição dos textos latinos desdobrámos abreviaturas, uniformizámos a ortografia, pontuámos e abrimos parágrafos de acordo com a lógica e as normas filológicas atualmente vigentes. Na tradução, procurámos, como sempre, aproximar-nos o mais possível do tom e registo que nos pareceu predominarem nos originais.

[A]

**SERMÃO PREGADO AOS PADRES DO CONCÍLIO DE TRENTO,
NA PRIMEIRA DOMINGA DA QUARESMA DO ANO DE 1547 POR
FREI JORGE DE SANTIAGO, DA ORDEM DOS PREGADORES,
DO CONVENTO DE S. DOMINGOS, DE LISBOA⁴⁷**

EXÓRDIO

É tão grande a altura e elevação dos mistérios do Reino de Deus, ó mui reverendos e mui ilustres Senhores, pastores das ovelhas de Cristo e Padres mui excelentes, é tão grande, como dizia, a altura, elevação e inescrutabilidade dos mistérios de Deus, e tão baixo e tão fraco o nosso entendimento, tão débil e tão obtuso para entendê-los, que o apóstolo Paulo, mestre dos gentios, vaso de eleição que viu os segredos de Deus e que trabalhou mais que todos, é obrigado a reconhecer que *nós não somos capazes por nós mesmos de ter algum pensamento como de nós mesmos, mas a nossa capacidade vem de Deus*. [2 Cor 3. 5.] E, por revelação da Verdade, aprendemos que são ditosos os olhos do entendimento que são dignos de ver *o que muitos reis justos e profetas quiseram ver, e não viram, desejaram ouvir, e não ouviram*, e que só são felizes aqueles aos quais foi concedido conhecer o mistério do Reino de Deus. [Lc 10. 23-24] Com efeito, aos outros que se encontram de fora, diz ele, tudo se torna parábolas, tudo se diz por parábolas: *vendo não veem, ouvindo não ouvem*, e, falando, não entendem nem o que falam nem sobre que falam. [Mt 13. 10-14; Lc 8. 10.] Sobretudo se se trata de tentações, que muito poucos entendem, sendo todavia certo que todos sem exceção são tentados, e sobretudo quando cuidam que não são tentados. Mas os “homens animais”, cujo número é infinito, *não percebem aquelas coisas que são do Espírito nem podem entendê-las, porquanto elas se ponderam espiritualmente*. [1 Cor 2. 14]

Acresce que é tão grande a vossa dignidade, autoridade e superioridade, ó príncipes das igrejas, que na vossa tão nobre presença todos os maiores sábios, por muito capazes que sejam, com razão hesitariam, receariam e se recusariam a discursar, quanto mais este, que, destituído de todos os recursos da oratória, não tem qualquer capacidade para falar acerca de matérias da maior importância? Motivo pelo qual, dadas estas várias razões, agora mais do que nunca nos é mister buscar refúgio em Deus todo-poderoso, fonte da luz e pai das misericórdias, e nos é necessário *chegarmo-nos ao trono da sua graça*, para que, mediante os rogos da Virgem Mãe e de todos os santos, *alcancemos misericórdia e encontremos a graça na propícia ajuda*, [Hb 4. 16.] para que, quando viermos a ouvir falar acerca das tentações, não sejamos tentados ou ouvindo-as ou delas falando. É que Ele *é nosso refúgio e esforço, favorecedor nas tribulações*, [Sl 46. 1.] que faz que os surdos ouçam e os mudos falem. [Mc 7. 37.] O qual, porque *é espírito, assopra onde e quando quer*, [Jo 3. 8.] e faz que se escute a sua própria voz, e que, no deserto, de uma

⁴⁷ NOTA: As referências colocadas entre retos no corpo do texto correspondem às que na edição impressa se encontram na margem. As referências em pé de página são da nossa responsabilidade. Como norma, a tradução dos textos bíblicos é a nunca assaz louvada da *Vulgata* do Padre António Pereira de Figueiredo.

dura a árida pedra mandou que jorrassem para o seu povo águas correntes; [Nm 20. 11.] o qual, enfim, quando lhe apraz, diante dos olhos da sua majestade faz que um dia acabem por tornar-se fecundas as terras por muito tempo estéreis.

Porque *Deus, que tudo sabe, é o Senhor* [1 Sm 2. 3.] e a ele se revelam não apenas os acontecimentos e as palavras, mas também os pensamentos, a fim de mais facilmente dele alcançarmos a graça de dizer e escutar a verdade, recorramos àquela prece hínica da Igreja, que ignora os reveses, com ela dizendo, com alteração de poucas palavras:

“Escuta, ó benévolo Criador, nossos rogos e gemidos,
Ora expostos logo no começo de minha empresa.
Ó vivificante esquadrihador dos corações, Tu conheces a fraqueza destas
forças.

Para Ti voltado, mostra-me a graça do bem falar.
[Avº] Certo que de muito carecemos: acode aos que o reconhecem.
Para louvor do Teu nome, concede eloquência aos apoucados.
Concede por Tua graça aos Teus que assim completem a empresa
Que seu seco espírito beba até fartar-se da fonte das luzes.
Bem-aventurada Trindade nos dá, nos concede, ó não-composta unidade,
Que para os Teus de fruto sejam estas dádivas de seus lábios.”⁴⁸
Ámen.

PRIMEIRA PARTE

No deserto deste mundo, intransitável, árido e sem água, no qual se encontra tão grande número de feras e de peçonhentas serpes e víboras com bafo de fogo, no qual os filhos de Adão comem o seu pão só com o suor do seu rosto, [Gn 3] e a terra amaldiçoada nos trabalhos dos mesmos espontaneamente faz nascerem cardos e acerados espinhos, imperou imensa fome e desmedida falta de alimentos. Devido a ela, os filhos de Israel são frequentemente obrigados a deixar a terra de Deus, da promessa do espírito, onde corre o mel e o leite, prometida de facto aos pais, mas possuída pelos filhos, e a entrar no Egito, para servirem o Faraó *com penosas tarefas de barro e de tijolo*. [Êx 1. 14.] Devido a ela, o filho de família, deixando a casa do pai e esbanjando os bens da herança paterna, acomoda-se com um cidadão de terra longínqua que o manda guardar os porcos, e chega a termos que, desejando encher a barriga de landes que os porcos comem, ninguém lhas dá. [Lc 15. 11-16] Fome sobremaneira grande, dura e desagradável de sobejo. Quero dizer: *concupiscência da carne e dos olhos e soberba da vida*, [1Jo 2. 26.] que são as três únicas cousas que existem no deserto deste mundo, como escreve aquele discípulo a quem Jesus amava. Logo que alguém sente esta amaldiçoada fome, imediatamente se aproxima o tentador, que jamais deixa passar ensejo algum, pois, quer o corpo jejue com

⁴⁸ Em nota lateral: *Hino da Quaresma*. – Conforme o Autor confessa, trata-se de uma adaptação, bem conseguida aliás, de conhecido hino litúrgico, tradicionalmente atribuído a S. Gregório Magno.

Cristo, quer a alma sinta concupiscência com Adão, quer o espírito comece, quer a carne fraqueje, logo está presente quem tenta, ou impelido devido à sua própria malícia, ou chamado devido à nossa ignorância de nós mesmos. Portanto, deste modo subitamente se aproxima de nós, cheios de fome, o infernal pescador, com os seus anzóis iscados com aquilo que deleita, e, oh desgraça! os homens são tomados por causa da isca das criaturas, como *se as criaturas de Deus se tivessem convertido em algo de odioso, e em escândalo para a alma dos homens e armadilha para os pés dos insensatos*. [Sb 14. 11.]

É que este é aquele fortíssimo caçador e pescador de homens, que está sempre a armar ciladas às almas, o qual por toda a parte estende e lança os seus anzóis e redes, para que, de entre os homens que caminham pelo meio das ciladas, caiam nas redes dele os pecadores: ele que é a antiga serpente, mais astuta do que todos os animais da terra, que com a sua astúcia enganou os nossos primeiros pais. [Gn 3] *Espírito imundo, que anda por lugares secos e sem água*, [Mt 12. 43.] que, consoante diz o príncipe dos apóstolos, *como um leão que ruga, anda em roda, buscando a quem possa tragar*⁴⁹ vivo. É que busca os cristãos, filhos de Deus, vivos, aquele que nos judeus e pagãos mortos não encontra repouso: ele que, por derradeiro, é o tresvariador das almas e enfeitizador dos homens, enfeitizando sem sabedoria, e que, para perdê-los, não cessa de, com todo o espírito de perversidade, os enlouquecer, enfeitizar e enganar. Aos seus desvarios, feitiços, ardis e embustes o único que foi capaz de pô-los a descoberto foi aquele que, cheio de graça e de verdade, é a única *luz verdadeira que alumia a todo o homem que vem a este mundo*, [Jo 1. 9.] que é o único no qual *estão encerrados todos os tesouros da sabedoria e da ciência de Deus*, [Cl 2. 3.] *para que saiba rejeitar o mal e escolher o bem*. [Is 7. 15]⁵⁰ O qual nasceu e veio ao mundo *para destruir as obras do diabo*. [1Jo 3. 8]

O qual também, no dia de hoje, *foi levado pelo espírito ao deserto* para, ao ser tentado pelo diabo, destruir todos os seus ardis e tentações. [Mt 4. 1.] Para que, quem se fizera homem por nossa causa e se circuncidara e batizara para nosso exemplo, [Lc 2-3] também nos ensinasse com a sua tentação: ele que haveria de morrer pela nossa salvação. A fim de primeiro nos ensinar [A2] a evitar as mordeduras e feridas das abrasadoras serpentes, [Nm 21. 6.] aquele que depois (como outrora a serpente de metal) deveria ser levantado na cruz, para que não morressem os feridos pelas serpentes, mas, olhando para ele, tivessem a vida eterna. [Jo 3. 14-15] Igualmente neste tempo haveria de ensinar aos seus que era preciso vigiar e orar, para não se entrar em tentação, [Mt 26. 41.] visto que no deserto deste mundo, durante o tempo em que, orando a Deus, mantemos elevadas as mãos, vencemos Amalec, senão somos por ele vencidos. [Êx 17.] E por isso o nosso *Mestre e Senhor* (e de veras o é) [Jo 13. 13.] hoje dá-nos o exemplo de que procedamos nas tentações tal e como ele mesmo procedeu. *E assim como uma águia incita suas crias a voar, e de contínuo esvoaça diante delas*, [Dt 32. 11.] hoje ensina os seus fiéis a *andar sobre a áspide e o basilisco, a pisar o leão e o dragão*. [Sl 91. 13.] *Ensina aos eleitos a fugir da face do arco, para que se livrem*, [Sl 60. 6.] *zombando daquele grande dragão*,

⁴⁹ [IPd 5. 8.]

⁵⁰ Is 7. [15].

que foi formado para com ele folgar. [Sl 104. 26.] Ensina a colher das silvas e cardos uvas e figos que alimentam, como se dos acerados espinhos das tentações obtivessem para si mesmos as floridas coroas da vitória. Ensina, por derradeiro, a beber de tal maneira as mortíferas tentações que o seu letal veneno não faça mal aos crentes que as sofrem. [Lc 16. 18.]

E, antes de mais, para que os homens, que cuidam que hão de viver só de pão, não queiram que as mudanças das coisas se façam por causa da fome e do ventre, porquanto os milagres, ou dispensas das leis gerais, devem fazer-se, não por causa dos alimentos e do ventre, que serão destruídos, [ICor 6. 13.] nem por causa da carne e do sangue que, com a mãe e os filhos de Zebedeu, não sabem o que pedem, [Mt 20. 20-22] mas por causa de um bem de ordem superior: ou seja, o proveito das almas e a glória de Deus. Ainda que possamos entender que o Senhor aqui ensina também outra coisa: a saber, para que os homens, com o pretexto de alguma fome ou paixão (algo que é próprio de seres desenfreados e frágeis), não queiram comer as duras pedras dos pecados, mostradas de facto pelo tentador, mas como que transformadas em pães pela necessidade ou alguma vantagem, tal como fazem aqueles que, “pagando o dízimo da hortelã e da arruda e de toda a casta de ervas, desprezam entretanto o que é mais importante na lei, a justiça, a fé, a caridade e a misericórdia, coando um mosquito e engolindo um camelo.” [Lc 11. 42.; Mt 23. 23-24]

Em seguida, aos que se encontram no templo de Deus, visto que vivem do altar, porque se consagram ao altar, sobretudo quando se encontram sobre o pináculo do templo, o Mestre da doutrina e descanso celestiais transmite-lhes a sua ensinança, para evitar que, enganados pelo diabo (algo que diz respeito aos ignorantes), persuadidos por textos mal citados e incorretamente interpretados, ou com dispensações que acrescentam causas e adequação (que não possuem), se precipitem, por forma a arruinarem-se, ao seguirem a opinião daqueles que, ao não destrinçarem o direito divino do humano, pensam que os senhores são quem dispensa nos preceitos divinos e humanos. Os quais, ao estarem convencidos de que podem cumprir através de outros as suas obrigações pessoais, como se fosse lícito entrar e possuir o céu através de interposta pessoa, ao não fazerem a distinção entre “a justa dispensação e a cruel dissipação”, pensam que é lícito pelo direito divino tudo o que é lícito e permitido pelo direito civil, designando, todavia, como união vitalícia até esta que é irracional e na verdade dissolução para a morte. É justa a condenação das pessoas que opinam desse modo absurdo porque incorrem na mesma condenação. Sobre eles escreveu o profeta Jeremias: *Como assim dizeis: ‘Sábios somos nós e a lei do Senhor está connosco’? Verdadeiramente o ponteiro mentiroso do escriba gravou a mentira.* [Jr 8. 8.] E Isaías: *Povo meu, esses mesmos que te chamam bem-aventurado, esses mesmos te enganam.* [Is 3. 12.]

Aos colocados no monte, ou seja, àqueles a quem a própria natureza, a honestidade, o bom proceder ou certamente o esforço humano guindou a lugar elevado (os quais vivem em tanto maior perigo quanto mais elevado é o lugar), [Santo Agostinho, *Regra*] aconselha-os, com o seu exemplo, aquele de quem todas as ações são nosso ensinamento, a que, com a máxima atenção e o mais completo desvelo, se apliquem a honrar a Deus e a resistir denodadamente ao demónio do meio-dia. Que com ânimo varonil se oponham

à tentação. Sobretudo os sacerdotes de Cristo Senhor, os prelados das igrejas do altíssimo Deus, aos quais mais amiúde, mais torpe, mais aberta e mais violentamente satanás tenta, [A2vº] a fim de que, desprezando a lei (o que seria perversidade), causem escândalo aos outros e caiam na sua própria perdição, e adorem satanás, como é óbvio, com o pretexto da glória dos reinos do mundo, que o próprio satanás astuta e dolosamente mostra aos colocados em altas posições, príncipes, sacerdotes, bispos e prelados, e, como é o pai da mentira, mui mentirosamente promete, por forma a, pelo menos através de mentiras e promessas dolosas, através de sonhadas e insensatas ambições, fazer que caiam, para perdição de muitos, as colunas da Igreja, pois é esta a sua glória. Com efeito, *os que querem fazer-se ricos*, escreve o apóstolo Paulo, *caem na tentação e no laço do diabo e em muitos desejos inúteis e perniciosos, que submergem os homens no abismo da morte e da perdição. Porque a raiz de todos os males é a avareza e nessa cobiça alguns se desencaminharam da fé e se enredaram em muitas dores.* [1Tm 6. 9-10] Depois de perderem a fé, nada conservam para si que depois possam perder.

Finalmente, *vistoso em formosura mais que os filhos dos homens, em cujos lábios, mais do que sobre seus companheiros, a graça se derramou*, hoje primeiramente *cinge com grão poder a sua espada à coxa.* [Sl 45. 3-4] E cortando com o fio da espada todas as ciladas e armadilhas do inimigo, e ensinando que deviam ser cortadas, *com a espada do espírito, que é a palavra de Deus.* [Ef 6. 17.] e com o sopro da sua boca, ele venceu o príncipe deste mundo, que pouco depois *deve ser lançado fora.* [Jo 12. 31.] Para que com justiça deva ser arguido do juízo todo aquele que doravante ceder ao príncipe das trevas e o servir, o qual, depois de julgado, vencido e superado, já foi lançado fora. [Jo 16. 8-11.]

Resta referirmo-nos, de passagem e de modo sumário, a mais graves prejuízos, que através das suas tentações infere ao povo cristão este dragão cujo bafo é de fogo. E tratemos com brevidade acerca dos seus remédios, que inteiramente solicitamos a vossas excelências. Se, todavia, aprovardes o que disse e hei de dizer, antes de ter rogado primeiro a vossas reverendíssimas e ilustríssimas excelências (algo que deveria ter feito no princípio, e não a meio) que, como é vosso hábito e em conformidade com a vossa costumada afabilidade para com toda a gente, me escuteis também com benevolência, ainda que a não mereça.

SEGUNDA PARTE

É cousa averiguada, tornada manifesta por histórias autênticas e pelos testemunhos dos factos, e prouvera a Deus que não nos tivesse sido tão manifesta, que o povo cristão, o qual, segundo a profecia de Isaías, outrora *se sentava na formosura da paz e nos tabernáculos da confiança e num descanso opulento*, [Is 31. 18.] “experimentando qual é a vontade de Deus, boa e agradável e perfeita”, [Rm 12. 2.] começou já desde há muitos anos, devido às tentações da serpente, a descer de Jerusalém para Jericó, [Lc 10. 30.] começou a decair daquela visão da paz, na qual se encontrava, para se aproximar de Jericó, que significa “lua”, a saber, para que, aproximando-se da lua, poder, tal como a lua, decrescer, minguar e obscurecer-se. E, algo que causa maior admiração, quanto mais

(tal como a lua) mingua e se obscurece o povo cristão, tanto mais se aproxima e acerca do sol da justiça que há de vir para o Juízo, situação esta que, se avançar ao ritmo como começou, devemos com razão arrecear-nos de que em breve há de dar-se um eclipse do próprio sol da justiça e de que às portas se encontra aquela geral apostasia que Paulo escreveu que há de vir, *para se revelar aquele homem do pecado, o filho da perdição, que se opõe e se eleva sobre tudo o que se chama Deus*. [2Tl 2. 3-4] Sobretudo porque, encontrando-se já o mundo em declínio e de razão perdida, já anoitece e a luz se desvanece e as sombras se derramam.

E como se não tivesse sido o maior dos males haver o povo cristão degenerado dos seus pais, e como se não fosse duro e amargoso ter-se ele afastado muito ou pouco do seu Deus, além disso, sucedeu pelas artimanhas e tentações da serpente que também topou com os ladrões, os ambiciosos, os cruéis, os esfaimados, os insaciáveis, os impersuadíveis, os inexoráveis, os importantes, ou seja, os magistrados, os príncipes ímpios e os prelados infiéis. E todavia não falo dos bons, [A3] quando nomeio os importantes, os ímpios ou infiéis, mas tenho em vista aqueles que, não [tendo atuado como] administradores, como de facto são, hão de prestar ao seu Senhor rigorosas contas; mas refiro-me àqueles que, cuidando falsamente que eram senhores absolutos, como lobos famintos e leões prontos a acometer a presa, arremeteram sobre o povo de Deus, sobre as ovelhas do Senhor, os quais, não satisfeitos com as riquezas, com as mostras de respeito, com o leite e lã do rebanho, também o despojaram das suas vestes preciosas, privando-o daqueles prelados, mestres, sacerdotes e religiosos pelos quais (como por vestimentas da sua glória) o povo de Deus antigamente se encontrava protegido, tornado formoso e totalmente glorioso. Visto que o causador desta situação com todo o desvelo se empenhou, tal como satanás se empenha, em que as prelações, as dignidades, os pingues ofícios da Igreja fossem concedidos, não aos que os merecem, não aos sábios, não aos honestos nem, enfim, aos maduros e experientes e zelosos, mas, pelo contrário, aos indignos, aos ignorantes, aos indisciplinados e até a crianças, a fim de que, como natural consequência da ausência de uns, por um lado, e, por outro, dos costumes depravados e excessos de outros, facilmente pudessem introduzir-se os excessos e o povo ser ferido com grandes abusos.

Ora, uma vez infligidos os grandes golpes dos abusos e deixado como quase morto o povo cristão devido à perda de tantas regiões e por a fé ter ficado tão debilitada, partiram os nossos ladrões juntamente com o ladrão de Judas e com aqueles que *devoram o povo de Deus, como quem come pão*, [Sl 53. 5.] e que, não querendo entender para procederem bem, *disseram a Deus: 'Retira-te de nós, pois não queremos conhecer os teus caminhos.'* [Jb 21. 14.] Ora, tendo-se o povo do Senhor mantido até hoje prostrado, por muitos anos assim esbulhado, ferido e semimorto, para que mais avultassem os desatinos da serpente encantadora, passou o sacerdote, passou o levita: como é óbvio, aqueles aos quais cabia compadecer-se e tratar do atribulado, e (para que não pudessem apresentar alguma desculpa alegando desconhecimento do facto), depois de o verem, insisto, de o verem ferido e semimorto, passaram ao lado, sem aplicarem remédio algum, sem mostrarem qualquer compaixão. Passaram ao lado, insisto, e foram-se embora, *um para a sua casa de campo, e o outro para os seus negócios*, [Mt 22. 5.] por forma a que ao cabo todos chegam ao seu lugar, onde agora se lhes faça o Julgamento sem misericórdia, porque aqui não tiveram

compaixão. Ora o povo ferido, ao ver que era tão grande a cobiça, crueldade e maldade de uns, que era tamanha a negligência, indiferença e desumanidade de outros, na sua grande maioria, oh desgraça! caiu na demência e na fúria desatada. E, ao modo dos desatinados e loucos furiosos, começaram a espezinhar, a blasfemar, a negar, a desnudar e profanar todos os mistérios da nossa fé cristã e religião, os diviníssimos sacramentos de Cristo, os ensinamentos transmitidos pelos apóstolos, as santas cerimónias da Igreja, os decretos dos santos concílios, a autoridade dos sumos pontífices e dos bispos, os preceitos dos Padres e os conselhos dos antigos, as obras da penitência, a vida monástica, os merecimentos, numa palavra, tudo que havia de bom, à exceção de uma confiança não sei de que natureza, desatinada e inventada, que seguramente os antigos Padres nunca viram, mas sonhada por um mofino Martinho Lutero, o qual, à semelhança de Jeroboão, *fez pecar Israel* de Deus, [Sir 47. 29.; IRs 14. 16.] e enganou o intrépido povo alemão, aliás assaz inclinado para o bem, e com certeza nada merecedor dos erros de Lutero.

Mas o guardião Samaritano, o único a compadecer-se dos nossos erros, o único a ter em consideração a nossa atribulação e dor, e que, *se não for ele a guardar a cidade, é debalde que os guardas estão de atalaia*, [SI 127. 1.] “o qual não toscaneja nem dorme”, [SI 121. 3-4] postado de guarda ao seu Israel, nestes dias mui próximos, ao olhar, viu a aflição do seu povo e escutou os seus gemidos, viu as feridas, viu a nudez e, vendo isto, sentiu-se movido pela misericórdia. E, fazendo maravilhas com as suas misericórdias, aproximando-se ligou as feridas dele, oferecendo a esperança de salvação, derramando o azeite e o vinho, e de tal modo usou da misericórdia que (como vimos) não se esqueceu da justiça. E por causa de si mesmo e por causa dos merecimentos da sua Paixão (e isto é colocar o ferido sobre o seu jumento), conduziu-o para o estábulo ou estalagem, sem atender aos méritos, esperança e opinião dos homens, conduziu para o *concílio*, que é um albergue e enfermaria, para a qual o Senhor costumou conduzir o seu povo, sempre que, dele compadecido, quis sarar as suas feridas, tratando da sua cura. Visto que lemos e ouvimos que, mediante os concílios, como mediante derradeiro remédio e último remédio, se sararam todos os maiores ferimentos do povo cristão, se curaram as maiores calamidades e se extinguíram os mais violentos incêndios.

[A3v^o] E assim foi oferecida uma esperança de saúde, ataram-se os ferimentos não curados da cristandade, pois a vós, ó Padres, foi reservada a glória da cura. Para esta tão grande, ou melhor, a maior das glórias, foram certamente muitos os chamados; entre os muitos, porém, vós, os poucos eleitos, [Mt 20. 16.] alegrai-vos e exultai, porque através de vós, poucos, esta saúde, tão grande, tão necessária e tão desejada, deve ser concedida ao povo tão ferido. É que *para o Deus do céu não há diferença entre salvar com uma multidão ou com um punhado de homens, porque a vitória da guerra não depende do número, mas da força que vem do céu*. [IMac 3. 18.] E assim a saúde do povo enfermo não depende dos muitos médicos, mas *ao Senhor pertence dar a salvação, para que a sua bênção caia sobre o seu povo*, [SI 3. 9.] porque é ele quem cura e através do vosso pequeno número as mãos dele hão de curar, desde que queirais acatar os preceitos e conselhos do Samaritano, dependendo a bem da saúde do povo e por amor desta cura os dois denários recebidos, usando do duplo poder, que tendes, de definir os dogmas e de reformar os costumes. A menos que porventura, mostrando-vos surdos às ordens do Samaritano, e

julgando-vos indignos de tão grande coroa, com o vosso desinteresse trateis de transferir para outros a glória desta empresa (que inteiramente cumpre levar a cabo), como que recusando-vos, por preguiça, a receber tesouros preciosos que vos são oferecidos.

Todavia *vos exortamos*, diz o apóstolo Paulo na epístola do dia de hoje, *a que não recebais a graça de Deus em vão. Porque ele diz: 'Eu te ouvi no tempo aceitável e te ajudei no dia da salvação.* [2Cor 6. 1-2] Eis agora o tempo aceitável, ó Padres, eis agora o dia da salvação, para não dardes a ninguém qualquer escândalo por negligência, apatia ou frouxidão: para não dizer antes, pela maior das crueldades. Para que se não critique um ofício tão grande, tão excelente e tão nobre como é o vosso: é que se vós, que sois os pais e consoladores do povo cristão, não vos afligis com a sorte dele e dele não vos compadeceis, que outro, com a sorte dele se afligindo, dele se há de compadecer? Se não agora nem aqui, quando aqui todos vos ajuntastes por causa da compaixão: então onde e quando? Visto que agora é o tempo aceitável, agora é o dia da salvação, aqui e agora são o tempo e o lugar de vos compadecerdes dele. *Chegou o tempo da poda; ouviu-se na nossa terra a voz da rola;* [Ct 2. 12.] a voz chorosa da atribulada Igreja vossa mãe, chegando até ao céu, deve escutar-se nos vossos ouvidos, deve chegar até ao vosso coração, sobretudo agora quando se oferece uma esperança de salvação, quando as feridas do povo cristão foram ligadas, quando os nossos príncipes alcançam vitórias inesperadas e se espera para breve que regressem para o curral as ovelhas que até agora andavam tremalhadas e errantes; quando ouvimos novas conversões de povos e reis infíeis na Índia; quando, finalmente, tudo parece sorrir-vos.

É que vós não só *sois a luz do mundo*, por causa da doutrina e ensinamentos, mas também *o sal da terra*, [Mt 5. 13-14] por causa da reformação dos abusos dos homens e da supressão dos costumes depravados, porque *toda a carne corrompeu o seu caminho* [Gn 6. 12.] e *apodreceram as cicatrizes à vista da nossa estultícia*, [Sl 38. 6.] pelo que, se se pode argumentar a partir da ordem da letra, primeiro sois “sal da terra” do que “luz do mundo”, pois diz: *vós sois o sal da terra*, e em seguida, pouco à frente, acrescenta: *vós sois a luz do mundo*. Logo, se, através do ensinamento da fé, quereis ser “luz do mundo”, se quereis *ensinar a muitos a justiça e se, como estrelas*, quereis *brilhar por toda a eternidade*, [Dn 12. 3.] para que *as pedras não clamem*,⁵¹ sede também sal da terra, sede reformadores dos costumes e que de tal maneira a vossa luz brilhe diante dos homens que, depois de escutada a doutrina, ao verem as vossas obras e a boa reforma, glorifiquem o vosso Pai, que está nos céus, lembrando-se de que a lucerna acesa não se esconde em lugar oculto nem debaixo do alqueire, [Mt 5. 15.] e que a candeia, se não luzir com o lume ateado, fede soltando fumo e sobremaneira incomoda, e se o sal se enfatuar e perder a sua propriedade de salgar, *para nenhuma outra coisa fica servindo senão para ser lançado fora e pisado pelos homens;* [Mt 5. 13.] lembrando-se de que, àquela figueira que estava junto do caminho, que produziu para o seu dono com fome não fruto, mas apenas folhas, foi dito “que nunca jamais nasça fruto de ti”, [Mt 21. 19.] a qual (conforme conta Marcos) por isso ficou completamente seca; [Mc 11. 14.] finalmente, quem *pecar em um só ponto, fez-se réu de ter violado todos*, [Tg 2. 10.] quanto mais quem pecar em dois.

⁵¹ Lc 19. 40.

Portanto, onde existe necessidade de salvação, e o tempo é aceitável, e o Senhor promete escutar e ajudar com misericórdia e compaixão, que ninguém, levado pela pusilanimidade, embrulhe no lenço a moeda que lhe foi entregue, [Lc 19. 20.] ou, [A4*] escavando a terra, esconda ali o dinheiro; [Mt 25. 18.] para que o ruim servo por sua própria boca não seja condenado como desleal pelo seu Senhor, que ninguém *retenha na injustiça a verdade de Deus, para que não se torne inescusável nem se obscureça o seu coração insensato nem se entregue a um sentimento depravado*. [Rm 1. 20-21, 28] Por derradeiro, que ninguém *esconda a misericórdia de Deus de uma congregação numerosa, de uma grande Igreja*, [Sl 40. 11.] para que dele não se esconda a misericórdia divina e o não cerquem males inumeráveis nem seja abrangido pelas suas iniquidades nem possa ver que se *multiplicam mais que os cabelos da sua cabeça*⁵² e o seu coração o abandona. Visto que todo o concílio geral *foi feito espetáculo ao mundo e aos anjos e aos homens*, [ICor 4. 9.] *está posto para ser o alvo a que atire a contradição, a fim de se descobrirem os pensamentos de muitos*, [Lc 2. 34-35] *para que os que são provados fiquem manifestos*.⁵³ *Está posto para ruína e para salvação de muitos no Israel do Senhor*: [Lc . 2. 33.] *esforçai-vos, ó Padres, por serdes postos para salvação, e não para ruína, não endurecendo os vossos corações, assim como na altercação no dia da tentação no deserto, onde o tentaram os vossos pais, para o provarem e verem as suas obras e terríveis punições, jurando-lhes por isso na sua ira que não haveriam de entrar no seu repouso*. [Sl 95. 8-9]

Ponde, entretanto, nos vossos corações que à vossa mão se devem pedir contas por todas as almas que depois (devido a ausência de remédios) perecerem, sendo certo que Ezequiel disse que às mãos das atalaias se devem pedir contas pelos que morreram no ataque. [Ez 33. 2-5] Para que serviu aos ruins agricultores não entregar no devido tempo os frutos da vinha e conjurarem-se contra o dono da vinha para a herdarem (que por isso mesmo perderam), senão para mofinamente se perderem por sua própria decisão e para que a vinha fosse arrendada a outros agricultores, que no seu devido tempo entregariam os frutos? [Mt 21. 33-41] De pouco serviu a Jeú, rei de Israel, por mandado do Senhor ter acabado com o culto de Baal e morto os seus sacerdotes e destruído a ímpia morada do infiel Acab, *que se vendera para fazer o mal*,⁵⁴ sem abandonar entretanto os novilhos de ouro, [2Rs 9-10] que os príncipes mais velhos e ele mesmo adoravam; e o profeta do Senhor, *carro e condutor de Israel*, ao morrer, violentamente se encolerizou contra o rei Joás, neto e sucessor de Jeú, porquanto, tendo-lhe ordenado em nome do Senhor que ferisse a terra com as frechas, ele, tendo-a ferido apenas três vezes, parou em seguida, porque, se tivesse ferido a terra cinco ou sete vezes, teria derrotado a Síria. [2Rs 13-19] E assim, agora, ó Padres, não aproveitaria muito, como se só ferísseis a terra por três vezes com as vossas frechas, se, apesar de tudo (mau agoiro que Deus não permita!) acontecer manterem-se os abusos maiores, que para todos é evidente que são os novilhos de ouro desta época, que os clérigos, os primeiros do povo, para não dizer

⁵² Cf. Sl 69. 5.

⁵³ ICor 11. 19.

⁵⁴ I Rs 21. 25.

os príncipes da Igreja, adoram para seu mal e para escândalo da Igreja, sendo indubitável que os erros desta época desafortunada nasceram por causa dos abusos, por causa dos abusos aumentaram e por causa dos abusos espalharam-se por quase a totalidade da Igreja. E se os abusos não forem suprimidos, dificilmente há de acabar aquilo que pelos vossos decretos foi condenado e as heresias que vierdes a condenar, e até, conforme é verosímil e por intervenção da serpente, hão de nascer outros erros, em muito maior número e piores.

Por conseguinte, se o zelo da fé cristã vos consome, se vos condoeis da sorte do povo esbulhado, ferido e semimorto, se quereis velar antes de mais pela autoridade da Igreja e, finalmente, não faltar à vossa obrigação: ocupai-vos agora unicamente da reformação, entregai-vos unicamente à reformação e, pelo menos tarde, preparai o remédio para os doentes, pois com as dilatadas delongas os males aumentaram. De facto, porventura, ó Padres, possuís uma única bênção, para que, ocupando-vos tão desveladamente com as heresias, nada ou pouco fizerdes no atinente aos costumes? Não vos contenteis, ó Padres, com uma única bênção; não vos contenteis unicamente com a doutrina; não vos contenteis unicamente com os dogmas, pois nós não nos contentaremos e não desistiremos desta luta e não vos deixaremos partir daqui até nos terdes abençoado com a reformação. É que, de que serve ao homem, conforme diz o cânone, [*Distin. 83, c. 'quid'*] ensinar corretamente e não se manchar com o seu próprio erro aquele que dá o seu assentimento a quem erra? [A4*vº] Porquanto dá assentimento ao que erra quem não acode atalhando àquilo que deve ser corrigido. [c. '*errant'*] De facto, aprova-se o erro ao qual não se resiste e oprime-se a verdade que não se defende. [c. '*conscientiae'*] Visto que mostrar-se indiferente quando se pode perturbar os perversos não é senão favorecê-los e não se livra da culpa de oculta cumplicidade quem deixa de opor-se a um crime manifesto e, conforme consigna o texto da decretal, *embora o sumo sacerdote Eli em si mesmo fosse íntegro, todavia porque não castigou eficazmente os excessos dos seus filhos, recebeu não só em si mesmo, mas também neles a vingança do descontentamento de Deus*, [c. '*licet Hely' de simo.*] quando, depois de os filhos morrerem na guerra, ele mesmo faleceu por quebrar a espinha dorsal ao cair da sela.

Portanto, eia, sus!, ó Padres, e disponde-vos já a reformar os costumes corruptos; insisto, “disponde-vos e mostrai-vos varões denodados”, porque “é melhor para vós morrer nesta guerra santa do que ver que por culpa vossa se deu tão grande número de males do nosso povo e o extermínio dos santuários. Qual vedes que é a vontade de Deus nos céus, dessarte procedei.” [*IMac 3. 58-60*] Ou seja: começando pelo santuário de Deus, do qual, assim como outrora procederam a vida e todos os bens, assim agora procedem a morte e os males todos. [*Ez 9. 6.*] “Consagrai as vossas mãos a Deus”, [*Êx 32. 29.*] batei sete vezes por forma a assolardes a Síria, inimiga soberba; não temais os que são do Senhor, para vós são justos. Pelo que, se deve temer-se e, devido à fraqueza da vossa carne, é necessário que temais, temei *aquele que é terrível nos conselhos sobre os filhos dos homens*; [*Sl 66. 5.*] temei aquele que, *depois de matar, tem poder de lançar no inferno*; [*Lc 12. 5.*] temei o Senhor, porque *o temor do Senhor, esse é o seu tesouro*, [*Is 33. 6.*] *é fonte de vida, que desvia do pecado e da morte.* [*Pr 14. 27.*] Mas já é tempo de pormos termo às nossas palavras, sem todavia, em conformidade com o tempo e o lugar, deixar

primeiro de com brevidade aconselhar vossas excelências, como meus respeitadíssimos Padres e mui reverendos senhores.

Ó pastores do rebanho do Senhor, cultivadores da vinha do Senhor dos exércitos, pais e médicos do povo cristão, generais e combatentes do Senhor da guerra! Encetastes uma empresa imensa; ao levá-la a termo, haveis de receber uma imensa coroa. Não deixeis os inimigos na retaguarda; não deixeis as feridas por curar; não deixeis incompleta a obra. Combatei de tal sorte com a antiga serpente que, depois de a deixardes prostrada e destruídas as suas munições, recebeis o Reino eterno; de tal sorte dai o remédio a nós, que estamos enfermos, que as nossas feridas se curem; e, finalmente, de tal sorte correi *que alcanceis o prêmio*, correi, insisto, *não como para coisa incerta*, e pelejai, *não como quem açoita o ar*. [1 Cor 9. 24 e 26] Curai as feridas, não como quem as cura na superfície, agora que a chaga está acirrada. *Oponde-vos como uma muralha em defesa da casa de Israel* [Ez 13. 5.] e como pais naturais e legítimos condoei-vos das dores dos filhos que perecem. Cercai, protegei, murai com as mais santas leis a vinha do Senhor dos exércitos, que vos foi confiada; “buscai as ovelhas que se desgarraram, não abandonando o rebanho, como pastores inúteis.” [Zc 11. 16-17] Não percais o prêmio de tantos e de tão grandes trabalhos; não mancheis a vossa glória; não retrocedais, como Judá, dando de mão a uma tão grande coroa de glória!

Semeai, enquanto tendes tempo, *porque a seu tempo segareis, não desfalecendo*,⁵⁵ pois o vosso trabalho não será vão e haverá recompensa para a vossa obra, quando o Samaritano (que vos deu o encargo da cura do povo) regressar, quando *no vosso seio vos meterem uma boa medida e bem cheia e bem calcada e bem acogulada*, [Lc 6. 38.] quando a vós, pastores, a vós, repito, pastores, o Príncipe dos pastores em pessoa há de dizer: *Vós outros sois os que haveis permanecido comigo nas minhas tentações, e por isso eu preparo o Reino para vós outros, como o meu Pai o tem preparado para mim, para que comais e bebais à minha mesa no meu Reino*. [Lc 22. 28-30] Então, quando o Espírito disser *que descanséis dos vossos trabalhos*, [Apo 14. 13.] quando Deus *enxugar todas as lágrimas dos olhos dos santos, para que não haja mais trabalho, nem luto, nem medo, nem dor alguma*; [Apo 21. 4.] então, acabada toda a tentação, não digo que hão de aproximar-se os anjos para vos servirem, mas digo sim que há de aproximar-se o próprio Senhor dos anjos, [Lc 4. 10.] e, *passando por entre vós, vos servirá* o Reino, [Lc 12. 37.] que se dignará servir-nos aquele mesmo a quem hoje servem os anjos, o qual hoje triunfa sobre o inimigo e nos ensina a triunfar sobre ele, o qual é o Deus fiel retribuidor da nossa militância e dos nossos trabalhos, ele que é bendito e digno de louvores e glorioso pelos séculos dos séculos. *Ámen*.

Tenho dito.

Em Roma, na praça de Parione

⁵⁵ Gl 6. 9.

[A]

**ORATIO HABITA AD PATRES CONCILII TRIDENTINI DOMINICA
PRIMA QVADRAGESIMAE ANN 1547 PER FRATREM GEORGIUM
DE SANCTO IACOBO, ORDINIS PRAEDICATORVM,
CONVENTVS SANCTI DOMINICI OLYSBONENSIS**

EXORDIVM

Tanta est altitudo et sublimitas mysteriorum regni Dei, reuerendissimi ac illustrissimi Domini, pastores ouium Christi, Patres optimi, tanta, inquam, est mysteriorum Dei sublimitas, profunditas et inscrutabilitas et ad ea intellegenda tam humile et imbecille ingenium nostrum, tam habes, tam obtusum ut Paulus apostolus, doctor gentium, uas electionis qui uidit arcana Dei et plus omnibus laborauit, fateri cogatur *non esse nos sufficientes cogitare aliquid a nobis quasi ex nobis, sed sufficientia nostra*, inquit, *ex Deo est*. [2 Cor. 3] Et, Veritate reuelante, didicimus illos mentis oculos esse beatos qui digni sunt uidere *quae multi reges iusti et prophetae uouerunt uidere, et non uiderunt, audire, et non audierunt*, [Luc 10] illos solos esse felices quibus datum est nosse mysterium Regni Dei. Nam, ceteris qui foris sunt, inquit, omnia in parabolis fiunt, omnia in parabolis dicuntur: *Videntes, non uident, audientes, non audiunt, et loquentes non intellegunt nec quae loquuntur nec de quibus affirmant*. [Mat. 13; Luc. 8] Potissimum si de temptationibus agatur, quas paucissimi intellegunt, cum tamen omnes ubique temptentur, et nunc maxime quando se temptari minime arbitrantur. At “animales homines”, quorum infinitus est numerus, *non percipiunt quae sunt Spiritus nec possunt intellegere, quia spiritualiter examinantur*. [1 Cor. 2]

Ad haec, tanta est uestra dignitas, auctoritas et maiestas, ecclesiarum principes, quod in tanto uestro conspecto dicere doctissimusque quisque, quantumuis sufficientissimus, merito dubitaret, timeret, recusaret, quanto magis is qui, omnium dicendi partium expers, de rebus grauissimis dicturus, sufficientiam nullam habet? Quamobrem multiplici hoc iure, magis nunc quam umquam refugere nos oportet ad Deum optimum maximum, fontem luminis, patrem misericordiarum, *adeamus necesse est ad thronum gratiae eius*, ut, precibus Virginis Matris sanctorumque omnium, *misericordiam consequamur et gratiam inueniamus in auxilio oportuno*, [Hebre. 4] ne de temptationibus audituri, audiendo aut dicendo, temptemur. Ipse enim *est refugium nostrum et uirtus, adiutor in opportunitatibus, in tribulatione*, [Psal. 45] qui surdos facit audire et mutos loqui. [Mar. 7] Qui, *spiritus* cum sit, *ubi uult* et quando *uult spirat*, [Ioan. 3] et facit ut uox ipsius audiatur, qui in deserto ex dura et arida petra fluentes dulces aquas populo suo eduxit; [Num. 20] qui denique, quando beneplacitum est, in oculis maiestatis eius diu steriles aliquando tandem fecundos facit.

Quia *Deus scientiarum Dominus est* [1 Reg. 2] et ipsi reuelantur non solum facta et uerba, sed etiam cogitationes, uerum ut dicendi audiendique gratiam facilius impetremos, Ecclesiae, quae repulsam nescit, hymnidica utamur oratione, cum ea dicentes, paucis mutatis:

“Audi, benigne Conditor, nostras preces et gemitus
 In ipso meo officii fusas nunc exordio.
 Scrutator alme cordium, infirma Tu scis uirium.
 Ad Te conuerso, exhibe locutionis gratiam.

[Av^o] Multum quidem defecimus: succurre confitentibus.
 Ad laudem Tui nominis, confer loquelam timidis.
 Sic opus extra perfici, dona Tuis per gratiam,
 Ebibat ut mens sobria de fonte prorsus luminum.
 Praestat beata Trinitas, concede simplex unitas
 Vt fructuosa sint Tuis haec labiorum munera.
 Amen.” [Hymnus *Quadragesimae*]

PRIMA PARS

In deserto huius mundi inuio, arido et inaquoso, in quo tot sunt ferae uenatque serpentes atque dracones flatu aurentes, in quo filii Adae non nisi in sudore uultus uescuntur pane suo, [Gene. 3] et maledicta terra in opere ipsorum sua sponte tribulos germinat atque pungentes spinas, non modica praeualuit esuries famesque pergrandis. Propter quam filii Israel Dei terram promissionis spiritus, melle et lacte manantem, patribus quidem promissa, a filiis autem possessam, frequenter egredi coguntur Aegyptumque intrare, ut seruiant Pharaoni in operibus duris luti et lateris. [Exo. 1] Propter quam filius familias domum patris egressus consumptisque bonis hereditatis paternae, adhaeret ciui regionis longinquae ut porcos pascat, eoque deueniat quod, cupiens implere uentrem de siliquis quas porci manducant, nemo illi det. [Luc. 15] Fames pergrandis, dura et molesta nimis. *Concupiscentiam dico carnis oculorum ac superbiam uitae*, [I Ioan. 2] praeter quae tria nihil esse in deserto huius mundi scribit discipulus ille, quem diligebat Iesus. Haec maledicta fame quam primum quis esurit, statim accedit temptator, qui nullam umquam praetermittit occasionem, siue enim cum Christo corpus ieiunet, aut cum Adam animus concupiscat, siue spiritus incipiat, aut caro deficiat, mox adest qui temptat, aut inde prouocatus propter suam ipsius malitiam, aut hinc uocatus propter nostram ipsorum insipientiam. Sic ergo famescentibus nobis subito cum suis ex his quae delectant inescatis hamis infernalis piscator accedit et ob escam creaturarum ita, pro dolor!, capiuntur homines ac *si creaturae Dei in odium factae fuissent et in temptationem animae hominum et in muscipulam pedibus insipientium*. [Sap. 14]

Hic enim est robustissimus ille hominum uenator atque piscator, animabus semper insidians, qui suos hamos, laqueos et retia ubique locorum tendit atque expandit ut in medio laqueorum ambulantiis hominibus cadant in retiacula eius peccatores: serpens antiquus, callidior cunctis animantibus terrae, qui sua calliditate primos nostros decepit parentes. [Gen. 3] *Spiritus immundus, ambulans per loca arida et inaquosa*, [Mat. 12] qui *tamquam leo rugiens*, inquit princeps apostolorum, *circuit, quaerens quem uiuum deuoret*. Viuos enim christianos filios Dei quaerit qui in mortuis Iudaeis ac paganis requiem non inuenit: hic denique est dementator animarum, hominum incantator, incantans non sapienter, qui toto malignitatis spiritu dementare, incantare, decipere et, ut perdat,

illaqueare non cessat. Cuius demutationes, incantationes, laqueos et deceptiones solus ille detegere potuit qui, plenus gratiae et ueritatis, solus est *lux uera, illuminans omnem hominem uenientem in hunc mundum*, [Ioan. 1] in quo solo sunt omnes thesauri sapientiae et scientiae Dei, [Coloss. 2] *ut sciat reprobare malum et eligere bonum*. [Esai. 7] Qui in hoc natus est, ad hoc uenit et in hoc apparuit *ut dissoluat opera diaboli*. [1 Ioan. 1]

Qui etiam propterea hodie *ductus a spiritu in desertum* ut temptatus a diabolo omnes ipsius dissolueret laqueos et temptationes. [Mat. 4] Quatenus, qui propter nos homo factus, pro nostro exemplo circumcisis et baptizatus fuerat, [Lc 2 et 3] sua quoque temptatione nos erudiret: qui pro nostra salute moriturus erat. Vt prius nos doceret igni-[A2] torum serpentum uitare morsus et uulnera, [Num 21] qui postea (ut aeneus serpens olim) in cruce exaltandus erat, ut percussi a serpentibus non perirent, sed, adspicientes in eum, haberent uitam aeternam. [Ioan. 3] Quo etiam tempore suos docturus erat uigilandum et orandum esse, ne intretur in temptationem, [Mat. 26] quandoquidem in deserto huius mundi, quamdiu, orando ad Deum, eleuatas manus habemus, uincimus Amalec, sin minus ab eo superamur. [Exo. 17] Itaque noster *Dominus et Magister* (est enim) [Ioan. 13] hodie exemplum dat nobis ut, quemadmodum in temptationibus ipse fecit, ita et nos faciamus. Et *sicut aquila prouocans ad uolandum pullos suos, et ante eos uolitans*, [Deu. 32] hodie docet suos fideles *ambulare super aspidem et basiliscum, conculcare leonem et draconem*. [Psal. 90] *Docet fugere a facie arcus, ut liberentur electi, illudentes illi magno draconi, qui formatus est ad illudendum ei*. [Psal. 59 et 103] Docet ex tribulis et spinis dulces nutrientes uuas et ficus colligere, quasi ex pungentibus temptationum spinis floridas uictoriae coronas sibi comparare. Docet denique ita mortiferas diaboli bibere temptationes ut earum letale uenenum credentibus temptatis non noceat. [Mar. 16]

Et, in primis, ne in solo pane uicturos sese existimantes homines, uelint rerum mutationis fieri propter famem et uentrem, quoniam miracula seu communium legum dispensationes non propter escam et uentrem, qui destruentur, [1 Cor 6] non propter carnem et sanguinem, qui, cum matre et filiis Zebedei, nesciunt quid petunt, [Mat 20] sed propter superioris ordinis bonum, utilitatem scilicet animarum et gloriam Dei, sunt facienda. Tametsi Dominum hic etiam aliud docere intellegere possimus: nempe, ne homines, praetextu alicuius famis seu passionis (quod ad incontinentium seu fragilium est), duros uitiorum lapides, a temptatore quidem ostensos, per necessitatem autem aut commoditatem aliquam ueluti in panes conuersos deglutire uelint, id quod faciunt illi qui, “decimantes rutam et omne olus, praeterrmittentes interim quae grauiora sunt legis, iudicium, fidem, caritatem et misericordiam, excolantes culicem, camelum diglutunt.” [Lc. 11 et Mat. 23]

Deinde, existentes in templo Dei, quippe qui ex altario uiuunt, quia altario deseruiunt, potissimum cum supra pinnaculum sunt templi, docet caelestis disciplinae et securitatis Magister, ne, decepti a diabolo (quod ad ignorantes pertinet) persuasi textibus male citatis et distorte intellectis aut dispensationibus causas et sufficientiam (quas non habent) supplementibus se praecipitent, ut conterantur, illorum sequentes opinionem qui non diiudicantes ius diuinum ab humano, praecepta diuina, humana, dispensatores, dominos arbitrantur. Qui pro comperto habentes personalibus obligationibus per alios posse fieri satis, quasi per substitutos liceret ingredi caelum et possidere, non distinguentes inter “fidelem dispensationem et crudelem dissipationem”, putant licere iure poli quidquid licitum est et permittitur iure

fori, uocitantes nihilominus unionem ad uitam etiam eam quae irrationabilis est et uere dissolutio ad mortem. Quorum damnatio iusta est, qui propterea ita absurde opinantur quia in eadem damnatione sunt. De qualibus scribit Ieremias propheta: *Quomodo dicitis: 'Sapientes nos sumus et lex Domini nobiscum est'? Vere mendacium operatus est mendax stilus scribarum.* [Iere. 8] Et Esaias: *Popule meus, qui te beatum dicunt, ipsi te decipiunt.* [Esai. 3]

In monte demum constitutos, quos scilicet natura ipsa, probitas, res bene gesta aut certe humana industria in sublimitate constituit (qui quanto in loco superiori, tanto in periculo maiori uersantur), [August. in regula] suo exemplo admonet is, cuius omnis actio nostra est instructio, ut summa uigilantia maximoque zelo diuino studeant honori, daemonio meridiano cum rigore resistant. Aperte temptationi uiriliter repugnent. Maxime Christi Domini sacerdotes Dei altissimi, ecclesiarum praelati, quos satanas frequentius temptat, turpius, apertius et uehementius, [A2v^o] ut, legem contemnendo (quod malitiae foret), in aliorum scandalum et suam perditionem cadant, et satanam adorent, praetextu uidelicet gloriae regnorum mundi, quae satanas ipse in alto eleuatis, principibus, sacerdotibus, episcopis et praelatis, et callidissime mathematice ostendit et, ut mendacissimus est, mendacissime promittit, ut saltem per mendacia et mathematicas promissiones, per stultas et somnatas ambitiones columnas Ecclesiae in multorum perniciem cadere faciat, quae est ipsius gloria. Nam, *qui uolunt diuites fieri, inquit apostolus Paulus, incidunt in temptationem et laqueum diabolic et desideria multa inutilia et nociua, quae mergunt homines in interitum et perditionem. Radix enim omnium malorum est cupiditas, quam quidam⁵⁶ apertentes errauerunt a fide et inseruerunt se doloribus multis.* [1 ad Th. 6] Nihil amissa fide sibi retinentes quod praeterea possint amittere.

Denique, *speciosus forma praesidiis hominum in cuius labiis, prae consortibus suis, diffusa est gratia, hodie primo accingit gladium suum super femur suum potentissime,* [Psal. 44] et in ore gladii omnes inimici laqueos, et temptationes praescindendoque docens, *in gladio spiritus, quod est uerbum Dei,* [Ephe. 6] et spiritu oris sui, uicit *principem huius mundi,* post pauca *foras eiiciendum.* [Ioan. 12] Vt merito de iudicio arguendus sit omnis qui posthac principi tenebrarum cesserit illique seruerit, qui, iam iudicatus, uictus et superatus, foras eiectus est. [Ioan. 16]

Superest ut obiter et in transcurso grauiora nocumenta referamus quae per suas temptationes populo christiano intulit draco hic flatu adurens. Et cum breuitate de eorum remediis agamus, quae a dominationibus uestris efflagitamus omnes. Si tamen (quod in principio, non in medio, facere debui) prius precatus fuero reuerendissimas ac illustrissimas dominationes uestras, ut uestro more et pro uestra in omnes solita humanitate, me quoque (licet indignum) benigne audientes, ea quae dixi et dicturus sum aequi bonique consulatis.

SECVNDA PARS

Explorata res est, authenticis historiis ac rerum monumentis facta conspicua, et nobis tam comperta utinam non fuisset, populum christianum, qui, iuxta Esaias uaticinium, olim *sedebat in pulchritudine pacis, in tabernaculis fiduciae, in requie opulenta,* [Esai. 31]

⁵⁶ quidem 1547 Ven 1552.

“probans quae est uoluntas Dei, bona bene placens et perfecta”, [Roma. 12] iam ab annis multis, ob draconis temptationes, coepisse descendere a Ierusalem in Iericho, [Luc. 10] coepisse declinare ab ea, in qua erat, pacis uisione, ut appropinquaret Iericho, quae “luna” interpretatur, ut, scilicet, lunae appropinquans, ut luna decrescere posset, minui et obscurari. Et, quod magis in admirationem adducit, eo amplius (ut luna) decrescit et obscuratur populus christianus, quo magis accredit et appropinquate soli iustitiae ad Iudicium uenturo, quae res, si admodum, ut incepit,⁵⁷ procedat, ipsius solis iustitiae eclipsim propediem nobis futuram merito formidare debemus et in foribus esse eam quam Paulus scripsit futuram generalem discessionem, *ut reueletur homo ille peccati filius perditionis, qui aduersatur et extollitur supra omnem quod dicitur Deus.* [2 The. 2] Maxime quia, iam senescente ac delirante mundo, nimium aduesperascit, nimium inclinata est dies longasque umbrae.

Et quasi non maximum malum fuisset a patribus suis degenerasse populum christianum et non esset durum et amarum ualde uel parum recessisse eum a Deo suo, astutia et temptationibus draconis praeterea factum est ut etiam inciderit in latrones, homines cupidos, crudeles, famelicos, insatiabiles, impersuasibiles, inexorabiles, graues, scilicet, magistratus, impios principes et infideles praelatos. Nec tamen de bonis loquor, [A3] cum graues, impios aut infideles nomino, sed eos intellego qui non dispensatores, ut reuera sunt, Domino suo strictam reddituri rationem; sed absolutos dominos se esse falso statuentes, tamquam lupi famelici et leones parati ad praedam, irruerunt in populum Domini, in dominicas oues, qui eius diuitiis, obsequiis, lacte et lana non contenti, etiam despoliauerunt eum uestibus suis pretiosis, illis praelatis, doctoribus, sacerdotibus et religiosis eum priuando, quibus (ut uestibus gloriae suae) olim protegebatur populus Domini, effectus decorus totusque gloriosus. Quandoquidem huius rei causa diligentissime curauit, sicut et curat satanas, ut praelaturae, dignitates, pingua sacerdotia, maiora officia conferantur, non dignis, non dignis, non probis, non denique expertis senibus ac zelosis, sed econtra indignis, indoctis, discolis et etiam pueris, ut ob illorum quidem absentiam horum autem corruptos mores et insolentiam facile possint abusus introduci et abusus magnis populus uulnerari.

Magnis ergo abusuuum plagis impositis et ob amissas tot prouincias et tam debilitatam fidem, semiuuio relicto populo christiano, abierunt nostri latrones utique cum latrone Iuda et cum eis qui *deuorantes plebem Dei ut cibum panis* [Psal. 52] nolentes intellegere ut bene agerent, *dixerunt Deo: ‘Retrocede a nobis, scientiam uiarum tuarum nolumus.’* [Job. 21] Cum autem sic dispoliatus, uulneratus, semimortuus, annis multis hactenus iacisset populus Domini, quo magis incantantis draconis apparerent demutationes, descendit sacerdos, descendit leuita: illi uidelicet quorum erat afflicto compati et mederi, et (ne quam ob rei ignorantiam possent afferre excusationem), uiso eo, uiso, inquam, uulnerato, uiso semimortuo. Praeterierunt, inquam, et abierunt, *alius in uillam suam, alius uero ad negotiationem suam,* [Mat. 21] ut tandem peruenirent omnes in locum suum, ubi nunc Iudicium sine misericordia fit illis, quia hic non fecerunt misericordiam. Populus autem uulneratus, uisa illorum quidem tanta cupiditate, saeuitia et crudelitate, horum autem tam magna neglegentia, duritia et inhumanitate, quoad magnam sui partem, pro dolor!, incidit in phrenesim ac furorem. Et phreneticorum ac furentium

⁵⁷ incipit Ven.

more, omnia fidei nostrae christianae ac religionis mysteria conculcare, blasphemare, negare, denudare et profanare coeperunt, diuinissima Christi sacramenta, apostolorum traditiones, sanctas Ecclesiae caerimonias, sacrorum conciliorum decreta, summorum pontificum et episcoporum auctoritatem, Patrum praecepta, maiorum admonitiones, opera paenitentiae, uitam regularem, merita, denique omnia bona, praeter unam nescio quam temerariam confictamque fiduciam, Patribus quidem inuisam, somniam autem ab uno misero Martino Luthero, qui, uelut alter Hieroboam, *peccare fecit Israel Dei* [*Ecle. 47; 3 Re. 14*] et germanicam strenuamque decepit gentem, alioqui ad bonum ualde propensam et Lutheri erroribus certe indignissimam.

Samaritanus uero, custos solus nostros miseratus⁵⁸ errores, solus laborem et dolorem considerans, qui, *nisi custodierit ciuitatem, frustra uigilant custodes*, [*Psal. 126*] qui “non dormitat nec dormit”, [*Psal. 120*] custodiens Israel suum, nouissime diebus istis uidens uidit afflictionem populi sui et gemitum eius audiuit, uidit uulnera, uidit nuditatem et uidens misericordia motus est. Et mirificans misericordias suas, approprians alligauit uulnera eius, spem salutis conferendo, fundens oleum et uinum, sic usus misericordia quod iustitiae (ut uidimus) non fuit oblitus. Et propter semetipsum et propter merita Passionis suae (quod est imponere sauciatum super iumentum suum), duxit in stabulum seu deuersorium, praeter hominum merita, spem et opinionem, duxit in *concilium*, quod deuersorium et infirmitorium est ad quod solitus est Dominus ducere populum suum, quotiens ei compassus, uulnera ipsius sanare uoluit, coram illius agens. Quandoquidem per concilia tamquam per ultimam medicinam et postremum remedium, maxima quaeque uulnera populi christiani sanata fuisse et legimus et audimus, curatas calamitates maximas, exstincta sum-[A3v^o]ma incendia.

Itaque spes salutis data est, populi christiani alligata sunt uulnera non sanata, sanationis enim gloria uobis, Patres, reseruata est. Ad quam tam magnam, immo uero maximam gloriam, multi quidem sunt uocati; ex multis autem uos, pauci electi, [*Mat. 20*] gaudete et exsultate, quia per uos paucos salus haec tam magna, tam necessaria, tam desiderata, populo tam uulnerato conferenda est. *Nec enim differentia est in conspecto Dei caeli liberare in multis et in paucis, quoniam non in multitudine exercitus uictoria belli, sed e caelo fortitudo est.* [*1 Mac. 3*] Ita non in multis medicis salus est populi aegroti, sed *Domini est salus ut sit super populum suum benedictio sua*, [*Psal. 3*] ipse enim est qui medetur et per uos paucos manus eius sanabunt, dummodo Samaritani praecepta seruare uelitis et monita pro salute populi expendendo duos huius rei gratia susceptos denarios, duplici (quam habetis) definiendi dogmata reformandique mores utentes potestate. Nisi forte Samaritani praeceptis surdos uos exhibentes et tanta corona uos iudicantes indignos, rei (quae omnino facienda est) gloriam, ad alios transferre negligendo curetis, quasi pretiosos oblatos thesauros per ignauiam accipere recusantes.

Attamen *hortamur uos*, inquit apostolus Paulus in epistola hodierna, *ne in uacuum gratiam Dei recipiatis. Ait enim: ‘Tempore accepto exaudiui et in die salutis adiui te.’* [*2 Cor. 6*] Ecce nunc tempus acceptabile, Patres, ecce nunc dies salutis, nemini dantes ullam offensionem neglegentiae, socordiae aut timiditatis: ne dicam summae potius crudelita-

⁵⁸ miseratos 1547 Ven 1552.

tis. Ne uituperetur tam magnum ministerium uestrum, tam excellens, tam praeclarum: si enim uos, qui populi christiani patres et consolatores estis, eius uicem non doletis, ipsius non miseremini, quis alius uicem ipsius dolens, miserebitur eius? Si modo et hic non, quando hic miserendi gratia conuenistis omnes: ubi et quando ergo? Siquidem nunc tempus est acceptabile, nunc dies est salutis, hic et nunc locus et tempus est miserendi eius. *Tempus putationis aduenit; uox turturis audita est in terra nostra; [Canti. 2]* gemebunda uox afflictæ Ecclesiae matris uestrae, ad caelum usque perueniens, audiri debet in auribus uestris, peruenire ad cor uestrum, potissimum nunc, quando spes datur salutis, quando populi christiani alligata sunt uulnera, quando principes nostri insperatas consequuntur lictórias et in próximo est ut ad gregem redeant hactenus deceptae errantesque oues; quando infidelium populorum et regum apud Indos nouas ad fidem audimus conuersiones; quando denique omnia uobis arridere uidentur.

Vos enim estis non solum *lux mundi*, propter doctrinam et dogmata, sed etiam *sal terrae*, [Mat. 5] propter reformatos hominum abusus tollendasque morum corruptiones, *omnis quippe caro corrumpit uiam suam* [Gene. 6] *corruptaeque sunt cicatrices a facie insipientiae* nostrae, [Psal. 37] quod, si ab ordine litterae sumere argumentum licet, prius estis “sal terrae” quam sitis “lux mundi”, ait enim *uos estis sal terrae*, deinde, paucis interpositis, subiungit: *uos estis lux mundi*. Si ergo, per fidei doctrinam, uultis esse “lux mundi”, si *ad iustitiam plurimos erudire, si, tamquam stellae, lucere in perpetuas aeternitates*, [Dani. 12] *ne lapides clament*, estote etiam sal terrae, estote morum reformatores et sic luceat lux uestra coram hominibus ut, audita doctrina, uidentes opera et reformationem uestram bonam, glorificent Patrem uestrum, qui in caelis est, memores quod accensa lucerna non in abscondito ponitur nec sub modio, [Mt 5] ardensque candela, nisi inflammata luceat, fumans foetet atque uehementer molestat, et si sal infatuatum fuerit salientique uirtutem amiserit, *ad nihilum ualet ultra nisi ut mittatur foras et conculcetur ab hominibus; [ibidem]* memores quod ficui illi secus uiam existenti, quae esurienti domino folia tantum non fructum protulit, dictum fuerit “numquam ex te fructus nascatur in sempiternum”, [Mat. 21] quae (ut Marcus refert) propterea arefacta est a radicibus; [Mar. 11] denique, qui *in uno peccauerit, factus erit omnium* (quanto magis duorum) *reus*. [Iac. 2]

Vbi ergo necessitas est salutis, tempus est acceptabile, misericors et miserator Dominus exaudire et adiuuare pollicetur, nemo, pusilli animo ductus, talentum sibi creditum in sudario reponat [Luc. 19] aut, [A4*] in terra fodiens, ipsum abscondat; [Mat. 25] ne ex suo ipsius ore seruus nequam infidelis a Domino iudicetur, nemo *ueritatem Dei in iniustitia detineat, ne inexcusabilis sit obscureturque insipiens cor eius atque tradatur in reprobum sensum*. [Rom. 1] Nemo denique *miserericordiam Dei abscondat a concilio multo, ab Ecclesia magna*, [Ps. 39] ne abscondantur ab eo miserationes diuinae, circumdent eum mala quorum non est numerus, comprehendatur ab iniquitatibus suis et non possit ut uideat *multiplicentur super capillos capitis eius* et derelinquatur a corde suo. Siquidem omne generale concilium *spectaculum factum est mundo, angelis et hominibus*, [1 Cor. 4] *positum est in signum cui contradicitur, ut reuelentur ex multis cordibus cogitationes*, [Luc. 2] *ut qui probati sunt manifesti fiant. Positum est in ruinam et in resurrectionem multorum in Israel Dei*: [Luc. 2] date operam, Patres, ut in resurrectionem, non in ruinam positi sitis, *non obdurantes corda uestra, sicut in exacerbationem secundum diem temptationis in*

deserto, ubi temptauerunt eum patres uestri, ut probarent et uiderent opera et terribiles eius punitiones, quibus ideo iurauit in ira non intraturos eos in requiem suam. [Psal. 94]

Ponentes interim in cordibus uestris de manu uestra requirendas esse omnes quae posthac (ob remedii defectum) perierunt animae, dicente Ezechiele de manu speculatorum requirendos esse pereuntes. [*Ezech. 33*] Quid profuit malis agricolis debitos uineae fructus non reddere in tempore ipso atque ad habendum hereditatem (quam propterea amiserunt) coniurasse in dominum uineam, nisi ut ex sua ipsorum sententia male perderentur et uinea aliis locaretur agricolis, qui redderent fructus temporibus suis? [*Math. 21*] Parum profuit Iehu, regi Israel, ex mandato Domini abstulisse cultum Baal sacerdotisque eius occidisse atque delesse impiam domum infidelis Acab, *qui uenditus fuerat ut faceret malum*, dimissis interim uitulis aureis, [*4 Reg. 9*] quos maiores natu principes populi et ipse adorabant; et regi Ioas, eius nepoti ac successori, uehementer irascitur moriturus propheta Domini, *currus Israel et auriga eius*, eo quod iussus in uerbo Domini sagittis percutere terram, percusserit tantum ter atque stetisse, quoniam, si percussisset quinques autem septies, deuastasset Syriam. [*4 Reg. 13*] Ita nunc, Patres, non admodum multum prodesset, quasi tantum ter sagittis uestris terram percutientes, damnasse cunctas haereses, errores omnes, si tamen (quod absit, quod Deus omen auertat) remanere contingat abusus maximos, quos nemo non uidet qui sunt huius temporis uituli aurei quos uiri ecclesiastici, maiores populi, ne dicam Ecclesiae principes, adorant in malum suum et Ecclesiae scandulum, cum certissimum sit huius infelicis temporis errores propter abusus ortos fuisse, propter abusus sumpsisse incrementum et propter abusus paene in tota Ecclesia disseminatos esse. Et nisi abusus tollantur, uix cessabunt, quae per uestram definitionem damnatae sunt et damnabuntur haereses, immo et uerosimile est, dracone id efficiente, alii nascentur errores, multo plures atque peiores.

Si ergo fidei christianae zelus uos comedit, si populi despoliati, uulnerati et semimortui uicem doletis, si ecclesiasticae auctoritati maxime consultum esse uultis et denique uestro officio non desse: uni nunc reformationi uacare, uni reformationi incumbite, et saltem fero, aegrotis medicinam parate, nam mala per longas conualere moras. Numquid enim unam tantum benedictionem habetis, Patres, ut de dogmatibus tam diligenter agentes de moribus aut parum aut nihil agatis? Non contentemini una benedictione, Patres, non contentemini solis dogmatibus, nos enim non contentabimur et ab hac lucta non cessabimus et uos hinc non dimittemini quousque per reformationem nobis bene dicatis. Quid enim prodest homini (ait canon) [*Distint. 83, c. quid*] recte docere et suo errore non pollui qui consensum praebet erranti? Erranti quippe consentit qui ad resecanda quae corrigi debent non occurrit. [*c. errant*] [*A4*v^o*] Nam error cui non resistitur, approbatur, et ueritas quae minime defensatur, opprimitur. Neglegere quippe, cum possis perturbare perversos, nihil aliud est quam fouere nec caret scrupulo societatis occultae qui manifesto facinori desinit obuiare et, ut decretalis habet, *licet Hely summus sacerdos in se bonus existeret, quia tamen filiorum excessus efficaciter non corripuit et in se et in ipsis animaduersionis diuinae uindictam exceptit*, [*c. licet Hely de simo.*] dum, filiis in bello premissis, ipse de sella corruens fractis ceruicibus exspirauit.

Eia ergo, agite nunc!, Patres, et iam reformandis corruptis moribus accingemini; “accingemini”, inquam, “et estote uiri potentes”, quoniam “melius uobis esset mori in hoc sancto bello quam uestra culpa uidere tot mala gentis nostra et sanctorum. Sicut

scitis uoluntatem esse in caelis, ita facite.” [1 Mac 3] Incipientes uidelicet a sanctuario Dei, a quo sicut olim uita et omnia bona, ita nunc mors et mala cuncta procedunt. [Ezech. 9] “Consecrate manus uestras Deo”, [Exo. 32] percutite septies ut deuastetis excelsam inimicam Syriam; non timeatis qui Domini sunt, iusti sunt uobis. Quod, si timendum est et, propter infirmitatem carnis uestrae, timere oportet, *timete illum qui terribilis est in consiliis super filios hominum*; [Psal. 65] *timete illum qui, postquam occiderit, potestatem habet mittere in gehennam*; [Luc. 12] *timete Dominum, quia timor Domini ipse est thesaurus eius*, [Esa. 33] *est fons uitae et a peccato et a morte liberat*. [Proue. 14] Sed iam dicendi finem faciamus, si tamen pro ratione temporis et loci prius admonuero paucis dominationes uestras, ut meos obseruandissimos Patres, reuerendissimos dominos.

O pastores dominici gregis, uinae Domini Sabaoth cultores, populi christiani patres et medici, belli Domini duces ac bellatores! Grande opus incepistis; quod perficientes, grandem accepturi estis coronam. Non relinquatis hostes a tergo; non relinquatis incurata uulnera; non relinquatis imperfectum opus. Sic pugnate cum antiquo serpente ut, eo prostrato et ipsius destructis munitionibus, accipiatis Regnum aeternum; sic nobis, aegrotantibus gementibus et auxilium uestrum implorantibus, medelam adhibite ut uulnera nostra curentur; sic denique currite *ut comprehendatis*, currite, inquam, *non quasi in incertum pugnate, non quasi aerem uerberantes*. [1 Cor. 9] Vulnere sanate, non quasi super sanantes, saeuiente nunc plaga. *Murum uos opponite pro domo Israel* [Ezech. 13] atque tamquam naturales legitimique patres uicem dolete pereuntium filiorum. Vineam Domini sabaoth, uobis creditam, dissipatam, extreminatam, sanctissimis legibus saepite, uallate, murate; “errantes reducite oues, non derelinquentes gregem ut pastores idolum.” [Zach. 11] Nolite tot ac tantorum laborum amittere praemium; nolite ponere maculam in gloria uestra; nolite cum Iuda abire retrorsum tam magnam gloriae amittentes coronam!

Seminate, dum tempus habetis, *suo enim tempore metetis non deficientes*, labor enim uester non erit inanis eritque merces operi uestro, quando Samaritanus (qui uobis curandum populum credidit) redierit, quando *mensuram bonam et confertam et cogitatum et supereffluentem dabunt in sinum uestrum*, [Luc. 6] quando uobis pastoribus, uobis, inquam, pastoribus, dicturus est ipse Princeps pastorum: *Vos estis qui permansistis mecum in temptationibus meis, et ego dispositum habeo uobis, sicut disposuit mihi Pater meus, Regnum, ut edatis et bibatis super mensam meam in Regno meo*. [Luc 22] Tunc, quando *dixerit Spiritus ut requiescat is laboribus uestris*, [Apo. 14] quando *absterget Deus omnem lacrimam ab oculis sanctorum, ut non sit amplius nec labor, nec luctus, nec timor, sed nec ullus dolor*; [Apo 11] tunc consummata omni temptatione, non dico accedent angeli ad ministrandum uobis, quin immo accedet ipse Dominus angelorum [Luc. 4] et, *transiens, ministrabit uobis Regnum*, [Luc 12] quod nobis ministrare dignetur ipse cui hodie angeli ministrant, qui hodie de hoste triumphat et de eo triumphare nos docet, qui militiae nostrae laborumque nostrorum fidelis est Deus retributor, benedictus et laudabilis et gloriosus in saecula. Amen.

DIXI

Romae, in platea Parionis

APÊNDICE I
TRADUÇÃO**[CARTA DO INVICTÍSSIMO D. JOÃO, O III DESTES NOME,
REI DE PORTUGAL E DOS ALGARVES ETC, ENVIADA AO SUMO
PONTÍFICE PAULO III E LIDA NO CONCÍLIO DE TRENTO]⁵⁹**[439]⁶⁰

Ao santíssimo Padre em Cristo e beatíssimo Senhor Paulo III, papa pela divina providência, o devotado filho e obediente à sua santidade D. João III, por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves de aquém e de além-mar em África, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, envia e deposita em seus pés o mais humilde ósculo.

Ainda que jamais para ninguém fosse duvidoso ou menos sabido, ó santíssimo Padre, que momento algum do vosso santíssimo pontificado se afastou do pensamento de defender a religião cristã e de estabelecer a amizade entre os príncipes, todavia coisa alguma confirmou tanto a opinião concebida acerca da vossa santidade como a convocação de um Concílio ecumênico. Facilmente se terá persuadido de que ele há de ser um bom e venturoso acontecimento para todo o povo cristão quem olhar, em primeiro lugar, para a majestade do nome divino, no qual se apoia a sua autoridade, e, em seguida, para a vossa perseverança em ordenar que se realizasse; e, enfim, quem aplicar o seu pensamento e espírito a observar os artifícios com os quais o crudelíssimo inimigo do género humano nos anos mais recentes obstruiu todas as entradas que pareciam abrir-se para a celebração do sacrossanto Concílio. É que, nem ele se teria tão empenhadamente oposto ao concílio se não tivesse previsto que por este caminho se poderia reerguer a prostrada e atribulada cristandade, ou nem Vossa Santidade teria aplicado um tão grande esforço em organizar uma assembleia da inteira cristandade, se não tivesse firmemente esperado que, depois de restituídos os costumes à sua anterior pureza e sendo o mesmo o sentimento de todos acerca da fé ortodoxa, havemos de poder facilmente não só rechaçar o ataque dos inimigos, mas também recuperar e reivindicar o que se perdeu com a desgraça dos tempos passados.

Se outrora cada uma destas coisas pareceu ser de tão grande importância que não seria possível tratar-se acerca delas, em conformidade com o seu merecimento, a não ser mediante uma assembleia muito participada do povo cristão, que é justo que pensemos em relação a Vossa Santidade, a quem tantas e tão graves causas impeliram a convocar um concílio ecumênico? Sobretudo encontrando-se a antiga doutrina da cristandade de tal maneira decaída e arrastada a um tamanho grau de perturbação que, mesmo que

⁵⁹ Este cabeçalho aparece em todas as edições impressas deste texto, exceto na do *CDP*.

⁶⁰ A paginação e a lição do texto latino que seguimos para nossa tradução e transcrição são, conforme se disse na Introdução, as do *Corpo Diplomático Português [CDP]*, tomo V, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1874.

ninguém se arrecesse de quaisquer revoltas dos hereges ou ataques dos inimigos, todavia, para reunir os restos da antiga pureza, seria conveniente todos se juntarem e no seu lugar cada um dizer a sua opinião. Com efeito, uma vez que os costumes arruinados [440] abriram as portas à perversidade dos hereges e à vitória dos inimigos, depois de com grande zelo e firmeza se regular este aspeto, não só se hão de aquietar aqueles que abandonaram a verdade da fé católica, como também, mediante o poder de Deus ótimo e máximo, hão de ser vencidos os que atacam a religião cristã. Assim como, se tivermos propícia a potência de Deus, nos podemos prometer a vitória, a paz, a tranquilidade e, numa palavra, tudo o que é mais importante, da mesma maneira, se Ele se irar e sentir ofendido, não vejo que entre os nossos recursos reste seja o que for em que devamos depositar esperança.

Pelo que, se, desde que não existia a ameaça de alguma guerra grande e perigosa por parte dos povos estrangeiros nem a nossa cristandade se encontrava convulsionada e agitada por conflitos internos, mesmo assim foi do interesse da religião que Vossa Santidade, a fim de instaurar a amizade e amor entre as almas, prescrevesse um lugar e prazo para o sacrossanto Concílio; se se tivesse algum interesse no aumento da piedade cristã; se a dor atormentasse aquele a quem era mister padecer todas relativas a tão grande número de almas e funções, já o negócio se teria concluído há muito, uma vez que Vossa Santidade se abrasou com tão grande desejo de celebrar convenientemente o concílio para o qual de há muitos anos a esta parte nunca renunciou a nos exortar e convidar. Vossa Santidade, no meio da confusão das guerras, teve sempre presente e fez alarde desta intenção; agora, finalmente restabelecida a paz e limitados os conflitos bélicos a um reduzido espaço da cristandade, sou levado a concluir que espécie alguma de dificuldade se pode alegar capaz de refrear a impetuosidade de Vossa Santidade ou de retardar o vosso empenho: a quem a nós cumpre não apenas obedecer-vos, mas igualmente dar graças, as maiores que cabem em nosso entendimento, a Deus, mediante cujo pode sucedeu que, em convocar o Concílio, nunca padeceu esmorecimento o desvelo de Vossa Santidade.

E não sinto deveras qualquer desconfiança de que, quem deu o vigor à alma, preserve também incólume a saúde de vossa santidade, e que leve vigorosamente até ao termo aquilo que Vossa Santidade sabiamente começou, com a mais completa glória tanto de Deus como vossa. Ora, facilmente sou levado a crer que Vossa Santidade há de cumprir com desvelo todas as obrigações do vosso cargo, não só por não querer deixar baldado um ensejo tantas vezes procurado, mas também por não ficar bem a Vossa Santidade deixar a empresa que começou, em relação à qual, para que tivesse começo, julgou que não deveria esquivar-se a incómodo algum nem deixar de suportar trabalho algum nem pôr de lado qualquer acordo aceitável. Nem com certeza existiria agora tão grande número de obstáculos com poder para interromperem o decorrer do Concílio, quando não existiu em número suficiente para impedir o seu início; e, contanto que Vossa Santidade não volte atrás naquilo a que se determinou, concluirá, com a ajuda de Deus, a extraordinária empresa que iniciou, sob a inspiração e proteção do mesmo Deus ótimo máximo. O qual, assim como de modo sobrenatural removeu tudo o que dava visos de sobremodo a ela obstar, assim, ao colocar-se por diante de todos o mui salutar exemplo de Vossa Santidade e ao espalhar-se ao longe e ao largo o esplendor do santo Concílio, se ainda não se

encontra suficientemente fortalecida e esclarecida a vontade de alguns, há de aos poucos conduzi-los a [441] reverenciarem o nome da Igreja católica e a afluírem em maior número ao Concílio ecuménico. Razão pela qual eu mesmo, filho da Sé Apostólica, peço, rogo e suplico a Vossa Santidade, com a maior humildade possível, que se fortifique contra todas as dificuldades, por forma a não esmorecer nem desanimar. Ainda que eu considere que assim há de proceder Vossa Santidade por vossa livre e espontânea vontade, todavia a intensidade do meu afeto e acatamento, e também a magnitude da empresa, fazem que não hesite em isto pedir e rogar a Vossa Santidade.

Quanto ao mais, ao ver que os meus enviados, e as pessoas que a eles destinei como acompanhantes e participantes no Concílio, se aprestam a viajar com menor rapidez do que eu desejaria, para que não pareça que existe em mim alguma detença para realizar aquilo que Vossa Santidade tanto deseja, escolhi de entre eles os sábios e santos varões frei Jorge de Santiago, frei Jerónimo de Azambuja e frei Gaspar dos Reis, mestres teólogos, para que mais rapidamente levem a Vossa Santidade a minha representação e com exatidão afiancem aquilo que acharem que cumpre fazer-se no que diz respeito ao santo Concílio. Encarecidamente vos peço, Santíssimo Padre, que lhes deis todo o crédito acerca destes assuntos. Deus ótimo máximo conserve durante muito tempo incólume Vossa Santidade, ó santíssimo Padre e bem-aventuradíssimo Senhor, para louvor e glória do seu nome.

Escrito em Évora, a 20 de Junho do ano da Salvação humana de 1545

APÊNDICE I
ORIGINAL LATINO

**[INVICTISSIMI AC CHRISTIANISSIMI IOANNIS, HVIVS NOMINIS
TERTII, LVSTITANIAE REGIS ET ALGARBIORVM ETC LITTERAE AD
SVMMVM PONTIFICEM PAVLVM TERTIVM MISSAE ET IN CONCILIO
TRIDENTINO RECITATAE]⁶¹**

[439]⁶²

Sanctissimo in Christo Patri et beatissimo D. Paulo III, diuina prouidentia papae, deuotus et oboediens sanctitatis suae filius Ioannes III, Dei gratia Portugalliae et Algarbiorum rex citra et ultra mare in Africa, Dominus Guineae, nauigationis et expeditionis et commercii Aethiopiae, Arabiae, Persidis et Indiae, humillimum sanctorum pedum osculum mittit.

Etsi nemini umquam dubium aut obscurum fuit, beatissime Pater, nullum tui sanctissimi pontificatus tempus a consiliis tuendae christianae religionis constituendaeque inter principes amicitiae abhorruisse, nulla tamen res conceptam de sanctitate tua opinionem aequae ut oecumenici Concilii indictio confirmauit. Quod bene feliciterque cessurum uniuerso populo christiano facile persuaserit qui diuini nominis, primum, cui eius auctoritas innitur, maiestatem, deinde, Sanctitatis Tuae in eo denuntiando constantiam perspexerit; quique, postremo, ad eas artes animo se et cogitatione conuerterit quibus saeuissimus humani generis hostis omnes aditus qui ad sacrosancti Concilii celebritatem patere uidebantur superioribus annis obstruxit. Nec enim ille tam studiose id oppugnasset nisi iacentem afflictamque christianam rem publicam excitari posse ea uia praeuidisset, aut Sanctitas Tua tantam animi contentionem in agendo totius populi christiani conuentu adhibuisset, nisi constanter sperasset fore ut, moribus pristinae seueritati restitutis omnibusque idem de orthodoxa fide sentientibus, facile non modo hostium uim repellere, sed etiam priorum temporum calamitate amissa recipere et uindicare possemus.

Quae, si aliquando singula tantum habere momenti uisa sunt ut agi de illis nisi frequentissimo populi christiani concursu pro dignitate non posset, quid nos de Sanctitate Tua cogitare par est, quam tot et tam graues causae ad promulgandum aecumenicum Concilium impulerunt? Praesertim ueteri christianae rei publicae disciplina ita colapsa et in tantam perturbationem adducta ut, etiam si nullus uel haereticorum seditiones uel hostium incursiones pertimesceret, ad colligendas tamen antiquae sinceritatis reliquias conuenire omnes oportuerit et suo quemque loco sententiam dicere. Nam, cum labefacti mores [440] haereticorum improbitati et hostium uictoriae aditum patefecerint, ea sane parte diligenter constituta, et qui a fidei catholicae ueritate defecerunt requiescent, et, qui christianam religionem oppugnant, Dei optimi maximi potentia opprimuntur. Quam, ut

⁶¹ Este cabeçalho falta no texto publicado no *CDP*.

⁶² O texto aqui seguido é, como se disse na Introdução, o do *CDP*.

si facilem habuerimus, uictoriam, pacem, otium, summa denique omnia nobis spondere possumus, ita, eo irritato et offenso, non uideo quid in nostris copiis sit reliquum in quo spem figere debeamus.

Quod, si, ubi nec ab exteris nationibus ullum graue et periculosum bellum immi-neret nec intestinis factionibus esset concussa et iactata nostra res publica christiana, tamen religionis inter fuit⁶³ ad conciliandam animorum caritatem sacrosancto Concilio locum tempusque a Sanctitate Tua praescribi; si ulla promouendae pietatis christianae ratio haberetur; si quem angeret⁶⁴ dolor, quem de tot animarum prouinciarumque iacturis omnes capere oportebat, transacta iamdudum res esset, cum Sanctitas Tua tanto Concilio rite celebrandi studio esset inflammata, ut multis abhinc annis nos ad id hortari et inuitare numquam desisterit. Quam animi propensionem Sanctitas Tua in medio bellorum tumultu prae se tulit; nunc, pace tandem aliquando facta et armis in angustiorem rei publicae partem contractis, in animum induco nullam difficultatis speciem tantam obiici posse quae uel eximium Sanctitatis Tuae ardorem uel conatum restinguere possit: cui nos non solum morem gerere decet, sed etiam gratias Deo, quantas maximas mens nostra concipere potest, agere, cuius nutu effectum est ut in edicendo Concilio numquam Sanctitatis Tuae industria languesceret.

Nec uero diffido quin, qui animo uigorem dedit, incolumem etiam Sanctitatis Tuae ualetudinem tueatur, et, quod sapienter exorsa est, cum summa, etiam diuini et tui nominis gloria, fortiter ad extremum perducatur. Facile porro adducor ut credam omnes muneris sui partes Sanctitatem Tuam diligenter acturam, tum quod captato toties frustra tempori nollet desse, tum quod minime deceat Sanctitatem Tuam id inchoatum relinquere, quod ut inchoaret nullam sibi recusandam molestiam, nullum non subeundum laborem, nullam honestam condicionem repudiandam iudicauit. Nec sane iam multa ualeant ad interrumpendum sacrosancti Concilii cursum, cum eius initium impedire multa non potuerunt; et, si modo Sanctitas Tua ab eo quod instituit non decedet, quod Deo optimo maximo auctore coepit, eodem egregium conatum iuuante prosequetur. Qui, ut quod maxime obstare uidebatur, diuinitus submouit, ita, proposito omnibus Sanctitatis Tuae saluberrimo exemplo et longe lateque sacri Concilii diffuso splendore, si quorum nondum satis est confirmata uoluntas et perspecta, eos paulatim ad [441] colendum Ecclesiae catholicae nomen et ad frequentiore aecumenici Concilii celebritatem adducet. Quamobrem supplex ipse Sedis Apostolicae filius Sanctitatem Tuam oro atque obsecro, quam modestissime possum, ut ad omnem se difficultatem confirmet, ne animum contrahat ac remittat. Quod licet sua sponte facturam Sanctitatem Tuam existimem, uis tamen amoris et obseruantiae meae, rei etiam magnitudo, efficit ut a Sanctitate Tua id petere atque obsecrare non dubitem.

Ceterum, cum legatos meos et quos illis Concilii participes sociosque destinaui, minore celeritate quam uellem liderem se ad iter componere, ne ulla esse in me mora uideretur ut ad id, quod Sanctitas Tua tantopere uult, efficerem, delegi ex eo numero uiros bonos et eruditos fratrem Georgium a Sancto Iacobo, fratrem Hieronymum ab Oleastro,

⁶³ in te fuit *no CDP*; interfuit *em todos os outros impressos*.

⁶⁴ augetur *no CDP*; angeret *em todos os outros impressos*.

fratrem Gaspare a Regibus, Sacrarum Litterarum professores, qui ad Sanctitatem Tuam celerius mea mandata perferrent et quid de sacro Concilio peragendo sentirem accurate responderent. Quibus ut fidem habeas hac de re tota enixe peto, beatissime Pater. Deus optimus maximus diu tueatur incolumem Sanctitatem Tuam, Pater sanctissime et beatissime Domine, ad sui nominis laudem et gloriam.

Datum Eborae, XX die Iunii anno humanae Salutis MDXLV.

APÊNDICE II
TRADUÇÃO

[292]⁶⁵

**FALA AOS PADRES REUNIDOS EM TRENTO PRONUNCIADA POR
FREI JERÓNIMO DE AZAMBUJA, DA ORDEM DOS PREGADORES,
ENVIADO AO CONCÍLIO PELO REI DE PORTUGAL**⁶⁶

Ouviram outrora, ó mui ilustres organizadores do Concílio e santa assembleia, que ocupais também o lugar e representais ao vivo a imagem daquela imaculada esposa do Senhor, ou seja, a Igreja: ouviram, dizia eu, os nossos antepassados, retidos naquele cativoiro da fornalha do Egipto, que o Senhor tinha visitado os filhos de Israel e, segundo testemunha a Santa Escritura, *caíram com os rostos em terra*.⁶⁷ Também há pouco ouviu o sereníssimo rei de Portugal, D. João III, não o anúncio certo e indubitável do presente Concílio, mas rumores, e quem poderia dizer agora o grande júbilo e a grande alegria que se apossaram de seu régio e cristão coração, dando a Deus imensas graças por enfim, compadecido da sorte dos Seus, se ter dignado visitar o Seu povo! E não admira, pois se os [293] judeus, por os seus corpos temporais se terem libertado do cativoiro, se alegraram tanto com aquele mui aprazível enviado de Deus que com os rostos em terra o adoravam, por que motivo não há de alegrar-se mais o sereníssimo príncipe com a esperança que acalenta do Concílio que irá realizar-se, mediante o qual tem a esperança de que devam libertar-se do poder das trevas não os corpos, mas os entendimentos dos homens que enganam e foram enganados? Razão pela qual, totalmente tomado de alegria e júbilo, não apenas estendeu as suas mãos para o céu, mas o mais rapidamente que pôde determinou enviar-vos embaixadores, para que vos comunicassem o seu contentamento pelo início do Concílio e vos trouxessem o penhor da excelente disposição do seu ânimo em relação à fé e à Igreja.

Mas o seu ânimo ardido, não podendo suportar delongas, enquanto aparelha enviados de mais solene representação, enviou-nos à frente a nós os três, religiosos da Ordem de S. Domingos, para que, depois de beijados os pés do santíssimo Papa e de lhe entregarmos uma carta, viéssemos depois até vós, para quem também mandou uma carta, para vos dar a conhecer a disposição do seu espírito e, por procuração, as palavras que farão patente diante de vós a sua vontade. Com efeito, diz que esta empresa do Concílio é tão devida e tão necessária para o momento em que se realiza e para os assuntos que nele devem ser tratados que considera que não foi sem inspiração divina que ele foi convocado, a fim de que nele, não só sejam destruídos os perversos princípios por culpa dos quais inteiramente o mundo se abrasa, em lugares de tanto perigo, a que é mister fazer-se frente com a máxima rapidez, mas também por toda a parte se reformem os costumes que parecem estar a ponto de succumbir.

⁶⁵ Segue-se a lição e paginação de LE PLAT.

⁶⁶ Por cima do texto inscreve-se a data: *No ano 1545, no dia 18 de Dezembro.*

⁶⁷ *Jz* 13. 20.

Ora, devido à função régia em que foi investido, que lhe impõe velar por que este Concílio se leve a efeito, o rei sente a mais completa alegria ao ver os seus tão auspiciosos começos, e visto que, por um lado, o perigo se encontra diante dos vossos olhos, ó Padres, e, por outro, vós estais no lugar e caminho em que podeis curar aqueles males, afetuosamente vos roga que vos ocupeis de tudo com aquela madureza, com aquele discernimento e, numa palavra, com aquela prudência com as quais se devem tratar e aprofundar assuntos tão sérios e de tamanha importância. Há de baixar aquele divino Espírito que iluminará os vossos corações por forma a decidirdes o que é verdadeiro, o que é justo e honesto. Mas, grande lástima! De entre os outros companheiros, que sofreram embaraços no caminho, para que não faltasse quem trouxesse até vós o sentimento afetuosamente do mui piedoso rei, só eu fiquei disponível para vos vir anunciar estas alegres novas.

E assim, ó Padres, dar-vos-ei testemunho tanto do afeto do sereníssimo rei, como, não do total assolamento do reino, mas da sua firmíssima fé, não da subversão da minha pátria, mas da sua completa paz e tranquilidade. Na verdade, ainda que quase não exista território algum do mundo no qual esses velhacos não tenham refalsadamente revessado as suas peçonhentas ensinanças, mesmo assim causa espanto, e deve atribuir-se a uma especial vigilância de Deus em relação àquele reino e também à zelosa atividade do rei, o facto de que até nós não tenha chegado nem a mais pequena centelha desta heresia luterana, que hoje senhoreia o mundo inteiro. Mostrai-vos portanto fortes, ó Padres mui santos, e orai incessantemente por um príncipe tão piedoso e a quem são tão devedoras a fé e a Igreja.

Tenho dito.

APÊNDICE II
ORIGINAL LATINO

[292]⁶⁸

**ORATIO AD PATRES TRIDENTI CONGREGATOS HABITA A FRATRE
HIERONYMO AB OLEASTRO, ORDINIS PRAEDICATORVM, AD CONCILII-
VM A REGE PORTVGALLIAE MISSO**

Audierunt quondam, praestantissimi Concilii moderatores sacerque senatus, qui et illius immaculae sponsae Domini, Ecclesiam dico, personam geritis et imaginem ad uiuum repraesentatis: audierunt, inquam, patres nostri in illa captiuitate fornacis Aegypti detenti, quod uisitasset Dominus filios Israel, et *proni*, Scriptura teste, *ceciderunt in terram*. Audiuit et nuper serenissimus Portugalliae rex Ioannes III praesentis Concilii, non certa et indubitata nuntia, sed rumores, et quis iam digne fari queat quantum gaudii quantumue laetitiae regium ac christianum pectus possederit, immensas Deo gratias referens, quod tandem Suorum sortem miseratus, plebem Suam uisitare dignatus est! nec mirum, si enim [293] Iudaei, quod illorum corpora temporaria eruenda essent captiuitate, tanta laetitia illo iucundissimo Dei nuntio affecti sunt ut *proni* adorarent, quare non potius serenissimus princeps, spe futuri Concilii concepta, quo non corpora, sed mentes decipientium et deceptorum hominum liberandas sperat a potestate tenebrarum? Quamobrem totus laetus totusque iucundus non solum palmas suas extendit ad superos, sed quam celerius potuit oratores suos ad uos parare decreuit, qui uobis gaudium eius de Concilii inceptione afferrent et promptissimi animi erga fidem et Ecclesiam insignia perferrent.

Sed eius ardens animus moras non ualens ferre, dum sollemniores parat, nos interim tres religiosos Dominicanani instituti ad uos praemisit, qui pedibus sanctissimi Pontificis osculatis prius datisque ad eum litteris, ad uos tandem ueniremus, quibus et litteras dedit, quae eius animum uobis aperirent et mandata, quae eius intentionem apud uos explicabunt. Ait namque hoc Concilii opus esse tam debitum tamque necessarium tempori quo fit et rebus eo tractandis ut non sine Dei numine putet illud esse indictum, ut eo, et peruersa dogmata quibus totus flagrat orbis, locis tam periculosis, quibus magna celeritate obuiam iri opus est, destruantur, et mores, qui paene decidisse uidentur, ubique reformatur.

Ipse autem propter iniunctum munus regium, quo eius effectum procurare tenetur, maxima laetitia afficitur uidens tam felicia eius initia, et quoniam periculum ob oculos uestros est, Patres, et uos in loco et uia quibus illis mederi potestis, precatur affectuose ut ea maturitate, eo consilio, ea denique prudentia cuncta tractetis qualibus tam seriae res tantique momenti tractandae sunt atque penetrandae. Spiritus ille diuinus illabetur qui corda uestra illuminabit ut quae sunt uera, quae iusta quaeque pudica decernatis. Sed, pro dolor! Aliis sociis itinere praepeditis, ne qui tam piissimi regis affectum ad uos deferret deesset, ego solus euasi qui haec ipsa uobis laeta nuntia nuntia rem.

⁶⁸ Segue-se a lição e paginação de Le Plat.

Indicabo itaque uobis, Patres, cum serenissimi regis affectum, tum totius regni non excidium, sed firmissimam fidem, non rei publicae disturbium, sed summam tranquillitatem et pacem. Nam, etsi nullum fere orbis dominium sit, in quod uenenata sua dogmata nebulones isti non effutirent, mirum tamen est et Dei peculiari erga illud regnum custodiae adscribendum, necnon christianissimi regis industriae, ut ad nos huius Lutheranae haeresis, quae nunc totum occupat orbem, nec scintilla peruenerit. Valete ergo, sanctissimi Patres, et pro tam piissimo et de fide et de Ecclesia tam bene merito principe incessanter orate.

Dixi.

ARTE E PATRIMÓNIO

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO BECO DAS ALCAÇARIAS Angra do Heroísmo, ilha Terceira

*Tem Angra 12 moinhos na sua famosa ribeira;
que vem a ser a sua maior grandeza na opinião comum
de todos os forasteiros, que viram e correram mundo. [...] Rendem para o Capitam Donatario, como senhor das agoas da Ilha.*
Manuel Luís Maldonado – *Fénix Angrense*, finais de Seiscentos

*José Luís Neto**
Luís Borges
Pedro Parreira
Tânia Manuel Casimiro

Introdução

A intervenção ocorreu entre os dias 21 de setembro de 2015 e 2 de novembro de 2015¹. A primeira fase ocorreu entre 21 e 25 de setembro. Tratou-se da fase preparatória da intervenção, com uma equipa reduzida, onde se procedeu ao reconhecimento e análise preliminar do imóvel, à limpeza de estruturas emondagem da vegetação existente. A segunda fase, que decorreu nos restantes dias, corresponde à abertura e execução de 8 sondagens, seguindo a metodologia “Wheeler-Barker”, realizadas manualmente, através da metódica subtração de camadas e estruturas artificiais e registo sistemático das mesmas (fotográfico, desenho científico e o descritivo). Os materiais exumados foram acondicionados e etiquetados ordenadamente, com as informações de localização, data e camada estratigráfica, separados pela sua composição entre orgânicos e inorgânicos, e

¹ Teve a duração de 31 dias úteis. O lote intervencionado fica localizado a 38°39'28.53"N e 27°13'04.21" O, na freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira. O ponto 0 corresponde a uma altitude de 55.62 metros.

respectivas subdivisões de acordo com os princípios da conservação preventiva em vigor. A intervenção foi coordenada por José Luís Neto².



Moinhos de rodízio na Vista de Angra do Heroísmo, de Jan Huygen van Linschoten, 1596

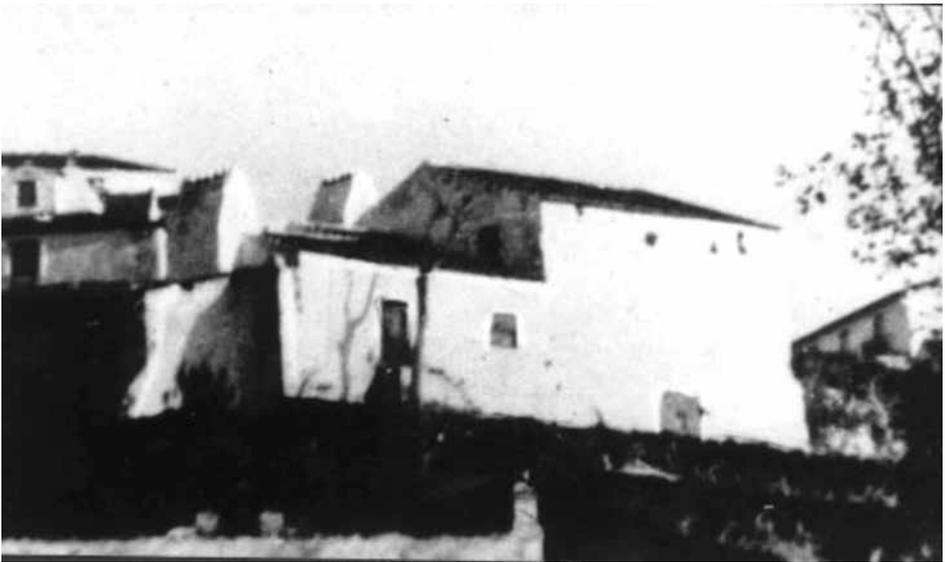


Morro da Memória a partir do Pisão, inícios do Século XX

² Contou com o apoio de Brígida Pamplona Meireles, Carla Devesa Rodrigues, Diogo Silva e Pedro Parreira, como arqueólogos auxiliares. O levantamento de desenho técnico foi coordenado por Francisco Pimentel. A identificação das espécies faunística foi realizada por Rosana Borges. O experimental uso do drone e as análises laboratoriais foram realizadas por Eduardo Dias, coordenador do Grupo de Ecologia Vegetal Aplicada, do Departamento de Ciências Agrárias, da Universidade dos Açores. Contou com a colaboração de Alexandre Moniz, António Carneiro, Jaime Gonçalves, Manuel Firmino e Victor Mendonça, trabalhadores indiferenciados da Câmara Municipal. As fotografias dos materiais são de José Guedes da Silva.

O edifício

O lote fica localizado no extremo oeste do Beco das Alcaçarias. Trata-se de um conjunto arquitetónico constituído por duas antigas azenhas, uma parte da levada da Ribeira dos Moinhos e área envolvente das aludidas estruturas, situado no que correspondeu ao extremo norte da cerca conventual do Convento de São Francisco. O edifício 1, a sul, apresenta um edifício térreo de forma paralelipipédica, com um acrescimento lateral, formando um L, junto ao qual passava o ramal de desvio da levada da Ribeira, que colocaria em marcha a roda e, conseqüentemente, o engenho de moagem. Neste edifício foi acrescido posteriormente um piso.



Edifício 1 (fachada Sul) e 2 (acima), inícios a meados do Século XX

De sul para norte, entre os edifícios fica a levada da Ribeira, que parece ter sido maioritariamente a céu aberto. Uma parte desta encontra-se tapada, de modo a permitir a passagem pedonal até ao ramal da roda do edifício 1.

Acima, observa-se o edifício 2, coartado da sua dimensão original por uma relativamente recente construção habitacional, atualmente em uso. O edifício encontra-se totalmente arruinado, sendo que apenas sobreviveu uma pequena divisão, a oeste. Ocasionalmente vestígios de muros permitem, mesmo assim, perceber parcialmente a área que este ocupava.



Moinho do Ramalho (à esquerda) e edifício 2 (à direita), inícios a meados do Século XX

Intervenção arqueológica

Sondagem 1

Realizada no pátio imediatamente a noroeste do edifício 1, encostado a este, esta sondagem tinha por objetivo observar os alicerces do edifício 1, verificar as deposições artificiais e aferir da natureza do substrato geológico. A sondagem, mercê da sua localização, apresentava dimensões irregulares máximas de 2.30 x 2.00 metros. Faz-se notar que este pátio é constituído por um piso de pedra rolada e de partes de mós em basalto. A sondagem foi implantada de modo a não fazer perigar esses mesmos fragmentos de pedras de mós, sendo que o piso 1 era somente construído por seixo rolado. Sob este apareceu uma camada de terra castanha, branda, com pedras de diversos calibres (camada 1). Pouco espessa, sob esta encontrou-se, quase de imediato uma camada amarela, extremamente compacta e uniforme que, em análise laboratorial, se confirmou ser pedra-pomes alterada por processo de erosão (camada 2), que corresponde ao horizonte de solo geológico.

Os materiais exumados, de baixa frequência, são maioritariamente fragmentos cerâmicos, com cronologias genericamente integráveis entre os séculos XVI a XX, o que é demonstrativo de remeximentos relativamente frequentes do piso, algo que já era sugerido pela existência de pedras de mós em basalto.



Sondagem 1 – piso1



Sondagem 1 – camada 1



Sondagem 1 – Camada 2

Sondagem 2

Realizada no extremo noroeste do edifício 1 (divisão A), esta sondagem tinha por objetivo observar os alicerces do edifício 1, verificar as deposições artificiais e aferir da natureza do substrato geológico. A sondagem apresentava dimensões regulares de 2.00 x 2.00 metros. O piso 1 era constituído por uma fina e alterada camada de cimento. Sob este apareceu uma primeira camada de terra castanha clara, muito branda, com pedras de diversos calibres muito frequentes (camada 1), com cerca de 60 centímetros de espessura. Esta foi sempre acompanhada por um reboco de cimento nas paredes Norte e Oeste. Sob esta, surgiu nova camada de terra castanha, branda, com pedras de diversos calibres frequentes (camada 2), com cerca de 60 centímetros de espessura. Esta foi sempre acompanhada por um reboco de cal nas paredes Norte e Oeste. Sob a mesma, nova camada de terra castanha, algo argilosa, com pedras de diversos calibres pouco frequentes (camada 3), que acompanhou o descobrimento dos alicerces, sendo seguida por uma camada amarela, extremamente compacta e uniforme, pedra-pomes alterada por processo de erosão (camada 4), que corresponde ao horizonte de solo geológico.

Os materiais exumados, de alta frequência na camada 1 e de baixa frequência nas camadas 2 e 3, são de diversas naturezas. Na camada 1 tratam-se de materiais facilmente identificáveis como do início aos finais do século XX, sendo o período *post quem* seguramente o terramoto de 1 de janeiro de 1980. Os materiais exumados da camada 2 e 3 são maioritariamente fragmentos cerâmicos, com cronologias genericamente integráveis entre os séculos XVI a XVIII, o que é demonstrativo de a camada 3 possuir elementos

de datação conclusivos para o período *ante quem* do edifício 1. Salienta-se ainda a exumação de um fragmento de alguidar de pão de produção regional, o único que apresenta perfil completo após colagem de cinco fragmentos, coevo com a edificação do edifício.

Assim sendo, constata-se que o edifício foi construído num determinado momento, genericamente datável entre os séculos XVI a XVIII, sendo que primeiramente teve um preparado de terra batida (os fragmentos de cerâmica das camadas 2 e 3 são coevos) no qual assentava um sistema de barrotes em madeira, conforme se constata pelos poços de respiração da parede norte. Tal facto veio a ser confirmado ainda pelo abatimento do corte este, após chuvadas intensas, onde se pode verificar, após picagem, que não houve alteração na cota dos vãos primitivos.



Sondagem 2 – Piso 1



Sondagem 2 – Nível 1, 2 e 3 – Corte Oeste



Sondagem 2 – Camada 4



Alguidar de pão em cerâmica regional

Sondagem 3

Idealizada para cortar parte do extremo nordeste do edifício 1 (divisão B), esta sondagem tinha por objetivo analisar os alicerces do edifício 1, verificar as deposições artificiais e aferir da natureza do substrato geológico. A sondagem apresentava dimensões irregulares de 2.40 x 2.40 metros, adaptando-se à disposição arquitetónica, todavia, à luz dos achados, acabou por ser alargada a toda a divisão e um pouco do corredor.

O piso 1 era constituído por uma espessa camada de cimento. Sob este apareceu uma primeira camada de terra castanha clara, muito branda, com pedras de diversos calibres muito frequentes (camada 1), com cerca de 50 centímetros de espessura. Esta foi sempre acompanhada por um reboco de cimento nas paredes norte e oeste. Sob a mesma, surgiu um piso de lajes de pedra traquítica de bom corte e acabamento, demonstrando tratar-se da primitiva sala de moagem (piso 2).

Por sugestão do arquiteto projetista, optou-se por não destruir o piso, com vista à sua musealização *in situ*. Ao se proceder ao alargamento para este, a estratigrafia repete-se, mas descobriu-se um muro limítrofe, demonstrando que a divisão original era mais curta e de forma quadrangular. A nascente deste estava ainda, em razoável estado de conservação, o encanamento do ramal de desvio da levada da Ribeira, em alvenaria traquítica de bom corte e acabamento.

Na parte poente, alargou-se 1.40 metros para o corredor, mostrando que a divisão primitiva dava imediatamente para um piso de pedra rolada idêntico ao do pátio (ver sondagem 1), pelo que o corredor se trata de um acrescento posterior.

A alteração arquitetónica da sala de moagem justifica-se pela transformação do sistema primitivo, que tinha uma roda de madeira de 2.00 metros (marcada tanto no reboco da parede externa da divisão B do edifício 1, como no do fosso do desvio do caudal), para uma roda com 5.00 metros de diâmetro (igualmente marcada nesses locais). A alteração e agigantamento do sistema de moagem, cuja datação será discutida adiante, é o que justifica a transformação da Divisão B e Corredor, no lado norte do edifício.

Os materiais exumados, de alta frequência, são de diversas naturezas, mas datam de finais do século XIX/inícios do século XX até aos finais do século XX, sendo o período *post quem* seguramente o terramoto de 1 de janeiro de 1980.



Sondagem 3 – Piso 1



Sondagem 3 – Piso 2



Sondagem 3 – Piso 2 e ramal – Alargamento nascente

Sondagem 4

Com vista a comprovar a alteração arquitetónica anteriormente referida, foi aberta uma sondagem no Corredor do edifício 1. A sondagem apresentava dimensões regulares de 1.50 x 1.50 metros, sendo colocada defronte da porta noroeste. O piso 1 era constituído por uma fina e alterada camada de cimento. Sob este apareceu uma primeira camada de terra castanha clara, muito branda, com pedras de diversos calibres muito frequentes (camada 1), com cerca de 70 centímetros de espessura. Sob esta, surgiu um lanço de degraus de traquito, já fragmentados, mas que revelavam ainda bom corte e acabamento, bem como geometria perfeita, que davam acesso a um piso constituído por pedra rolada, a uma cota pendente que conectava as sondagens 1 e 3.

Os materiais exumados, de alta frequência, são de diversas naturezas, facilmente identificáveis como do início aos finais do século XX, sendo o período *post quem* seguramente o terramoto de 1 de janeiro de 1980.



Sondagem 4 – Piso 1



Sondagem 4 – Escadaria e piso 2

Sondagem 5

Realizada no edifício 2, imediatamente a este da divisão A, esta sondagem tinha por objetivo observar os alicerces do edifício 2 e da levada da Ribeira, verificar as deposições artificiais e aferir da natureza do substrato geológico. A sondagem apresentava dimensões regulares de 2.00 x 3.00 metros. Inicialmente existiam algumas pedras de laje dispersas, que poderiam ter correspondido a um piso, o que se comprovou. Ao realizar-se a escavação observou-se uma camada de terra castanha, branda, com pedras de diversos calibres muito frequentes (camada 1), com cerca de 60 centímetros de espessura, que acompanhou o descobrimento dos alicerces do edifício 2 e do encanamento da Ribeira, sendo seguida por uma camada amarela, extremamente compacta e uniforme, pedra-pomes alterada por processo de erosão (camada 2), que corresponde ao horizonte de solo geológico.

Os materiais exumados, de baixa frequência na camada 1, são de diversas naturezas. Com cronologias genericamente integráveis entre os séculos XVI a XVIII, para o período *ante quem* do edifício 2 e materiais facilmente identificáveis como dos finais do século XX, para o período *post quem*.

Assim sendo, constata-se que o edifício foi construído num determinado momento, genericamente datável entre os séculos XVI a XVIII, sendo que a divisão A estava semienterrada face às demais divisões do piso térreo.



Sondagem 5 – Camada 1 – Plano inicial



Sondagem 5 – Camada 2 – Plano final

Sondagem 6

Realizada no edifício 2, na divisão A, esta sondagem tinha por objetivo levantar o piso 1 e descobrir e analisar o piso 2, com vista a confirmar a funcionalidade do mesmo como unidade de moagem. A sondagem apresentava dimensões irregulares da dita

divisão, de 2.70 x 3.30 metros. Inicialmente existiam um piso lajes de pedra traquítica de bom corte e acabamento, conjugado com partes de mós fragmentadas, de basalto. Sob este, uma camada de terra castanha escura, argilosa e branda (camada 1), com cerca de 5 a 10 centímetros de espessura. Sob esta, novo piso de lajes de pedra traquítica de bom corte e acabamento (piso 2), onde se interrompeu a escavação, até porque na faixa Poente, a rocha-mãe estava à vista, sendo que o piso 2 assenta diretamente sobre esta, cortando-a até, no meio oeste.

Os materiais exumados, de baixa frequência na camada 1, são maioritariamente cerâmicos, com cronologias genericamente integráveis nos finais do século XIX/inícios do século XX, atestando a desativação do mesmo enquanto unidade de moagem.

Esta azenha, que foi criada em período coevo com a do edifício 1 (ver sondagem 5), apresentava uma roda de madeira de 2.00 metros de diâmetro, bem marcada no ramal do desvio da levada. Em finais do século XIX/inícios do século XX, a divisão A do edifício 2, sofreu obras de remodelação, encerrando esta unidade de moagem.



Sondagem 6 – Piso 1



Sondagem 6 – Piso 1



Sondagem 6 – Piso 1



Sondagem 6 – Piso 2

Sondagem 7

Realizada na interseção entre o muro de suporte e sustentação da levada da Ribeira e o muro divisório com o jardim municipal Duque da Terceira, esta sondagem tinha por objetivo aferir do estado de conservação do muro primitivo, tendo sido realizada a solicitação do arquiteto projetista. A sondagem apresentava forma triangular, com 2.00 metros de lado. Após mondada a área, apresentou uma camada de terra castanha escura, muito branda (terra de jardim) ao longo de quase 2.00 de profundidade, altura em que o muro divisório do jardim sofreu uma derrocada e se suspendeu a sondagem por motivos de segurança dos participantes.

Os materiais exumados, de alta frequência, são de diversas naturezas, com cronologias genericamente integráveis nos finais do século XIX/inícios do século XX para *ante quem*, e finais do Século XX, para *post quem*, atestando a construção relativamente recente do muro divisório do jardim, talvez relacionado com as consequências do terramoto de 1 de janeiro de 1980 e desativação dos edifícios 1 e 2.

O muro de suporte da levada apresenta perfil oblíquo, estando em bom estado de conservação na parte observada.



Sondagem 7 – Plano inicial



Sondagem 7 – Plano de suspensão após limpeza

Sondagem 8

Realizada na zona nascente do edifício 1, divisão A, esta sondagem tinha por objetivo examinar se existiu uma divisão interna na dita divisão. A sondagem foi feita longitudinalmente e apresentava dimensões irregulares de 4.40 x 1.90 metros. O piso 1 era

constituído por uma fina e alterada camada de cimento. Sob este apareceu uma camada de terra castanha clara, muito branda, com pedras de diversos calibres muito frequentes (camada 1), com cerca de 60 centímetros de espessura, na metade Sul. Esta foi sempre acompanhada por um reboco de cimento na parede Sul, bem como revelou uma divisória a oeste, altura em que procedeu ao registo e deu-se por suspensa a sondagem. Na metade norte surgiu um quadrilátero de cimento.

Os materiais exumados, de alta frequência na camada 1, tratam-se de materiais facilmente identificáveis como do início aos finais do século XX, sendo o período *post quem* seguramente o terramoto de 1 de janeiro de 1980.

Assim sendo, constata-se que existiu uma divisão interna na Divisão A e um quadrilátero de cimento que suportava maquinaria pesada.

Todas as sondagens foram recobertas, por razões de segurança, à exceção da sondagem 3 e da sondagem 6.



Sondagem 8 – Camada 1 – Plano inicial



Sondagem 8 – Camada 1 – Plano final

Análise e interpretação

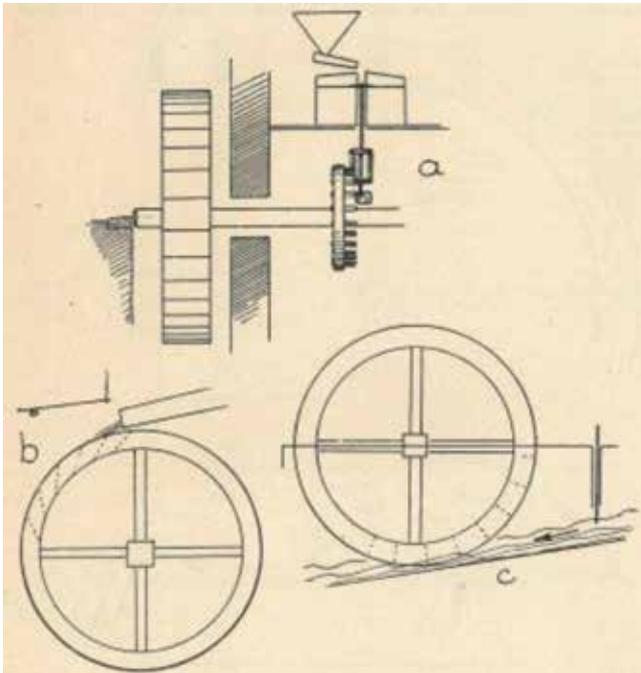
Fase I – Construção

Ambos os imóveis obedecem a um conjunto de critérios que, para além das cronologias dos materiais exumados, os caracterizam como construções do Antigo Regime (séculos XVI – XVIII). Ao nível dos alicerces apresentam uma base de pedras de grande e médio calibre mais ou menos anarquicamente colocadas, ligadas por argamassas tradicionais de areia e cal. As paredes-mestras são grossas, em argamassas idênticas às dos alicerces, rebocadas a cal e areia peneirada, enquanto as simples divisórias são de alvenaria com terra argilosa, cobertas a reboco de cal e areia. As entradas são ladeadas de pedra traquítica, afeiçãoada, podendo ser mais ou menos aparelhada e trabalhada. Os pisos são construídos por suportes mediante espessos toros de madeira e os tetos subjacentes e chão suprajacente são adquiridos através de um sistema leve de esquadrias de madeira, talvez que preenchidas por massas colantes e leves diversas, com abundância de óleos vegetais ou animais. Os telhados, com estrutura complexa em madeira, de duas ou quatro águas, são recobertos com telha de meia-cana, geralmente rugosa na face interna e alisada com engobe sobreposto, na externa, de modo a facilitar a escorrência das chuvas. As fachadas e plantas são, por norma, geométricas, de volume paralelepípedo (Guedes e Oliveira: 1992).

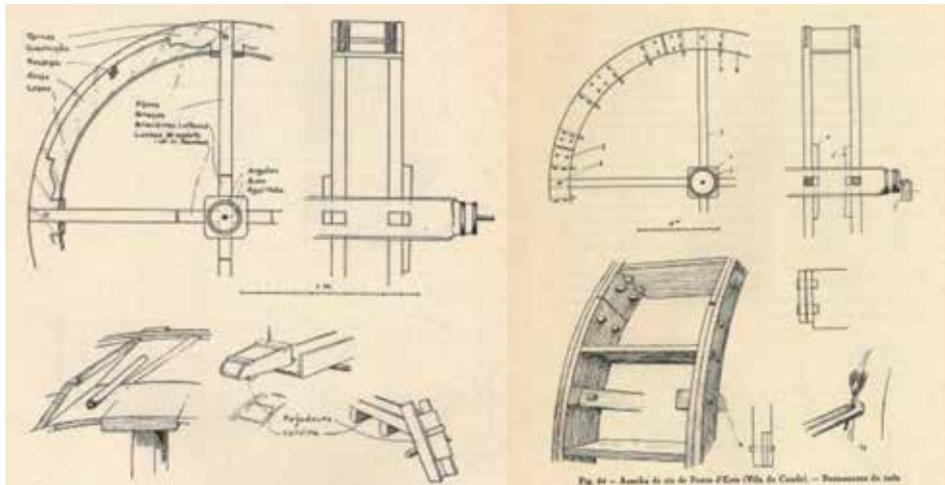
No caso específico em apreço, o edifício 1 oferece-nos um conjunto de informações adicionais, dentro do modelo já enunciado, porquanto apresenta forno e chaminé, de modo a propiciar a cozedura do pão no local, denunciando que se tratava de uma habi-

tação/exploração familiar. A separação existente no interior da divisão, é demonstrativa da separação entre a zona de habitação (32 m²) e de trabalho, sendo esta constituída por duas salas apenas, uma de armazenamento – depósito de sacaria e cereal (30 m²) – e uma única de moenda (7 m²), idêntica nos dois edifícios.

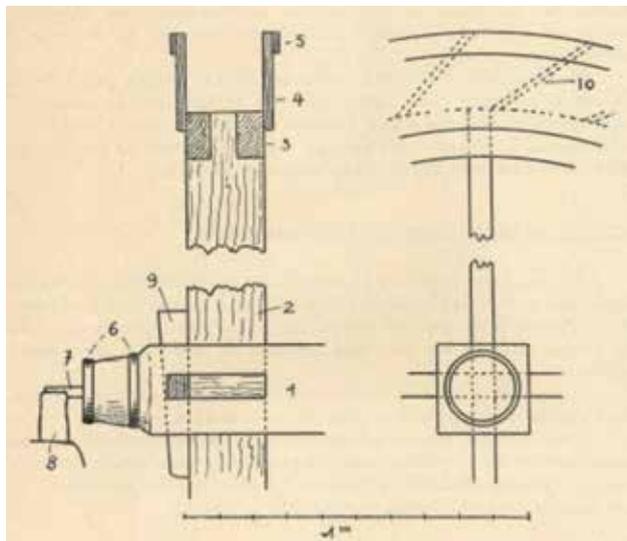
No que à moenda diz respeito, em ambos os edifícios se vê que se trata de uma área lajeada, destinada a suportar o peso do engenho de moagem. Trata-se tipologicamente de *azenhas*, porquanto a roda motriz se encontrava em posição vertical, transmitindo o seu movimento ao veio, em madeira (que irrompia, no edifício 1, divisão B, por uma abertura quadrangular ainda claramente visível na parede Norte), que “penetrando no edifício, tem aí aplicada a entrosga, roda dentada, toda de madeira, também em posição vertical, que repete o movimento da roda de água, e cujos dentes engrenam nos fúseis do carroto ou carrinho, este em posição horizontal, e cujo eixo vertical é simultaneamente o veio da mó; a ponta inferior deste gira a rela cravada no urreiro, que, como nos moinhos de rodízio, é elevado ou baixado do sobrado, para graduar o afastamento das mós, por meio do aliviadouro” (Dias, Oliveira e Galhano: 1959, 49). Esse movimento era induzido pela água que corria por debaixo, empurrando uma roda de madeira, com 200 cm. de diâmetro e 80 cm. de largura, que possuiria palhetas radialmente dispostas em toda o seu diâmetro exterior, a que se denomina por *azenhas de rio* (Dias, Oliveira e Galhano: 1959, 49).



Desenho esquemático de mecanismos de azenhas (Dias et al.: 1959, 51)



Desenho esquemático de mecanismos de azenhas (Dias et al.: 1959, 52, 61)



Desenho esquemático de mecanismos de azenhas (Dias et al.: 1959, 55)

No caso do edifício 1 e, aparentemente no edifício 2 (cuja integridade da estrutura está comprometida, como já se referiu), o edifício de planta L desenvolve-se paralelo ao ramal de desvio da levada da Ribeira.



Marca da Roda da Azenha de Rio, edifício 1

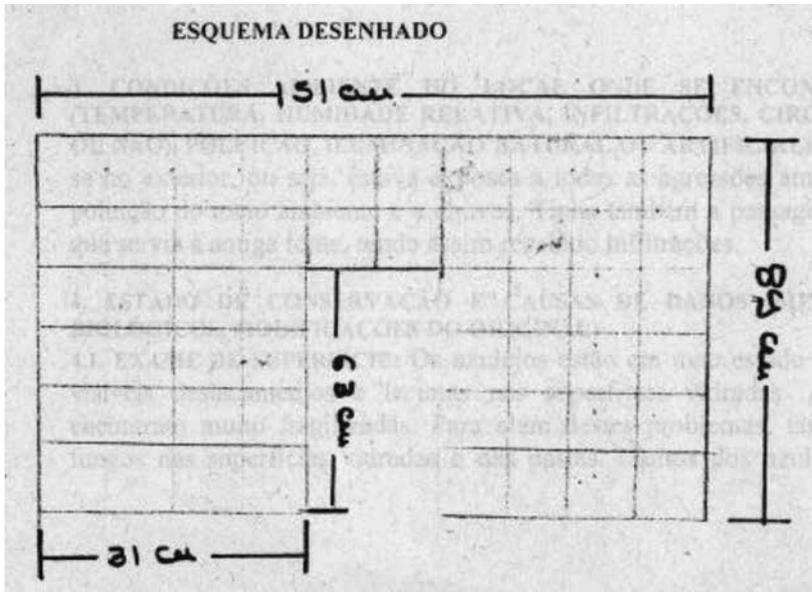


Marca da Roda da Azenha de Rio, edifício 2



Marca da Canteiro no Ramal Azenha de Rio, edifício 2

No edifício 1, na parede exterior sul, existia um painel retangular composto por 52 azulejos, que envolvia um pequeno nicho de uma fonte e um segundo painel retangular, composto por 160 azulejos, que envolvia um pequeno nicho ao centro, que foram removidos do local em 1995 e 1997, respetivamente, pelo antigo Centro de Estudo, Conservação e Restauro dos Açores (CECRA, atual CPMIA), da Direção Regional da Cultura, porquanto se encontravam em perigo de se danificarem irremediavelmente. Esses azulejos certamente seriam pertença do convento de São Francisco, uma vez que a parede Sul do edifício 1 correspondeu a parte da Cerca limítrofe do mesmo, todavia não poderiam ser colocados antes do edifício oferecer o pé-direito necessário à sua aplicação.



Esquema do painel 1



Painel 1



Azulejos do painel 1



Painel 2

Os azulejos, tanto num painel, como no outro, apresentam-se como tapetes polícromos, a branco, azul de cobalto e amarelo de antimónio, com padrão de folha de acanto, produzidos em Lisboa, entre 1630 e 1680, segundo a tipologia de Santos Simões (1997, 13).

Os fragmentos cerâmicos exumados na camada 3 e camada 2 da sondagem 2, que como referido anteriormente, permitem datar a construção do imóvel, apresentam-se de diversos tipos. Um primeiro grupo corresponde a telhas de meia-cana já descritas, de pastas de fabrico local. Um segundo grupo corresponde a cerâmicas de uso quotidiano:

- 1 – Loijas comuns, feitas a partir de argilas ferrosas, ou pastas vermelhas, de cozedura oxidante-redutora, porosas e de textura granulosa, com elementos não plásticos abundantes, nomeadamente pequenos nódulos de argila, feldspatos e pedras negras. O grão altera-se de acordo com as peças produzidas, almagradas ou com uma aguada vermelha, podendo variar entre grão médio-fino e médio. Pelas características das pastas e da aguada, correspondem a produções regionais. Não é possível, de momento, ainda datar esta cerâmica, porquanto não existem crono-tipologias realizadas.
- 2 – Faianças esmaltadas a branco, com decoração linear a azul de cobalto, de pastas beges rosadas, compactas, com a inclusão de alguns elementos não plásticos e pequenos pontos negros. Os barros são provenientes da região de Sevilha. Deste tipo existem dois exemplares datáveis, os fragmentos BA/15669 e 670, do tipo *Linear Blue*, enquadráveis nos séculos XVI a XVII, segundo a tipologia de Alejandra Gutiérrez (2000, 48)
- 3 – Faianças portuguesas, a azul e branco, ou a azul, branco e vinoso, feitas a partir de pastas beges, compactas, com a inclusão de alguns elementos não plásticos. Os barros eram provenientes de Lisboa. As superfícies são cobertas por um vidrado estanífero branco, que é pintado a azul de cobalto, podendo numa fase posterior, também ter o vinoso de manganês. Deste tipo de cerâmicas existem alguns fragmentos datáveis. O fragmento BA/15 674 apresenta um tipo decorativo de larga duração, correspondendo aos períodos III a V da tipologia de Tânia Casimiro (Casimiro: 2013, 351-367), datando entre 1610 e 1700. Os fragmentos BA/15 516, BA/15 539 e BA/15 541 apresentam um padrão decorativo de alguma longevidade, correspondendo aos períodos IV a V da tipologia de Casimiro, datando entre 1635 e 1700. O fragmento BA/15 512, contudo, apresenta um modelo ornamental exclusivo do tipo V da tipologia de Casimiro, datável entre 1660 e 1700.

Cruzando os elementos temporais disponíveis (cerâmicas da fundação e azulejos de revestimento), consegue-se obter um período de construção para o edifício 1, que correspondente a uma azenha de rio, extremamente concreta. Propõe-se que o mesmo tenha sido edificado entre 1660 (*ante quem* de BA/15 512) e 1680 (*post quem* dos azulejos de acanto).



Fragmentos de loiça datáveis da sondagem 2, camada 3

No que respeita ao edifício 2, os elementos de datação não se apresentam tão fiáveis, porquanto provêm da camada 1 da sondagem 5, que apresenta intrusões diversas. Porém, existem alguns fragmentos claramente datáveis e coevos dos do edifício 1. Destes temos o fragmento BA/15 1227, de porcelana branca com decoração a azul de cobalto, feita a partir de caulino, proveniente da China, de pincelada rápida, provavelmente do *Período de Transição*, que corresponde a 1620 – 1683. A outra tipologia datável presente são as já anteriormente faianças portuguesas, a azul e branco, ou a azul, branco e vinoso, de Lisboa. Os fragmentos BA/15 1197 e BA/15 1228 apresentam um tipo decorativo de larga duração, correspondendo aos períodos III a V da tipologia de Tânia Casimiro (Casimiro: 2013, 351-367), datando entre 1610 e 1700. Os fragmentos BA/15 1204 e BA/15 1223 apresentam um padrão decorativo de alguma longevidade, correspondendo aos períodos IV a V da tipologia de Casimiro, datando entre 1635 e 1700.

Cruzando os elementos temporais disponíveis (cerâmicas remexidas), consegue-se obter um período de construção para o edifício 1, que correspondente a uma azenha de rio, cuja construção não pode ser anterior a 1635 (*ante quem* de BA/15 1204 e 1223) e posterior a 1683 (*post quem* de BA/15 1227), mas atendendo às semelhanças arquitetónicas e tipológicas entre edifícios, sugere-se que é mais provável que a sua edificação seja coeva.



Fragmentos de faiança datáveis da sondagem 5, camada 1

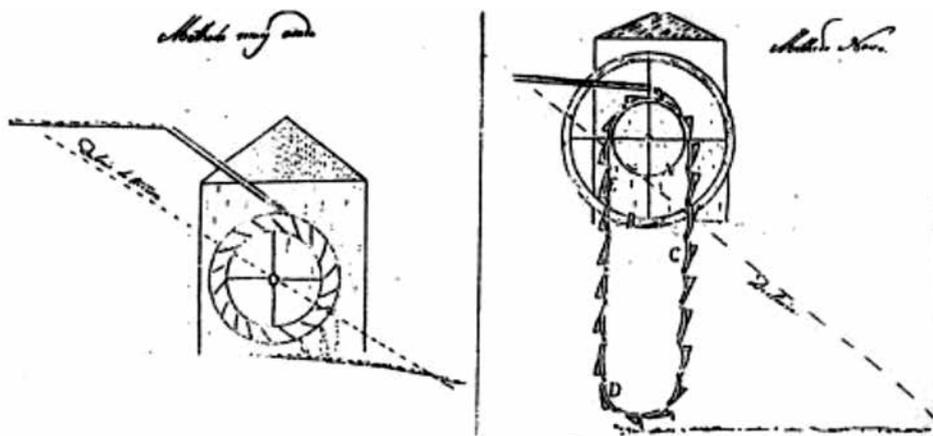
Fase II – Transformação

Ambos os imóveis, a determinado momento, sofrem uma transformação funcional. No caso do edifício 2, o espaço de moagem (divisão A) é simplesmente suprimido e a sua funcionalidade é reconvertida (ver sondagem 6). O piso da moagem é desativado e aterrado, colocando-se um outro, novo, de lajes de pedra traquítica de bom corte e acabamento, conjugado com partes de mós fragmentadas, de basalto, revelador da aludida desativação. Os materiais encontrados, pouco numerosos, são maioritariamente cerâmicos, de cerâmicas industriais profusamente decoradas, mas que não permitem uma datação calibrada, sendo genericamente integráveis nos finais do século XIX e inícios do século XX.

No edifício 1 verificam-se alterações estruturais, como a abertura dos vãos na fachada Sul (somente compreensível após a extinção das ordens), com a criação de um primeiro piso, bem como com a alteração estrutural e alargamento da sala de moagem (divisão B), a colocação de nova roda com impressionantes 500 cm. de diâmetro, por 80 cm. de largura. Apesar de se manter como azenha, dá-se uma transformação tipológica do mesmo, passando a *azinha de copos*, porquanto altera a posição relativa da água, que se anteriormente vinha debaixo, passa a vir do alto, em novo ramal, passando

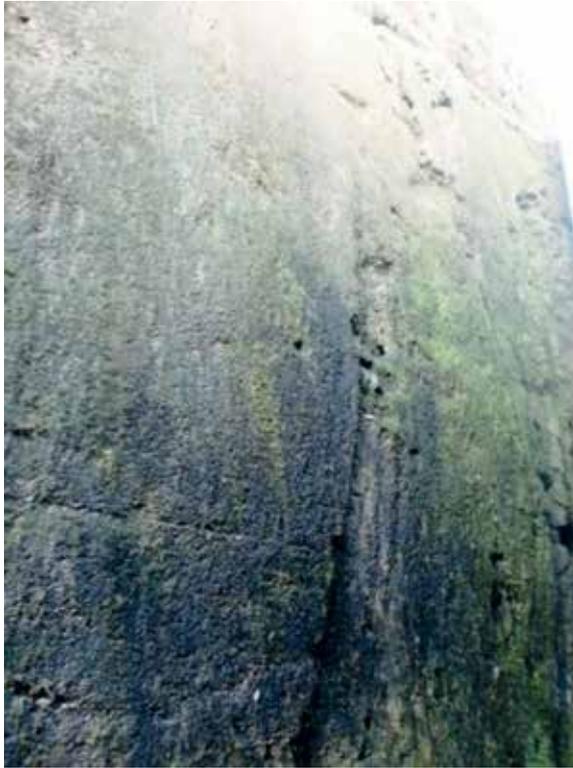
a cair, batendo e enchendo copos cerâmicos, que municiavam o perímetro da sobredita roda de madeira, obrigando-a a mover-se, tanto pelo caudal motriz, como pela gravidade (Dias, Oliveira e Galhano: 1959, 49).

Naturalmente uma roda desta dimensão, sendo mais do dobro da anterior, revelava uma proporcional maior produtividade, embora tecnologicamente, o sistema de moagem fosse em tudo idêntico ao antecessor. Como é evidente, o ramal sofreu transformações arquitetônicas, com vista a adaptar-se a essa nova realidade, com a construção de estruturas de apoio a uma calha de madeira, edificadas sobre o muro de suporte da levada, bem como obrigou ao alteamento da janela da passagem do eixo, de modo a torná-lo proporcional e ainda ao alterar do muro do ramal, criando um fosso e um canal de descarga gravitacional.



Moinho de água de J. J. de Santa Anna Ferreira in

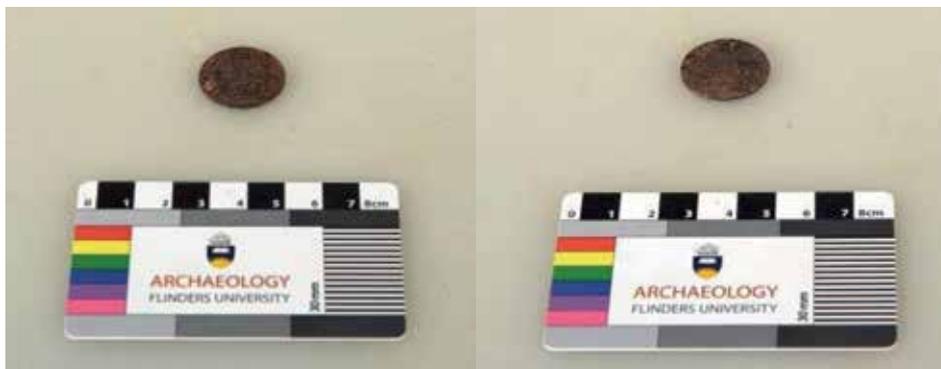
Memória sobre a construção de uns moinhos de água que inventou, 5 de junho de 1821 (Ferreira: 1999, 74)



Marca da Roda da Azenha de Copos

Os materiais encontrados na camada 1 da sondagem 3, numerosos, são maioritariamente cerâmicos, de cerâmicas industriais profusamente decoradas, mas que não permitem uma datação calibrada, sendo genericamente integráveis nos finais do século XIX e inícios do século XX, para além de demonstrarem contaminação estratigráfica com outros até aos finais do século XX, como já referido anteriormente. Os mais antigos são, contudo, idênticos aos da camada 1 da sondagem 6, da divisão A, do edifício 2, revelando, uma vez mais, contemporaneidade.

O único achado realmente útil, é um numisma em cobre, de Luís I, de 5 réis, contendo no anverso, no centro, entre uma coroa de louros a indicação “5*1865” e na margem “Portugaliae et Algarbiorum Rex” e no reverso, contendo a coroa portuguesa e a legenda “Ludovicus I * Dei Gratia”. Este numisma foi encontrado entre as pedras do muro primitivo da sala de moagem, pelo que se propõe que as alterações registadas tenham ocorrido à volta de 1865-70.



Numisma de D. Luís



Fragmentos da sondagem 6, camada 1 (finais do século XIX, inícios do século XX)

Fase III – Maquinação

O edifício 1 apresenta grande quantidade de cimento a revestir, tanto os muros interiores do primeiro piso, bem como apresenta ainda restos de placa de cimento que cobriu parcialmente o primeiro piso. Para além disso, na área da antiga zona de armazenamento, demonstra ter tido pelo menos dois espessos quadriláteros de cimento. As intrusões de cimento são assaz frequentes, procurando esconder a estrutura arquitetónica primitiva. Tal justifica-se porquanto houve claramente nova alteração das condições de funcionamento da unidade de moagem.

É extremamente difícil datar esse momento, de forma direta, porquanto se dá já num momento relativamente próximo do terramoto de 1980, mas, por via indireta, não é difícil. É nos anos 50 do século XX, com as construções das centrais hidroelétricas da Nasce Água, de São João de Deus e do Jardim Duque da Terceira, que iniciaram a sua laboração em outubro de 1954, que a água do caudal se começou a tornar vacilante. Como é evidente, os moleiros ficaram insatisfeitos e surgiram alterações com os funcionários das centrais. Nesse processo, acabou por se optar em dar incentivos para que os moleiros mudassem a força motriz, de modo a adquirirem motores elétricos ou a gasóleo. Muitos emigraram, outros optaram por modernizar o processo produtivo (Silva: 2012, 73), que foi o caso da unidade de habitação/produção do edifício 1, sendo que os quadriláteros de cimento se destinavam a suportar os sobreditos motores, que se calcula ter ocorrido na segunda metade da década de 50, inícios de 60, do século XX.



Imagens extraídas de negativo detetado na sondagem 6, piso 1



Berlinde, napron de plástico e garrafa de “Coca-Cola” americana (da Base das Lajes), sondagem 2, camada 1

Fase IV – Desativação e ruína

A 10 de outubro de 1977, Alverino Ermelino Tavares Caetano de Andrade, casado, natural da Conceição, fazendo-se representar na Conservatória do Registo Predial de Angra do Heroísmo, vende o lote urbano do Beco das Alcaçarias, n.º 35 (que inclui os dois edifícios), natural da mesma freguesia, pela quantia de 250 000\$00 (escudos), à Região Autónoma dos Açores, com vista à integração do mesmo no Museu de Angra do Heroísmo. Foi assim, depois de 300 anos de moagem, que as mós se silenciaram.

A intenção do Museu de Angra do Heroísmo em adquirir o imóvel prendia-se com a pretensão de Baptista Lima em reconstituir a antiga cerca conventual. Este imóvel passou para o Museu em 1978, começando a esboçar-se um projeto de reconstrução, com vista a instalar um dos guardas do Museu. Todavia, a 1 de janeiro de 1980, o terramoto derrubou estes edifícios (como numerosos outros) e, no seu interior, ficaram selados os pertences do último moleiro (Informação 10/98 do MAH, de 29 de junho).

Em 10 de março de 1980 foi realizada a ficha n.º 1355 da Inventariação do Património Arquitetónico referente ao edifício 1, dando-o como ruína. Pela fotografia então tirada se vê que o imóvel apenas havia preservado parte da fachada nascente, com frente

ANGRA DO HEROÍSMO		QUARTILHO N.º 1	FICH. N.º 1355
ILHA TERCEIRA - AÇORES		LOCALIZAÇÃO: Beco das Alcaçarias	
INSTITUIÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO		ENFUDO N.º 35/A	DATA: 10-3-80

FOTOGRAFIAS / DESENHOS

3/81

VALOR ARQUITETÓNICO		UTILIZAÇÃO DOS PISOS	
	PRESENTE NO LOTE	PISO	TIPO DE UTILIZAÇÃO
valor (classificado)		1.º	
valor histórico		2.º	
valor de interesse científico		3.º	
valor de interesse artístico		4.º	
valor de acompanhamento		5.º	
valor de interesse documental		6.º	
valor de interesse arqueológico		7.º	
valor de interesse paisagístico		8.º	
valor de interesse ambiental		9.º	
valor de interesse etnográfico		10.º	
valor de interesse científico		11.º	
valor de interesse documental		12.º	
valor de interesse paisagístico		13.º	
valor de interesse ambiental		14.º	
valor de interesse etnográfico		15.º	
valor de interesse científico		16.º	
valor de interesse documental		17.º	
valor de interesse paisagístico		18.º	
valor de interesse ambiental		19.º	
valor de interesse etnográfico		20.º	
valor de interesse científico		21.º	
valor de interesse documental		22.º	
valor de interesse paisagístico		23.º	
valor de interesse ambiental		24.º	
valor de interesse etnográfico		25.º	
valor de interesse científico		26.º	
valor de interesse documental		27.º	
valor de interesse paisagístico		28.º	
valor de interesse ambiental		29.º	
valor de interesse etnográfico		30.º	

ESTADO DE CONSERVAÇÃO		PÚBLICIDADE		TIPOLOGIA	
estrutura		património		ruína	
interiores		monumento		monumento	
exterior		monumento		monumento	
interiores		monumento		monumento	
exterior		monumento		monumento	
interiores		monumento		monumento	
exterior		monumento		monumento	
interiores		monumento		monumento	
exterior		monumento		monumento	
interiores		monumento		monumento	
exterior		monumento		monumento	

EXEMPLAR PARA ENTREGA - SEM O PAVIMENTO IMPRIMIDO

para o Beco das Alcaçarias. Foi categorizado como imóvel de “acompanhamento”, ou seja, “não sendo de grande qualidade ou de arquitetura erudita [...] contribuem para conferir à cidade o seu caráter. Aconselha-se a consolidação com reutilização ou utilização dos elementos de construção tradicional, tais como caixilharias, gradeamentos, beirais, platibandas, remates, guarnecimento de vãos, etc, ou, no caso de total ruína, a sua recriação tendo sempre em conta a integração no tecido urbano.” (Leão: 1992, 60)

No seguimento deste processo, e por atendíveis razões de segurança, realizaram-se obras nos imóveis. No edifício 1, os destroços foram extraídos até ao nível térreo, sendo colocada uma camada de cimento, que selou o contexto. O mesmo se passou com o corredor, que foi nivelado com os destroços da queda do edifício, sendo construído muro de suporte em cimento, que ofereceu o desnível para o pátio. A fachada nascente, com frente para o Beco das Alcaçarias, foi praticamente demolida e colocou-se tijolo de cimento a tapar esse vão aberto. No edifício 2 foi levantado a maior parte dos destroços, deixando-o ao nível térreo, o que permitiu que os alicerces do edifício e a levada ficassem a descoberto, bem como que se estendesse para parcialmente o cobrir, o lote a Norte, aquando da reconstrução da habitação atualmente existente.

Em 1995 e 1997 foram removidos os painéis de azulejos já referidos, na parede sul do edifício 1, pelos funcionários do CECRA, em operações coordenadas por Isabel Feijão.

Em 1997, operários da “Ediçor”, coordenados por Correia Guedes e pelos técnicos do Museu de Angra do Heroísmo, promoveram uma intervenção de tipo arqueológico no local (Informação 10/98 do MAH, de 29 de junho).

No ano seguinte, Helena Ormonde, do Museu de Angra do Heroísmo, apresentou o primeiro projeto de musealização das azenhas, que consistiu, no fundo, numa recuperação das azenhas enquanto locais visitáveis, do tipo “museu de sítio”, colocando objetos relacionados com a história da Ribeira dos Moinhos, com a moagem e com a manufatura do pão tradicional.

Apesar de louváveis intensões, o edifício assim se manteve até 2015, ano em que arrancou nova intervenção, por parte da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, a quem foi transferida a posse do imóvel, com vista a um processo de reabilitação do mesmo, tendo como arquiteto projetista, José Parreira.





Documentação

Processo F1-13/55/A – Beco das Alcaçarias 35-A – Conceição – Direção Regional da Cultura.

Processo 3/1997-AD – Beco das Alcaçarias – CECRA – Direção Regional da Cultura.

DIAS, Francisco Maduro (1994) – *Ribeira dos Moinhos*. Fotografias e esquemas de campo para o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo.

Bibliografia

BRASIL, Vítor Medeiros (2013) – *Património das águas de Angra*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta.

CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – “Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Ed. DGPC, pp. 351 – 367.

DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando (1959) – *Sistemas primitivos de moagem em Portugal – moinhos, azenhas e atafonas*. N.º 1, Ed. Instituto de Alta Cultura, Porto.

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1999) – *Farinhas, moinhos e moagens*. Ed. Âncora, Lisboa.

GUEDES, José H. Correia e OLIVEIRA, Carlos S. (1992) – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores” in *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de janeiro de 1980*. Vol. 2, Ed. Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e LNEC, Lisboa, pp. 357 – 459.

GUTIÉRREZ, Alejandra (2000) – *Mediterranean pottery in Wessex households (13th to 17th centuries)*. BAR British series, 306, Oxford.

LEÃO, Roberto (1992) – “Recuperação urbana da cidade de Angra do Heroísmo após o sismo de 1 de janeiro de 1980” in *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de janeiro de 1980*. Vol. 1, Ed. Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e LNEC, Lisboa, pp. 55 – 71.

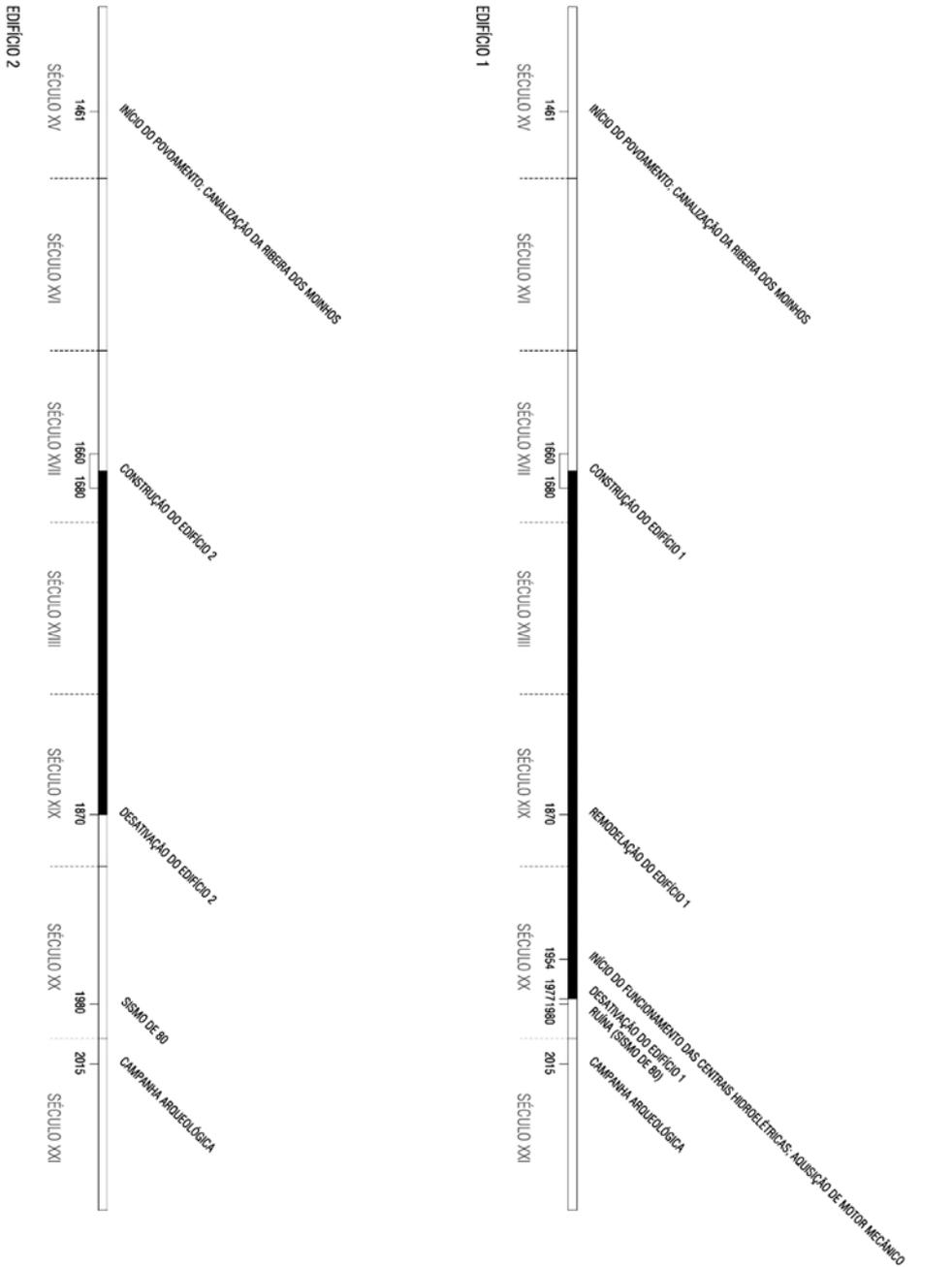
MARTINS, Rui de Sousa (1997) – “O pão no arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura” in *Arquipélago. História*, 2ª série, II, pp. 119 – 170.

OLIVEIRA, Humberto (2009) – *Angra na visão de Linschoten (versão II) – Sair de Angra foi fácil, difícil é Angra sair de mim*. Edição do autor, Borba.

SILVA, Isabel Coelho da (2012) – *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo – memória histórica e gestão patrimonial*. Ed. Autor, Angra do Heroísmo.

SIMÕES, J. M. Santos (1997) – *Azulejaria em Portugal no século XVII – tipologia*, tomo 1, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª ed., Lisboa.

VV.AA (1985) – *A cidade de Angra na ilha de Jesus Cristo da Terceira que está em 39 graus*. Coord. Francisco Maduro Dias. Ed. Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos da cidade de Angra do Heroísmo.



INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RUA FREI DIOGO DAS CHAGAS Nº13 ANGRA DO HEROÍSMO

*José Luís Neto
Luís Borges
Pedro Parreira
Tânia Manuel Casimiro*

Enquadramento

O lote localizado na Rua Frei Diogo das Chagas nº 13¹, freguesia da Conceição, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira foi alvo de uma intervenção arqueológica de acompanhamento, uma vez que a empreitada de remodelação já se encontrava licenciada. Tal deveu-se à particular sensibilidade e empenho do arquiteto projetista, Luís Bettencourt, que em boa hora alertou e impulsionou a possibilidade da sua realização, pois não existiam quaisquer medidas de minimização de impactos arqueológicos previstas. O lote apresentava uma área de 137 m². Os objetivos da mesma consistiram em minimizar eventuais impactos sobre o património arqueológico, bem como procurar datar e caracterizar a unidade de moagem que estava associada ao imóvel. A intervenção foi coordenada por José Luís Neto e Pedro Parreira, decorreu entre 20 de fevereiro e 13 de abril de 2018, ao ritmo dos trabalhos de demolição²

A derivar da Ribeira dos Moinhos - encanamento de água realizado por ordem de Álvaro Martins Homem, no terceiro quartel do século XV - encontram-se, ao longo da crista de fratura de São João de Deus, numerosos moinhos, que funcionaram entre o período de construção do canal até finais do século XX.

¹ Nas coordenadas geográficas 38°39'28" norte e 27°12'59" oeste, a uma altitude média de 185 metros.

² Com um total de 21 dias úteis, contou com Luís Borges como técnico coordenador no terreno, auxiliado por Vera Leal e Joana Camacho.

Destes, constam arrolados na Carta Arqueológica dos Açores, o da Ladeira de São Francisco nº2 (CAA 046-A), bem como os moinhos 1 e 2 do Beco das Alçaçarias (CAA 179-A). No que às moendas diz respeito, tratavam-se tipologicamente de azenhas, movidas pela água, empurrando uma roda de madeira.



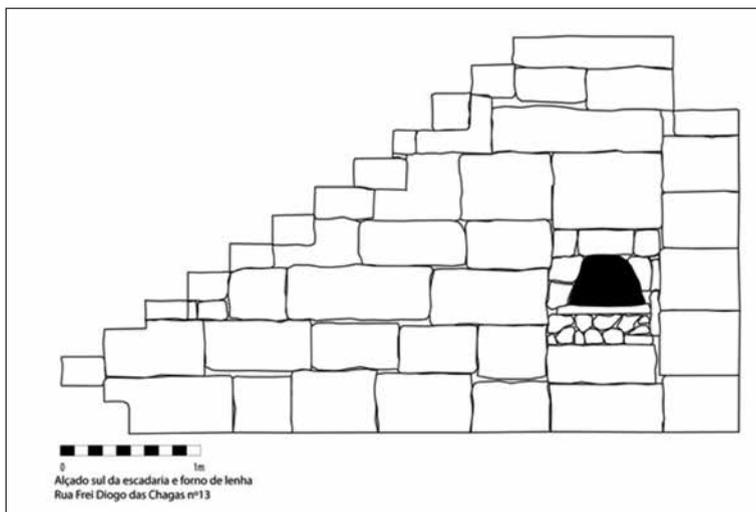
Rua Frei Diogo das Chagas nº 13

Descrição dos trabalhos

Os trabalhos realizados consistiram no levantamento gráfico, em desenho e fotografia, dos elementos patrimoniais mais relevantes, ou dos que estavam em vias de demolição, de acordo com o projeto de arquitetura. Para tal, fez-se o levantamento da planta e alçados da zona da moagem, do ramal da levada, da parede norte da casa e de um forno de lenha do segundo piso. Simultaneamente, acompanharam-se os trabalhos de picagens das paredes. Fez-se o acompanhamento das escavações na sala de entrada com vista ao abaixamento da cota da mesma. Foram aprofundados cerca de 60 cm. de entulhos, entre os quais se encontraram cerâmicas, além outros materiais, que apontam para um aterro feito após o sismo de 1 de janeiro de 1980. Situação idêntica foi encontrada num pequeno vão, ou corredor de passagem, entaipado, que faria a ligação desta moradia com a adjacente do lado norte.

Acompanhou-se a demolição da parede sul da divisão, onde está implantado o sistema de moagem, assim como a abertura de valas para implantação de sapatas de pilares em betão. Na sala de entrada da moradia, alcançou-se os níveis geológicos, sem nada a assinalar do ponto de vista patrimonial, salvo um alicerce de um muro que “fecharia” esta divisão em relação ao resto do edifício atual. Na sala sul, a abertura das sapatas demonstrou uma situação idêntica à da sala da entrada, com muitos entulhos da década de 1980, mas não se alcançou o substrato geológico, porquanto a profundidade projetada para a implantação das sapatas não necessitava de escavações mais profundas.

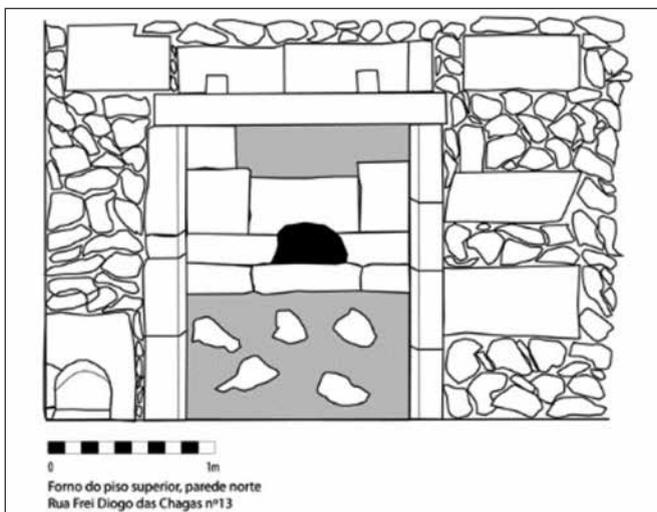
Sob a escadaria exterior, de acesso ao segundo piso, estava implantado um pequeno forno a lenha que, após a sua desmontagem, apresentou materiais no seu interior como, por exemplo, uma bilha de gás, demonstrando ser de construção dos finais do século XX.



No segundo piso, o forno a lenha estava selado e, no seu interior, foi encontrada alguma loiça de cocção em latão e uma imagem de Nossa Senhora de Fátima, quebrada, o que se juntar que foi entaipado com cimento, igual ao que foi profusamente utilizado na reabilitação pós-terramoto, tanto nas paredes como nos pisos, permitindo concluir que o forno foi abandonado já nos finais do século XX, mas pré-terramoto de 1980.

Trata-se de um conjunto edificado com planta em “L”, de dois andares, com cobertura de duas águas, em telha de meia cana, com uma zona de logradouro onde foram identificadas outras estruturas patrimoniais associadas à Ribeira dos Moinhos. De acordo

com a informação que foi possível obter, durante o acompanhamento arqueológico, o piso térreo era dividido em duas secções, sendo que uma delas correspondia à zona de entrada de uma edificação anterior àquele imóvel. A segunda divisória do piso térreo corresponde a uma sala, de tamanho sensivelmente quadrangular, separada por paredes, entretanto demolidas durante os trabalhos de obra, que albergavam uma estrutura de moagem, com zona de assentamento da mó, escadaria para zona inferior, onde se identificou o engenho do moinho e ligação ao logradouro do imóvel, feita através de uma janela, voltada ao canal da Ribeira dos Moinhos³.



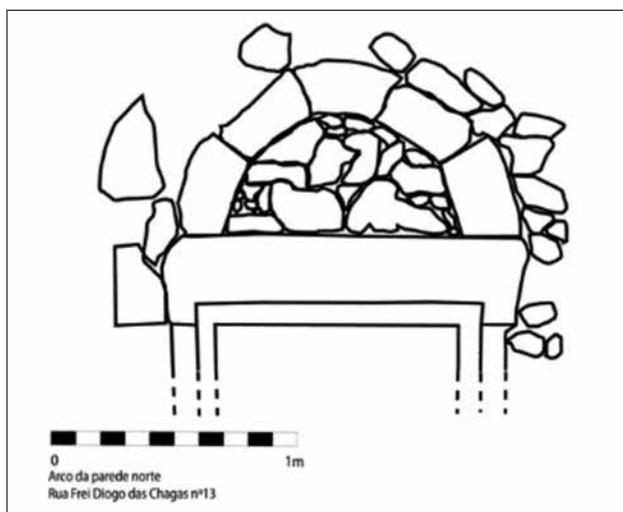
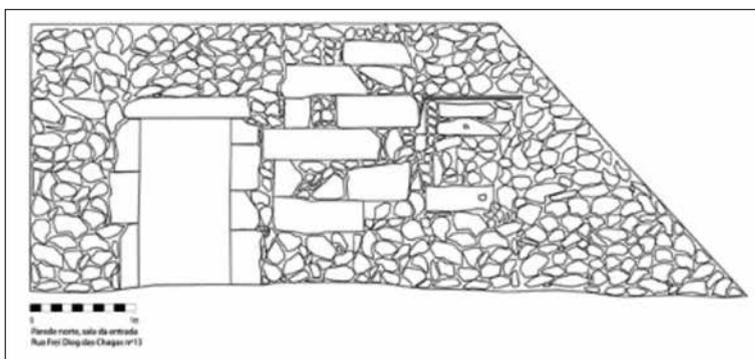
O soalho do primeiro piso era feito em madeira, encontrando-se em elevado estado de degradação, à chegada à obra, e tendo sido, posteriormente, demolido. Neste andar, destaca-se a descoberta de um forno de cozinha, entaipado. No logradouro, encontra-se implantada a levada da Ribeira dos Moinhos, com um aproveitamento do canal, onde se verificam marcas do funcionamento da estrutura de moagem, ainda atualmente a céu aberto, sendo presumível que tenha funcionado sempre dessa forma. Identifica-se, igualmente, um canal de adução, aproveitando a água da antiga levada, para utilização como força motriz das engrenagens da Fábrica de Tabaco Âncora.

Durante os primeiros dias, realizou-se o acompanhamento das picagens parietais, nos dois pisos, tendo-se verificado que o imóvel possui um aparelho construtivo feito

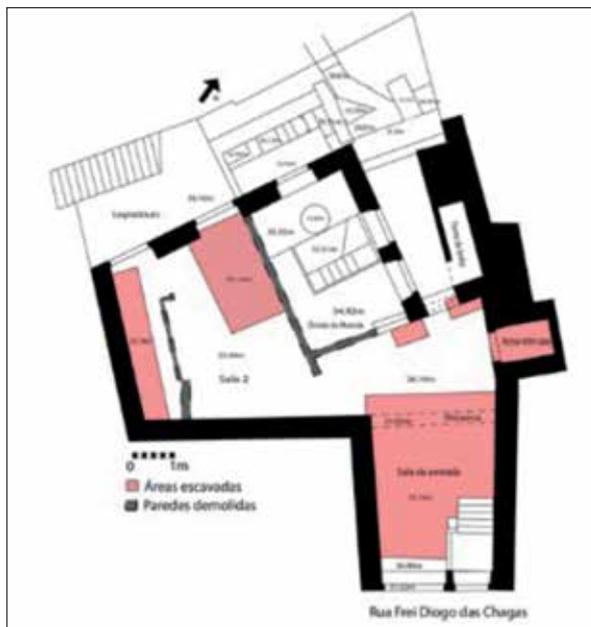
³ O acesso ao primeiro piso era feito de três formas. Uma primeira, por escadaria de madeira imediatamente a norte da entrada, outra, também interior e de madeira, na zona sul do L e, por fim, por uma escadaria exterior, em alvenaria.

em pedra-pomes e outras alvenarias locais dispostas mais ou menos anarquicamente, de tamanho médio, emparelhada, com ligante em argamassa de barro, exceção feita a apontamentos de pedra de cantaria, demasiado diminutos para corresponderem à construção original, mas reveladores de reaproveitamento de materiais. Foi identificada uma secção de porta entaipada, parcialmente destruída, que fazia ligação ao lote adjacente a norte, indiciando uma configuração da casa maior que a atual.

Durante o trabalho de acompanhamento das picagens parietais, foi colocado à vista um arco simples de volta perfeita, em pedra aparelhada, implantado sobre a verga da janela do primeiro piso rés-do-chão, sito na sala do moinho, a norte, sobre uma porta entaipada. Este arco encontrava-se numa posição, dentro da configuração arquitetónica do imóvel, que o situava no meio do atual soalho do piso superior, mas mostrando tratar-se simplesmente de um arco de descarga.



Terminadas as picagens, aproveitou-se o momento posterior, de montagem de infraestruturas de obra e consolidação estrutural do imóvel, para proceder ao registo técnico de todas as ocorrências com interesse patrimonial colocadas à vista. Para tal, foi realizado um levantamento fotográfico exaustivo, de todo o imóvel, complementado por momentos pontuais de registo em desenho técnico das estruturas de maior relevo, bem como do canal da levada da Ribeira dos Moinhos e do espaço que servia, antigamente, para o funcionamento da roda do engenho.

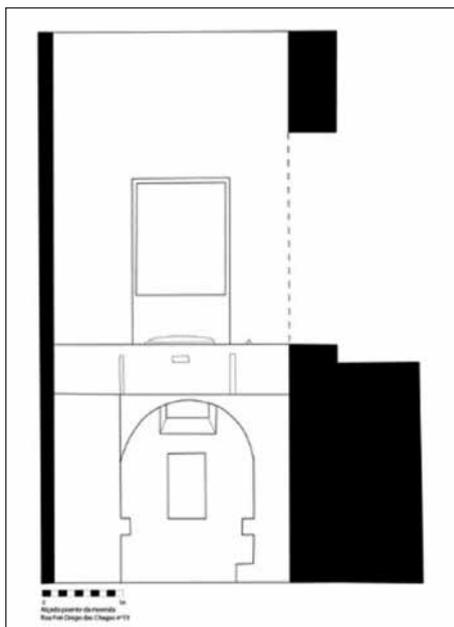


Sondagem 1

Com vista a determinar, junto dos seus alicerces, uma datação para a construção do moinho, foi aberta uma sondagem no piso do “inferno”⁴. Para tal, e devido à exiguidade do espaço, a sondagem restringiu-se ao canto nordeste, com 1,00 x 1,00 metros, onde se escavou até ao embasamento rochoso. O Piso 1 era constituído por uma laje de betão com cerca de 1,5 cm de espessura, que cobria toda a extensão do “inferno”. Sob o Piso 1, desenvolvia-se a Camada 1, composta por terra pouco compacta, castanho escura, e com presença de pedras de diversos calibres. A Camada 2 correspondia ao embasa-

⁴ “Inferno” é o nome dado à parte do engenho subterrânea, que detém os elementos de ligação entre a roda e as mós.

mento rochoso em basalto. Na Camada 2 evidenciava-se o desnível natural do terreno, desenvolvendo-se o embasamento rochoso em pequenos socalcos variando entre os 60 cm. sob a parede poente, junto do ramal da Ribeira dos Moinhos, até 10 cm., no lado nascente da sondagem. Para colmatar este desnível do terreno, na Camada 1 destacava-se o enchimento com pedras, sendo uma delas de consideráveis dimensões. O fundo da Sondagem 1 esteve constantemente inundado por infiltrações de águas provenientes do subsolo. Nesta Sondagem 1, a uma profundidade de 55 cm., foi recolhido um fragmento de cerâmica, que possibilitou a datação do mesmo.



A partir desse momento, os trabalhos de preparação de obra ficaram concluídos, dando-se início à construção e terminando os motivos técnicos que levaram à realização do acompanhamento arqueológico.

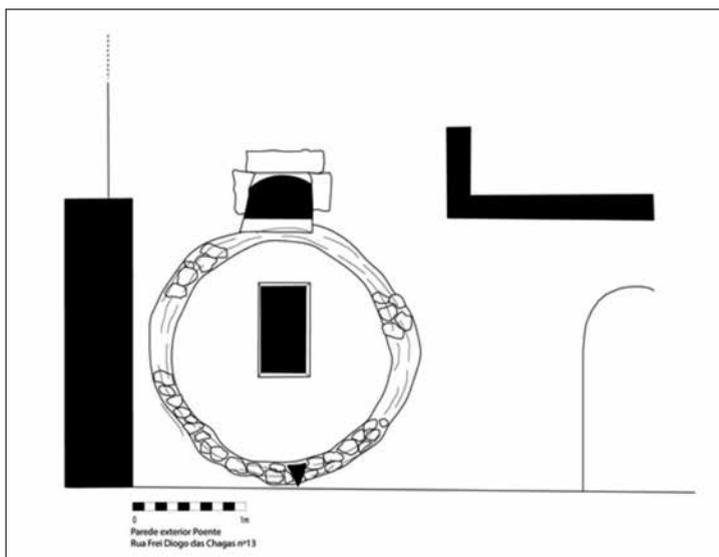
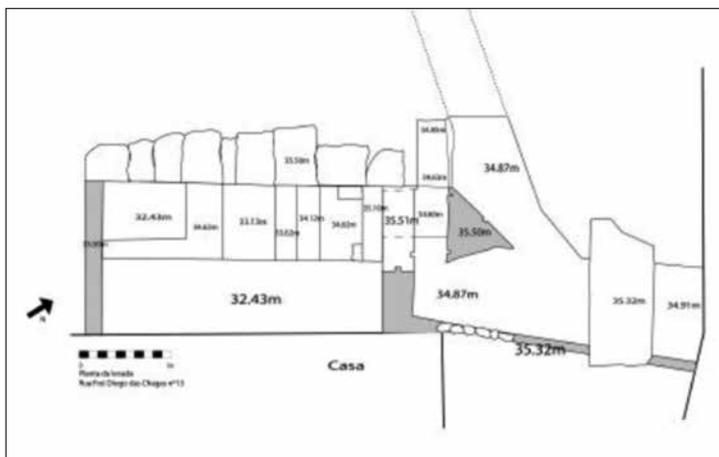
Caraterização da moagem

Estas estruturas, apesar de popularmente apodadas de “moinhos”, eram enquadráveis, tipologicamente, nas azenhas, detendo caraterísticas individuais e especificidades próprias. A roda de madeira exterior era um elemento utilizado frequentemente nestas azenhas, permitindo a transmissão da energia motriz gerada pela ribeira, para uma mó fixa, quase sempre situada na parte interior do moinho. A posição vertical ou horizontal da roda hidráulica dependia, muito, da quantidade de água corrente na ribeira, influenciando diretamente os volumes de produção do engenho de moagem.

Os edifícios eram, regra geral “[...] de planta retangular de um ou dois pisos e serviam também de habitação à família do moleiro. Tinham cobertura de duas ou quatro águas, em telha regional. Os alçados eram construídos em pedra, rebocados com argamassa de cal e barro, e caiados de branco. Possuíam forno e chaminé, de modo a propiciar a cozedura do próprio pão” (Brasil: 2013, 62).

O imóvel em apreço neste estudo, enquanto conjunto, obedece aos preceitos da alvenaria tradicional regional, enquadrável numa linguagem construtiva tipicamente urbana, com pedras de alicerce mais ou menos anarquicamente colocadas, paredes mestras grossas e restantes separações interiores executadas de forma tosca, mas bem aparelhada. O telhado era de duas águas, feito com madeira, em elevado estado de deterioração. No que à moenda diz respeito, identifica-se uma área retangular destinada a suportar o peso do engenho da moagem. Trata-se, tipologicamente de uma azenha, atendendo à posição vertical da roda motriz que, originalmente, transmitiria o seu movimento ao veio, em madeira, através de uma abertura quadrangular, ainda identificável na parede a poente.

As rodas das azenhas variavam, ao nível do tamanho e tipologia, variando, assim, a capacidade de força motriz da moagem. Neste caso particular, foi possível identificar as seguintes medidas: 250 centímetros de diâmetro máximo e 195 de mínimo; cerca de 80 centímetros de largura total, equivalente ao tamanho do canal da levada da Ribeira. O aparelho construtivo aponta para uma construção inicial que podemos definir, tipologicamente, como azenha copos, porquanto a posição relativa da água vem do alto, em ramal, caindo, batendo e enchendo copos cerâmicos, que municavam o perímetro da sobredita roda de madeira, obrigando-a a mover-se, tanto pelo caudal motriz, como pela gravidade, tendo um fosso e um canal de descarga gravitacional (Dias, Oliveira e Galhano: 1959, 49).



A água que alimentava esta azenha vinha de uma levada que, antecedendo a queda para a roda, tinha um tríplex sistema de comportas, alicerçado num triângulo sobressaliente, que cortava a levada em duas. Cada lado do triângulo apresentava negativo de uma comporta, dividindo a levada em duas. Um que abastecia a roda, outra que desviava essa levada do moinho e reconduzia, de forma direta, a água à Ribeira dos Moinhos.

Os materiais da sondagem 1, ou seja, aqueles que provêm de junto à fundação do engenho, que tem uma área de 5,70 m² no total, datam o momento fundacional do moinho. A análise desses materiais revelou alguns fragmentos de faiança portuguesa azul & branco, todos eles produzidos em Lisboa, sendo datáveis do período V da tipologia crono-estilística de Tânia Manuel Casimiro, mais concretamente, neste caso, de entre 1680 a 1720, período entre o qual foi construída a azenha. O abandono da moagem terá de ser tardio, pois, caso contrário, não encontraria tamanha integridade ao tempo da intervenção. A isto acrescem alguns metais que testemunham a sua maquinação, que nunca se daria antes dos anos 50-60, do século XX. É, pois, provável que tenha sido moagem até ao terramoto de 1980.



Fragmento de faiança portuguesa, produção de Lisboa, 1680 – 1720

Assim, e em jeito de conclusão, é possível afirmar que, muito provavelmente, entre 1680 e 1720 foi construída uma azenha de copos, tendo funcionado como moagem, provavelmente, até 1 de agosto de 1980. Nesta, existiam vestígios de maquinação, o que implica que a motorização da moagem deve ter ocorrido pelas décadas de 50 a 60 do século XX. Devido à natureza do trabalho arqueológico, neste caso acompanhamento, não foi possível registar toda a evolução do espaço, apesar de se verificarem diversas alterações no mesmo. Podemos constatar que o terramoto de 1 de janeiro de 1980 não só alterou profundamente o espaço, como criou uma deposição de, pelo menos, 60 cm. de entulhos. Atendendo aos resultados obtidos, por exemplo, nos moinhos do Beco das Alcaçarias e aos ora obtidos, propõe-se que a metodologia futuramente a aplicar a estas unidades seja a de sondagem prévia, com acompanhamento arqueológico.



Jogo de futebol do Lusitânia, anos 1940-50, Angra do Heroísmo
com anotação de n.º de inventário do MAH (F6/801)



Cartaz da Praça de Toiros desmontável Vitória das Sanjoaninas 1979

Bibliografia

- BETTENCOURT, Luís (2008) – *Moinhos de vento dos Açores*. Ed. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo.
- BRASIL, Vítor Medeiros (2013) – *Património das águas de Angra*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Aberta.
- CASIMIRO, Tânia Manuel (2013) – “Faiança portuguesa: datação e evolução crono-estilística” in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Ed. DGPC, pp. 351 – 367.
- DIAS, Jorge, OLIVEIRA, Ernesto Veiga de e GALHANO, Fernando (1959) – *Sistemas primitivos de moagem em Portugal – moinhos, azenhas e atafonas*. N.º 1, Ed. Instituto de Alta Cultura, Porto.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto (1999) – *Farinhas, moinhos e moagens*. Ed. Âncora, Lisboa.
- GUEDES, José H. Correia e OLIVEIRA, Carlos S. (1992) – “Caracterização da edificação de alvenaria tradicional. Elementos para o estudo do comportamento e recuperação do parque habitacional aquando do sismo de 1/1/80 nos Açores” in *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de janeiro de 1980*. Vol. 2, Ed. Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e LNEC, Lisboa, pp. 357 – 459.
- LEÃO, Roberto (1992) – “Recuperação urbana da cidade de Angra do Heroísmo após o sismo de 1 de janeiro de 1980” in *10 anos após o sismo dos Açores de 1 de janeiro de 1980*. Vol. 1, Ed. Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas e LNEC, Lisboa, pp. 55 – 71.
- MARTINS, Rui de Sousa (1997) – “O pão no arquipélago dos Açores: mudança e articulação das técnicas de cozedura” in *Arquipélago. História*, 2ª série, II, pp. 119 – 170.
- SILVA, Isabel Coelho da (2012) – *A Ribeira dos Moinhos de Angra do Heroísmo – memória histórica e gestão patrimonial*. Ed. Autor, Angra do Heroísmo.
- VV.AA (1985) – *A cidade de Angra na ilha de Jesus Cristo da Terceira que está em 39 graus*. Coord. Francisco Maduro Dias. Ed. Comissão Executiva das Comemorações dos 450 anos da cidade de Angra. Angra do Heroísmo.

Anexo fotográfico

- 1 Aspeto do moinho no início dos trabalhos
- 2 Aspeto do “inferno” do moinho no início dos trabalhos
- 3 Moinho após limpeza superficial
- 4 Pedra de mó
- 5 Vista parcial da levada da Ribeira dos moinhos

- 6 Parte da levada da Ribeira dos Moinhos com sistema de comportas
- 7 Pormenor do sistema de comportas
- 8 Local de implantação da antiga roda do moinho
- 9 Ramal de alimentação de água para a antiga Fábrica de Tabaco Âncora
- 10 Aparelho construtivo do edifício
- 11 Aparelho construtivo do edifício e porta de acesso ao edifício ao norte
- 12 Passagem entre edifícios após escavação
- 13 Escadaria exterior e forno de lenha do logradouro vistos desde a área de moenda
- 14 Demolição da parede sul do moinho
- 15 Forno de lenha do piso superior
- 16 Arco entre pisos da parede norte
- 17 Antigos degraus de acesso ao logradouro
- 18 Alicerce da sala de entrada
- 19 Sondagem 1
- 20 Marca em pedra da levada da Ribeira dos Moinhos

DOCUMENTOS

O ARQUIVO DA CASA DOS CONDES DA PRAIA DA VITÓRIA

Ao Serviço do Estudo da História Local, Regional e Nacional

*Diana Nunes
João Félix*

Os arquivos de família são uma fonte de informação de extremo valor para o estudo da história de uma sociedade. Acumula-se nestes arquivos toda uma panóplia de documentos resultantes da relação da família, enquanto entidade, e de cada um dos seus constituintes, com o seu meio envolvente, perpetuando assim a existência dos mesmos num tempo e espaço, evidenciando características políticas, sociais, económicas e administrativas que em muito contribuem para o conhecimento da nossa comunidade.

No panorama da história dos Açores, o arquivo da Casa dos Condes da Praia da Vitória, doravante designado CCPV, à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro é um perfeito exemplo de um arquivo de família cujos conteúdos alcançam muitas áreas de estudo, e, por isso, é de elevadíssimo valor patrimonial.

Este conjunto documental integrou o Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo em 1949, primeiro com a doação do precioso manuscrito da *Fénix Angrense* pela D. Palmira Noronha de Ornelas Bruges, viúva do filho primogénito de Jácome de Bruges, 2º Conde da Praia da Vitória, tendo a restante documentação só integrado o arquivo distrital em 1950. Este arquivo possui o documento mais antigo relativo aos Açores existente na BPARLSR, datado de 1483, a Carta da Sentença do Duque de Viseu. Desde logo foram identificados outros documentos com valor intrínseco na reconstrução da história local e nacional.

Dir-se-ia que as personagens centrais do fundo são o 1º e o 2º Condes da Praia da Vitória, respetivamente, Teotónio de Ornelas Bruges Paim da Câmara (1807-1870) e Jácome de Ornelas Bruges Paim da Câmara (1833-1889). Porém, considerando o espetro cronológico do fundo e a diversidade das origens da sua documentação, esta pressuposição rapidamente começa a constituir um problema em termos arquivísticos.

Torna-se importante delinear uma história da família, demonstrando o percurso pelo qual a documentação terá sido acumulada até culminar naquilo que era quando foi doada ao Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo.

A família

Teotónio de Ornelas era filho de André Elói Homem da Costa e Noronha Ponce de Leão e de sua mulher, D. Rita Pulquéria de Ornelas Bruges Paim da Câmara. O seu pai era filho segundo de um fidalgo abastado, e, portanto, não era herdeiro da fortuna paterna. D. Rita Pulquéria, por seu lado, procedia de uma das famílias mais antigas e abastadas dos Açores, de cujos bens era a única herdeira, e através dela o pequeno Teotónio estava destinado a ser, antes que o pudesse saber, o homem mais rico da ilha.

A importância da sua família materna na ilha Terceira remontava aos tempos da povoação, nos quais assoma a figura de Jácome de Bruges, um flamengo que foi colocado ao serviço do Infante D. Henrique, e que se diz ter sido o primeiro a desembarcar na ilha com povoadores, no ano de 1450, tendo-se tornado o seu primeiro capitão do donatário.

Bruges desapareceu no mar em 1472, presumivelmente assassinado. Embora tivesse dois filhos (um deles faleceu em vida do pai, e o outro foi considerado ilegítimo), é a sua filha Antónia Dias de Arce que herda a sua casa, a qual passou depois para a linha varonil descendente do seu marido Duarte Paim, que não herdou a capitania, mas uma vasta fortuna em propriedades, que seria o princípio da longa construção daquela que veio a ser, séculos depois, a Casa dos Condes da Praia da Vitória.

Através de sucessivas gerações, os descendentes de Duarte Paim ligaram-se a outras famílias poderosas, acumulando vínculos de propriedades e poder. O seu filho, Diogo Paim, casou com Catarina da Câmara Homem, filha de Antão Martins Homem, 2º capitão do donatário da Vila da Praia, e de Isabel de Ornelas da Câmara.

Nesta linha surge Francisco de Ornelas da Câmara Paim (1606-1664), uma personalidade em redor da qual se conservaram alguns dos documentos mais importantes deste fundo, com importância para a história de Portugal. Foi ele o escolhido pelo rei D. João IV para organizar a expulsão dos castelhanos do castelo de São Filipe (depois castelo de São João Baptista), na ilha Terceira, e promover a aclamação do novo rei português. Os documentos do seu arquivo individual no contexto deste fundo incluem certificados de bons serviços e relatos em primeira mão do tempo da guerra, existindo até correspondência enviada para ele pelo próprio D. João IV.

Uma outra família passa a integrar o clã dos Pains de Ornelas da Câmara nesta época, na pessoa do capitão João de Ávila. Foi este um militar nascido na plebe de Angra que conseguiu, através de bons serviços prestados na Guerra da Restauração e na administração local, bem como através do sucesso comercial, alcançar riqueza em propriedades e a mercê de fidalgo da Casa Real. Em torno dele conservaram-se documentos importantes para a administração de propriedades da família, bem como documentos históricos de considerável valor. Manuel Paim de Sousa, filho de Francisco de Ornelas da Câmara,

casou com Maria Paula Borges de Ávila, neta do capitão João de Ávila, que impôs o uso dos apelidos Borges e Ávila pelos seus herdeiros.

O que resultou foi uma família próspera e orgulhosa de feitos passados, que imperou ao longo do séc. XVIII, acumulando terras e apelidos. Teotónio Manuel Inácio de Ornelas Borges de Ávila Paim da Câmara terá sido o primeiro, desde o séc. XV, a desenterrar o apelido Bruges, o qual até então nunca figurara nos nomes dos descendentes do velho capitão flamengo.

Teotónio de Ornelas

Teotónio de Ornelas nasceu em 1807 e atingiu a maioridade após a morte dos pais, com uma fortuna nas mãos e os olhos da sociedade postos em si, num tempo de reviravolta política, em que Portugal se dividia entre liberais e absolutistas. Impunha-se que Teotónio tomasse uma posição, e a natureza das coisas teria feito dele um absolutista, pois teria muito mais a ganhar com a estrutura social do Antigo Regime, porém, a convívência com liberais e o seu espírito iconoclástico tê-lo-ão feito aderir à causa da monarquia constitucional, tornando-se no verdadeiro chefe da rebelião local contra o reinado de D. Miguel.

A posição tomada por Teotónio de Ornelas deu origem a um conjunto de documentos de burocracia militar contemporâneos da Guerra Civil Portuguesa.

Em virtude dos serviços prestados em defesa do liberalismo e da legitimidade da rainha D. Maria II, Teotónio de Ornelas foi agraciado com o título de Visconde de Bruges em 1832 (o título de Conde da Praia da Vitória só lhe seria atribuído em 1863). Terminada a guerra, a sua carreira militar deu lugar a uma carreira política, tendo ele sido o primeiro presidente eleito da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, várias vezes reeleito, e ainda, por um breve período, governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo.

O filho primogénito de Teotónio de Ornelas, Jácome de Ornelas Bruges de Ávila Paim da Câmara, já era governador civil de Angra do Heroísmo aos 27 anos de idade, o início de uma longa atividade política ligada sobretudo à administração distrital. Jácome de Ornelas Bruges foi quatro vezes reeleito para a governação do distrito e foi governador civil do Distrito de Ponta Delgada entre 1869 e 1877. A documentação resultante da sua atividade é vastíssima, constituindo um precioso testemunho da metodologia governamental do seu tempo face às mais diversas situações.

O arquivo

O Arquivo da CCPV contém, também, uma grande quantidade de registos de contabilidade, e de escrituras notariais, onde se pode observar a riqueza da casa, assim como a má administração que sofreu, e o seu declínio. Após a morte súbita do 2º Conde da Praia da Vitória em 1889, o seu filho primogénito, Teotónio Octávio, não aceitou o título de

3º Conde, por estar o património familiar tão crivado de dívidas que não lhe era possível pagar os respetivos direitos de mercê.

A ruína da Casa dos Condes levou à venda e dispersão dos bens imóveis da família, incluindo a do Palácio de Santa Luzia, velho solar da herança do capitão João de Ávila, que fora a principal residência dos Condes e onde se acharia acondicionado o seu precioso arquivo. O percurso da documentação até à sua doação é incerto. Terá, provavelmente, sido armazenada em casas de descendentes.

Dir-se-á que este amontoado de documentos é, na verdade, a maior riqueza que a Casa dos Condes da Praia da Vitória acumulou e deixou à posteridade, e que o estudo dos seus conteúdos é inevitável e incontornável para a história dos Açores e de Portugal desde os finais do séc. XV aos primórdios do séc. XX.

Naturalmente, este valor patrimonial pesou muito, para além da complexidade inerente da documentação, e da forma como se achava disposta, sobre a nossa organização e tratamento arquivístico deste acervo.

Reconhecida a importância deste acervo, desde a data da sua incorporação no arquivo distrital, foram repetidamente envidados esforços para o organizar e disponibilizar ao investigador, porém, sem conclusão. Isto refletiu-se na documentação, na medida em que, quando recebemos esta tarefa, era notória a variedade de critérios de classificação a que a documentação fora submetida, fruto de diferentes pontos de vista arquivísticos, o que já desvirtuara qualquer ordem original que o acervo pudesse ter. Estas condicionantes, aliadas a outros fatores físicos dos documentos, tais como o seu mau estado de conservação, a falta de elementos essenciais (data, título e autor), a exigência de conhecimentos avançados de paleografia, e a localização de documentos transcendentais ao âmbito pessoal e familiar, dificultaram o processo de identificação, interpretação e classificação.

Este revelou-se, para nós, um enorme desafio profissional, visto que um arquivo tão complexo, com tais dimensões físicas e diversidade tipológica, apresenta dificuldades que condicionam a aplicação de algumas técnicas para a classificação de arquivos de família.

Neste contexto, os documentos foram dispostos em secções orgânico-funcionais de genealogia e heráldica, posse e administração de propriedades, transação e transmissão de propriedades, administração de vínculos, legados, gestão financeira e contabilística, atividade comercial, arquivos individuais, documentação judicial e documentação relativa à Maçonaria.

Independentemente destas secções, os documentos com grande expressão a nível quantitativo e os documentos aos quais foi impossível estabelecer qualquer relação com a estrutura anteriormente referida, foram organizados em séries e coleções a nível do fundo. Nesse âmbito, destaca-se a série correspondência, dividida em correspondência particular, oficial, militar e comercial, existente neste arquivo, e organizada por remetente.

Por fim, e de forma a integrar nesta estrutura aqueles documentos que diziam mais respeito a uma temática em particular, ou a um aspeto da vida em sociedade, do que a uma divisão intelectual como uma secção, estes foram reunidos e descritos ao nível do

documento, em coleções. Foram assim constituídas coleções de documentos régios, documentos eclesiásticos, documentos históricos, documentos do quotidiano, iconografia, partituras, etc.

O quadro de classificação final é, inevitavelmente, fruto de vários fatores que, ao longo de cinco anos de trabalho, nos desafiaram enquanto profissionais e colocaram em questão algumas boas práticas arquivísticas.

Após tudo isto, temos uma enorme satisfação em poder informar todos os interessados que este fundo se encontra agora organizado e tratado arquivisticamente, e de forma a ir ao encontro, o melhor possível, dos interesses do investigador, o quadro de classificação está disponível online no endereço <https://arquivos.azores.gov.pt>. É um fundo vasto (ocupa 38 metros lineares), mas, muito mais do que isso, é um fundo cujo valor intrínseco é incalculável. E será de grande préstimo a muitos trabalhos, estudos e investigações, ao longo dos anos vindouros.

VÁRIA

JOÃO MARIA SOARES DE BARCELOS (1952-2019)

*António Maria Gonçalves**

João Maria Soares de Barcelos nasceu a 2 de maio de 1952, na freguesia de Ponta Delgada da Ilha das Flores, nos Açores.

Era filho de José Maurício de Barcelos, faroleiro, e de Leotilde Lourenço Soares de Barcelos, regente escolar. Foi o mais velho de quatro irmãos, numa terra isolada e distante de tudo, mas autossuficiente nos haveres essenciais, nos afetos e na criatividade.

Frequentou o ensino primário na escola da sua freguesia natal e, aos 11 anos de idade, foi para a Ilha Terceira continuar os seus estudos, no Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, tendo ficado instalado na casa da sua madrinha e tia que, não tendo filhos, o tratava como se fosse seu próprio filho.

Em 1972 foi para Coimbra frequentar o Curso de Medicina, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, que, exemplarmente, concluiu em julho de 1978. Durante esse período, foi morador na República Residência Solar dos Estudantes Açorianos, frequentada por um importante leque de estudantes das ilhas, dos mais variados cursos universitários.

Por motivos profissionais, foi viver para a cidade de Castelo Branco em 1979. Em 1987 casou-se com Maria Alexandra, nutricionista, que tinha ido trabalhar como dietista em 1985 para o Hospital Distrital de Castelo Branco, onde se conheceram e trabalharam em conjunto, daí por diante. O casal teve duas filhas, Mariana Alexandra e Maria João, a primeira mestre em Engenharia Eletrónica e Comunicações e a segunda mestre em Arquitetura.

* ????????????

Fica em Castelo Branco até 1990, altura em que volta a viver em Coimbra, cidade de onde é natural a sua mulher e onde viviam os sogros.

Regressa à Ilha das Flores em 1998, acompanhado pela sua mulher e filhas, aí trabalhando durante mais de dois anos no Hospital que, na altura, já se denominava Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

A partir do ano 2000 retoma a sua atividade clínica como médico especialista em Medicina Interna e Diabetologia, com o grau de Chefe de Serviço pela carreira hospitalar, no Hospital de Cantanhede, onde vem a desempenhar as funções de Diretor Clínico. Fica a viver na cidade de Cantanhede, no distrito de Coimbra, e lá permanece, como sempre, na companhia da sua mulher e filhas.

Atividades lúdicas e interesses artísticos

Apaixonado pelo mar, tirou a carta de marinheiro e chegou a ter o seu próprio barco, que batizou com o nome *Nikita*, título de uma canção de Elton John, muito em voga na altura. Ilhéu na sua forma mais intrínseca e genuína, a sua relação com o Mar foi sempre muito forte e íntima. Sempre que podia, pescava no seu barco a motor e fazia das lapas o seu marisco especial, tentando capturá-las por onde quer que fosse, até mesmo deslocando-se para a costa de Espanha, onde as podia comer frescas, vivas, como tantas vezes as vira em Ponta Delgada das Flores, em tempos da sua infância ou durante as suas curtas permanências em férias.

A par de toda a sua intensa atividade profissional, brilhantemente desenvolvida, Soares de Barcelos foi, durante toda a sua vida, um amante inveterado de múltiplas formas de arte, dedicando muito do seu tempo livre, e desde tenra idade, ao conhecimento e aperfeiçoamento das mesmas, pondo desde cedo em prática as suas múltiplas aptidões natas.

Embora nunca tenha publicado a sua obra, durante a década de 80 dedicou-se à Poesia, que assina como Eugénio Mesquita, pseudónimo que terá escolhido considerando dois dos seus poetas de referência, Eugénio de Andrade e Roberto de Mesquita.

Na década de 90, dedicou-se à realização de algumas obras de escultura e pintura, tendo participado, inclusivamente, numa exposição coletiva de médicos pintores.

Foi com grande engenho e arte que fez completas reparações de algumas motos antigas e de variados aparelhos antigos de rádio que integram a sua estimada coleção pessoal, alguns tidos como verdadeiras antiguidades.

Também a Música marcou a sua vida, desde muito cedo, certamente por influência de uma família de executantes de reconhecida qualidade, tocadores de variados instru-

mentos, família essa que, reconhecendo a sua aptidão e vontade, o incentivou nessa arte, investindo na sua formação.

Carreira médica

Com uma carreira profissional brilhante, é à medicina que dedica grande parte da sua vida ativa. Para entender toda a dinâmica da sua ação como médico da carreira hospitalar com o grau de Chefe de Serviço, vale a pena pormenorizar esse seu percurso, que lhe confere um currículo recheado de capacitações e que o distingue entre os seus pares.

Assim, logo após a licenciatura, e enquanto aguardava a entrada para o Internato Geral, foi convidado para trabalhar no Hospital Concelhio de Santa Cruz das Flores, na valência de Saúde Pública, sob a responsabilidade dos médicos daquela instituição, de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1978.

Efetuiu Estágio de Policlínica no Hospital Distrital de Castelo Branco (H.D.C.B.) de 2 de janeiro de 1979 a 31 de dezembro de 1980, com aproveitamento em todas as valências. Fez Serviço Médico à periferia, no Concelho de Idanha-a-Nova, no hospital local e nos Postos Médicos das freguesias de Monsanto da Beira, Ladoeiro e Aldeia de Santa Margarida, de 1 de fevereiro de 1981 a 31 de janeiro de 1982.

Enquanto aguardava a entrada para o Internato Complementar, e por proposta do Diretor Clínico do Hospital Distrital de Castelo Branco, efetuou um estágio em Diabetologia Clínica, no Departamento de Diabetologia do Hospital de Santa Maria, sob a orientação máxima do Prof. Doutor Pedro Eurico Lisboa, de 29 de março a 29 de agosto de 1982, o que lhe permitiu, no ano seguinte, inaugurar uma Consulta de Diabetes no H.D.C.B., que viria a funcionar regularmente até finais de 1990.

A partir de 1982, com a presença quinzenal de um médico especialista de pneumologia do Hospital Universitário de Coimbra (Dr. A. Camilo Leite), passou a acompanhar as consultas efetuadas nas manhãs de sábado, adquirindo um treino especial na técnica de biópsia pleural. Após alguns meses de aprendizagem, dado o elevado número de doentes enviados do exterior, passou a efetuar semanalmente uma Consulta de Triagem e Seguimento em Pneumologia.

No Internato Complementar de Medicina Interna, iniciado em 2 de janeiro de 1983 e terminado a 31 de dezembro de 1987, estagiou no Serviço de Medicina Interna do H.D.C.B. — Diretor: Dr. Aires de Abreu (36 meses); Serviço de Medicina Interna do H. de Santa Maria (HSM) — Diretor: Prof. Doutor J. Pinto Correia (5 meses); Serviço de Neurologia do HSM — Diretor Prof^a Doutora M. Sales Luís (3 meses); Laboratório de Hematologia do HSM — Orientadora: Dra. Graça Lopes (15 dias); Unidade de Cuidados Intensivos para Coronários do HSM (UTIC) — Diretor Prof. Doutor Carlos Ribeiro (3

meses); Serviço de Pneumologia dos Hospitais Universitários de Coimbra (HUC) — Diretor Prof. Doutor Robalo Cordeiro (6 meses); Serviço de Doenças Infecciosas dos HUC — Diretor Prof. Carrington da Costa (3 meses); Laboratório de Eletromecanografia dos HUC — Orientador Dr. Chorão de Aguiar (3 meses).

No seu exame final do Internato Complementar, realizado nos dias 21 e 22 de janeiro de 1988, obteve a classificação de 17.5 valores (D.R. II Série, nº 44. 23/02/1988).

Ainda no Hospital Distrital de Castelo Branco, organizou a Consulta Externa de Diabetes e Nutrição, que teve início no dia 01/02/1983, com o apoio de uma dietista e de enfermeiros, que funcionaria regularmente até finais de 1990, altura da sua transferência para o Hospital de Cantanhede.

É também nesse hospital distrital que, a 23 de fevereiro de 1988, atingiu o cargo de Assistente Hospitalar de Medicina Interna (D.R II Série, nº 44, de 23/02/1988) e simultaneamente Chefe de Equipa do Serviço de Urgência.

No Hospital Distrital de Castelo Branco, na Enfermaria do Serviço de Medicina da qual foi responsável pela Enfermaria de Homens após o grau de Assistente Hospitalar, na Consulta Externa do Serviço e no Serviço de Urgência, contribuiu para a formação dos médicos do Internato Geral e dos Internos do Internato de outras especialidades a frequentar a valência de Medicina Interna.

De 14 a 24 de novembro de 1988, frequentou o Curso de Formação para Médicos Codificadores destinado a dar formação sobre o sistema de codificação da Classificação Internacional das Doenças, 9ª Revisão, Modificação Clínica (CID-9-MC), os Grupos de Diagnóstico Homogéneo (GDH) e o Controlo Qualificativo de Dados, curso organizado pela Secretaria da Administração de Saúde.

Teve relevante atividade docente durante 1989 e 1990, lecionando na Escola de Enfermagem Dr. Jaime Lopes Dias (Castelo Branco) aulas dedicadas a Diabetes e deu aulas práticas aos Alunos de Enfermagem na Enfermaria de Medicina Interna do H.D.C.B.

Por motivos que justificou de particulares e de cariz familiar, pediu a transferência para o Hospital Distrital de Cantanhede, tendo sido nomeado em modalidade de colocação, pelo Secretário-Adjunto do Ministro da Saúde em 03/10/1990 (publicado no D.R. II Série, de 31/05/1991), iniciando funções no Serviço de Medicina deste Hospital no dia 14 de novembro de 1990. Aí permaneceu por longo tempo, exercendo relevantes cargos e desenvolvendo uma importantíssima ação clínica e científica.

Foi Assistente Hospitalar de Medicina Interna do Quadro Permanente do Hospital de Cantanhede (HC) desde 17/05/1991, em regime de dedicação exclusiva. Foi o fundador e responsável pela Consulta de Diabetes, inaugurada em março de 1991, a funcionar

regularmente desde 16 de abril de 1991. Foi Presidente da Casa do Pessoal do HC. Eleito em 1992, exerceu este cargo até 16 de abril de 1998, altura em que foi destacado para os Açores.

Obteve a Especialização em Medicina Interna pela Ordem dos Médicos a 17 de julho de 1993, perante o Júri Nacional de Admissão, que por Consenso do Colégio de Especialidade lhe atribuiu o título de Especialista de Medicina Interna, após o que se inscreveu no referido Colégio.

Organizou a Biblioteca do Serviço de Medicina do Hospital Distrital de Cantanhede entre 1992 e 1993, tendo para tal obtido o apoio de vários laboratórios farmacêuticos, com a aquisição e alguns livros de consulta e de 14 revistas médicas.

Concorreu a uma das três vagas abertas no país para o 1º Ciclo de Estudos Especiais de Diabetologia do Hospital de Santa Maria, tendo sido aceite. Este Ciclo foi iniciado a 1 de abril de 1994 e terminou a 1 de abril de 1995, tendo o mesmo decorrido no Departamento de Diabetologia do Hospital de Santa Maria, com a orientação máxima do Prof. Pedro Eurico Lisboa, e a colaboração do Dr. Bragança Parreira, do Dr. Jorge Caldeira e da Dra. Odette André. Dos vários temas teóricos abordados, apresentou publicamente os seguintes: Cirurgia e Diabetes, Educação do Diabético, Hipoglicemia, Insulinoterapia, Neuropatia Diabética, Retinopatia Diabética, Doenças Tardias da Diabetes e Pé Diabético. Destes temas, “A Hipoglicemia”, foi resumido e publicado na Revista Portuguesa de Medicina Interna, com a assinatura do autor e do Prof. Pedro Lisboa. Obteve a Classificação final de 18.6 valores (D.R. II Série, nº 241, de 18/10/1995). Após concurso, obteve o grau de Consultor de Medicina Interna, a 23 de novembro de 1995 (D.R. II Série, nº 271, de 23/11/1995).

Foi nomeado Diretor do Serviço de Medicina do Hospital de Cantanhede em 28 de março de 1996, cargo que desempenhou até 16 de abril de 1998.

Promoveu diversas sessões clínicas sobre Casos Clínicos e Temas de Atualização Médica, destinadas aos médicos deste Hospital e duas delas alargadas aos Médicos de Clínica Geral da área.

Nomeação para Júri de Concursos — Fez parte do júri, como vogal efetivo, do concurso para uma vaga de Medicina Interna do Hospital de Cantanhede (D.R. II Série, nº 139, de 16/06/1993), para uma vaga de Medicina Interna do Hospital de Guimarães e para uma vaga de Chefe de Serviço do IPO de Coimbra.

Centro de Saúde Integrado de Santa Cruz das Flores – Açores — A pedido do Conselho de Administração do Centro de Saúde Integrado de Santa Cruz das Flores, sua ilha natal e oficialmente autorizado pela Secretaria-Regional da Educação e Assuntos Sociais dos Açores e pelo Ministério da Saúde, aceitou a sua requisição durante dois anos para prestar serviço nesse Centro como médico internista, tendo iniciado funções no dia

16/04/1998. É nesse período, por ele considerado como uma excepcional oportunidade de gratidão e cidadania, que depende todos os seus conhecimentos e energia a favor dos seus conterrâneos. Também é nesse período que reata todas as suas raízes de homem ilhéu e se dedica, nas horas vagas, ao estudo da etnologia, sobretudo nas vertentes etnográfica e da linguística, ocupando-se da preparação do livro “Falas da Ilha das Flores”, com a colaboração do Dr. José Silva, médico e seu conterrâneo, e muitas pessoas que ele aproveita para contactar e delas receber a informação necessária.

Nas Flores, dedica todo o seu saber à realização de consultas externas, consultas de urgência e observação dos doentes do Internamento, que passaram a ficar a seu cargo, sendo diariamente observados. Aí teve oportunidade de contactar com estranha patologia, frequente e quase exclusiva da Ilha, a Doença de Machado-Joseph, e aproveita para, também nesse campo, colher interessante experiência clínica. Concluída essa missão na sua terra natal, volta ao seu hospital de origem, em Cantanhede, onde, logo após exame público, inicia funções como Chefe de Serviço de Medicina Interna a 1 de setembro de 2000.

Pelos médicos do Quadro Permanente deste Hospital, foi eleito Diretor Clínico do HC, confirmado por despacho da Ministra da Saúde de 28 de maio de 2001 (Despacho nº 5606/2001, II Série), tendo sido renomeado após três anos de exercício de funções. Como prova do seu alto sentido ético, no segundo mandato cumpriu apenas cerca de dois anos, tendo pedido a sua exoneração pelo motivo de ter sido exonerado o Presidente do Conselho de Administração que indicara a sua nomeação.

Em 2004, dois anos depois de encerrar temporariamente para obras, o Hospital de Cantanhede, por orientação superior, deixa de admitir nas suas enfermarias de Medicina doentes agudos, tendo passado a ser uma Unidade de Cuidados Continuados. Os diagnósticos e outros procedimentos médicos passaram a ser feitos noutros hospitais, e deixou de fazer sentido a presença de um médico especialista em Medicina Interna nesta nova tipologia. Assim, depois de algum tempo de grande frustração, acabou por solicitar a sua aposentação, que lhe foi concedida.

Destacam-se, a seguir, algumas das comunicações que apresentou:

Em Sessões Clínicas: Carcinoma Muco-celular do Estômago; A Educação do Diabético; Mal de Pott (caso clínico); Pneumonias, Doença de Paget – Aspectos Teórico-práticos; Abscesso do Pulmão (2 casos clínicos); Ceto-acidose Diabética; Tratamento da Diabetes do tipo I; Doença de Addison (caso clínico); Cardiomiopatia Isquémica em Doentes em Hemodiálise e Transplante Renal; Pulmão Profundo; Hidatidose-Equinococose; Quisto Hidático do Pulmão versus carcinoma Brônquico (caso clínico); Hidatidose Múltipla; Vasculites Necrosantes; Anemias: Noções Teórico-Práticas.

Em Congressos e Jornadas em que foi preletor: III Congresso Nacional de Patologia Respiratória (Pneumonias – Casuística de 2 anos do H-D.C.B.); Primeiras Jornadas de

Ortopedia do Hospital de Beja (Doença de Paget; Primeiras Jornadas de Gastroenterologia da Beira Interior (Polipose Familiar do Cólon — Caso clínico); I Programa sobre Diabetes para Enfermeiros (História da Diabetes, Fisiopatologia da Diabetes, Complicações Tardias); Sessões da Associação Portuguesa de Cardiologia, para o público (Hipertensão arterial); Reunião sobre antibióticos para Clínicos Gerais (A Ciprofloxacina — a propósito do seu recente lançamento); Reunião do Instituto de Clínica Geral da Zona Centro (Insuficiência Respiratória Aguda); I Congresso Português de Diabetes (Como deve funcionar uma Consulta de Diabetes num Hospital Periférico); XX Curso Livre Anual de Clínica da Diabetes do Hospital de Santa Maria (Insulinoterapia); II Congresso Português de Diabetes (A História da Insulina); III Jornadas de Medicina Interna da Beira Interior (O Pé Diabético); I Jornadas de Endocrinologia, Diabetes e Nutrição do Hospital de Aveiro (Participação na Mesa Redonda subordinada ao tema Assistência ao Diabético na Região Centro — Situação Atual e Perspetivas Futuras).

A partir da sua investigação clínica, publica, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Diabetes e Gravidez: Publicado em brochura pelo Departamento de Educação Permanente do HDCB;
- Cetoacidoses Diabéticas: Publicado em brochura pelo Departamento de Educação Permanente do HDCB e no Jornal do Médico nº 2263, de 30 de abril de 1988;
- Psoríase Artropática: Revisão bibliográfica, a propósito de um caso clínico — Jornal do Médico, vol. 132, de 4 de abril de 1992;
- Pneumonia — Casuística de dois anos: Publicado na Revista Portuguesa de Doenças Infecciosas;
- Hipoglicemia — Tema de Atualização: Publicado na Revista Portuguesa de Medicina Interna, em 1996.

Atividade musical

Iniciou os seus estudos musicais aos doze anos, na ilha Terceira, tendo como professor de Educação Musical o Professor Mário Coelho, durante dois anos. Dos 15 aos 17 anos estudou piano com a Professora Alice Borba e em simultâneo violino com o Professor Henrique Borba. Aos 18 anos fez parte do Grupo Folclórico da Fanfara Operária da Ilha Terceira, como tocador de viola regional de 15 cordas e aos 19 já integrava o conjunto de música ligeira “Viola Baixo”.

Com 19 anos, já em Coimbra, no primeiro ano de Faculdade, inscreveu-se no Coral de Letras, onde esteve durante um ano, pois que no ano seguinte transferiu-se para o Coro Misto da Universidade de Coimbra (de 45 elementos com execução a 4 vozes), apresentando e dando imenso realce à 3ª. Parte dos espetáculos que era composta apenas por Música Popular Açoriana. Devido à aceitação pelo público desse tipo de música, foi

convidado a formar um grupo de música popular com especial enfoque na música açoriana, tendo arranjado e dirigido mais de 30 temas, dos 150 por ele recolhidos durante vários anos nas Ilhas das Flores e Corvo, e cujas gravações em fita magnética mais tarde acabaria por doar ao Museu Nacional de Etnologia, um legado de valor incalculável que constitui um contributo muito especial no estudo e conhecimento da Música Popular Açoriana. Em 1976 fez parte da Direção Geral do Coro Misto, tendo sido nomeado seu Diretor Artístico.

Simultaneamente, começou a fazer parte da Tuna Académica, tocando guitarra clássica que, entretanto, já aprendera e dominava com destreza. Aperfeiçoando os seus conhecimentos em composição e violino, inscreveu-se no Conservatório Regional de Coimbra, tendo como professores João Rodrigues e Tobias Cardoso, e nos três anos que aí permaneceu foi convidado para a Orquestra do Conservatório, fazendo parte do naipe dos 2^{os} violinos.

Nos anos de 1973, 1974, 1975, 1980 e 2000, fez uma extensa recolha de Folclore Açoriano nas Ilhas das Flores e Corvo, com mais de 150 canções gravadas, designadamente a Recolha de Folclore sobre a Folia do Espírito Santo da Freguesia de Ponta Delgada das Flores, com texto e registos sonoros editados em CD pelo Museu Nacional de Etnologia. Em 1978, foi gravada em disco a sua primeira recolha de Folclores, pelo Grupo de Pesquisa de Música Popular (Brigada Víctor Jara), no trabalho intitulado “Eito Fora” e depois no 2^o. Trabalho divulgado “Tamborileiro”.

De 1976 a 1978 participou no Grupo de Cantares e Danças de Portugal— o Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra (G.E.F.A.C), onde participou na sua direção artística musical. Em 1980, entrou para a Orquestra Típica Albicastrense, onde permaneceu durante dois anos como 2^o. Bandolim (outro instrumento que também passou a tocar). Ao mesmo tempo fez parte do Orfeão de Castelo Branco, no naipe dos “barítonos”. Com essas duas formações fez dezenas de digressões, acabando por delas se afastar pelos seus múltiplos compromissos profissionais. Durante o ano de 1981, frequentou regularmente o Conservatório Regional de Castelo Branco, para aperfeiçoar Guitarra Clássica.

Atividade literária

Participa com regularidade em vários periódicos açorianos em papel (Diário Insular, Correio da Horta, Jornal As Flores e O Monchique), e *online* (por exemplo, Blogue FLORES ONLINE, “A Ilha no Coração” nos <https://floresonline.blogs.sapo.pt/9341.html>, visto em 25-11-2021) com centenas de artigos publicados, quase sempre dedicados à divulgação daquela que terá sido a sua maior saga — o estudo da linguagem, da etimologia e da evolução das palavras que os povos foram usando e, nalguns casos, perpetuando ao longo dos tempos, com especial interesse Açores (a começar pela sua

própria ilha e vizinha Ilha do Corvo), Madeira, e ainda com contributos importantes na linguística portuguesa (Norte e Interior) e na estrangeira, como é o caso da Espanha, concretamente da Galiza.

As suas investigações no âmbito da linguística, conduziram-no à publicação em 2001 “Falares da Ilha das Flores – Vocabulário Regional” (edição do autor, editora Coingra); em 2008 “Dicionário de Falares dos Açores — Vocabulário Regional de todas as Ilhas” (editora Almedina); em 2009 publica “Falares do Outro Arquipélago: Flores e Corvo (edição do autor, editora Coingra).

Em 2016, a Direção Regional da Cultura do Governo da Região Autónoma da Madeira edita outra importante obra da sua autoria, o “Dicionário de Falares do Arquipélago da Madeira”.

Sócio do Instituto Histórico da Ilha Terceira, tem no seu Boletim publicados “Americanismos Mais Frequentemente Ouvidos Nos Açores” (Volume LXXV, ano de 2017); “Pescaria das Vejas nas Flores” (Volume LXXV, Ano de 2017); “As Saúdes” (Volume LXXVI— Ano de 2018) e “Pesca das Moreias” (Volume LXXVI— Ano de 2018).

Epitáfio

E muito mais haveria para dizer sobre este ilustre florense, João Maria Soares de Barcelos, falecido prematuramente aos 67 anos (28 de outubro de 2019), em Coimbra, cidade dos doutores e dos amores. Foi um ilhéu distinto, pelo seu carácter de pessoa íntegra, insaciavelmente culto, com uma vida preenchida ao serviço dos outros, um artista multifacetado cujo nome, indubitavelmente, terá um lugar cativo na História das nossas Ilhas e no coração dos seus familiares e amigos.

VIDA DO INSTITUTO

RELATÓRIO DO PRESIDENTE 2020

Dando cumprimento ao previsto no n.º 3 do artigo 3.º do Regulamento Interno do Instituto Histórico da Ilha Terceira, apresento aos Sócios o Relatório referente ao ano de 2020.

Este Relatório coincide com o fim do primeiro dos dois anos de mandato da Mesa eleita em novembro de 2019 para o biénio de 2020/2021, tendo ficado constituída por mim, José Olívio Mendes da Rocha, Presidente, por Maria Manuel Velasquez Ribeiro como Secretária e por Paula Maria Soares Romão, como Tesoureira.

No Plano de atividades apresentado e aprovado para o biénio de 2020/2021 foi definido um plano estratégico, no qual se afirmavam as metas e o propósito de centrar o papel e a ação do Instituto, como um organismo capaz de inspirar, envolver e mobilizar os seus membros e a comunidade para os desafios do registo do seu passado e o fazer da sua História, participando no debate sobre o seu presente e futuro.

Entretanto, mercê do surgimento da pandemia de COVID-19, a partir do mês de março de 2020, ficaram comprometidas, de forma clara e definitiva, as intenções e os planos apresentados, em resultado da suspensão de quase todas as atividades previstas para o ano em curso.

1. REUNIÕES DE SÓCIOS DO INSTITUTO

Durante o ano de 2020, o Instituto realizou as duas reuniões ordinárias previstas no n.º 1 do artigo 11.º dos Estatutos.

A primeira reunião realizou-se a 6 de janeiro e teve como agenda de trabalhos: a apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação do Relatório do Presidente relativo ao ano de 2019; a tomada de posse da Mesa, do Conselho Fiscal e dos respetivos substitutos para o biénio 2020-2021; a apresentação para apreciação, discussão e eventual aprovação do plano de atividades para o ano de 2020; outros assuntos de interesse para o Instituto Histórico da Ilha Terceira.

A reunião para a eleição da Mesa, do Conselho Fiscal e dos respetivos substitutos tinha tido lugar a 7 de novembro de 2019. Pela primeira vez na vida do Instituto foi constituída e apresentada uma lista candidata, evitando-se assim a eleição nominal de cada

um dos titulares. A lista única apresentada pelo consócio José Olívio Mendes Rocha foi aprovada por maioria dos sócios presentes. A sua integral composição consta da respetiva ata desta reunião eletiva.

Por força dos constrangimentos resultantes da pandemia de COVID-19, a segunda reunião ordinária só pôde ser realizada a 7 de julho de 2020. Teve como ordem de trabalhos: a apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação da conta de gerência do ano de 2019, tendo presente o Parecer favorável do Conselho Fiscal; o ponto de situação sobre a edição dos trabalhos da anterior Mesa; a apreciação da proposta de normas de publicação no Boletim do Instituto; a informação sobre as publicações previstas para 2020 e sobre os projetos em curso; a apresentação do plano do Boletim 2020; a eleição de sócios para as diferentes categorias previstas no n.º 1 do artigo 3.º dos Estatutos e em conformidade com o preceituado no Regulamento Interno, nomeadamente, nos artigos 9.º, 10.º e 12.º a 15.º.

Esta segunda reunião foi prolongada para o dia 31 de julho, por não ter sido possível concluir o ponto de apresentação, apreciação, discussão e eventual aprovação da conta de gerência do ano de 2019, inscrito na agenda da reunião anterior.

Destas reuniões foram lavradas as respetivas atas que serão publicadas no *Boletim*, razão pela qual apenas se lhes fazem as referências sumárias acima.

2. REUNIÕES DA MESA

Durante o ano de 2020, a Mesa do Instituto reuniu-se formalmente dez vezes, para tratar de assuntos da gestão corrente e para ajuizar sobre o cumprimento do Plano de Atividades aprovado.

3. REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto reuniu-se a 6 e a 28 de julho de 2020, a fim de examinar as contas do exercício de 2019 e a documentação em que se baseavam, com vista à elaboração do Parecer sobre o relatório, contas e orçamento, previsto no n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Como delineado no plano aprovado na reunião de 6 de janeiro, as atividades de 2020 foram desenvolvidas em torno de cinco eixos-base.

1.º Eixo: “Melhorar o funcionamento interno do Instituto”

Apesar de todos os constrangimentos, o Instituto pôde contar com o apoio reforçado, a disponibilidade e a ação voluntária de vários dos seus sócios, para o desenvolvimento de diversos trabalhos.

A contratação da técnica de comunicação e media Cristina Oliveira, em regime de prestação de serviços, com um horário parcial, desde março a agosto e com horário completo, a partir de setembro, permitiu manter uma presença regular na sede do Instituto, facilitando o contacto com os membros da Mesa e proporcionando o atendimento dos sócios e público em geral; e possibilitou, entre outras, a atualização e dinamização do sítio na Internet e da página do Facebook e a concretização de vendas *on-line* com movimento substancial.

Foi mantida a colaboração exemplar do senhor Carlos Valente, infelizmente falecido a 24 de outubro de 2020. Pessoa de grande disponibilidade e de espírito altruísta, muito contribuiu para a realização de muitas tarefas necessárias ao funcionamento do Instituto.

Em nome da Mesa e em nome do Instituto, cabe-nos destacar e agradecer a inestimável colaboração do senhor Carlos Valente e propor um voto de pesar pelo seu falecimento.

2.º Eixo: “Aproximar o IHIT a parceiros individuais e instituições locais/regionais”

Manteve-se a importante parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, através da qual tem sido conseguida, com caráter regular, a realização de diversas iniciativas, com destaque para o financiamento das edições programadas pela Mesa anterior, as reedições e publicações, a cedência de espaços para a realização de eventos e os serviços de design gráfico. Sem esse precioso apoio, a sustentabilidade económica do Instituto não estaria garantida.

Estabeleceu-se uma parceria com o CHAM/A – Centro de Humanidades com vista ao lançamento do livro de Duarte Nuno Chaves, *Conventos Franciscanos nos Açores no século XXI - Memórias da Província de S. João Evangelista*, que ocorreu no Auditório do Museu de Angra do Heroísmo a 4 de outubro de 2020.

Também com o CHAM/A, foi celebrado um acordo de colaboração no âmbito do Projeto TASTE, coordenado pelo Prof. Doutor Duarte Nuno Chaves. Devido à pandemia, o levantamento ainda não teve concretização na Terceira.

Iniciou-se uma colaboração com a Câmara Municipal da Praia da Vitória para a reedição do livro *Freguesias da Praia*, da autoria de Pedro de Merelim.

Também com o Município da Praia da Vitória foi retomado um projeto que tem em vista a reposição heráldica, projeto este que tem estado parado devido à dificuldade de comunicação com a Comissão de Heráldica da Associação de Arqueólogos Portugueses.

Outro projeto em que o Instituto foi convidado a participar foi o da criação do Centro Interpretativo da Base das Lajes, proposta na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 5/2020/A, publicada em Diário da República, I série, n.º 50, de 11 de março de 2020. Neste sentido, tiveram lugar duas reuniões sob a presidência da então Diretora Regional da Cultura, Prof. Doutora Susana Goulart Costa. Entretanto, este projeto encontra-se suspenso, após o resultado das últimas eleições e a constituição de um novo governo.

3.º Eixo: “Promover a produção de conhecimento”

A intenção era, de certa forma, otimizar os contributos dos sócios por via da criação de grupos de trabalho para a realização de projetos de investigação com possibilidade de serem financiados, que potenciassem o aumento do conhecimento sobre a história do

arquipélago dos Açores, em termos gerais, e da Terceira em particular, e que se traduzissem na publicação de artigos no Boletim, na edição de fontes, de teses de mestrado e de doutoramento.

Nesta medida, foram apresentados à Direção Regional da Cultura os projetos: “*Famílias Colecionadoras. Levantamento e reconhecimento de uma coleção/habitação intocada*” e “*Para a História do Associativismo e do Sindicalismo nas Ilhas do antigo Distrito de Angra do Heroísmo*”.

O primeiro projeto mereceu aprovação e o contrato foi celebrado a 30 de julho de 2020, para ser executado em dois anos, por um valor global de 20.000,00 euros, do qual o Instituto recebeu, em outubro de seguinte, o valor de 10.000,00 euros, correspondente à primeira prestação.

O objetivo do projeto era a realização do levantamento dos bens móveis existentes na coleção pertencente à família Machado Pires. Ainda que na fase de preparação do projeto, o Prof. Doutor António Machado Pires tenha manifestado a sua disponibilidade para proceder à seleção dos bens a arrolar e para participar, a posterior fragilização do seu estado de saúde impediu-o de concretizar a sua vontade. Por este motivo, as tentativas que o Instituto Histórico da Ilha Terceira fez, para iniciar o projeto, revelaram-se infrutíferas, o mesmo sucedendo com as que foram gentilmente efetuadas por parte da Prof. Doutora Susana Goulart, então Diretora Regional da Cultura.

Por este motivo, o Instituto propôs à Direção Regional da Cultura, a 20 de outubro de 2020, uma alteração do contrato, de modo a que contemplasse o segundo projeto. O processo ainda se encontra em fase de negociação.

Um outro contrato de prestação de serviços com a Direção Regional da Cultura e com data de concretização, entre outubro de 2020 até fevereiro de 2021 e por um valor líquido de 8.000,00 euros foi o Contrato de Prestação de Serviços de investigação histórica, celebrado entre a Direção Regional da Cultura e o Instituto, cujo objeto de trabalho foi: “*a realização de uma investigação sobre a historiografia açoriana da primeira metade do século XIX nela enquadrando o historiador terceirense Francisco Ferreira Drumond e a dimensão regional da sua obra, nomeadamente, a sua intenção de elaboração de uma História dos Açores complementar da História de Portugal*”.

Este projeto teve enquadramento no âmbito da proposta vencedora do Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores 2019, na área temática da Cultura: projeto n.º 6/OP19, intitulado “*Historiador Ferreira Drummond - Comemorações Regionais*”.

Para esse efeito foi constituído um grupo de trabalho no Instituto com os seguintes elementos: José Olívio Mendes Rocha, Maria Manuel Velasquez Ribeiro e Paula Romão, na coordenação e de Guiomar Marques, Cristina Oliveira e José Olívio Mendes Rocha, na pesquisa e recolha de informação nos jornais e nos acervos da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro e através de pesquisas através da Internet. No decurso da realização deste trabalho e visando uma melhor definição e clarificação do objeto do trabalho a desenvolver foram realizadas reuniões de auscultação com os sócios: José Guilherme Reis Leite, José Avelino Santos e Dionísio de Sousa.

4.º Eixo: “Potenciar a difusão do conhecimento produzido”

Nesta área pretendia-se manter e reforçar a edição e a publicação, estruturando uma política que resultasse na ponderação, entre outros aspetos, da exclusividade *versus* partilha do suporte papel e do suporte virtual, que seriam desdobradas em três tipologias:

- a) Publicação anual do Boletim;
- b) Edição de fontes para a história açoriana, enriquecidas com estudos introdutórios, índices e/ou bibliografias;
- c) Publicação de dissertações/teses, atas e monografias sobre temas específicos.

A concretização destes objetivos ficou aquém do esperado, embora tenha sido discutida e avaliada a adoção de Normas Editoriais e de Publicação, e os meios eletrónicos (página institucional e Facebook) se tenham tornado nos veículos privilegiados para a difusão do Instituto.

Uma experiência com grande sucesso foi a participação do Instituto na Feira do Livro promovida pela Câmara Municipal da Praia, no âmbito da iniciativa “Outono Vivo”. Saldou-se pela venda de livros editados pelo Instituto, no valor de 1.700,00 euros.

5.º Eixo: “Afirmar o IHIT enquanto espaço de debate de ideias, projetos e opiniões”

Tendo constatado, de forma muito positiva, que os responsáveis das Mesas anteriores promoveram intensos ciclos de conferências e debates, o nosso objetivo foi manter essa linha de ação, visando sobretudo aproximar os públicos e captar novos e potenciais investigadores. Devido, sobretudo ao surgimento da pandemia, praticamente tudo ficou em suspenso.

5. CENTRO UNESCO DE ANGRA DO HEROÍSMO

O Instituto Histórico da Ilha Terceira continua interessado e empenhado em manter ativo o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo. Devido à situação pandémica, não foi desenvolvida qualquer atividade durante o ano de 2020. Apenas foi efetuado o preenchimento dos formulários relativos à Rede de Clubes.

6. CONTRATOS-PROGRAMA

Ao longo do ano de 2020, o Instituto celebrou um conjunto de contratos-programa com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, ao abrigo do Regulamento de Apoios a Atividades de Interesse Municipal. Resumem-se no quadro seguinte.

Objeto do contrato	Montante
Apoio à edição do livro O estatuto jurídico das Misericórdias na jurisprudência da Assinatura Apostólica	2.423,20€
Apoio à edição do livro Da Militia - Textos de História Militar dos Açores e Outros	1.469,16€
Apoio à impressão do livro de Atas do Colóquio D. Afonso VI	1.274,00€
Apoio à edição do livro A violência da FLA quase tomou conta da ilha	4.197,60€
Apoio à impressão do Boletim do IHIT	7.800,00€
Total	17.163,96€

7. PROJETO COLLECTIO

Em 2019, o Instituto foi beneficiário do apoio da GRATER no âmbito do PRORURAL+: Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020, através do projeto *Collectio - Um projeto sobre o gosto de colecionar objetos*.

Para a sua concretização, investiu, em 2020, um total de 10.009,20 euros, despesa que será reembolsada em 80% daquele valor.

8. BOLETIM

Foi editado e impresso o *Boletim* volume LXXII do Instituto relativo ao ano de 2019, o qual já foi distribuído pelos sócios. No ano de 2020 foi feita a organização do Boletim relativo ao ano de 2020.

Um agradecimento devido a todos os autores dos artigos publicados, bem como ao nosso sócio efetivo Doutor Ricardo Madruga da Costa pela colaboração que deu na coordenação do mesmo *Boletim*.

9. EDIÇÕES

– Edições impressas em 2019 e distribuídas em 2020:

Numa organização conjunta com a Universidade dos Açores e outras instituições culturais, com o apoio financeiro da Presidência do Governo Regional dos Açores e da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi editada a obra *Atas do IV Colóquio do Atlântico*, o qual se realizou em Bragança, Lisboa e Angra do Heroísmo, de 5 a 10 de dezembro de 2018, sobre a obra e o pensamento de Manuel Ferreira Deusdado, que foi professor do Liceu de Angra.

Estes Colóquios do Atlântico são uma iniciativa e coordenação do nosso sócio correspondente Prof. Doutor Carlos Amaral, Professor da Universidade dos Açores em Ponta Delgada.

- Edições programadas e que foram impressas pela atual Mesa, embora orientadas pelo nosso consócio e anterior Presidente da Mesa, Doutor João Maria Mendes:

Leandro Ávila, *O Liceu Angrense da Primeira República aos Alvores do Estado Novo*. (Tese de mestrado).

Isabel Cristina Monjardino, *Caracterização da procura turística dos Açores – Uma abordagem do ponto de vista estratégico*, Tese de Mestrado

AA.VV., coordenação de Francisco Lameira (sendo um dos autores a Dr.^a Marta Bretão), *Retábulos dos Açores*, Edição em parceria com a Universidade do Algarve

Cónego José Augusto Pereira, *Obras*, Edição coordenada pelos Doutores José Reis Leite, Ricardo Madruga da Costa e João Maria Mendes

Jerónimo Emiliano de Andrade e Mons. Alves da Silva, *Topografia da ilha Terceira* (reedição coordenada pelo Prof. Doutor Álamo Meneses)

Manuel Augusto de Faria, *Da Militia - Textos de História militar dos Açores e Outros*.

- Edição promovida pela atual Mesa com o apoio da CMAH:

Carlos Enes, *A violência da FLA quase tomou conta da ilha*

10. CONTABILIDADE DO INSTITUTO

É pertinente realçar que a contabilidade do Instituto esteve, nestes últimos seis anos, a cargo da empresa “Eduardo Godinho Rocha, Sociedade de Contabilidade, Unipessoal Lda.”, que executou este trabalho em regime de *pro-bono*, pelo menos desde 2017.

Por ter demasiado trabalho e por não poder contratar mais pessoal, a empresa não conseguirá continuar a prestar esta colaboração, pelo que fica expresso aqui o agradecimento do Instituto por toda a boa vontade, trabalho e profissionalismo demonstrados.

A contabilidade do Instituto passará para a empresa de Raimundo Dorés e terá um custo mensal de 120,00 euros.

11. ELEIÇÃO DE SÓCIOS

Na reunião de 7 de julho de 2020 foram eleitos, na categoria de sócios correspondentes, as seguintes pessoas: Ana Maria Pacheco do Nascimento, Ana Cristina Faria Silva, Cristóvão Azevedo, Diana Gonçalves dos Santos, Cristhian Ortiz Garcia, Francisco Pimentel, Jaime Regalado, João de Deus Meneses Melo, João Paulo Garcia Santos Moniz, Jorge Braz, José Elmiro Ramalho Dorés, José Guilherme Teixeira Machado, Manuel Garcia Silveira, Manuel Meneses Martins, Maria Luísa Ribeiro, Margarida Lopes,

Maria Lúcia Forjaz, Melânia Castro, Pedro Parreira, Tiago Resendes, Tiago Rodrigues, Tomé Ribeiro.

Aos sócios eleitos para as diferentes categorias foram enviados ofícios a comunicar a eleição e a solicitar a sua aceitação.

12. AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é importante agradecer a todos os Sócios do Instituto a colaboração prestada ao longo deste ano de 2020.

É sempre de realçar que a sobrevivência do Instituto Histórico se tem devido aos apoios dados pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Na pessoa do seu Presidente, é de toda a justiça agradecer ao executivo camarário os apoios concedidos ao longo do ano.

Igualmente, vai o nosso agradecimento ao Diretor, Chefe de Redação e Jornalistas do jornal “Diário Insular” pela divulgação e reportagens das iniciativas do Instituto, que muito contribuíram para um maior conhecimento das suas atividades junto da população.

Um agradecimento ao apoio do Governo Regional dos Açores que se traduziu em várias formas de tornar sustentável o IHIT.

É de toda a justiça agradecer ao nosso consócio Dr. Rúben Quadros Ramos pelos trabalhos de design que efetuou ao longo do ano para os diversos eventos do Instituto.

Finalmente, um agradecimento a todos quantos, de uma forma ou de outra, deram a sua prestimosa colaboração ao Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Angra do Heroísmo, 20 de abril de 2021

O Presidente da Mesa do IHIT,
José Olívio Mendes da Rocha

PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2021

Introdução

As linhas orientadoras das atividades a desenvolver para o ano em curso, já definidas em termos genéricos para o biénio, mantêm-se. Nesse sentido, a Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira, neste segundo ano do seu mandato, que termina no final de 2021, vem apresentar aos Excelentíssimos Sócios Efetivos e Honorários, a seguinte proposta Plano de Atividades para 2021, durante o qual algumas delas são a conclusão ou continuação de projetos do ano anterior e que agora se concretizam ou concluem.

Eixo 1. Melhorar o funcionamento interno do IHIT

- Manter a página do IHIT no FaceBook e, eventualmente, criar páginas noutras redes sociais;
- Restaurar e atualizar a página eletrónica do IHIT;
- Eleger e admitir novos sócios do Instituto nas diversas categorias previstas nos Estatutos;
- Continuar a regularizar a cobrança das quotas;
- Informatizar a biblioteca do IHIT e disponibilizar o seu catálogo na página institucional

Eixo 2. Aproximar o IHIT a parceiros individuais e instituições locais/regionais

Promover o relacionamento institucional com os departamentos do Governo Regional com competências nas áreas da cultura, património, ciência e tecnologia a fim de se desenvolverem projetos que coincidam com os fins estatutários do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

1. Continuar a manter o relacionamento institucional, que se tem mostrado muito proveitoso para o IHIT, com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nomeadamente nas seguintes ações:
 - a) Renovação do Protocolo de colaboração tendo em conta a correspondente contrapartida financeira;
 - b) Continuação da colaboração prestada à Câmara Municipal no âmbito do fundo editorial para a reedição das obras;
2. Continuar a desenvolver o relacionamento institucional estabelecido no ano passado com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, nomeadamente no que diz respeito aos dois projetos iniciados:
 - a) Reedição da obra de Pedro Merelim **Freguesias da Praia**, que conta com a participação do consócio Leandro Ávila, que redigiu a respetiva Nota Introdutória;
 - b) Revisão dos símbolos heráldicos do município praiense.
3. Desenvolver contactos junto de entidades públicas e privadas para eventuais candidaturas ou atribuição de patrocínios a edições e eventos do IHIT;
4. Corresponder à proposta vinda de particulares e da Junta de Freguesia da Agualva com vista à execução de um levantamento de recursos patrimoniais;
5. Continuar a dinamizar, dentro do possível, o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo, que tem estado bastante inativo:
 - a) Realizar sessões públicas no âmbito do Protocolo assinado com a Comissão Nacional da UNESCO;
 - 3) Divulgar a sua documentação.

Eixo 3. Promover a produção de conhecimento

1. Apoiar a publicação de livros e a realização de eventos de diversos tipos sempre que seja oportuno e possível
2. Participar no projeto sobre a Ribeira de Agualva, contando para esse efeito com a coordenação da Junta de Freguesia de Agualva, o apoio financeiro da Direção Regional da Cultura e, eventualmente, da Câmara Municipal de Praia da Vitória;
3. Promover o ciclo “Encontros com a cultura popular” na sequência da proposta da sócia Helena de Meneses Ormonde que coordenará.

Eixo 4. Potenciar a difusão do conhecimento produzido

- Editar o Boletim de 2021 e recolher artigos para esse efeito;
- Edição de um volume de Vária de Luís da Silva Ribeiro, por proposta do consócio Carlos Enes;
- Reedição da obra de Maria Isabel João *Os Açores no Século XIX*, por proposta do consócio Carlos Enes;
- Edição das obras de José Agostinho, por proposta da CMAH;
- Edição do II vol. Das obras do Cónego Pereira, por proposta do consócio João Maria Mendes;
- Edição da tese de doutoramento de João Maria Mendes
- Continuar a publicação dos *Códices* do Arquivo Histórico Ultramarino relativos aos Açores, com a coordenação do sócio Honorário Manuel Augusto Faria;
- Promover a edição de trabalhos dos sócios, na eventualidade de se conseguir apoios financeiros;
- Continuar a distribuir as edições do IHIT pelas diversas livrarias de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e diversas livrarias do continente português e Itália, e do sítio do IHIT na Internet;
- Participar em feiras de livros.

Eixo 5. Afirmar o IHIT enquanto espaço de debate de ideias, projetos e opiniões

- Continuação da realização de conferências na sede do IHIT, ou no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo sempre que oportuno, e quando as condições sanitárias permitirem.

O Presidente

José Olívio Mendes Rocha

A Secretária

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A Tesoureira

Paula Maria Soares Romão

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020



Angra do Heroísmo
22 de abril de 2021

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Anexo
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Balancetes

Balanço

Balço (SNC ESNL)

564 Instituto Histórico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activo corrente			
Inventários		93.560,00	35.639,53
Cientes			15,75
Outras contas a receber			4.374,68
Caixa e depósitos bancários		25.652,59	32.722,56
Total do activo...		119.232,99	72.752,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos		1.949,77	1.949,77
Resultados transferidos		129.492,15	60.927,04
Outras variações nos fundos patrimoniais		(22.310,25)	(6.741,54)
Resultado líquido do período		8.488,27	16.904,54
Total do fundo de capital...		117.498,94	72.439,91
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		1.733,05	112,62
Total do passivo...		1.733,05	112,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo...		119.232,99	72.752,53

O Contabilista Certificado:
n.º 59131

O Representante Legal

Fátima Botelho

Demonstração de Resultados

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

564 Instituto Histórico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados		4.323,87	5.940,65
Subsídios, doações e legados à expiração		33.404,96	31.183,17
Devolto das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		2.135,08	13.099,30
Fornecimentos e serviços efetuados		31.248,56	7.733,38
Outros rendimentos e ganhos		709,55	
Outros gastos e perdas		5.754,77	24,30
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		8.488,27	16.804,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.488,27	16.804,64
Resultado antes de impostos		8.488,27	16.804,64
Resultado líquido do período		8.488,27	16.804,64

O Contabilista Certificado
nº 59131

O Representante Legal

Patricia Botelho

Anexo

Instituto Histórico da Ilha Terceira
Anexo às demonstrações financeiras do período económico 2020

O Instituto Histórico da Ilha Terceira fundou-se em Angra do Heroísmo como uma associação. O Instituto tem a sua sede em uma dependência do antigo convento de São Francisco, em Angra do Heroísmo. Publica um Boletim anual, onde se incluem fundamentalmente estudos de História e Etnografia e publicam-se documentos julgados de interesse relativamente a estas áreas. Tem exercido alguma atividade editorial promovendo outras publicações para além de algumas separatas mais importantes e com tiragem especial.

1- Referencial Contabilístico

- Enquadramento

As presentes Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do setor não lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 (Regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo);
- Aviso n.º 6726-B/2011, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria 105/2011 (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria 106/2011 (Código de Contas).

2-Principais Políticas Contabilísticas

- Bases de Mensuração

- ✓ **Investimentos Financeiros:** Encontram-se contabilizados inicialmente pelo método do custo de aquisição e posteriormente deduzidos de perdas por imparidade Acumuladas;
- ✓ **Ativos Tangíveis:** Adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados pelo custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data deduzido de depreciações acumuladas. Os adquiridos após 01 de Janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tudo no âmbito do Dec. Regulamentar 25/2009, de 14/Setembro. Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição/construção. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

- ✓ **Ativos Intangíveis:** Encontram-se registrados ao modelo do custo, deduzidos das depreciações acumuladas;
- ✓ **Participações financeiras:** A associação também não tem participações financeiras.
- ✓ **Locações:** Encontram-se registadas pelo valor da locação financeira;
- ✓ **Inventários:** As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição e/ou pelo valor realizável, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.
- ✓ **Custo Empréstimos obtidos:** Foram reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício anterior em que incorridos, de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, foram liquidados e registrados no passivo pelo seu custo;
- ✓ **Dívidas de Terceiros:** Estão registadas de acordo com eventos ocorridos no decorrer da atividade operacional, tendo sido deduzidas possíveis perdas por imparidade acumuladas por forma a apurar o seu valor líquido. As vendas são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- ✓ **Dívidas a Terceiros:** estão registadas pelo modelo do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros foram registadas pelo seu valor nominal. Felizmente a associação

conseguiu honrar todos os seus compromissos dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

- ✓ **Caixa e Depósitos Bancários:** os montantes incluídos nestas rubricas são mobilizáveis sem risco significativo de valor;
- ✓ **Rédito:** decorrente da atividade da associação é registado pelo seu justo valor entre as partes contratantes. Nas vendas e prestações de serviços o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui impostos liquidados nas faturas;
- ✓ **Provisões:** Estão mensuradas através dos gastos no período decorrentes das responsabilidades claramente definidas e que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quanto ao seu valor ou data de ocorrência.
A estimativa com remunerações a pagar só seria reconhecida quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.
- ✓ **Subsídios do Governo:** Mensurados pelo valor recebido, após o cumprimento de determinadas condições exigidas para a sua concessão. Os não reembolsáveis relacionados com Ativos Tangíveis e Intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração dos Resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. Os reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos Obtidos". Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do período na rubrica "Subsídios à Exploração";
- ✓ **Impostos sobre o rendimento:** mensurados como gastos do período e estão refletidos nas Demonstrações Financeiras do período. O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa o imposto corrente. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

3 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

- Alterações de Políticas Contabilísticas

Não aplicável.

- Erros

- Julgamentos e estimativas

Não aplicável.

4- Ativos Fixos Tangíveis

Não aplicável.

5- Ativos Intangíveis

Não aplicável.

6 - Locações

Não aplicável.

7 - Inventários

Não aplicável.

8- Rédito

O rédito proveniente da venda de bens deve é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

	N	N-1
Quotas	1.791,32€	1.380,00€
Vendas	2.732,55€	4.230,40€
Serviços Prestados	0,00€	240,25€

9- Provisões

10- Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não monetários, são reconhecidos após existir segurança de que:

- A entidade cumprirá as condições a eles associadas;
- Os subsídios serão recebidos.

A maneira pela qual um subsídio é recebido não afeta o método contabilístico a ser adotado com respeito ao subsídio. Por conseguinte, um subsídio é contabilizado da mesma maneira, quer ele seja recebido em dinheiro quer como redução de um passivo para com o Governo.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balancear os gastos relacionados com estes mesmos ativos. São considerados subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da

entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Um subsídio do Governo pode tornar-se recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior. Um tal subsídio é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para assegurar que o seu efeito seja claramente compreendido.

	N	N-1
Apoios e Verbas	33.404,96€	31.483,17€
Total	33.404,96€	31.483,17€

11- Impostos Sobre o Rendimento

Não aplicável.

12- Ativos e Passivos Financeiros

Não aplicável.

13- Capital Próprio

Neste ano 2020 os fundos desta associação são constituídos por:

Fundos	Saldo Inicial	Adições	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1.849,77€			1.849,77€
Resultados Transitados	60.927,04€	68.565,11€		129.492,15€
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	-6.741,34€	-15.558,71€		-22.310,25€
Resultado Líquido	16.604,64€		8.136,37€	8.468,27€
Total Capital Próprio	72.639,91€	52.996,40€	8.136,37€	117.499,94€

14- Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

Não aplicável.

Angra do Heroísmo, 26 de abril de 2021

Contabilista Certificada

Direção e Conselho Fiscal

Paulina Rebelo

Balancetes

Balancete Razão

Apuramento

554 Instituto Historico da Ilha Terceira

Contas: 11 a 89

512017751

Exercício de 2020

Conta	Nome	Período		Acumulado		Saldo Debetor	Saldo Credor
		Debito	Credito	Debito	Credito		
12	DEPOSITOS À ORDEM	0,00	0,00	72.736,21	47.283,32	25.452,89	0,00
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	31,37	31,37	0,00	0,00
22	FORNECEDORES	0,00	0,00	34.824,85	26.527,90	0,00	1.732,05
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	8.150,73	8.150,73	0,00	0,00
31	COMPANHIA	0,00	0,00	14.870,68	14.870,68	0,00	0,00
32	MERCADORIAS (INVENTARIOS)	0,00	0,00	181.110,00	87.600,00	93.510,00	0,00
33	MAT. PRIMAS, SUBSID. CONSUMO (INVENTAR)	0,00	0,00	110.877,38	110.877,38	0,00	0,00
34	REGLASIFIC. E REGULARIZAC. INVENTARIC	0,00	0,00	8.754,00	8.754,00	0,00	0,00
51	FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	1.649,77	0,00	1.649,77
55	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	128.483,15	0,00	128.483,15
56	OUTRAS VARIACÕES NOS FUNDOS PATRIMON	0,00	0,00	22.400,77	32,32	22.310,28	0,00
61	CUSTO MERC. VENDIDAS/MAT. CONSUMIDAS	33.500,00	36.700,68	189.289,88	189.289,88	0,00	0,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	31.248,98	21.248,85	21.248,85	0,00	0,00
69	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	8.784,77	3.754,77	3.754,77	0,00	0,00
71	VENDAS	3.732,05	0,00	2.732,55	3.732,55	0,00	0,00
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	1.791,32	0,00	1.791,32	1.791,32	0,00	0,00
75	SUBSIDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLOR	33.404,88	0,00	33.404,88	33.404,88	0,00	0,00
78	OUT. RENDIMENTOS E GANHOS	739,53	0,00	739,53	739,53	0,00	0,00
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	28.628,28	47.128,65	35.240,02	62.711,23	0,00	8.469,27
Totale Balancete		170.820,78	170.820,78	789.559,48	789.559,48	141.543,24	141.543,24

Balancete Analítico
Apuramento

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

Contas - 11 e 88

512017751

Exercicio de 2020

Conta	Nome	Período Débito	Credito	Atualizado Débito	Credito	Sendo Devedor	Saldo Credor
Receitas Financeiras líquidas							
12	DEPOSITOS A CRÉDITO	0,00	0,00	72.736,21	47.053,22	25.682,99	0,00
121	COB - Caixa Geral de Depósitos	0,00	0,00	227.75	876,22	1.723,53	0,00
122	CM Caixa Economica da Historica	0,00	0,00	70.114,48	46.537,00	23.977,46	0,00
TOTAL da Classe		0,00	0,00	72.736,21	47.053,22	25.682,99	0,00
Contas a receber e a pagar							
21	CLIENTES E UTENTES	0,00	0,00	31,37	31,37	0,00	0,00
211	CLIENTES UNIFORMES DO	0,00	0,00	31,37	31,37	0,00	0,00
2111	CLIENTES UNIFORMES	0,00	0,00	31,37	31,37	0,00	0,00
211187	ICM	0,00	0,00	19,63	19,63	0,00	0,00
211188	IMA-Cultura e Fundo Ajuda Cultural	0,00	0,00	15,75	15,75	0,00	0,00
22	FORNecedores	0,00	0,00	34.824,85	38.957,90	0,00	1.733,05
221	FORNecedores OC	0,00	0,00	34.824,85	38.957,90	0,00	1.733,05
2211	FORNecedores GURNE	0,00	0,00	34.824,85	38.957,90	0,00	1.733,05
22112	CTI - Centros de Parques	0,00	0,00	487,46	487,46	0,00	0,00
22114	Luzes Expresso/Reflex, Lda	0,00	0,00	34,09	34,54	0,00	0,00
22118	Lactobio Doble - Refrigeracao, Lda	0,00	0,00	187,89	187,89	0,00	0,00
221113	EDA - Sociedade de Acores, S.A.	0,00	0,00	87,84	87,84	0,00	0,00
221114	EMAN - Serviços Municipais do Ail	0,00	0,00	73,64	73,64	0,00	0,00
221119	Receitas, Lda	0,00	0,00	154,17	154,17	0,00	0,00
221133	EWATER - Eng. Azevedo e Irmos, Tm, SA,	0,00	0,00	33,43	33,43	0,00	0,00
2211331	Abramo D. Eguedes & Cia, Lda	0,00	0,00	48,30	48,30	0,00	0,00
2211332	Ecogenia Informa	0,00	0,00	354,29	224,25	0,00	0,00
2211331	Vitalina	0,00	0,00	420,37	420,37	0,00	0,00
2211336	COMORA - Companhia Gestora dos Acores, Lda	0,00	0,00	2.980,00	2.980,00	0,00	0,00
2211348	Arlyria	0,00	0,00	65,00	65,00	0,00	0,00
2211348	Casa Dora	0,00	0,00	9,12	9,12	0,00	0,00
2211349	Nova Gestao, Lda	0,00	0,00	2.388,63	2.269,80	0,00	0,00
2211351	Terceira Transmissao, Sn	0,00	0,00	170,82	170,82	0,00	0,00
2211358	Arduca, Lda	0,00	0,00	111,35	111,35	0,00	0,00
2211357	Turco	0,00	0,00	32,25	32,25	0,00	0,00
2211357	Maria Ines de Lopo de Santa Helena Pereira	0,00	0,00	240,00	240,00	0,00	0,00
221122301880	Guimar Sabouso Belo Miralim	0,00	0,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00
2211157271280	Maria Manuel Veloso Ribeiro	0,00	0,00	2.940,01	2.940,01	0,00	0,00
2211398187581	Genia Almeida Vieira Oliveira Correia	0,00	0,00	800,00	1.400,00	0,00	800,00
2211250705073	Carla Alexandra Correia Feres	0,00	0,00	2.980,00	2.980,00	0,00	0,00
2211244124736	Figueirinha do Sol	0,00	0,00	2.880,00	2.990,00	0,00	0,00
2211262382026	Adriana Borges de Castro	0,00	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00
2211000293937	Ado Pires, S.A	0,00	0,00	1.488,16	1.488,16	0,00	0,00
221100051619	Graca - Artes Graficas Lda	0,00	0,00	2.487,08	2.487,08	0,00	0,00
2211302101017	Bereto Impresso Grafica Lda	0,00	0,00	4.187,80	4.187,80	0,00	0,00
221152009753	SCITWAYS - Soc. Transp. Angonim, Lda	0,00	0,00	0,00	23,88	0,00	23,88
221152009911	Parque - Transportes e Funções Lda Unipessoal	0,00	0,00	340,00	340,00	0,00	0,00
221152009434	Qualem	0,00	0,00	114,71	114,71	0,00	0,00
221152004040	Município de Fajã de Santarém	0,00	0,00	81,77	81,77	0,00	0,00
221152080927	Paulo Antonio Autarquia Escolar Unipessoal	0,00	0,00	9,00	1.109,26	0,00	1.109,26
2211513010220	Lactobio Unipessoal Lda	0,00	0,00	353,67	363,67	0,00	0,00
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	0,00	0,00	8.160,73	8.160,73	0,00	0,00
278	OUT. DEVEDORES E CREDITORES	0,00	0,00	8.160,73	8.160,73	0,00	0,00
2784	DEVEDORES E CREDITORES DIVERSOS	0,00	0,00	8.160,73	8.160,73	0,00	0,00
27848	José Paulo Taveira Oliveira	0,00	0,00	273,84	213,84	0,00	0,00
27849	Instrumentos em Impressão	0,00	0,00	2.882,89	2.682,89	0,00	0,00
278410	Cheques e Promissoras	0,00	0,00	1.274,00	1.174,00	0,00	0,00
TOTAL da Classe		0,00	0,00	42.000,98	41.792,00	0,00	1.733,05
INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS							
31	COMPRAS	0,00	0,00	14.870,68	14.870,68	0,00	0,00
311	MERCADORIAS	0,00	0,00	14.870,68	14.870,68	0,00	0,00
3110	Transporte Mercadorias - IC	0,00	0,00	14.807,66	14.807,66	0,00	0,00
3118	DESPESAS FISC. COMPRAS MERCADORIAS	0,00	0,00	480,12	480,12	0,00	0,00
31180	Despesas Adicionais - IC	0,00	0,00	480,12	480,12	0,00	0,00
32	MERCADORIAS (INVENTARIOS)	0,00	0,00	181.100,00	87.600,00	93.500,00	0,00
323	Mercadorias - NA	0,00	0,00	181.100,00	87.600,00	93.500,00	0,00

Balancete Analítico

Apuramento

554 Instituto Histórico da Ilha Terceira

Conta: 11 a 99

512017751

Exercício de 2020

Conta	Nome	Período		Acumulado		Saldo Devedor	Saldo Credor
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
33	MAT. PRIMAS, SUBSÍDIO, CONSUMO (AMATEIRAS)	0,00	0,00	110.577,36	110.577,36	0,00	0,00
331	MATERIAS PRIMAS (MATEIRAS DE)	0,00	0,00	110.577,36	110.577,36	0,00	0,00
3313	Mat. Primas - MA	0,00	0,00	110.577,36	110.577,36	0,00	0,00
38	RECEBIVEL E REQUISIZACAO IMATERIALIZADO	0,00	0,00	8.764,00	8.764,00	0,00	0,00
383	REC. PRODUZ. AVANT. (MERCADORIAS)	0,00	0,00	8.764,00	8.764,00	0,00	0,00
3821	Regularização de Estoque	0,00	0,00	8.764,00	8.764,00	0,00	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	313.362,04	313.362,04	0,00	0,00
Fundo patrimonial							
51	FUNDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	1.889,77	0,00	1.889,77
511	FUNDO	0,00	0,00	0,00	1.889,77	0,00	1.889,77
5111	FUNDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	1.889,77	0,00	1.889,77
58	RESULTADOS TRANSFERIDOS	0,00	0,00	0,00	129.402,15	0,00	129.402,15
581	Resultados Transf. Espec. Anterior	0,00	0,00	0,00	112.867,91	0,00	112.867,91
584	2019	0,00	0,00	0,00	16.534,24	0,00	16.534,24
585	OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
584	DOAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5841	VARIAÇÕES E DOAÇÕES FUNDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total da Classe	0,00	0,00	0,00	131.342,82	0,00	131.342,82
Contas							
61	CUSTO MERC. VENDAS/MAT. CONSUMIDAS	92.550,00	96.708,69	189.259,69	189.259,69	0,00	0,00
611	Custo Mercadorias Vendidas	92.550,00	0,00	92.550,00	92.550,00	0,00	0,00
612	Custo Material Primas Consumidas	0,00	96.708,69	96.708,69	96.708,69	0,00	0,00
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	0,00	21.248,86	21.248,86	21.248,86	0,00	0,00
622	SERVÇOS ESPECIALIZADOS	0,00	20.000,70	20.000,70	20.000,70	0,00	0,00
6221	Trabalhos Especializados - SC	0,00	18.414,09	18.414,09	18.414,09	0,00	0,00
62210	Trabalhos Especializados - SC	0,00	18.304,86	18.304,86	18.304,86	0,00	0,00
62213	Trabalhos Especializados - MA	0,00	1.109,23	1.109,23	1.109,23	0,00	0,00
6225	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	0,00	537,84	537,84	537,84	0,00	0,00
62250	Conservação e Reparação - SC	0,00	537,84	537,84	537,84	0,00	0,00
62251	OUT. SERV. ESPECIALIZADOS	0,00	98,77	98,77	98,77	0,00	0,00
62252	Serviços Especializados - SC	0,00	98,77	98,77	98,77	0,00	0,00
623	PERMANENTES E UTILIDADES DIVERSAS	0,00	134,46	134,46	134,46	0,00	0,00
6231	Permanentes e Utilidades - MA	0,00	134,46	134,46	134,46	0,00	0,00
62311	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	0,00	210,54	210,54	210,54	0,00	0,00
62313	Materia de Escritório - SC	0,00	210,54	210,54	210,54	0,00	0,00
624	ENERGIA E FLUIDOS	0,00	206,37	206,37	206,37	0,00	0,00
6241	ELECTRICIDADE	0,00	83,46	83,46	83,46	0,00	0,00
62410	Electricidade - SC	0,00	83,46	83,46	83,46	0,00	0,00
62413	ÁGUA	0,00	128,91	128,91	128,91	0,00	0,00
624131	Água - SC	0,00	128,91	128,91	128,91	0,00	0,00
625	SUPRIMENTOS DIVERSOS	0,00	644,89	644,89	644,89	0,00	0,00
6251	COMUNICAÇÃO	0,00	591,71	591,71	591,71	0,00	0,00
62510	Comunicação - SC	0,00	591,71	591,71	591,71	0,00	0,00
62513	LIMP.EZ. HIGIENE E CONFORTO	0,00	52,88	52,88	52,88	0,00	0,00
625131	Limpeza, Higiene e Conforto - SC	0,00	52,88	52,88	52,88	0,00	0,00
68	OUTROS CUSTOS E PERDAS	0,00	8.764,77	8.764,77	8.764,77	0,00	0,00
681	IMPACTOS	0,00	0,77	0,77	0,77	0,00	0,00
6812	IMPACTOS REDUTIVOS	0,00	0,77	0,77	0,77	0,00	0,00
68123	IMPACTO SÉLIO	0,00	0,77	0,77	0,77	0,00	0,00
681233	Impacto Sélio - Operação Semelhante	0,00	0,77	0,77	0,77	0,00	0,00
684	PERDAS EM REVALORIZAÇÃO	0,00	8.764,00	8.764,00	8.764,00	0,00	0,00
6849	Outros perdas	0,00	8.764,00	8.764,00	8.764,00	0,00	0,00
	Total da Classe	92.550,00	129.700,11	217.270,11	217.270,11	0,00	0,00
Remanescentes							
71	VENCIM.	2.732,59	0,00	2.732,59	2.732,59	0,00	0,00
711	MERCADORIAS	2.732,59	0,00	2.732,59	2.732,59	0,00	0,00
7113	Merch. Mercadorias - SC	2.732,59	0,00	2.732,59	2.732,59	0,00	0,00
72	PRESTIÇOS DE SERVIÇOS	1.791,32	0,00	1.791,32	1.791,32	0,00	0,00

Balancete Analítico
Apuramento

554 Instituto Histórico da Ilha Terceira

Contas: 11 a 85

512017751

Exercício de 2020

Conta	Nome	Período		Acumulado		Saldo Debetor	Saldo Credor
		Débito	Crédito	Débito	Crédito		
723	QUOTAS DOS SÓCIOS ASSOCIADOS	1.791,32	0,00	1.791,32	1.791,32	0,00	0,00
7290	Quotas 90	1.791,32	0,00	1.791,32	1.791,32	0,00	0,00
79	SUBSIDIOS DOAÇÕES E LEGADOS A (IN) LÍQUIDO	33.424,80	0,00	33.424,80	33.424,80	0,00	0,00
751	SUBS. ESTADO E OUTROS EST. E TER. PLAC. COIS	33.224,80	0,00	33.224,80	33.224,80	0,00	0,00
7512	Fundo Regional Emprego	14.600,00	0,00	14.600,00	14.600,00	0,00	0,00
7513	Câmara Municipal Arago de Terceira	18.424,80	0,00	18.424,80	18.424,80	0,00	0,00
753	DOAÇÕES E HERANÇAS	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	0,00
7530	Doações recebidas Particulares - DC	180,00	0,00	180,00	180,00	0,00	0,00
78	OUT. RENDIMENTOS E GANÇOS	709,55	0,00	709,55	709,55	0,00	0,00
788	OUTROS	709,55	0,00	709,55	709,55	0,00	0,00
7888	Outros Ativos Específicos	709,55	0,00	709,55	709,55	0,00	0,00
78888	Divers	709,55	0,00	709,55	709,55	0,00	0,00
	TOTAL da Classe	38.629,38	0,00	38.629,38	38.629,38	0,00	0,00
Resultados							
85	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	38.629,38	47.106,61	55.243,02	63.711,29	0,00	8.468,27
811	Resultado Antes do Imposto	38.629,38	48.828,38	55.243,02	58.636,38	0,00	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	8.468,27	16.604,64	25.074,91	0,00	8.468,27
	TOTAL da Classe	38.629,38	47.106,61	55.243,02	63.711,29	0,00	8.468,27
	Total Balancete	172.825,78	170.626,78	754.653,48	759.599,48	141.543,24	111.343,24

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, associação cultural sem fins lucrativos, apresentou as suas contas do exercício de 2020, elaboradas com o apoio do gabinete de contabilidade de Eduardo Godinho Rocha, Sociedade Unipessoal, Ld.^a

Examinadas as contas e a documentação em que se basearam, o Conselho Fiscal entende que se encontram corretamente elaboradas, acusando uma melhoria da situação financeira do Instituto. O valor total dos ativos do IHIT referidos a 31 de dezembro de 2020 passaram de 72.752,53€ para 119.232,99€. O resultado operacional do exercício do período foi de 8.468,27€, refletindo os efeitos da pandemia, já que no ano de 2019 tinha sido de 16.604,64€.

O valor global a transitar para 2021 foi de 25.682,99€ (caixa e depósitos bancários).

Estes resultados são devidos aos apoios recebidos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Direção Regional da Cultura, através da apresentação de candidaturas, ao resultado de vendas e cotas dos sócios, bem como à dedicação e aos excelentes cuidados administrativos da Mesa.

Angra do Heroísmo, 26 de abril de 2021

José Henrique Correia Guedes

Leandro Adelino Ávila

Francisco dos Reis Maduro Dias

ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021 DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Aos vinte e seis dias do mês de abril (segunda-feira) de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, n.º 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 11.º dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Álvaro Monjardino, Félix Rodrigues, Helena Ormonde, João Madruga, João Maria Mendes, Jorge Forjaz, José Álamo de Meneses, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Bretão e Paula Romão.

Justificou a ausência a sócia Antonieta Costa.

Deu-se início à reunião com a leitura, pela Secretária da Mesa, da ata da reunião anterior que, depois de posta à discussão, foi aprovada com três abstenções.

Em cumprimento do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Presidente apresentou o Relatório referente ao ano de 2020, documento que se anexa a esta ata e na sequência do qual foi aprovado por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento do colaborador do IHIT Sr. Carlos Valente.

Em resposta a uma observação do sócio Jorge Forjaz, o Presidente informou que a Mesa solicitou uma audiência ao atual Diretor Regional da Cultura, Dr. Padre Ricardo Tavares, logo após a sua tomada de posse, na sequência da qual se realizou uma reunião que teve lugar no dia 18 de janeiro, nas instalações do Instituto, ocasião em que lhe foi apresentada a atividade passada e prevista do Instituto, bem como as publicações mais recentes, que lhe foram oferecidas.

Ainda pelo sócio Jorge Forjaz foram pedidas informações quanto ao andamento do projeto relativo à reposição da heráldica do município da Praia da Vitória, e o mesmo disponibi-

lizou-se para tentar abordar a secção de heráldica da Associação Portuguesa de Arqueólogos, visto não ter havido, até à data, qualquer forma de contacto.

Depois dos esclarecimentos, foi posto à votação o Relatório de Atividades de 2020, que foi aprovado por unanimidade.

Passando ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o sócio Leandro Ávila, enquanto Vogal do Conselho Fiscal, leu o Relatório do Conselho Fiscal referente ao ano de 2020 que, depois de votado, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente apresentou a proposta de plano de atividades para 2021, que se anexa a esta ata, tendo sido apresentados os seguintes comentários:

- O sócio João Maria Mendes informou que já se encontra na gráfica todo o material respeitante à obra do Cónego Pereira; o mesmo notou o facto de não ter sido mencionada a edição da obra de Luís Machado Dru *Memória da Visita Régia à Ilha Terceira*, de Alfredo Luís de Campos, não está incluída na proposta de plano de atividades;
- O sócio Jorge Forjaz questionou a pertinência da reedição da obra de Isabel João, visto tratar-se de uma obra relativamente recente e disponível em qualquer biblioteca.

Incluídos na proposta de *Plano* os reparos do sócio João Maria Mendes, foi posta à aprovação a *Proposta de Plano de Atividades* que foi aprovada por unanimidade.

Relativamente ao ciclo de conferências comemorativas da revolta liberal em Angra de abril de 1821, e que decorreram em parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, informou o Presidente que as mesmas serão publicadas no *Boletim* conforme corresponda à vontade dos respetivos autores, e que as mesmas manter-se-ão disponíveis na página eletrónica do IHIT.

O sócio José Álamo de Meneses lembrou a pertinência de lembrar os dias 12 e 13 de dezembro, em que se assinala o 50º aniversário da Cimeira Nixon-Pompidou, ocorrida em 1971, na Terceira.

Passando ao ponto seguinte – aprovação de novos sócios – considerou-se oportuno recolher mais informação sobre os candidatos propostos, pelo que não foram votadas novas admissões. O sócio João Maria Mendes chamou a atenção para o cumprimento dos *Estatutos*, que determinam que só sejam aceites propostas subscritas por um sócio e, nessa sequência, sugeriu a realização de uma alteração estatutária que permita a revisão da situação dos sócios efetivos inativos.

Concluído este ponto, o sócio Jorge Forjaz pôs à consideração várias questões de carácter patrimonial:

O abate e poda indiscriminada de árvores no concelho, a vulgarização do revestimento exterior de imóveis com materiais que imitam a pedra, os acrescentos arquitetónicos sem critério, como as mansardas e os beirados, tudo ações que estão a descaracterizar e empobrecer esteticamente, de forma galopante, caminhos e localidades rurais, como o Lameirinho.

Concluiu este sócio instando o IHIT a que leve a efeito algumas iniciativas que promovam a reflexão sobre o assunto, no que foi secundado pelo sócio Leandro Ávila, que acentuou a necessidade de agir pedagogicamente.

O sócio José do Álamo Meneses, enquanto Presidente da Câmara de Angra, esclareceu que as árvores urbanas se constituem como um problema, dado os prejuízos causados nos pavimentos e canalizações subterrâneas, na mobilidade de todos, e na conservação dos imóveis limítrofes. Foi a seleção de espécies feita no passado que ocasiona muitos desses problemas, visto terem sido escolhidas espécies com raízes aéreas e copas baixas, como os metrosíderos. A estratégia municipal tem sido a de substituir espécies por outras de prumadas direitas e crescimento rápido, como nos Altares e na zona dos combustíveis, e o abate de árvores já mortas, como no caso das amoreiras do Alto das Covas e da Av. Tenente-Coronel José Agostinho, e dos plátanos dos adros das igrejas da Sé e de S. Pedro.

Quanto às incongruências arquitetónicas, informou não existir no Plano Diretor Municipal regulamentação quanto a questões de carácter estético e que o mesmo se encontra em revisão e em processo de consulta pública.

O sócio Leandro Ávila corroborou as preocupações manifestadas pelo sócio Jorge Forjaz, chamando a atenção para as chaminés, e defendeu a realização de ações de carácter pedagógico promovidas pelo IHIT, no que foi acompanhado pelo sócio Félix Rodrigues relativamente à relação dos habitantes locais com os espaços ajardinados e as espécies vegetais.

Por último, o sócio João Maria Mendes informou que se completa no ano em curso o 125º aniversário da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, sugerindo, por isso, que se promovesse a realização do levantamento do seu acervo de carácter patrimonial.

Nada mais havendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião às 22h45 e da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente

José Olívio Mendes da Rocha

A Secretária

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

A Tesoureira

Paula Maria Soares Romão

ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021 DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Aos seis dias do mês de dezembro (segunda-feira) de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 11º dos Estatutos do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Compareceram à reunião os sócios efetivos Alfredo Borba, Álvaro Monjardino, Hélder Fonseca, Helena Ormonde, João Maria Mendes, José Álamo de Meneses, José Elmiro Rocha, José Henrique Correia Guedes, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Manuel Velásquez Ribeiro, Marta Bretão, Pedro Corvelo, Vítor Brasil e o sócio supranumerário Nuno Martins.

Justificaram a ausência os sócios Tomás Dentinho e Paula Romão, proporcionando esta última que o lugar de Tesoureiro na mesa da reunião fosse assumido pelo Tesoureiro substituto.

Deu-se início à reunião com a leitura, pela Secretária da Mesa, da ata da reunião anterior que, depois de posta à discussão, foi aprovada com duas abstenções.

O sócio João Maria Mendes pôs à consideração a votação de um voto de pesar pelo falecimento de Valdemar Mota, sócio efetivo do IHIT até 2018, ano em que passou a sócio honorário. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Ainda o sócio João Maria Mendes deu conta do andamento da publicação do 2º volume das *Obras* do Cônego Pereira, justificando o atraso da sua impressão com a morosidade da respetiva revisão.

Em cumprimento do ponto único da Ordem de Trabalhos, o Presidente fez uma breve apresentação da proposta de recandidatura aos Corpos Gerentes do IHIT entregue

pela atual Mesa, documento que se anexa a esta ata e que, na mesma ocasião, foi distribuída aos presentes. De seguida, a mesma foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Por esse facto, os corpos gerentes para o biénio de 2022/2023 eleitos são os seguintes:

Mesa

Presidente – José Olívio Rocha
Secretária – Maria Manuel Velasquez Ribeiro
Tesoureira – Paula Maria Soares Romão
Presidente substituto – Álvaro Monjardino
Secretário substituto – Vítor Brasil
Tesoureiro substituto – Leandro Ávila

Conselho Fiscal

Presidente – Francisco dos Reis Maduro Dias
1º Vogal – José Elmiro Rocha
2º Vogal – Marta Bretão
Vogal substituto – José Armando Mendes

Por último, o Presidente informou os presentes do lançamento da obra do investigador do CHAM Duarte Chaves *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia*, com apresentação do Professor Doutor Carlos Riley, a ter lugar no salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo no dia 11 de dezembro, e o sócio Álamo de Menezes lembrou a realização, no mesmo local, de dois eventos comemorativos: a conferência *Carta Franco-Seiscentista de Angra: Iconografia e História*, a ser proferida pela sócia do IHIT Assunção Melo, no dia 7 de dezembro, a propósito do 38º aniversário da classificação do Centro Histórico de Angra do Heroísmo como Património Mundial, e a sessão que assinala o 50º aniversário da Cimeira Nixon-Pompidou, no dia 13 de dezembro.

Nada mais havendo a discutir, deu-se por encerrada a reunião às 22h45 e da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente

José Olívio Mendes da Rocha

A Secretária

Maria Manuel Velasquez Ribeiro

O Tesoureiro substituto

Alfredo Borba

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS NO INSTITUTO

Publicações Periódicas

Culturaçores – Revista de Cultura. Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores.

Filatelias Lusitana, Órgão Oficial da Federação Portuguesa de Filatelia.

Islenha, N.º 68. Revista da Direção Regional da Cultura do Governo da Madeira.

Jornal do Exército.

Mensageiro. N.º 84. Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

O Arqueólogo Português. Série V. Volume 6/7. Museu Nacional de Arqueologia.

Revista de Guimarães. Sociedade Martins Sarmento.

Revista da Marinha.

Monografias e Atas

Centro de Estudos Humanísticos da Universidade dos Açores. (2019). *Cadernos de Trabalhos 3*. Universidade dos Açores. (oferta)

CHAVES, Duarte Nuno (coord.). (2021). *Viagens à volta da mesa nas ilhas da Macaronésia: Itinerários turísticos do património gastronómico e vinícola*. Ponta Delgada: Letras Lavadas. (oferta)

COSTA, Ricardo Manuel Madruga. (2020). *O Relatório de 1854 do Cônsul Charles W. Dabney: Um Relevante Contributo para o Estudo da História Económica dos Açores*. Horta: Núcleo Cultural da Horta. (oferta)

FRANCO, José Eduardo. & REBELO, António Manuel Ribeiro (coord.). (2021). *Utopia Global do Espírito Santo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. (oferta)

MARTINS, Maria Filomena. (2016). *Histórias da Vida*. Vila de São Sebastião. (oferta)

- MARTINS, Maria Filomena. (2018). *Devaneios*. Vila de São Sebastião. (oferta)
- MARTINS, Maria Filomena. (2018). *Mordomias e Bodos*. Vila de São Sebastião. (oferta)
- MARTINS, Maria Filomena. (2019). *Monumento a Drummond Povo do Rossio*. Vila de São Sebastião. (oferta)
- MELO, Pedro Pascoal de. (2021). *Ponta Delgada. Memórias Fotográficas 1860-1960*. Artes e Letras Editora. (oferta)
- MOURA, Mário. (2021). *Ribeira Grande: Nascimento de uma Vila. Volume I*. Ribeira Grande: Câmara Municipal da Ribeira Grande. (oferta do autor)
- NOGUEIRA, Francisco Miguel. (2021). *Angra em Revolução: O Levantamento Liberal de 2 de abril de 1821*. Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. (oferta)
- Tendências demográficas evolutivas no Município de Angra do Heroísmo (2011-2031)*. (2021). Angra do Heroísmo: Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. (oferta)
- VIANA, Mário. (2020). *Fors de Castelo Melhor: Contributos para o estudo da normativa municipal*. Universidade dos Açores. (oferta)

NECROLOGIA

VALDEMAR MOTA

ESCRITOR, INVESTIGADOR E EMPRESÁRIO ANGRENSE (1933-2021)

Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves faleceu no dia 15 de setembro de 2021, em Angra do Heroísmo, com 88 anos de idade. Nasceu no dia 11 de abril de 1933, na freguesia da Conceição, ilha Terceira, Açores. Frequentou o ensino na antiga Escola Comercial e Industrial. Autodidata de méritos firmados.

Empresário, administrador da firma *Frederico A. Vasconcelos, H^os., Lda*, de Angra do Heroísmo. Membro da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, vereador da Câmara Municipal, membro da Comissão de Toponímia e da Comissão para as Comemorações da Batalha da Salga, vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, presidente da Real Associação da Ilha Terceira e do Conselho Particular das Conferências Vicentinas, presidente da direção do Recolhimento de Jesus Maria José (Mónicas) durante 12 anos, em cuja qualidade dirigiu as obras de reconstrução do imóvel após o sismo de 1980, presidente da Confederação Operária Terceirense e da Associação Cristã da Mocidade (ACM).

Autor, escritor, investigador, genealogista, contista, colunista, congressista, orador em palestras e conferencista, além de empresário. São inúmeros os seus estudos publicados em jornais e revistas, sem excluir a imprensa da diáspora, com apontamentos relembrando sobretudo episódios e factos, com personalidades da história açoriana, evidenciando os altos valores da cidadania e da cultura do povo dos Açores, num contexto de há mais de quinhentos anos de permanência nestas ilhas, de onde lhe adveio uma identidade muito própria, muito peculiar e muito nobre de sentimentos. Como autor, foi seguindo, nas suas interpretações historiográficas, os valores que com ele conviviam, expressos na etnografia, na música, nos costumes e nas tradições, cujas matérias justificaram uma obra que ultrapassa várias centenas de estudos publicados em livros e suplementos.

Durante vários anos, dedicou-se à escrita jornalística, tendo numerosos e variadíssimos trabalhos publicados nos dois jornais angrenses *A União* e *Diário Insular*. Escreveu também para as revistas *Portugal Maior* e *Ilha Terceira*. Foi correspondente, na ilha Terceira, do prestigioso jornal de Lisboa *Diário de Notícias* e do *Jornal Açoriano* de Toronto, Canadá, assim como correspondente da RTP-Açores para os noticiários.

Era membro do Instituto Açoriano de Cultura (IAC); sócio (Honorário) do Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT); membro fundador do Núcleo Cultural Ferreira Drumond; do Instituto Histórico e Genealógico de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil; da Sociedade Portuguesa de Ex-Libris; e da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Foi distinguido pela Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém, como Cavaleiro e Comendador, da qual era chanceler da respetiva delegação nos Açores; condecorado pela Presidência da República Portuguesa com o grau de Oficial da Ordem do Mérito, no dia 10 de junho de 1998, em cerimónia pública, no Solar da Madre de Deus, presidida pelo Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, Sampaio da Nóvoa; homenageado pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com a Medalha de Honra Municipal, em cerimónia pública ocorrida no Salão Nobre dos Paços do Concelho; Homenageado no II Congresso da Imprensa Regional não-Diária, realizado nas Furnas, ilha de São Miguel, recebendo um troféu com Reconhecimento Público pelo seu trabalho em prol da cultura açoriana.

Os seus escritos foram editados em “Obras Completas”, no ano pandémico de 2020, pela Turiscon Editora, em 3 volumes, com cerca de 1000 páginas cada, reunindo 49 livros e/ou separatas, 15 palestras ou comunicações e mais de 600 artigos de jornal.

A missa do 7.º dia realizou-se na Sé Catedral de Angra, no dia 25 de setembro, presidida pelo cónego Ângelo Valadão, acompanhado pelos cónegos Hélder Fonseca Mendes e João Maria Mendes. No final da eucaristia, o cónego Hélder Fonseca Mendes lembrou Valdemar Mota e a sua grandiosa obra em prol da Diocese de Angra.

26 de setembro de 2021
Liduínio Borba

Índice

Pag.

Ciclo de Conferências

Carlos Riley - <i>O Pão Nosso de Cada Dia</i>	15
Assunção Melo - <i>Carta Franco-Seiscentista de Angra ou Carta do Cônsul Nègre</i>	21

História

Margarida dos Santos Lopes - <i>Quatro Doutores da Igreja na Catedral de Angra</i>	57
João Maria Mendes - <i>Cruzamentos na hora da morte: contributos para a biografia dos padres Jerónimo Emiliano de Andrade, Mariano Constantino Homem e José Alves da Silva</i>	69
Hélder Fonseca Mendes - <i>O culto a Santo Cristo na Ilha Terceira</i>	115
António Guimarães Pinto - <i>A oratio latina de frei Jorge de Santiago, op, lida a 27 de fevereiro de 1547 aos padres do Concílio de Trento: contribuição para o estudo da participação portuguesa nos trabalhos conciliares</i>	125

Arte e Património

José Luís Neto; Luís Borges; Pedro Parreira; Tânia Manuel Casimiro - <i>Intervenção Arqueológica no Beco das Alcaçaria sem Angra do Heroísmo</i>	175
José Luís Neto; Luís Borges; Pedro Parreira; Tânia Manuel Casimiro - <i>Intervenção Arqueológica na Rua Frei Diogo das Chagas nº 13 em Angra do Heroísmo</i>	215

Documentos

Diana Nunes; João Félix - <i>O Arquivo da Casa dos Condes da Praia da Vitória ao serviço do estudo da história local, regional e nacional</i>	231
---	-----

Vária

António Maria Gonçalves - <i>João Maria Soares de Barcelos (1952-2019)</i>	239
--	-----

Vida do Instituto

Relatório do Presidente 2020	251
Proposta de atividades para o ano de 2021	259
Demonstrações Financeiras	263
Relatório do Conselho Fiscal sobre as contas do exercício de 2020	281
Ata da 1. ^a Reunião Ordinária de 2020 (26 de abril)	283
Ata da 2. ^a Reunião Ordinária de 2020 (6 de dezembro)	287
Relação das Publicações Entradas no Instituto	289

Necrologia

Valdemar Mota (1933-2021)	293
---------------------------------	-----

Ficha técnica

Edição:

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Execução Gráfica:

Coingra, Lda. – www.coingra.pt

ISBN: 978-972-9220-46-3

Dep. Legal: 158131/00

350 exemplares